



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMOS**

**JULIANA GONÇALVES CACERES**

**À MARGEM DAS FRONTEIRAS LEGAIS: Trajetórias sociais de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal**

**SALVADOR – BA**

**2015**

**JULIANA GONÇALVES CACERES**

**À MARGEM DAS FRONTEIRAS LEGAIS: Trajetórias sociais de mulheres envolvidas  
com o tráfico de drogas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia – UFBA como pré-requisito à obtenção do título de mestre, sob orientação da Professora Márcia dos Santos Macêdo

SALVADOR – BA

2015

**JULIANA GONÇALVES CACERES**

**À MARGEM DAS FRONTEIRAS LEGAIS: Trajetórias sociais de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismos da Universidade Federal da Bahia – UFBA, como pré-requisito para obtenção do título de mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Márcia dos Santos Macedo

---

Postdoc. Cecília Maria Bacelar Sardenberg

---

Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe Oyá pelos ventos das transformações.

Agradeço a minha mãe Teca e ao meu pai Luiz por toda a sorte de apoio que me deram durante o processo da dissertação.

Agradeço ao departamento do PPGNEIM pelo incrível projeto feminista de uma pós-graduação interdisciplinar e às figuras que marcaram minha formação: Ana Alice Costa, Márcia Macêdo e Cecília Sardenberg.

Agradeço à Banca Examinadora por topar o convite.

Agradeço à Carolina Ferraz Lima pela amizade sincera, força e companheirismo.

Agradeço ao coletivo temporário “Tetas Terroristas” formado por Annarkista de Cristo, Tetê Lopes e Carol que me ajudaram a tragar o amargo sabor da experiência de campo na Penitenciária Feminina do Distrito Federal.

Agradeço às amigas especiais conquistadas na cidade de Salvador: Ella Vieira, Mariana dos Santos, Beth Siqueira e Maria Antônia Miranda e, especialmente, à Larisse Brito, uma amiga fundamental para a minha experiência acadêmica.

Agradeço ao pessoal do Morro de São Lázaro com quem pude compartilhar uma vida cotidiana totalmente diferente da minha cidade natal, em especial, a Caio Miranda, Charles Miranda, dona Zefa, seu Hélio, Lucas Silva e Xumiga.

Agradeço a Flávia Mara, Natália Maria, Mariana dos Santos, Larisse Brito, Mariana Costa e Carol Ferraz por me aproximarem de uma matriz de referência negra e africana contribuindo para um projeto pessoal de questionamento dos meus privilégios sociorraciais.

Agradeço ainda a muitas/os outras/os amigas/os que tornaram o processo de realização dessa dissertação mais coletivo e menos solitário como Lucas Marques, Thúlio, o pessoal da filosofia e do direito da UnB, entre outras pessoas.

## RESUMO

Desde a década de 2000, no Brasil, o número de mulheres envolvidas no tráfico de drogas é crescente. Estudos das ciências sociais têm buscado por um viés de gênero e por um mergulho na realidade carcerária feminina as explicações para esse fenômeno. O presente trabalho realiza um caminho diferente, pois não pretende entender as causas explicativas do aumento do delito entre a população carcerária feminina. O objeto científico deste trabalho é entender como acontece a relação de um seletivo grupo de mulheres encarceradas por esse delito com três pilares fundamentais de entrada ao mundo público oficial: a escola, o trabalho e a família, ou seja, quais são os fatores presentes nas trajetórias sociais desse grupo quando essas mulheres ingressam em um “curso de vida lícito”. Para cumprir com esse objetivo, foi realizado um trabalho de campo dentro da Penitenciária Feminina do Distrito Federal, onde esse grupo de mulheres foi entrevistado. A dissertação se desenvolve por meio de uma abordagem qualitativa interdisciplinar que prioriza as teorias feministas de gênero, raça e classe, busco entender a realidade social dessas mulheres mediante esses eixos sociais estruturantes e localizando-as como sujeitos no contexto histórico e social da transferência da capital federal para o Planalto Central que coincide com o período em que seus parentes migraram para a região em busca de uma vida melhor. Por meio de uma análise qualitativa foi possível verificar e compreender quais são os fatores interseccionais que orientam a opção pela atividade do comércio ilegal de drogas como inserção laboral como uma opção cotidiana na realidade desse seletivo grupo de mulheres que cresceram nas periferias semiurbanizadas do Distrito Federal.

## ABSTRACT

Since the 2000, in Brazil, the number of women involved in drug traffic is increasing. Studies in social science search through the view of gender, and get deep on the reality of the female jail population, to obtain explanations and reasons for this phenomenon. This research work presents a different way, and do not intend to understand the causes for the increase of this crime on the female jail population. The scientific object of this paper is understanding the relation of a select female group in jail, with three fundamental pillars to the introduction into the official public world: the school, the work and the family. It intend to show which are the factors lived on her social trajectories when they were on this "licit way of life". In order to fulfill this objective it was conducted a fieldwork in the Federal District women's Penitentiary, where this group of women was interviewed. The dissertation develops through a qualitative approach that prioritizes the feminist theories of gender, race and class, seeking understand the social reality of these women through these structuring social axes and fitting them as subjects in the social and historical context on the transfer from the federal capital to the Planalto Central which coincides with the period in which their relatives migrated to this region searching for a better life. Through a qualitative analysis was possible verify and understand what are the intersectional factors that drive them to the option for illegal drug trade activity as a labor insertion and an everyday option on the reality of this select group of women, who grew up in the outskirts of the semiurbanised Federal District.

## LISTA DE TABELAS

Tabela II – Percentual de mulheres na população carcerária brasileira por ano no Sistema Prisional e na Polícia (2000-2012).....	105
Tabela III – Incidência de mulheres no tráfico de entorpecentes por total de crimes tentados/consumados no Brasil.....	106
Tabela IV – Percentual de mulheres na população carcerária do Distrito Federal no Sistema Prisional (2005-2013).....	107
Tabela V – Tipificação dos crimes tentados/consumados no Distrito Federal por sexo (2005-2013) .....	107
Tabela VI – Percentual de incidência/reincidência criminal das internas da PFDF segundo a variação de anos (2004-2013).....	109
Tabela VII – Tabela de anos de condenação das internas da PFDF segundo uma variação de anos (1993-2013).....	109
Tabela VIII - Faixa etária das internas da PFDF (2013).....	110
Tabela IX - Cor das entrevistadas da PFDF (2013).....	106
Tabela X– Grau de escolaridade das internas da PFDF (2013).....	112
Tabela XI – Grau percentual de escolaridade das internas da PFDF conforme variação dos anos (1993-2013).....	112
Tabela XII – Situação de conjugalidade das internas da PFDF (2013) .....	113
Tabela XIII – Situação conjugal das internas da PFDF conforme variação de anos (1993-2013) .....	113
Tabela XIV – Religião das internas da PFDF (2013) .....	118
Tabela XV - Tabela de composição familiar da família de origem das entrevistadas.....	160
Tabela XVI – Tabela de última ocupação profissional anterior à prisão (1993-2013).....	161
Tabela XVII -	
Tabela XVIII – Tabela de caracterização de violência intrafamiliar na família de origem ...	166
Tabela XIX – Tabela de caracterização da violência intrafamiliar na família de formação ..	167

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHA - Associação Histórica Americana

ATP - Ala Mista de Tratamento Psiquiátrico da Penitenciária Feminina do Distrito Federal

CPP - Complexo Penitenciário da Papuda

CRAS - Centro de Referência e Assistência Social

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CRT - Centro de Recepção e Triagem

DEPEN/MJ - Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça

GEAIT - Gerência de Assistência ao Interno da Penitenciária Feminina do Distrito Federal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LEP - Lei de Execuções Penais

NEP/UnB - Núcleo de Estudos pela Paz/ Universidade de Brasília

NUARQ - Núcleo de Arquivos da Penitenciária Feminina do Distrito Federal

PDAD – Pesquisa Distrito de Amostra Domiciliar

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar

PCDF/RJ – Penitenciária Central do Distrito Federal/Rio de Janeiro

PFDF - Penitenciária Feminina do Distrito Federal

PPGNEIM/UFBA - Programa de pós-graduação em estudos interdisciplinares sobre Mulheres, gênero e feminismos da Universidade Federal da Bahia

PPGSOL/UnB - Programa de pós-graduação em sociologia da Universidade de Brasília;

RA - Região Administrativa;

SDH/PR - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SPM/PR - Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

SESIPE - Subsecretaria do Sistema Penitenciário



UnB - Universidade de Brasília

UFBA - Universidade Federal da Bahia

VEP/TJDFT - Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Mapa da Penitenciária Feminina do Distrito Federal .....	47
Mapa 2. Mapa interno do Núcleo de Suprimentos da PFDF.....	48
Mapa 3. Localização do Plano Piloto e Regiões Administrativas até 1989 .....	139
Mapa 4. Mapa das Regiões Administrativas e dos locais de moradia das entrevistadas .....	140

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I: Notas etnográficas sobre a imersão no universo prisional e a construção do objeto de pesquisa.....	22
1.1. Antes do campo: memórias da primeira entrada e a percepção do tema de pesquisa .....	22
1.2. Um corpo estrangeiro no recinto: a entrada no universo prisional feminino e o contato com os atores prisionais .....	24
1.2.1. A diretoria e os policiais: Lupicínio e Vicente.....	24
1.2.2. Rita, Roberta, Raquel e Estrela, as <i>outras</i> entrevistadas e o recorte do objeto de pesquisa.....	32
1.3 Aspectos gerais das entrevistas: tempo e mapeamento dos espaços na PFDF.....	44
1.4. Uma reflexão teórica, política e antropológica sobre a etnografia.....	50
CAPÍTULO 2: Amarrações interdisciplinares: Instrumentos conceituais e categorias necessárias ao desenvolvimento da pesquisa científica .....	59
2.1. A vida como conceito na sociologia e no campo: da “história de vida” à “trajetórias sociais” no debate sociológico e o objeto empírico do curso de vida lícito .....	59
2.2. Da crítica feminista à ciência moderna para uma epistemologia feminista negra como novo modelo científico .....	73
2.3. Conceituação dos instrumentos analíticos gênero, raça, classe e uma análise interseccional das opressões .....	86
CAPÍTULO 3: Trajetórias sociais, contexto histórico, análise se dados e perfil das entrevistadas .....	98
3.1. População carcerária feminina na PFDF, perfil das entrevistadas e uma breve história das prisões femininas no Brasil .....	100
3.2. Contexto histórico das famílias migrantes e perfil das entrevistadas no contexto da transferência da capital federal para Brasília .....	121
3.3 O tráfico de drogas como mercado ilícito de trabalho.....	137
3.4. Uma análise do curso de vida lícito – escola, família e trabalho .....	156
Conclusão e considerações finais .....	172
REFERÊNCIAS .....	175
GLOSSÁRIO DE PALAVRAS E EXPRESSÕES .....	187
ANEXOS .....	190

## INTRODUÇÃO

Tive um primeiro contato com a realidade prisional feminina pela participação como monitora no projeto “Educação Popular e Direitos Humanos: Capacitação de atores sociais no Distrito Federal e Goiás” cujas atividades se desenvolveram no decorrer de 2011. A realização do projeto foi fruto da parceria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) com o Núcleo de Estudos pela Paz da Universidade de Brasília (NEP/UnB). Nesse projeto, cada dupla de monitoras/es<sup>1</sup> era responsável por indicar, conforme sua experiência, um grupo de pessoas socialmente vulneráveis que tivesse disponibilidade e interesse em participar das oficinas de formação em direitos humanos.

Nesse mesmo período, recém-saída da UnB, ao realizar o trabalho de conclusão de curso que surtiu na monografia *Diálogos sobre a diferença sexual* (2011) ficou latente uma vontade em conciliar meus interesses sobre as questões de gênero, feminismo e filosofia com a prática. Animada pelo início de certa reorientação das minhas percepções sobre as relações sociais e a vida diária, acreditava que trabalhar questões de gênero com um grupo de mulheres seria uma forma de unir teoria e prática política. Marinheira de primeira viagem, não tinha experiência nem em projetos sociais e não conhecia um grupo de mulheres que poderiam interessar-se pela proposta. Nessa busca, consultei amigas/os e envolvidas/os em movimentos sociais, ONGs e demais trabalhos desse gênero e não tive sucesso.

Na mesma época, me mudava para outra casa. No novo endereço eu e minhas companheiras de casa procurávamos pelo DVD *Extramuros* (2008), o trabalho de conclusão de curso das duas em comunicação audiovisual que originou esse documentário. O tema

---

<sup>1</sup>Essa dissertação faz uso da linguagem inclusiva que busca desconstruir o sujeito universal da linguagem no masculino. Para a/o leitora/or que não é familiarizado com o tema segue uma breve explicação: Geralmente, na língua portuguesa, sempre que há termos que digam respeito a um coletivo misto (mulheres, homens, travestis, transexuais), a generalização ocorre para o masculino. Por exemplo, se nos referimos a um grupo onde há trinta mulheres, um homem e três travestis, o termo utilizado é sempre masculino: “Todos do grupo” é a expressão preferida para designá-lo em detrimento de “todas do grupo” ou “todas/os”, “todos(as)”, “tod@s”, “todxs”. A generalização para o feminino pode ser tomada como símbolo de ofensa e as outras possibilidades são praticamente desconhecidas ou pouco utilizadas. Ao utilizar a “as/os”, “os(as)”, “@s”, há um reconhecimento que as mulheres estão inseridas nesse coletivo, muito embora, geralmente, o “os” venha primeiro na dupla “os/as”. A opção “todxs” é a mais adequada, pois inclui pessoas binárias e não binárias, contudo, para os fins do presente trabalho considere o termo “as/os” com a flexão feminina em primeiro lugar por tratar especificamente de um grupo de mulheres cisgênero mais adequada, dado também o fato de que a flexão ‘xs’ é de uso mais informal. Caso a/o leitora/or queira aproximar-se com o tema, recomendo a leitura do artigo: <<http://petdirunb.wordpress.com/2012/06/29/linguagem-inclusiva-para-que-serve/>>. Acesso em: 14 de jul. 2014.

central do filme é o cárcere feminino apresentado por diferentes ângulos, em um primeiro momento, pela perspectiva acadêmica com a participação de pesquisadoras nessa área, por representantes do governo envolvidas/os em políticas públicas para as mulheres, da defensoria pública e da CPI do sistema carcerário, mas o que chamou atenção foi o relato de Kenya e Lika, duas mulheres recém-egressas da Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF) que falavam por uma perspectiva de dentro sobre temas variados. Faziam parte das falas a visita das/os parentes ao presídio, a preocupação das internas com a família na realidade extramuros, os sentimentos sobre o dia das mães, os serviços internos prestados pelo presídio, as atividades prisionais, a reinserção social e outros temas relativos ao cárcere. As falas, sobretudo, as de Lika, deixavam completamente nuas as falhas da privação de liberdade como medida legal de punição e ressocialização e da gestão do sistema penitenciário brasileiro. Abriu-se um fosso entre minhas percepções sobre crime, justiça, legalidade e delinquência e o ângulo sobre essas questões apresentado por Lika.

Após o filme, Rebeca e Camilla dividiam comigo a experiência das filmagens, do contato com as egressas, as aventuras vividas durante as gravações e o carinho especial que criaram por Lika. A protagonista tornou-se também coprodutora do filme, escapando do papel de atriz e se integrando em outras atividades. A força com que Lika transmitia suas ideias sobre justiça junto às minhas novas percepções sobre as relações de gênero e as demandas do projeto social de achar um grupo interessado em oficinas de direitos humanos formava a tríade perfeita de uma vontade idealista, inocente e pretensiosa tanto de me aproximar daquela realidade tão diferente da minha quanto de achar que poderia contribuir para muda-la de alguma forma.

Indiquei à equipe do projeto a população carcerária feminina da PFDF como um grupo possível para as oficinas, a equipe se mostrou animada para realizar as atividades e trabalhar com as questões de gênero e cárcere. O próximo passo era entrar em contato com os grupos e apresentar uma espécie de “diagnóstico de demandas” e uma proposta de oficinas com base nesse retrato. Como não era possível o acesso imediato às internas da PFDF, entramos em contato com Lika. Recebidas em sua casa, em Itapoã, Região Administrativa (RA) XXVIII<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup>O Distrito Federal é dividido em trinta e uma Regiões Administrativas (RAs) sendo vedada sua divisão em municípios pelo artigo 32 da Constituição Federal de 1988. A gestão política das RAs, diferente dos municípios, fica a cargo das Administrações Regionais, supervisionadas pela Secretaria de Governo do Distrito Federal e têm por competência representa-lo no âmbito das Regiões Administrativas. Sublinha-se o fato de que até os dias atuais muitas RAs não possuem um Regimento Interno próprio e tem suas competências definidas pelo Decreto nº 16.247 de 19 de dezembro de 1994. Em seguida, aparece no texto o termo ‘cidade-satélite’ pelo qual as RAs são popularmente conhecidas. Apesar de o uso do mesmo ter sido proibido em documentos oficiais pelo Decreto

próxima ao Paranoá, uma das cidades-satélites mais antigas e tradicionais do Distrito Federal. Lá, tiramos algumas curiosidades e dúvidas sobre o presídio e pensamos juntas em possíveis estratégias de entrada na PFDF. Lika nos contou várias histórias de sua época de interna que pareciam verdadeiros contos de terror. Pensamos em uma possível atuação na área de saúde, em diálogo com a sexualidade, prazer, higiene corporal, prevenção de DSTs, etc.

Apesar da predisposição inicial da equipe, em outra reunião, comentários repentinos irromperam por parte do grupo que agora se mostrava contra a nossa indicação. Os argumentos circulavam em torno do receio de sermos feitas de refém e de sofrermos ameaças de morte, uma vez que o projeto não dispunha de seguro de vida, do perigo que “essas mulheres” representavam por terem sido socializadas de outra forma (!), da falta de conhecimento teórico da dupla acerca das questões carcerárias, etc. Uma reunião exaustiva para deliberar a respeito do assunto decidiu com um placar acirrado entre ‘a favor’ e ‘contra’ trabalhar com o grupo. Uma reflexão posterior me fez ver que populações carcerárias em geral, e feminina, em específico, estavam sujeitas a uma marginalidade muito específica, sobretudo, por ser uma realidade cuja via de acesso era proibida.

No decorrer das oficinas com as internas, conversas informais traziam fragmentos de vida à tona e revelavam a preocupação que sentiam com relação aos seus/seus filhas/os, marido, mãe, avós e a toda uma vida que havia ficado na realidade extramuros. Essas preocupações vinham carregadas de culpa por não estarem lá fora ajudando a cuidar das suas famílias. Essa culpa não parecia ser somente de foro íntimo, mas que de algum modo, estava também revestida por uma sensação de inadequação social por causa dos atos ilícitos e por não cumprir os papéis sociais normativos de gênero. As experiências, falas e afetos trocados levaram-me a uma curiosidade investigativa sobre a realidade dessas mulheres, uma pergunta me inquietava: Quais episódios de vida haviam levado essas mulheres ao cárcere? Como elas percebiam os motivos que as levavam a essa condição? Percebi que em um grupo de oito mulheres, sete poderiam ser consideradas como ‘não brancas’ e haviam sido presas por tráfico de drogas, e a única branca, por homicídio.

A maioria narrava uma história cujos detalhes pouco mudavam. Trabalhavam até terem filhas/os, quando elas/es nasciam, elas abandonavam seus empregos para cuidá-las/os.

---

nº 19.040 de 18 de fevereiro de 1998, ‘cidade-satélite’ parece ser um termo que compreende melhor a relação entre a RA nº I, Brasília (o avião localizado geograficamente no centro) e as demais RAs por isso opto por ele, além do fato de o termo ser mais popular. Contudo, mais adiante deixo disposto um mapa de localização das cidades-satélites com o número das RAs entre parênteses.

Seus maridos que permaneciam trabalhando deixavam o lar por infidelidade ou por serem presos e as mulheres então passavam a arcar com as despesas da provisão. Muitas vezes, as/os filhas/os ajudavam a mãe cuidando da/o irmã/ão mais nova/o. Quando conseguiam um emprego, vários percalços eram encontrados no caminho para que pudessem permanecer no trabalho tornando a garantia de estabilidade financeira um laço frágil, o que acabava por fazê-las recorrer ao tráfico de drogas e a outras atividades ilícitas. Entre as dificuldades para conseguir um emprego, a condição de ex-presidiária agravava o caminho daquelas que eram reincidentes.

Nesse mesmo período, cursei uma disciplina chamada Sociologia do gênero e da raça do Programa de pós-graduação em sociologia da UnB (PPGSOL/UnB). Essa disciplina me ajudou a ter uma compreensão sociológica sobre as questões suscitadas pelas minhas experiências cotidianas na penitenciária. Pela primeira vez, entrei em contato com a produção intelectual sobre questões raciais. Se reorientei minhas percepções no primeiro contato com as teorias feministas, acontecia o mesmo com as questões de raça/etnia. Dessa maneira, investida de curiosidade e de novos instrumentos teóricos, comecei a escrever o projeto de mestrado para o Programa de Pós-graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, gênero e feminismos da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA). Aprovada no 1º semestre de 2012 me mudei para Salvador.

O contato com as disciplinas do programa remodelou o projeto inicial. O artigo final para a disciplina Gênero e História relacionou duas reportagens sobre mulheres que cometeram atos ilícitos em épocas distintas, com cerca de cinquenta anos de diferença entre uma e outra. O trabalho buscou analisar as estratégias de poder que permeiam a linguagem e trabalhar a questão das representações sociais. Embora se tratasse de crimes distintos (homicídio e tráfico de drogas) e de épocas distintas, encontrei elementos comuns que traduziam um crescente processo de desumanização ao assemelhá-las a ‘bestas’, ‘feras’ e outras figuras comuns ao inferno, e em um movimento duplo, destituir-lhes de uma feminilidade ligada à ‘santificação’, à ‘bondade’ e à ‘pureza’. Uma visão maniqueísta e cristã do ‘bem’ e do ‘mal’, do ‘profano’ e ‘sagrado’, do ‘céu’ e do ‘inferno’ eram usadas para refinar uma imagem desumanizada da mulher criminosa. Foi observado durante o levantamento do material de base para o artigo que a maioria dos vídeos retratava mulheres envolvidas com o tráfico de drogas e fazia uma abordagem um tanto sensacionalista do recinto prisional.

O trabalho final da disciplina ‘Dinâmica das relações sociais de gênero, raça e classe’ resultou em escrever a história de vida de Lika sob o prisma de uma análise das relações de gênero, raça e classe. Um fator curioso que apareceu nesse trabalho foi a costura da trajetória pessoal/social da personagem com os movimentos políticos da história da construção de Brasília e do Distrito Federal. O trabalho mostrou como a trajetória da personagem no envolvimento com o crime se cruzou com o contexto histórico do processo de transformação das vilas operárias em cidades-satélites na luta contra a remoção da Vila Paranoá para um local distante do centro do DF, Brasília, RA I. O relato de Lika sobre sua vida trazia vários aspectos de gênero na sua trajetória como “mãe solteira” de duas filhas/os, na trajetória de sua mãe também como “mãe solteira” de quatro filhas/os, e de classe, na moradia em uma vila operária sem equipamento urbano, com dificuldades estruturais de permanência e habitação, entre outros episódios e que irromperam na sua escolha pelo tráfico de drogas. O método de história de vida me cativou por possibilitar a imersão no cotidiano da vida do sujeito sobre o qual se escreve e por permitir uma abordagem que aproxima pesquisadora/or e pesquisada/o.

A disciplina ‘Seminários multidisciplinares de pesquisa’ permitiu um contato com o arcabouço teórico e metodológico das ciências sociais, área com a qual não tinha familiaridade. A partir das leituras, pude entrar em contato com a questão antropológica da relação entre pesquisadora/or e sujeito pesquisado/o, um nó central do trabalho que pretende uma análise sociológica. E finalmente, ‘Seminários em teorias feministas I’ serviu como um denso mergulho em uma perspectiva histórica da teoria feminista desde seu projeto iluminista até as correntes pós-coloniais, de estudos culturais, sul-americanos e negros.

Essas foram minhas motivações iniciais - pessoais e acadêmicas - que me levaram ao interesse pelo tema de gênero e raça e pela realidade carcerária feminina, principais vetores do presente trabalho. A proposta do trabalho incide em investigar a trajetória de vida de treze mulheres que atualmente cumprem pena pelo delito de tráfico de drogas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. Pelo conceito de trajetória de vida, pretendo explorar a interação entre as interconexões de raça, gênero e classe na matriz de dominação com três pilares fundamentais e institucionais de estruturação da vida dos sujeitos, ‘família’, ‘escola’ e ‘trabalho’, o que denomino ‘curso de vida institucionalizado’. Busco assim, entender como as interconexões por meio da matriz de dominação composta por esses elementos interceptados em interação com o ‘curso de vida institucionalizado’ fazem com que a opção pelo tráfico de drogas seja o destino comum dessas mulheres.

Observei que as entrevistadas ao narrarem seus percursos sempre referiam seus relatos segundo uma expectativa cultural normativa de seguir de modo contínuo essas três dimensões



integrantes de uma vida normal e lícita. A investigação das trajetórias sociais dessas mulheres no envolvimento com o tráfico de drogas as percebe como sujeitos migrantes no contexto histórico da transferência do Distrito Federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central com a construção da sua nova capital, Brasília. Como essas mulheres, vindas de famílias pobres do nordeste, Goiás e Minas Gerais, com histórias pessoais profundamente marcadas por acontecimentos que têm suas interconexões sociais com os eixos de gênero, classe, raça e localização percorrem um ‘curso de vida lícito’ cujos pilares fundamentais pressupõem uma integração contínua entre trabalho, escola e família?

Durante as entrevistas, busquei utilizar como metodologia de coleta de dados a observação direta e o registro etnográfico em cadernos de campo, a entrevista semiestruturada acompanhada de um roteiro de observação que constam em anexo, no final do trabalho. O instrumento conceitual de ‘história de vida’ é discutido a partir de Debert (1997), Becker (1993) e Haguette (1987) junto ainda às noções de aproximação com o campo por Velho (1978) e Favret-Saada (2005) e foi usado não somente com a finalidade de tecer um relato cronológico da vida dessas mulheres, mas de constituir um campo microssocial de análise no que se refere às questões cotidianas, à rotina das atividades diárias, o tempo dispensado a cada tarefa, as redes de suporte, a rotina de trabalho, os estudos, a relação com a família, etc. A metodologia se mostrou pertinente aos fins da pesquisa já que é comumente usada nas ciências sociais para um contato vivo com o objeto de pesquisa de modo a atualizar, questionar ou corroborar estudos científicos sobre o tema e permite uma maior proximidade por ser um método reconhecido por preservar a produção de sentido nos relatos dos sujeitos em investigação.

O conceito de ‘trajetória de vida’ tem como guias conceituais Bourdieu (1996), Goldani (1989) e Bertaux (1977). Junto a essas/es autoras/es, discuto quais são as possibilidades da/o pesquisadora/or de construir a história dos sujeitos que são seu objeto de pesquisa, como isso implica em determinadas arbitrariedades engendradas pelo tema e em recortes imaginários sobre a integralidade da vida dos sujeitos em questão. Esse mesmo conceito possibilita visualizar no curso da vida pessoal de cada uma dessas mulheres como que alguns acontecimentos concatenados decorreram na interrupção do fluxo contínuo de determinadas atividades por questões simultaneamente, subjetivas e sociais, os chamados *turningpoints*. A ‘trajetória de vida’, portanto, pretende ser trabalhada de uma perspectiva individual, da biografia pessoal do sujeito e verificar os arranjos de cada uma frente às situações cotidianas que envolvem escola, família e trabalho, e também de uma perspectiva coletiva, localizando-as como um grupo social em um determinado contexto histórico

buscando assim visualizar quais são as séries de repetição que constituem padrões sociais ou uma espécie de ‘curso de vida alternativo’.

A centralidade da noção de ‘trajetória de vida’ pretende abordar o tráfico de drogas não somente como um pilar de sustentação econômica que permite às mulheres conciliar essa atividade com outras como a maternidade, os afazeres domésticos, a garantia pela sua sobrevivência e dos seus familiares ou como fruto de um processo intenso de globalização que gera mercados informais e ilícitos como o tráfico de drogas no qual as mulheres, sobretudo, as mulheres negras se localizam na ponta mais vulnerável desse iceberg como tem sido apontado em estudos recentes sobre o tema. Pretendo entendê-lo antes como uma atividade ilícita integrada à vida e ao cotidiano dessas mulheres nas periferias do Distrito Federal, de modo a mostrar o cruzamento dos múltiplos eixos sociais trabalhados como peças vivas de negociação com os acontecimentos cotidianos, com o fluxo da vida diária, na interação com as instituições sociais e com os sujeitos que fazem parte das histórias contadas.

O trabalho com biografias de sujeitos que pretende abordar uma perspectiva individual e social está inscrito dentro de uma percepção feminista inter-racial (LORDE, 1984). Tendo em conta as diferenças sociais que atravessam o contato entre eu - como pesquisadora, branca e de classe média e elas como mulheres majoritariamente negras, de baixo perfil socioeconômico, de zonas periféricas da cidade e de baixo índice de escolaridade - se fez necessária uma reflexão sistemática sobre isso. Sendo assim, as opções teóricas e metodológicas mergulham na teoria feminista negra estadunidense fazendo uso dos preceitos da epistemologia feminista negra perspectivista (COLLINS, 2000) como fundamentos para estabelecer um conhecimento que se erige pelo diálogo entre mulheres, pela ética do cuidado, pela responsabilidade pessoal e pela experiência vivida. Para explorar os eixos de raça, gênero e classe, tenho como interlocutoras principais Collins (1989, 2000, 2009), Davis (2004/5), Saffioti (1992) e Scott (1992) em um diálogo onde procuro justificar a opção por uma análise interseccional das opressões frente às trajetórias de vida. Todo esse périplo conceitual esboçado até agora nessa introdução faz parte do segundo capítulo dessa dissertação que mostra os instrumentos conceituais que pretendo utilizar e um desenho mais detalhado do objeto de pesquisa.

O primeiro capítulo constitui-se como uma apresentação etnográfica da minha entrada na penitenciária. Narro por um viés descritivo e reflexivo como fui percebida e socialmente construída na interação com a equipe dirigente do presídio. Uso Goffman (2011) para escrever como um corpo estrangeiro é percebido dentro de uma instituição total. E uso Scott (1992) para examinar os jogos de poder na interação com os atores prisionais. Escrevo sobre

como essa relação moldou minhas estratégias de atuação e de negociação sobre o espaço, as entrevistas e o material que julgava necessário para realizar um bom trabalho científico. Mostro ainda como o objeto de pesquisa se desvela e se costura ao integrar-se ao caminho percorrido durante o trabalho de campo e como a desconstrução do *bias* (BECKER, 1993) foi fundamental na empreitada de redimensionar o universo prisional feminino, revestindo a experiência anterior de entrada de outros matizes. Permito-me uma narrativa mais descritiva no intuito de espriar a imaginação da/o leitora/or para outros campos de sentido e conexões já que o campo da pesquisa trata do universo prisional feminino, já tão socialmente estigmatizado e simbolicamente carregado de conotações negativas. Por meio dessa descrição, anuncio algo sobre a análise de dados e conteúdo metodológico e teórico e apresento a/ao leitora/or detalhes sobre o espaço físico da penitenciária, mapas de localização com núcleos, blocos e entradas que são importantes para entender a repercussão desse espaço no trabalho de campo.

O terceiro capítulo pretende adentrar o objeto de pesquisa por uma apresentação e caracterização do grupo social, a localização delas como moradoras das cidades-satélites - ainda carentes de equipamento urbano adequado - do Distrito Federal no contexto histórico da construção e da emergência da Capital Federal. Essa parte histórica mostra a política remocionista do governo JK com as/os habitantes das vilas operárias à época da construção da capital como parte do planejamento urbano e estético de Brasília. Finalizam esse terceiro capítulo a análise de dados e os resultados discutidos a partir da produção teórica local sobre o mesmo tema e as considerações finais a respeito da pesquisa.

O trabalho é escrito por uma abordagem científica qualitativa e interdisciplinar passando por áreas do conhecimento como sociologia, antropologia e história, mas escrito à luz de questionamentos filosóficos. Esse norte científico traz uma complexidade distinta daquela colocada por debates disciplinares que tratam do mesmo tema ou tema análogo cujas discussões se pautam geralmente em torno de dualismos como o protagonismo ou vitimização das mulheres no envolvimento com o tráfico de drogas ilícitas ou a ocupação de posições primárias por homens e secundárias por mulheres na hierarquia do crime e do mercado de trabalho ilícito do tráfico de drogas, a submissão das mulheres a posições periféricas e aos homens como operadores centrais da atividade do tráfico. Por esse aporte teórico, forma-se um olhar mais esmerilhado a respeito das diversas modalidades existentes com relação à atividade de venda/tráfico de drogas ilícitas e sua integração com outras atividades ilícitas, irregulares e/ou informais.

## **CAPÍTULO I: Notas etnográficas sobre a imersão no universo prisional e a construção do objeto de pesquisa**

### **1.1. Antes do campo: memórias da primeira entrada e a percepção do tema de pesquisa**

Como já relatado na introdução, não era a primeira vez que adentrava um espaço penitenciário, desse modo, as notas que tomo neste capítulo dizem respeito a um corpo que já compartilhou da rotina do local e da convivência com seus diferentes atores. Assim, os elementos mais tradicionais expressos pelo poder descritivo das etnografias realizadas em recintos prisionais como o barulho das grades ao fecharem as celas, os desagradáveis odores que percorrem os corredores e o burburinho das infinitas vozes que trafegam pelas galerias das penitenciárias, narrados como os termos que catalisam o choque das/os ingressantes de primeira viagem não condensam a via principal dessas notas.

Para falar desse mergulho nas experiências da pesquisa de campo inevitavelmente me conduzo às memórias da minha primeira entrada na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF) e as trago vivas nesse segundo ingresso enquanto pesquisadora. Lembro-me que no primeiro dia em que visitei a PFDF para apresentação do projeto social já mencionado, fui guiada em uma visita pelos diferentes espaços da penitenciária, e em um deles, uma cela-de-aula<sup>3</sup>, em que algumas internas costuravam materiais em *patchwork*, fiquei trancada por cerca de dez minutos enquanto a policial civil que nos acompanhava fazia uma breve introdução sobre as atividades de remição de pena<sup>4</sup> oferecidas pelo presídio às internas. Suas palavras passavam despercebidas pelos meus ouvidos perante a breve sensação de mal-estar e

---

<sup>3</sup>O nome 'celas-de-aula' é usado pela equipe dirigente da PFDF para referirem-se às salas do Núcleo de Ensino (NUEN). São espaços que se constituem por grades e trancas à semelhança de uma cela comum, mas direcionados às atividades de oficinas, cursos, aulas regulares e outras atividades de remição de pena.

<sup>4</sup>A remição de pena é um benefício concedido pela/o juíza/o da Vara de Execuções Penais (VEP) e instituído pela Lei de Execuções Penais (LEP). O artigo 126 da LEP autoriza a pena a ser cumprida pelo trabalho ou pelo estudo. No primeiro caso, três dias de trabalho equivalem ao desconto de um dia da pena ou do tempo necessário para a progressão de regime (semiaberto) ou para a concessão de livramento condicional (outros benefícios). No caso dos estudos, desconta-se um dia mediante a comprovação de doze horas de frequência/aula. Para obter mais informações leia: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Cartilha da Mulher Presa**. 2ª edição. 2012. 38 p. Disponível em: <[http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/temas\\_de\\_atuacao/sistema-prisional/saiba-mais/publicacoes-1/cartilha-da-mulher-presa-conselho-nacional-de-justica-cnj-2011](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/temas_de_atuacao/sistema-prisional/saiba-mais/publicacoes-1/cartilha-da-mulher-presa-conselho-nacional-de-justica-cnj-2011)>. Acesso em 16 jul. 2014.

sufocamento causada por experimentar rapidamente o que para aquelas mulheres era uma realidade cotidiana, a privação de liberdade. No entanto, entre os redutos apresentados, o bloco do regime semiaberto<sup>5</sup>, onde estávamos, era o local que, institucionalmente, as internas estavam mais próximas à liberdade por ganhar os benefícios do trabalho externo e do saído<sup>6</sup>.

Essa pré-consciência, ainda emaranhada em um estado maciço de sensações estranhas, posteriormente me trouxe uma reflexão a respeito das posições antagônicas entre a minha condição de liberdade e a condição de aprisionamento daquelas mulheres: a percepção dos fatores sociais que tornam o usufruto dessa liberdade possível - ser branca, de classe média, com grau superior completo. Em uma sociedade de recente passado (ainda presente) colonial e escravista, isso é praticamente sinônimo de acesso *rotineiro*<sup>7</sup> e estável a uma série de direitos e benefícios negados à boa parte da população, na qual a maioria daquelas mulheres que costuravam peças que lhes rendiam uns poucos trocados na venda a membros da equipe prisional ou nos finais de semana na Feira da torre de TV se encaixava.

Cerca de um ano e meio depois, prestes a ingressar novamente na penitenciária, uma série de alertas e comentários partiam de pessoas comuns aos meus círculos sociais. Quando explicava do que se tratava o tema da pesquisa, algumas pessoas automaticamente faziam uma ligação patológica e esotérica entre eu e o tema por meio de uma homologia barata, baseadas na convicção de que a escolha pelo tema que envolvia ‘gênero’ e ‘cárcere’ refletia

---

<sup>5</sup>Faz parte de ação penal a execução da pena privativa de liberdade de forma progressiva. Geralmente, para os casos de detenção o regime semiaberto sucede o fechado conforme o bom comportamento da pessoa presa. O regime semiaberto é caracterizado pelo cumprimento da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar. Para mais informações ver: BRASIL. **Código Penal Brasileiro**. Versão atualizada em 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm)> Acesso: 16 jul. 2014. Contudo, no Brasil é comum que se cumpra o regime semiaberto na própria penitenciária, em prédio separado do regime fechado. Os espaços a que me refiro no texto estão localizados no Mapa 1. que dispõe sobre a organização da infraestrutura da penitenciária e no Mapa 2. que dispõe sobre o espaço interno do NUSUP, local onde ocorriam as entrevistas.

<sup>6</sup>Os benefícios que podem ser concedidos à pessoas presas são: a progressão de regime, o livramento condicional, a permissão de saída, a saída temporária, remição, o indulto e a comutação. Todos envolvem um bom comportamento carcerário e acontecem mediante requisitos necessários que variam conforme o tipo de regime e o tempo de pena cumprida pela pessoa condenada e visam a um abrandamento da pena. Para mais informações ver: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Cartilha da Mulher Presa**. 2ª edição. 2012. 38 p. Disponível em: <[http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/temas\\_de\\_atuacao/sistema-prisional/saiba-mais/publicacoes-1/cartilha-da-mulher-presa-conselho-nacional-de-justica-cnj-2011](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/temas_de_atuacao/sistema-prisional/saiba-mais/publicacoes-1/cartilha-da-mulher-presa-conselho-nacional-de-justica-cnj-2011)>. Acesso em 16. Jul. 2014.

<sup>7</sup>Escrevo “rotineiro” no mesmo sentido que Patricia Hill Collins estabelece (2000, p. 4, tradução minha) quando fala da segunda dimensão da supressão do pensamento negro afro americano na frase: “[...] a dimensão política da opressão têm negado às mulheres afroamericanas os privilégios rotineiramente estendidos aos cidadãos brancos.”. Acredito que há uma diferença qualitativa no acesso aos direitos e privilégios concedidos pela política estatal no que se refere à população negra e às mulheres, em particular. Não há uma estabilidade na garantia desses serviços, o que impossibilita as condições de um acesso permanente e seguro, de modo que apesar de escritos na lei, na vida das pessoas negras, em especial, das mulheres esses recursos são contingenciados.

que eu teria algo preso dentro de mim, um problema psicológico a ser resolvido. E outras não escondiam os olhares de estupefação ao fazerem uma conexão imediata entre a minha feição física e o tema. Além de ser branca e de olhos claros (lê-se, automaticamente, de boa condição financeira), aparento, em geral, ser mais nova do que minha idade biológica sugere. Acredito que esse contraste entre minha compleição física que remete a algo cândido e inocente o que, aos olhos alheios parece entrar em contradição, com o universo do crime estigmatizado enquanto terrível e perigoso é sintomático da percepção social acerca do tema e dos estigmas que envolvem o universo prisional. Outros comentários taxavam o tema de pesado, desagradável e quando abordado, as pessoas sugeriam direta ou indiretamente uma mudança de assunto.

Essas são as linhas introdutórias que trago para desenvolver o segundo tópico dessa etnografia que busca discutir como as concepções da primeira experiência de entrada foram alteradas conforme o contato com as primeiras entrevistadas e outros atores prisionais. Pretendo desvelar como que a recepção dos agentes prisionais moldou minha atuação e como ele transita entre distintas leituras conforme os jogos das relações de poder e como as experiências vividas por essas mulheres marcam seus corpos de maneira complexa por diferentes vias.

## **1.2. Um corpo estrangeiro no recinto: a entrada no universo prisional feminino e o contato com os atores prisionais**

### **1.2.1. A diretoria e os policiais: Lupicínio e Vicente**

O primeiro contato com a Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF) para a realização do projeto de mestrado se iniciou em março de 2013. Acreditava que uma reunião presencial devido à participação anterior no projeto de direitos humanos poderia facilitar a autorização para a pesquisa de campo. De volta à Brasília no final do mesmo mês, ao dirigir-me para a cidade do Gama (RA II) que abriga a PFDF, a exatos quarenta e cinco quilômetros da minha residência, notei que havia algumas mudanças no trajeto. Os desvios provocados

pela reforma das pistas e do estádio de futebol do Bezerrão para a Copa do Mundo 2014<sup>8</sup> retiraram a placa que indicava a curva de acesso a PFDF e atrasaram minha chegada em quinze minutos. Quem desconhecesse a penitenciária, teria que parar na rua para perguntar pela localização.

O tempo também mostrava seus efeitos na entrada da penitenciária modificada pela retirada da marquise que cobria o alojamento do plantão policial na entrada. Em frente ao estacionamento para visitantes, anterior ao portão de entrada, bancos de cimento recém-construídos e lixeiras ecológicas que separavam materiais orgânicos, de vidro, plástico e metal compunham a pequena área exterior para acomodação das/os visitantes, também local de acesso ao Núcleo de Suprimentos (NUSUP). Dirigi-me ao plantão responsável pelo turno na entrada, identifiquei-me por entre a grade e um policial civil, Jesuíno<sup>9</sup> pareceu surpreso com a minha presença. O plantão era de alta rotatividade, dificilmente os policiais se repetiam em dias subsequentes e esse mesmo olhar, acompanhado de comentários que se pretendiam elogiosos, percorreu o contato com outros policiais. O cunho sexista desse tipo de interação atualizava e reiterava entre o bando policial, a virilidade imputada à institucionalização dessa categoria profissional, como característica fundamental do mito de uma masculinidade hegemônica que engendra a materialização desse tipo de atitude. A passagem de uma mulher branca de olhos claros por um grupo que variava de cinco a doze homens não poderia passar impune, me levando a crer, que se não celebrada e dita, essa masculinidade corre o risco de ameaças.

Escoltada até o prédio da administração e rapidamente atendida pela Dra. Margareth, membro da diretoria da PFDF, iniciamos uma conversa. Ao cumprimentá-la, uma expressão de quem tentava lembrar-se de onde nos conhecíamos desenhou-se em seu rosto. Fiz uma breve introdução do projeto e sublinhei que meu objeto de pesquisa se tratava da história de

---

<sup>8</sup>Brasília foi uma das doze cidades brasileiras escolhidas para sediar a Copa do Mundo 2014, evento internacional de futebol masculino organizado pela Federação Internacional de Futebol – FIFA.

<sup>9</sup>Da perspectiva ética, os nomes fictícios são fundamentais para preservar o anonimato. O sigilo de informações sobre a vida de qualquer sujeito envolvido na pesquisa é fundamental uma vez que cada um imprime sua visão particular a um dado acontecimento. Deve-se ter um cuidado especial com as internas, por estarem envolvidas com atividades ilícitas, de forma que revelar detalhes de algumas situações pode lhes prejudicar. O pseudônimo deixa aparente a dimensão fictícia do relato, na medida em que eles não esgotam a correspondência direta com os fatos reais, mas constituem apenas uma versão científica de situações de pesquisa vividas por mim. Mantive a escolha que algumas entrevistadas fizeram dos seus pseudônimos. Nos casos em que não houve sugestão, fiz uma relação dos traços mais aparentes da sua personalidade com personagens da literatura brasileira, de histórias populares nordestinas, com figuras mitológicas de religiões afro-brasileiras, personagens de filme ou simplesmente, nomes populares.

vida e das trajetórias sociais de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas. Margareth, hesitante, ressaltou que muitas pesquisas universitárias haviam sido realizadas nos últimos tempos o quadro de funcionários que já era insuficiente para atender às demandas da rotina de trabalho normal não poderia se ocupar com mais pesquisas. Contudo, no final da conversa, ao levar em conta que ela já me conhecia e que eu era ciente das regras da “casa” e da rotina de trabalho, ela concedeu a autorização.

Ao cuidarmos da parte formal, ficou estabelecido que a equipe da diretoria expediria um ofício à Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (VEP/TJDFT) comunicando a realização do projeto no recinto prisional<sup>10</sup>. Na época do projeto social, essa mesma exigência de um documento oficial que permitisse nossa entrada ficou ao nosso cargo e foi elaborado junto a um advogado e entregue pessoalmente a VEP. Ao deixar o presídio, um pensamento atiçava minha inquietude quanto aos rumos da autorização de entrada. Pensava que o fato do encaminhamento do ofício para as demais instâncias públicas ter ficado a cargo da própria penitenciária poderia ser um subterfúgio para retirar o meu controle sobre o processo formal de autorização ou atrasá-la.

A questão, obviamente, não era uma desconfiança com relação às palavras de Margareth, mas a própria possibilidade de ela, enquanto membro da equipe dirigente da penitenciária, colaborar inconscientemente ou conscientemente com a cultura íntima à natureza do próprio espaço prisional, o seu caráter de fechamento, etiquetada por Goffman (2011, p.11) como um dos primeiros elementos que define as instituições totais:

(...) um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. As prisões servem como exemplo claro disso (...)

Ficou visível a barreira física que proíbe a relação social das internas com a realidade extramuros está impressa como uma premissa básica nas práticas e discursos da equipe de agentes penitenciários, policiais, diretoria, funcionárias/os da administração e até nos funcionários terceirizados da limpeza. É frequente que incorporem um condensado ar de

---

<sup>10</sup>Esse documento constitui na elaboração de um texto com uma apresentação breve do projeto ofertado e pode ser enviado tanto pela penitenciária quanto pela pessoa física que deseja realizar o projeto. Em geral, qualquer projeto da comunidade externa de cunho social, acadêmico ou outros a ser realizados no recinto prisional requer essa formalidade. O ofício é encaminhado à Subsecretaria do Sistema Penitenciário (SESIPE). Recebido o consentimento, retorna à VEP/TJDFT, depois ao Ministério Público e novamente à PFDFT para ser assinado pela diretora e finalmente poder ser realizado.



desconfiança que funciona como pequenos atos coercitivos que permeiam constantemente a interação com membros da comunidade externa, pesquisadoras/es ou visitantes em forma de perguntas repetitivas de cunho investigativo sobre a pesquisa ou sobre sua vida.

Durante a espera pela autorização, esse caráter percorreu também outras instâncias do poder público. Se a burocracia foi inicialmente pensada para organizar as tarefas do Estado, ela mostrava toda sua irracionalidade e insensatez, à semelhança de um conto kafkiano, em vários telefonemas dirigidos a órgãos distintos e que depois de transferências sequenciais por diferentes setores das inúmeras repartições públicas terminavam em respostas evasivas ou promessas irreais a respeito do ofício de autorização ou de um suposto retorno do telefonema. Tanto é que tal ofício, apesar de aprovado pelo juiz da SESIPE em no dia 08 de maior de 2013 só foi encontrado e liberado pela VEP no dia 25 de maior do mesmo ano.

Paralelamente à espera da autorização, detalhes da pesquisa como data de início e cronograma das atividades eram negociados via telefone com dois policiais civis que chamarei de Vicente e Lupicínio e que se tornaram responsáveis pela condução da pesquisa até seu término, em agosto de 2013. Lupicínio mostrava-se interessado no assunto da pesquisa e bem disposto a ajudar, falava da enorme quantidade de mulheres envolvidas com tráfico de drogas na PFDF e divagava sobre as possíveis causas para isso, acreditava que “tudo aquilo” era por causa da falta de oportunidade de acesso a uma educação de qualidade. Do lado de cá do telefone, breves explicações sobre o conteúdo da pesquisa e a instituição de origem eram fornecidas.

No dia 10 de junho de 2013, eu retornava à Brasília e no dia seguinte, teriam início as entrevistas. Os desvios das obras continuavam a atrapalhar o caminho para a penitenciária e a causar engarrafamento. Ao chegar, identifiquei-me como pesquisadora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e disse que estava agendada para conversar com Lupicínio. Uma mensagem foi passada pelo rádio de comunicação interna HT, e prontamente, Lupicínio se apresentou ao portão e me escoltou ao Núcleo de Suprimentos (NUSUP), muito próximo ao portão de entrada.

Não houve qualquer procedimento de revista. Aliás, a irregularidade com que aconteciam as revistas do material que portava me fazia crer que aquele procedimento era mais arbitrário que parte de qualquer regimento interno. Algumas vezes, os policiais olhavam o interior da sacola que continha um gravador, uma pasta com papéis, canetas, uma marmita com almoço e um molho de chaves. Os únicos objetos detidos no portão foram o celular e o

gravador após sucessivas entradas, o gravador foi liberado mediante a confirmação da autorização pela diretora e o celular, detido. Posteriormente, uma das entrevistadas, Cabocla Jussara, conhecedora de diversos espaços de detenção do Distrito Federal, inclusive dos masculinos, comentou que não havia segurança na penitenciária feminina, que era muito desorganizado e que caso alguém quisesse realizar uma fuga, era fácil, passei a acreditar nisso.

Eu e Lupicínio atravessamos o portão e subimos uma pequena rampa que servia para conduzir os suprimentos por meio de carrinhos de mão para dentro do NUSUP e entramos no pequeno prédio do núcleo. À direita da entrada principal, um cumprido corredor desfilava com salas à esquerda, passamos por um balcão com uma campainha e entramos na terceira e última sala do núcleo. Antes de sentarmos frente a frente, separados por uma mesa, notei que Lupicínio estava impecavelmente uniformizado. Usava uma blusa impecavelmente passada, coberta por um colete da polícia civil, cuja gola polo engomada acompanhava até a altura do peito, um distintivo da polícia civil pendurado no pescoço, em um brilho dourado que se destacava do fundo preto da veste. Nos pés, sapatos pretos de couro perfeitamente lustrados com aparência de novos.

Lupicínio era branco e jovem, apesar de um aparente início de calvície deixado à mostra pelo corte de cabelo estilo militar, devia ter pouco mais que trinta e cinco anos. Sentou-se recostado na cadeira giratória com as pernas retas por debaixo da mesa, apoiando o pescoço na parte dianteira da cadeira e repousando com suas mãos cruzadas por sobre a barriga levemente saliente, iniciou um gesto circular com os polegares. Um ar de *sheriff* de velho oeste americano se desenhava no desconfiado olhar inquisidor acompanhado pela tensão das suas sobrancelhas. A voz alta e a fala rápida iniciaram um diálogo que se apresentava em tom interrogatório. Do outro lado da mesa, séria, de pernas cruzadas, estava eu, trajada de calça jeans, tênis, blusa branca folgada, sem decotes, cabelo amarrado em coque, sem qualquer adorno e maquiagem, traje prescrito por Vicente no último telefonema. Lupicínio apresentou-se, me indagou a respeito da minha formação universitária, minha idade e minhas intenções. Enquanto ainda respondia, ele passou a falar da sua formação em engenharia e da opção profissional de seguir carreira na polícia civil, comum entre os homens da sua família, sem dar muita atenção a minha resposta.

Ao dizer que era formada em filosofia pela UnB, ele me entregou cartilhas de um projeto de combate ao craque que realizava em parceria com um amigo. O projeto era da

*Frente Parlamentar de combate ao crack e Dependência Química*<sup>11</sup>. Elogiei a iniciativa com palavras diplomáticas e peguei alguns exemplares do material. O projeto dispunha de palestras gratuitas sobre a prevenção ao uso de drogas, sobretudo, para alunos/as da rede pública. Ao detalhar o projeto, Lupicínio relatou uma situação em que foi constrangido e chamado de fascista por alunas/os da UnB. As atitudes do grupo foram descritas inapropriadas, como um tanto imaturas, próprias da idade e fruto de uma rebeldia indevida. Eu escutava seus reclames em silêncio. À medida que a conversa se estendia, fui inquirida a respeito de alguns assuntos polêmicos como a legalização da maconha, a internação compulsória para usuárias/os de craque e o *homossexualismo*<sup>12</sup>.

Esses temas eram comumente discutidos nos círculos que frequentava. Respalhada pela experiência em rodas de discussão, lancei mão de argumentos que ultrapassavam uma posição a favor ou contra e problematizei no intuito de tratar esses temas com mais complexidade. Sobre a legalização das drogas, considerava que os argumentos ainda permaneciam muito enxertados no uso recreativo da substância e que a discussão carecia amadurecer questões centrais como a interlocução desse tema com o tráfico de drogas e um recorte de classe. Indaguei-lhe sobre o que poderia acontecer se as drogas passassem para as mãos do Estado? Como ficariam os usuários compulsórios? Como funcionaria a operacionalização prática da regulamentação da maconha como um produto comercial? O que aconteceria com as pessoas que trabalham na venda de substâncias ilícitas no mercado ilegal de trabalho do tráfico de drogas? O que queria dizer com tudo isso era que a legalização das drogas ainda não era uma causa apropriada de maneira sólida por nenhum movimento social, e que sendo a marcha da maconha sua principal manifestação, o debate se tornava disperso, havia muito a ser discutido.

---

<sup>11</sup>O projeto *Droga nenhuma faz minha cabeça* é da Frente Parlamentar de Combate ao Crack e à Dependência Química e tem o apoio do deputado distrital Wellington Luiz (PPL) e defende a internação compulsória de usuários de crack no Distrito Federal por meio de palestras que podem ser solicitadas gratuitamente via telefone e da distribuição de cartilhas de conscientização em escolas e faculdades públicas do Distrito Federal.

<sup>12</sup>O sufixo “ismo” do termo “homossexualismo” designa “doença”. O termo era utilizado como uma classificação patológica da orientação sexual, sendo retirado da lista de distúrbios mentais da *American Psychology Association*, nos Estados Unidos, em 1973 e substituído por “homossexualidade” cujo sufixo significa “modo de ser”. No Brasil, somente em 1985 que o Conselho Federal de Medicina aprovou a retirada do termo “homossexualismo” e sua substituição pelo termo correto no código 302.0 que dizia respeito aos desvios e transtornos sexuais da Classificação Internacional de Doenças. Para mais informações ver: BRASIL. Associação brasileira de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. **Manual de Comunicação LGBT lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. 2009. 48 p. (manuais). Disponível em: <<http://www.abglt.org.br/docs/ManualdeComunicacaoLGBT.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

Lupicínio pareceu surpreso com a resposta. Arrisco uma possível interpretação acerca dos jogos de poder que permeiam os discursos estabelecidos nesse diálogo. Scott (1992, p. 67), ao introduzir reflexões sobre os paradigmas que orientam a disciplina da história das mulheres, destaca o conceito de política no campo do discurso e das representações simbólicas:

[...] práticas que reproduzem ou desafiam o que é às vezes rotulado de ‘ideologia’, aqueles sistemas de convicção e prática que estabelecem as identidades individuais e coletivas que formam as relações entre indivíduos e coletividades e seu mundo, e que são encaradas como naturais, normativas ou auto-evidentes.

Essa noção me parece adequada para analisar as relações de poder presentes na conversa. Scott (1992) expõe por meio de um debate ocorrido entre as/os profissionais da Associação Histórica Americana (AHA) como que determinados mecanismos da linguagem operam dentro de uma estrutura dicotômica de valoração ao qualificar (positivo) um polo de significação em detrimento de outro (negativo). Os encontros da AHA eram marcados pelo reencontro solene entre membros antigos da associação. As historiadoras, ao colocar em pauta que a escrita da história estaria sistematicamente excluindo as mulheres negras e brancas e homens negros e questionarem não só a maneira que a história vinha sendo escrita, mas a conduta *normal* das reuniões foram acusadas pelos seus pares de atitudes ‘não profissionais’ (SCOTT, 1992). Nessa acusação, fica nítida que há uma disputa política sobre o que significa história e uma oposição entre ‘profissionalismo’ e ‘política’, onde uma noção normativa do que significa a profissão da/o historiadora/or é usada para delimitar uma fronteira impermeável ao campo político. Ou seja: “O domínio [do que significa a profissão] não pode ser uma questão de estratégia ou de poder, mas apenas de educação e treinamento” (Idem, 1992, p. 71).

Uso essa noção para discutir como que as categorias sociais que nos compõem como sujeitos estão em permanente negociação, em uma interação viva. É presente na fala de Lupicínio uma associação muito típica entre universitárias/os e ‘juventude’ ou ‘rebeldia indevida’. O ar inquisidor das perguntas, a postura, a linguagem corporal, a ocupação de uma profissão tradicional entre os homens da sua família e a experiência com o público universitário da UnB que pareceu atingir-lhe de maneira negativa me fizeram acreditar que aquilo era uma triagem para verificar se eu, enquanto pesquisadora (e universitária) pertencia a essas estreitas concepções sobre as/os alunas/os da UnB. Não somente a questão de geração (jovem/adulto) entra em jogo, mas a de ‘gênero’ e ‘profissão’. Pode-se dizer nesse jogo eu

figurava em um polo com as seguintes características: ‘universitária-estudante-jovem-desordem’ (rebeldia) em oposição a ele: ‘homem-profissional (policial civil)-adulto-ordem’.

Ao emitir minhas opiniões acerca da legalização das drogas e dos assuntos que seguiram, minha intenção era deslocar a arena do debate sobre a legalização das drogas da ‘juventude rebelde’ como ele procurava caricaturar e desqualificar para a pauta dos movimentos sociais e da discussão acadêmica com o fim de mostrar-lhe que essa era também uma das finalidades da minha presença naquele espaço, entender o envolvimento das mulheres com o tráfico de drogas por meio da discussão científica em torno do tema. Pode-se dizer, portanto, que nas palavras de Scott (1992), as valorizações implicadas nos ‘sistemas de prática e convicção’ de Lupicínio concebem minha presença enquanto pesquisadora e mulher como símbolo da rebeldia e da desordem.

Se por um lado Lupicínio apresentava essa postura séria, formal, inquisidora, Vicente parecia ser o policial mais descontraído que havia entre a equipe de agentes e policiais que circulava ali pelo NUSUP. A informalidade pela qual se trajava, sempre com uma camiseta esgarçada de tons pálidos, uma calça de tecido tactel com bolsos laterais e um tênis esportivo dificultou, em um primeiro momento, que o identificasse como policial. Vicente era piauiense, de baixa estatura e negro, uma figura bem humorada que não poupava os detalhes das suas bebedeiras do final de semana e das saudades que sentia das comidas da sua terra. Seu sotaque e trejeitos eram motivo de chacota entre seus pares profissionais, sempre combatidas a mesma altura pela sua capacidade de improviso e de humor. Nosso contato se intensificou a partir de julho, quando Lupicínio entrou em recesso e Vicente assumiu seu posto, tornando-se responsável também pelos trâmites da pesquisa.

No início, ainda em junho, Lupicínio assumia uma postura de chefe tanto com relação à pesquisa quanto com relação às demandas do trabalho rotineiro da penitenciária enquanto Vicente era responsável por atravessar os blocos da penitenciária e escoltar as internas para o NUSUP, onde ocorriam as entrevistas e por outras demandas que exigiam sua circulação no espaço prisional ou fora da penitenciária. Portanto, nunca permanecia muito tempo na sala dos agentes.

Nessas primeiras interações com a diretora, os policiais, o espaço prisional e as outras instituições, meu espaço enquanto pesquisadora foi definido pelas significações sugeridas. Se por um lado, fui concebida como uma presença externa, forasteira e avessa ao espaço institucional de isolamento social que é a penitenciária e símbolo da rebeldia e da desordem,

essas preconceções serviram para forjar as primeiras estratégias de como ampliar e negociar esse espaço segundo as demandas que surgiram a partir do contato com as entrevistadas que constitui o próximo tópico.

### **1.2.2. Rita, Roberta, Raquel e Estrela, as *outras* entrevistadas e o recorte do objeto de pesquisa**

A primeira entrevista ocorreu no mesmo dia em que estive pela primeira vez com Lupicínio, 11 de junho de 2013. Após acertarmos alguns detalhes, fui direcionada à sala da copa<sup>13</sup>, onde realizei a primeira entrevista com Rita. Uma jovem branca, de unhas e sobancelhas feitas, cabelo preto liso na altura da cintura, sorriso bonito e bochechas rosadas se prostrou diante da porta como quem esperava um convite para entrar. Perguntei se ela era Rita, ela confirmou e em seguida, sentou-se atrás da mesa redonda que dividia a sala. Surpreendi-me com sua aparência, pois, não guardava aquele corpo cansado e fatigado pelo tempo no cárcere, olheiras, a falta de cor nos lábios, a pele amarelada pela falta de sol. Em nada Rita se assemelhava com as mulheres que conheci na ocasião do projeto social. Dei início à apresentação do projeto, do núcleo, intenção da pesquisa, entre outros detalhes. Ao seguir para as perguntas que começavam com as origens da família e infância, Rita descrevia uma infância tranquila, contava das paqueras de escola, que na sua família não havia ninguém envolvido com drogas nem com outros tipos de crime, contava das viagens que seus pais faziam para os Estados Unidos, de como sua avó a mimava com presentes e comida, que nunca havia trabalhado e das saudades que sentia do seu único filho, planejado junto ao marido. Contava com gosto as aventuras da sua juventude, de quando bateu o carro ao sair da boate para comprar cerveja e das festas que frequentava nas casas noturnas do Pistão Sul, em Taguatinga.

Tinha a impressão de estar conversando com uma amiga, quantas vezes eu não ouvia histórias semelhantes sentada em mesas de bar ou frequentando casas de amigas/os. Detalhes da sua personalidade quando adolescente, em que Rita fala sobre sua rebeldia, a criação mimada pelos pais, personalidade voluntariosa, um gênio difícil, motivos que, segundo seu

---

<sup>13</sup>A descrição do espaço físico encontra-se no último tópico, ‘aspectos gerais das entrevistas’.

relato, tiveram uma influência no seu envolvimento com drogas e com a atividade do tráfico por meio do círculo de amizades eram bem comuns ao meu meio.

O perfil de Rita parecia contradizer tudo que havia encarado na época do projeto e o que tinha lido em pesquisas que envolvem mulheres encarceradas no Brasil. Suas histórias, suas percepções acerca do mundo, as influências que apontam para seu envolvimento com o tráfico de drogas. O que havia lido até então apontava uma população carcerária que mantinham mais ou menos um perfil bastante homogêneo: mulheres negras (pretas e pardas), chefe de família e mãe solteira, entre 18 e 34 anos, com ensino fundamental incompleto, subempregadas e envolvidas com o tráfico de drogas (CAVALCANTI, 2004; ORDOÑEZ, 2005; RAMOS, 2012; MASSARO, 2013; ARAÚJO, 2013). Algumas pesquisas ainda apontam alguma influência do marido/parceiro como motivador do envolvimento da mulher com o tráfico de drogas. (MOURA, 2012; COSTA, 2008).

Ao escutar a primeira parte da entrevista, o fato de não achar evidências semelhantes aos estudos e experiências anteriores fez com que se plantasse uma grande interrogação sobre a história de Rita. Percebi que a repetição de perguntas e o retorno a alguns temas de entrevista como se estivesse buscando algo oculto por trás das suas palavras era um esforço inconsciente da minha parte não somente de encaixá-la nos limites do questionário, mas de filiá-la a uma ideia pré-formada a respeito de quem são as mulheres encarceradas. Era um caso clássico do que Becker (1993) chama de *bias*. Na situação de pesquisa, muitas vezes, a teimosia em não descartar as hipóteses já acertadas pelas teorias existentes e as conclusões adquiridas por experiências anteriores da/o pesquisadora/or com relação ao estudo do objeto pode incorrer em cegar as evidências do trabalho de campo e a direcioná-las automaticamente para uma lei de repetição.

Ao recusar meu *bias*, percebi que era necessário questionar a reflexão sobre os antagonismos sociais presentes na minha memória da primeira entrada e dar lugar a um olhar mais complexo. Ao compreender que poderia estar no lugar de Rita, houve um redimensionamento do universo das mulheres encarceradas e envolvidas com o tráfico de drogas. Apesar de os estudos sobre o cárcere feminino nas disciplinas de ciências sociais apontarem para o peso da estruturação sociológica que existe por trás do envolvimento de mulheres com o crime, sobretudo, o crime do tráfico, por sua alta rentabilidade econômica, Rita mostrava não só um perfil diferente, mas as possibilidades de vivências, experiências e

trajetórias muito distintas do retrato fiel da população carcerária feminina aportada pelos estudos científicos sempre como a mesma.

Roberta e Raquel, as mulheres entrevistadas na sequência confirmavam essa complexidade. Roberta é branca, tem cinquenta e dois anos, é do interior da Bahia e tinha dois títulos de graduação. Ao entrevistá-la, antes mesmo que começasse com as primeiras perguntas do questionário, Roberta já falava das falhas do sistema de justiça brasileiro e criticava consistentemente a rigidez da lei do tráfico, utilizando-se do seu próprio exemplo e de outras internas para falar das brechas da sua aplicabilidade no caso do envolvimento no tráfico de drogas por terceiros, maridos, irmãos, companheiros. Incrivelmente detalhista e com excelente memória, ao mesmo tempo em que narrava suas passagens por diversos estados brasileiros com orgulho da sua força e da sua independência conquistada às duras penas pelos diversos ramos de trabalho que havia passado, volta e meia, deixava transparecer uma tristeza e uma culpa com relação a ser a única filha “desviada” da família que sentia tantas saudades e que não via fazia anos, pois havia lhes proibido que a visitassem por vergonha.

Raquel, extremamente fragilizada, contava que estava ali por culpa do seu marido que havia despachado uma enorme quantia de drogas em seu nome. Como Rita, ela também me surpreendeu ao adentrar a sala da copa. Trajava uma calça jeans de marca, uma blusa branca de tecido fino estilo regata, quase colada ao corpo (o que era proibido segundo uma agente penitenciária que havia impedido a entrada desse tipo de traje na porta) e uma sandália havaiana nova enquanto Rita, Roberta e as demais mulheres que circulavam nas dependências da penitenciária usavam camisetas folgadas, encardidas e esgarçadas de cores claras, shorts velhos folgados e sandálias desgastadas. Além disso, portava uma bolsinha um pouco maior que um moedeiro com pertences pessoais. Sua aparência física também se diferenciava. Era magra, alta, longilínea, sentava-se elegantemente de pernas cruzadas e coluna ereta, tinha um porte físico de quem frequentava academia de ginástica, o que mais tarde foi revelado como prática no seu dia-a-dia apertado de empresária que comandava, junto aos irmãos cerca de seis lojas automotivas espalhadas pelo Distrito Federal. Grau superior completo, era católica praticante fervorosa, tinha um filho, morava em Águas Claras, um bairro de classe média próximo à Taguatinga, viajava todos os anos de férias e tinha um barco para passeio no lago nos finais de semana. Tudo isso contrastava com sua modesta origem familiar. Era filha mais velha de sete irmãs/ãos que começou a trabalhar aos doze anos no balcão de uma padaria em uma das “invasões” que morou no DF para ajudar sua família nordestina que migrou para as



regiões do Planalto Central à época da construção de Brasília e cuja mãe havia sobrevivido boa parte de sua vida quebrando côco babaçu em uma cidadezinha no interior do Piauí.

Uma das primeiras memórias que tenho de Vicente foi quando, nesse mesmo dia, em que capturou acidentalmente parte da entrevista, seguiu-me até o carro e tentava me persuadir da falsidade dos relatos de Roberta sobre a sua inocência: “você acredita em uma mulher dessas, rodada desse jeito? Elas são ardilosas”. Tentei, inutilmente, dizer-lhe que a pesquisa não se preocupava com a questão da inocência/culpa da entrevistada, mas com os detalhes das suas histórias de vida. O que dizia parecia subsumir-se na convicção persistente que vinha como uma espécie de alerta por parte do policial, ocasião que não foi única. Se, por um lado, Vicente tinha um humor que coloria o acinzentado trabalho penitenciário respondendo no ato às chacotas direcionadas a ele, por outro, usava do mesmo tom nas suas brincadeiras com as internas que apesar de se pretenderem risíveis, forjavam uma pesada violência institucional, racista e sexista que as humilhava e ofendia. Sob o risco de perder alguns privilégios conquistados ao longo da minha permanência naquele espaço como falar com mulheres que estavam no isolamento e no seguro<sup>14</sup>, negociar dados e reagendar entrevistas da pesquisa para o período de recesso, pedido que na ocasião do projeto social foi negado em função da diminuição do quadro de funcionários, não me pronunciava diante dessas situações.

Voltando às entrevistadas, aos poucos, me dei conta que Raquel, Rita e Roberta faziam parte de um grupo muito seletivo que apresentavam características comuns em suas falas. Com exceção de Rita, era possível circunscrever um universo comum mais detalhado entre as mais velhas, Raquel, Roberta e Estrela, de respectivamente, 52, 41 e 40 anos. Falavam da mesma forma de alguns assuntos de modo a afastá-las e diferenciá-las do “mundo do crime”: uma família bem integrada, uma boa criação pelos pais casados até os dias de hoje, com bons valores como a dignidade e o trabalho, o estudo em bons colégios e/ou faculdades e o fato de serem pessoas letradas. Roberta, à medida que se mudava de endereço, suas histórias se cruzavam com a de médicas/os, deputados, políticos, donas/os de empresa e sobrenomes de famílias importantes, pessoas de renome. Raquel falava da rígida educação que seus pais católicos lhe deram, que não lhe permitia sair de casa, namorar só no portão e com o consentimento da mãe, dizia que não era dada à rua, que nunca foi “assanhada para o lado de

---

<sup>14</sup>O ‘seguro’ é uma cela especial para mulheres que são informantes das/os policiais. Essas mulheres, quando descobertas nas celas da “massa” (a população carcerária geral) são violentadas fisicamente até serem remanejadas para a cela do seguro onde podem cumprir a pena com maior segurança da sua integridade física, obedecendo à mesma rotina, porém com horários diferentes das demais alas para que não haja encontro entre os dois grupos.

homem” e do ensinamento do pai de que só o trabalho dignifica as pessoas. Estrela ria das perguntas do questionário, as quais ela havia percebido que tinham sido montadas com base em um perfil socioeconômico do qual ela fazia questão de distanciar-se afirmando inúmeras vezes que sua família fora muito bem estruturada e que embora não gostasse do seu pai biológico, seu padrasto, figura querida de um bairro na cidade do Guará, dera a ela e aos irmãos tudo que um pai poderia prover: carinho, atenção, referências sobre o certo e o errado das coisas, etc. Falavam ainda sobre detalhes dos respectivos processos judiciais, conversas com as/os as/advogados, a falta de integração com as demais internas, a resistência em obedecer às regras da cela, reclamação quanto à escolha dos programas de TV e dos assuntos que as demais internas conversavam como mortes, delitos, cálculo de sentenças, armas, drogas, gangues e guerras. O bom relacionamento com a equipe prisional também era tema e até um elogio da “casa” como penitenciária-modelo figurou entre as conversas durante a entrevista. Chamava minha atenção a fala polida e a escassez de gírias e códigos ligados a cultura do crime. Todas, exceto Rita, diziam nunca ter-se imaginado “em um lugar daqueles”.

Fica nítido um discurso *branqueador* e elitista nas narrativas como aquilo que as separa do mundo do crime. O objetivo não é falar da reprodução do racismo e elitismo nesses relatos, mas colocar hipóteses acerca da identificação de certa homogeneidade nos discursos presentes. É possível que durante a entrevista houvesse certa aproximação, como foi observado em outros casos, com o mundo da pesquisadora, caracterizado por esses mesmos índices sociais que aparecem nas falas, pois há um desequilíbrio de poder latente nessa relação. Não descarto essa opção, mas acredito que seja mais central a hipótese de que a minha posição de pesquisadora transita por diferentes papéis e que talvez, pelas perguntas que tentavam alcançar os sentidos e percepções no envolvimento com o tráfico de drogas e o questionário mais ou menos semiestruturado segundo uma base que aponta para características sociais homogeneizadas quanto à raça/etnia, estrutura econômica, número de filhas/os, condições de conjugalidade, a entrevista tenha sido vista como uma tentativa de incriminá-las, de enquadrá-las como culpadas e de rotulá-las enquanto criminosas.

Como os detalhes da pesquisa haviam sido acertados por telefone com Lupicínio, as seis primeiras entrevistadas foram escolhidas à sorte por ele. Outras duas entrevistadas, Dora e Danila Dands<sup>15</sup>, exceções dessa prática, foram simplesmente remanejadas por Lupicínio da

---

<sup>15</sup>Danila Dands é o nome artístico escolhido por Danila que desde 2009, iniciou sua carreira enquanto cantora. No tradicional concurso de Miss Penitenciária que ocorre anualmente na PFDF cantou pela primeira vez uma música da sua autoria. Cristian, da equipe dos direitos humanos que realizava um trabalho junto à penitenciária

sala do lado para a sala em que eu me encontrava, recém-saídas de outra entrevista com Gleides, doutoranda em antropologia da UnB cuja pesquisa envolvia tema análogo ao meu, sob a justificativa de poupá-lo a buscar outra interna para ser entrevistada.

Aos poucos, notei que o critério de seleção era baseado tanto na facilidade de acesso ao Bloco I, onde ficava o regime semiaberto e a costura, onde trabalhavam Roberta, Raquel, Estrela e Rita quanto no fato de que não havia necessidade do endereço, nome completo e número da cela. Às mulheres do Bloco I, era permitida uma maior circulação pelos espaços do prédio, o que no regime fechado localizado no Bloco III era proibido. Em decorrência disso, tinham um maior contato com as/os policiais civis e agentes penitenciários. Depois dessas primeiras entrevistas e de certa resistência de Lupicínio e Vicente em trazer mulheres do regime fechado para participar da pesquisa, notei que esses critérios se expressavam em certa tentativa de “maquiar” uma imagem da penitenciária como é frequente em pesquisas que ocorrem em espaços prisionais (MOURA, 2012; ARAÚJO, 2013; SALLA, 2013).

As celas do regime semiaberto eram descritas com um limite suportável de lotação, com camas individuais organizadas em triliches e era permitido às mulheres que carregassem alguns objetos pessoais. Não pareciam preencher a lista tradicional de problemas relativos aos espaços prisionais brasileiros como superlotação e insalubridade. Ao me dar conta dos critérios de seleção de Lupicínio, iniciei uma negociação com ambos para entrevistar mulheres do regime fechado. Toda a sorte de desculpas era inventada: o Bloco III era muito distante do NUSUP, as mulheres do fechado eram perigosas, a escolta era demorada, o que, segundo eles, era ruim para mim, pois diminuía o tempo da entrevista, tinha que subir até as galerias, coisa que Lupicínio não estava acostumado a fazer, precisava do “endereço”, nome completo e número da cela. Em paralelo, ao conversar com as entrevistadas e demais internas que circulavam trabalhando no NUSUP pedi indicação de mulheres do regime fechado que poderiam ter interesse em participar e seus “endereços”.

---

passou a produzir Danila. Depois disso, a cantora ganhou três vezes consecutivas o Festart, Festival de Arte do Complexo Penitenciário da Papuda que reúne internas/os de seis estabelecimentos prisionais que realizam apresentações artísticas. Além disso, Danila apresenta um programa na Rádio Atividade e faz parte do Projeto: “Crack, tô fora” e já cantou no aniversário de Brasília com outros artistas de projeção nacional. Atendendo ao pedido de Danila, mantive seu nome artístico e esse breve currículo sobre seu trabalho para divulgação. Para a/o leitora/or que tiver interesse, recomento seus vídeos: <<https://www.youtube.com/watch?v=V91-gOG3yvE>>;<<https://www.youtube.com/watch?v=Cs3cOmOxUBk>>;<<https://www.youtube.com/watch?v=aWu2ay5mjWs>>. Caso se interessem pelo trabalho de Danila por favor entrar em contato comigo por e-mail: [juucaceres@gmail.com](mailto:juucaceres@gmail.com) para maiores informações.

As indicações facilitaram minhas negociações com Lupicínio e Vicente. Com cerca de vinte dias de trabalho de campo na penitenciária, entrevistei duas voluntárias do regime fechado, Cabocla Jussara e Rosa Palmeirão, bem diferentes das primeiras. Jussara entrou de mãos para trás e cabeça baixa na sala dos agentes, onde ocorreu a primeira parte da entrevista. Vestida como *as outras*, bermuda folgada e blusa velha esgarçada e cheia de furos, se sentou à cadeira como quem espreitava algo por detrás dos arbustos nas matas, com olhos vivos e desconfiados. Apesar de declarar-se negra, seus cabelos longos, pretos e trançados davam algum indício de descendência indígena, seu olhar era tão fixo que não deixava espaço para hesitações, tinha um ar de autoridade e no início se mostrava muito séria. Uma característica comum entre as mulheres do fechado é que muitas vezes adentravam a sala falando sobre assuntos do ambiente prisional, não raro tratava-se de brigas com colegas de cela. No final da primeira parte, entendi porque Jussara havia chegado à sala daquela forma para além do fato de estarmos na sala dos agentes e de não nos conhecermos. Jussara explicou que as internas do regime fechado nunca saíam do bloco III, apenas para serem escoltadas à Gerência de Assistência ao Interno (GEAIT) localizada no bloco II, núcleo responsável por dar notícias referentes às/aos parentes das internas, geralmente, ruins. Além disso, Jussara acabava de sair do “p-zero” caracterizado como um “isolamento pior que o isolamento” que servia para castigos que duravam de trinta a sessenta dias por ter sido culpada por uma ocorrência em um tumulto dentro da cela.

Em outra ocasião, uma interna, em um papo de corredor, contou o caso de outra interna que não recebia visitas da mãe havia cerca de dois anos, a mãe já tinha uma idade avançada e não saía mais de casa sozinha. A interna foi informada pelo GEAIT que sua mãe estava internada na UTI com um problema de saúde, ela então pediu liberação de saída para visita-la, houve uma demora de sete dias até que no domingo chamaram a interna na cela e pediram para que se arrumasse e descesse. Ao chegar próxima à saída da PFDF disseram-lhe que ela estava sendo escoltada para o velório da mãe e assim, lhe deram a notícia da morte da sua mãe.

Jussara teve uma infância agitada na rua, gostava muito de jogar bola, biloca, futebol e fazia parte da equipe de futebol do Varjão até pouco antes de ser presa. Dizia que adorava curtir, mas que não era que nem as outras donas que saíam para “pegar homem”. Gostava de beber, conversar, dançar. Era boa na dança, fazia passinhos junto às/aos amigas/os do hip-hop

nas épocas de “lazer”, festas que ocorriam entre as quadras.<sup>16</sup> Dizia que antigamente dançava outra coisa denunciando sua opinião sobre os “funks depravados”. No “lazer”, fechavam as ruas do Varjão no final de semana e tinha de tudo: carnaval, capoeira, dança, apresentação de b-boys, pintura de rosto nas crianças, pipoca, algodão doce, dindin (geladinho), povo do skate, do patins, tudo. Dizia o quanto queria estar livre para ver o show da Beyoncé que ocorreria em setembro em Brasília. Apesar da diversão, a entrevistada se julgava como uma pessoa sem sorte. Contava por quais escolas já havia passado e como havia sido expulsa das duas. Estudou no Lago Norte e na Asa Norte, dois bairros nobres de Brasília. Relatava que no segundo dia de aula, na aula de educação física antes de começar um jogo de bola tinha recebido um bicudo (chute) por um menino em cima da cicatriz de um corte e ao empurrá-lo, ele a xingou de folgada e favelada. Jussara se sentiu ofendida, e levou um revolver que guardava em casa no dia seguinte para o colégio, queria matar o menino. O porteiro da escola chamou a polícia e a diretora usou do argumento que já que ela já tinha histórico de expulsão, seria expulsa novamente. Pela primeira vez cumpriu medida socioeducativa durante quinze dias no Centro de Atendimento Juvenil especializado (CAJE). Depois disso, nunca mais “caçou o rumo de estudar”. Em menos de um mês, em um tumulto com troca de tiros onde na sua cidade, matou um homem por legítima defesa que também estava armado e que tentou bater nela. Cumpriu três anos de medida socioeducativa no CAJE, de onde saiu e não foi reconhecida pelo pai que lhe esperava no portão, um maranhense taciturno de poucas palavras que havia ido para Brasília em busca de uma vida melhor como mestre-de-obras, à época da construção. Foi o início de sua trajetória no crime.

Rosa Palmeirão também adentrou a sala da copa de cabeça baixa e de mãos para trás. Assim como Jussara, também estava vestida com roupas velhas. Era magra, alta, tinha os cabelos enrolados e presos em um coque descabelado. Com enormes e expressivos olhos pretos, sentou-se de frente para mim meio desconfortável. Depois de algum tempo, relaxou as mãos e o corpo sobre a cadeira. Pouco tempo depois da apresentação já se mostrava falastrona, expressiva e viva. Tinha um incrível jogo de cintura com as/os agentes carcerários cujas piadas ofensivas combatia com um afiado senso de humor como quem ameaçava um grupo de homens com um punhal como a corajosa Rosa Palmeirão, personagem dos livros de Jorge Amado. Escarnecia os próprios acontecimentos da sua vida, as coisas do “mundão” e sua livre sexualidade em gargalhadas escandalosas que expressavam certa graça e leveza, mas

---

<sup>16</sup> “Quadra” é uma unidade de medida urbanística usada no Distrito Federal para delimitar as áreas residenciais, geralmente com um formato quadrangular e com composição variável conforme a RA em questão.

também tristeza e desespero. Palmeirão havia vivido como ninguém uma liberdade para poucos, própria de quem vive o ofício da entrega à própria vida sem saber o dia de amanhã, tinha uma casa para ficar em todos os cantos que faziam parte das suas andanças, conhecia como ninguém as ruas e avenidas de qualquer parte do Distrito Federal. Contava com grande paixão suas histórias e sobre como foi durante toda a vida, segundo suas próprias palavras, envolvida com os marginais, os problemáticos, os fracos, oprimidos, a noite, a festa, a rua, em uma vida vivida somente do ontem para o hoje. Contava como aprendia sobre a cultura de outros países ao escutar relatos de viagens dos “bacanas” do Plano Piloto quando trabalhava cuidando de idosas/os, sobre os banhos que tomava no rio cabulando as aulas com as/os amigas/os, as viagens que fazia por outros cantos do Brasil. Seus pais, ambos nordestinos, do Rio Grande do Norte e de Maceió se conheceram na capital e como os pais de Jussara e Raquel vieram em busca de melhores oportunidades de emprego. Contudo, Rosa crescera apenas com a mãe que após sucessivas agressões físicas por parte do pai que estava bêbado, saiu de casa com uma televisãozinha em preto e branco de catorze polegadas, uma mala de roupas e Palmeirão embaixo dos braços, que até então, tinha apenas três anos.

Ao iniciar as entrevistas, quase sempre começava pela infância para que as narrativas seguissem uma ordem cronológica, embora isso tenha sido um tanto impraticável. À semelhança das mulheres do regime semiaberto, elas também reforçavam que suas infâncias haviam sido boas, tranquilas, porém, não como estratégia retórica para que isso as afastasse de um perfil criminoso, mas no intuito de afastar suas famílias como uma das causas possíveis da opção por praticar delitos. Aos poucos, percebi também que os relatos de infância eram completamente descaracterizados de um imaginário simbólico sobre a infância como uma época de brincadeiras, sem responsabilidades e livre de preocupações (FEATHERSTONE, 1994).

Becker (1993) diz que especialmente no caso da pesquisa com praticantes de delitos, cujas atitudes despertam atenção da lei e da sociedade em geral, é provável que já tenham sido muitas vezes inquiridas a respeito dos seus motivos, por isso era necessário criar estratégias de elaboração de perguntas como, por exemplo, usar o ‘como’ em vez de ‘por que’. É possível que com esse grupo de entrevistadas, meu corpo e papel de investigadora fossem concebidos como um reflexo social da polícia, do Estado e tantas outras instituições pelas quais as mulheres em situação de cárcere são criminalizadas e culpabilizadas, não somente por receberem a alcunha de criminosas, mas por já estarem imersas na marginalidade com relação a sua caracterização social de gênero, raça/etnia, classe, localização, entre outros. O discurso

delas muitas vezes caía em uma espécie de automatismo que Becker (1993) chama de autojustificativo. Considero, contudo, que meu corpo transita por outras instâncias em que os nós entre esses eixos que orientam nossas expectativas sociais uma com relação à outra eram afrouxados. Não raro me identificavam como psicóloga, assistente social, terapeuta, ou simplesmente como “alguém que entendia e não julgava”, portanto essas tensões pegavam becos, linhas de fuga por onde as diferenças desfilavam de modo inesperado.

Percebi não somente que a ideia de ‘infância’ falava de uma ‘ideia normativa de infância’ pelas reações de brincadeiras e risos, mas que havia um constrangimento que tocavam principalmente as perguntas sobre ‘escola’, ‘trabalho’ e ‘família’. Isso se mostrava de diversas maneiras, às vezes pelas minhas reações ou pelo que era lido delas, pelas expectativas dos seus familiares e delas mesmas ao falarem das suas opções de vida. Aos poucos, percebi que por trás das reações e das narrativas, havia mais ou menos anunciada, uma ideia latente de um ‘curso de vida institucionalizado’ como um modelo pré-concebido para se levar uma vida lícita, normal, longe da criminalidade. Ao mesmo tempo, se desenhavam nas histórias, determinadas repetições com relação aos sistemas de opressão de gênero, raça e classe e nas estratégias que essas mulheres se utilizavam para lidar com a vida cotidiana, com fatalidades, maternidade, violência, dinheiro, trabalho e comida surge como o conteúdo explícito das entrevistas.

À parte dessas primeiras reflexões, o fato é que a partir da primeira indicação, a seleção das entrevistadas passou a acontecer exclusivamente pelas internas. Os critérios estabelecidos por elas eram diametralmente opostos aos dos agentes. Frequentemente passavam pelo crivo da amizade, do afeto ou da filiação familiar ou pela autoridade e prestígio no crime ou na cela. Indicavam mulheres “das antigas”, “doidonas”, “vida loka” ou que simplesmente tivessem muitas histórias para contar, critérios miscíveis uns aos outros. Essas escolhas guiavam-me por aspectos coletivos das histórias de vida, muito era dito a respeito de uma cultura de bairros periféricos, códigos de conduta do mundo do crime, as múltiplas facetas do tráfico de drogas na vida das mulheres, as regras de comportamento intramuros, etc. Tratando-se de um trabalho científico de viés feminista inter-racial, o fato de os próprios sujeitos da pesquisa a conduzirem foi interpretado como o momento em que a pesquisa ganhou autonomia por ser impulsionada pelo seu próprio sujeito-objeto de estudo. Dessa maneira, delimito que somente as mulheres que haviam sido indicadas umas pelas outras fariam parte da pesquisa, deixando de fora as quatro primeiras participantes descritas no item anterior.

Foi observado que as entrevistadas tinham pais e/ou avós que haviam migrado para a região do Planalto Central no contexto histórico da construção de Brasília, entre as décadas de cinquenta e setenta, atraídos pelo que a recém-construída cidade poderia oferecer com relação a melhores oportunidades de emprego ou à qualidade dos serviços em saúde, embora algumas não soubessem os motivos que levaram seus parentes ascendentes a migrarem para o DF. As trajetórias dos sujeitos de pesquisa se encontravam entrelaçadas com a história de seus parentes que faziam parte dos primeiros contingentes populacionais que migraram dos interiores do nordeste brasileiro, Minas Gerais e Goiás para a nova sede do Distrito Federal. Em uma pesquisa que visa (re)construir trajetórias de vida como meio de entender o envolvimento das mulheres com o tráfico de drogas, esse não poderia ser um fator desprezado. O aparecimento contundente desse dado nas entrevistas tornou-se um segundo recorte e definiu o objeto de pesquisa: investigar a relação entre as intersecções de gênero, raça e classe na matriz social de dominação com esses três pilares estruturais da vida, em sua dimensão institucional - ‘escola’, ‘trabalho’ e família’ – dentro do conceito de ‘trajetória de vida’ como meio de entender a opção comum pelo tráfico de drogas no contexto histórico da trajetória migrante das suas famílias para o centro do país. Assim, além de Rita, Roberta, Raquel e Estrela, foram excluídas as mulheres cuja família não fazia parte das/os primeiras/os candangas/os.

Assim, mulheres cujas famílias sempre moraram nas regiões do Distrito Federal como a família de Bianca e as que foram sentenciadas por tráfico de drogas lícitas como era o caso de Amália, que havia sido condenada por ter entregado a outra pessoa algumas caixas de anfetamina a pedido do seu filho foram excluídas da análise. Portanto, das dezenove mulheres entrevistadas, apenas treze foram selecionadas para integrar a pesquisa. Defini que duas dessas treze mulheres já mencionadas, Dora e Danila Dands participariam da pesquisa, pois apesar de terem sido remanejadas pelos próprios agentes faziam parte da pesquisa de Gleides que usava categorias semelhantes às trabalhadas na dissertação.

Dessa maneira, das treze mulheres selecionadas entre as dezenove entrevistadas, todas apresentaram uma ‘trajetória migrante’. Todas nasceram no Distrito Federal ou foram trazidas do nordeste, do interior goiano ou mineiro. Embora nem todas tenham nascido nas regiões periféricas, todas cresceram e constituíram suas vidas nesses locais nas chamadas cidades-satélites. Quanto à situação de empregabilidade, todas as entrevistadas permaneceram mais tempo em ocupações profissionais de baixo retorno financeiro como caseira, prostituta, empregada doméstica, manicure, auxiliar de comércio em feira que em ocupações que lhes



garantissem uma renda mais estável e fossem arrematadas por alguma lei trabalhista. No que diz respeito à idade, oito das entrevistadas tinham entre 22 a 30 anos e cinco entre 31 e 43 anos.

Desse último grupo etário, os dados se mantiveram em sincronia em ordem crescente entre o número de filhas/os e a idade: Neide, de 43 anos, teve seis filhas/os, Estamira, de 38/39 anos teve cinco filhas/os, Adélia, 34 anos, teve seis filhas/os, Rosemélen, 34 anos tem quatro e Palmeirão de 32 anos não tem filhas/os. Das entrevistadas do primeiro grupo etário, de 22 a 30 anos, o número de filhas/os varia de 0 a 4. Com relação à classificação étnico-racial, nove mulheres são negras, três são pardas e uma é branca. No decorrer do trabalho, um tópico especial dedica-se às reflexões sobre a autoclassificação e heteroclassificação étnico-racial e os aspectos relacionais que influenciaram esses dois movimentos decorrentes da pesquisa de campo. Quanto à escolaridade, apesar de somente duas terem o segundo grau completo e quatro terem o segundo grau incompleto, causa surpresa que seis das entrevistadas alcançaram o ensino médio e que uma completou o ensino fundamental. É válido mencionar que algumas delas deram continuidade aos estudos no interior da penitenciária como remição de pena. Quanto às demais, seis apresentam ensino fundamental incompleto. Quanto ao tipo de regime, dez se encontram no regime fechado e três no regime semiaberto. Duas do regime fechado, contudo, moravam temporariamente no Bloco I, na cela do seguro, uma por suspeita de ter prestado informações à polícia sobre planos de fuga de outra interna no interior da cela e outra pediu para ir para o “seguro” para se livrar do vício em craque.<sup>17</sup>

No que concerne à situação de conjugalidade, nove declararam-se solteiras e quatro casadas. Entre as casadas, três têm maridos presos e uma é casada com uma interna. Quanto à orientação sexual, oito declaram-se heterossexuais, três declaram-se bissexuais e duas declaram-se lésbicas. Quanto ao tempo de cumprimento da sentença, dividi o grupo em dois: o primeiro em um grupo que tem uma variação entre quatro meses (mínimo registrado) e quatro anos onde estão onze mulheres. - desse grupo de onze, seis cumprem pena a mais de dois anos. No segundo, com uma faixa estipulada entre quatro anos e um mês e oito anos encontram-se apenas duas mulheres. Contudo, as duas cumprem pena acima de seis anos:

---

<sup>17</sup>Essas práticas são comuns na cultura prisional. Geralmente, quem presta informações à polícia sobre as relações no interior da cela, tais como ocorrências, brigas, roubos de pertences, etc. ou é espancada até a morte ou é espancada até “bater na lata” (gíria que significa pedir para ir para o seguro). Em ambos os casos, a interna perde a credibilidade com a massa carcerária. As mulheres, na condição de dependentes químicas, podem ser pegadas por outras internas para assumir responsabilidade em ocorrências, situações de briga, tumulto, confusões ou encontro de material indevido como drogas, canetas, canivetes.

Danila Dands, com seis anos e dez meses e Adélia com sete anos e sete meses de modo que nos dois grupos a maioria das internas ultrapassa à média aritmética da variação de tempo, o que significa que de um total de treze mulheres, oito se encontram cumprindo pena entre dois e oito anos enquanto cinco cumprem pena a menos de dois anos.

### **1.3 Aspectos gerais das entrevistas: tempo e mapeamento dos espaços na PFDF**

As entrevistas aconteceram entre os dias 11 de junho de 2013 e 15 de agosto de 2013. No total, ocorreram cerca de trinta e duas idas à penitenciária. Dos sete dias da semana, o trabalho era realizado em apenas quatro, exceto nos dias de visita, às quintas-feiras e nos finais de semana, sábado e domingo. Nos dias de visita, Lupicínio e Vicente ocupavam-se das demandas que os dias de visitas exigiam, organizar as/os visitantes, os horários de visita por regime e entre sentenciadas e provisórias. No início do trabalho de campo, era difícil preencher esses quatro dias. As entrevistas aconteciam entre nove horas da manhã e três horas da tarde, outras atividades ocupavam o resto do dia como o registro dos acontecimentos e percepções em diário de campo e a escuta das entrevistas para elaboração de novos questionários. Meu corpo chegava a um nível de exaustão imbatível, não somente pelas atividades de rotina do campo, mas por submergir intimamente em um universo muito incomum e extremamente violento, onde a possibilidade de ação efetiva para mudança inexistia e em que se dúvida de uma possível reverberação que o trabalho de reconstituir histórias de vida possa ter. Certa pressão de Lupicínio e Vicente a partir do mês de julho para que finalizasse logo o trabalho contribuíram para que preenchesse os dias do calendário semanal que era permitida minha entrada.

Instabilidades comuns aos trabalhos de pesquisa realizados em estabelecimentos prisionais contribuíram para o reagendamento de algumas entrevistas. Eram exigidos de Lupicínio e Vicente que executassem determinadas demandas de trabalho fora da penitenciária como reuniões agendadas no Complexo Penitenciário da Papuda (penitenciária masculina) e pedidos de reforço policial em missões. Um dia, lembro-me de ter visto por detrás do portão da entrada uma ambulância estacionada em frente ao bloco da administração (bloco II) e uma maca sendo apressadamente enfiada pelas portas traseiras com uma pessoa ensanguentada. Os burburinhos entre os policiais do plantão e uma universitária que realizava trabalhos na Ala de Tratamento Psiquiátrico (ATP) sugeriram que havia sido uma briga entre

internas/os dessa secção, única ala mista do presídio. Em outra ocasião, o suicídio de uma interna também provocou impedimento da minha entrada. Pelas conversas que tive com visitantes junto ao portão, o suicídio era um acontecimento mais frequente do que aparentava ser. Outra vez, a negociação de dados junto ao Núcleo de Arquivos (NUARQ) demandou um dia inteiro para ser resolvido e tive que reagendar outro dia de entrevistas. Por vezes, a minha entrada era atrasada por “procedimentos” da casa, essa misteriosa palavra que muito frequentemente era utilizada pelas/os policiais para explicar qualquer coisa que mais se ocultava que se tornava de fato, explícita. Houve ainda uma única ocasião em que as entrevistas eram marcadas somente em um turno por ocasião da Copa das Confederações<sup>18</sup>.

A entrevista se iniciava com a minha apresentação, uma explicação do tema de pesquisa, um breve resumo sobre como pensava em utilizar aquele material, o sigilo das gravações e a assinatura do Termo de Livre Consentimento para Participação na Pesquisa<sup>19</sup>. As entrevistas ocorriam em dois turnos com um intervalo de trinta minutos para o almoço. Duravam cerca de uma hora e meia, cada uma. Em poucos casos, realizei uma terceira parte que tinha como função captar alguns detalhes que tornavam os relatos mais ricos ou obter respostas mais nítidas sobre alguns assuntos. Na primeira parte, buscava deixa-las mais à vontade para falarem sobre temas livres, interferia com perguntas conectivas para alcançar os temas pertinentes à pesquisa. Na segunda parte, adentrava mais o questionário e as histórias pessoais.

O espaço também teve uma interessante repercussão no trabalho de campo. Apresento logo abaixo dois mapas para que as/os leitoras/es fiquem familiarizadas/os com os espaços da penitenciária e para que possam visualizar como a disposição dos prédios influenciou na condução das entrevistas e nas falas das participantes. Como se vê abaixo, o NUSUP, local das entrevistas é o espaço mais distante do bloco III e o mais próximo ao Portão de entrada/saída. As internas do regime fechado cuja circulação no interior da penitenciária é completamente restrita narravam detalhadamente a experiência de saída do bloco III e chegada ao núcleo que durava cerca de quinze minutos, sempre escoltadas por Vicente ou Lupicínio.

---

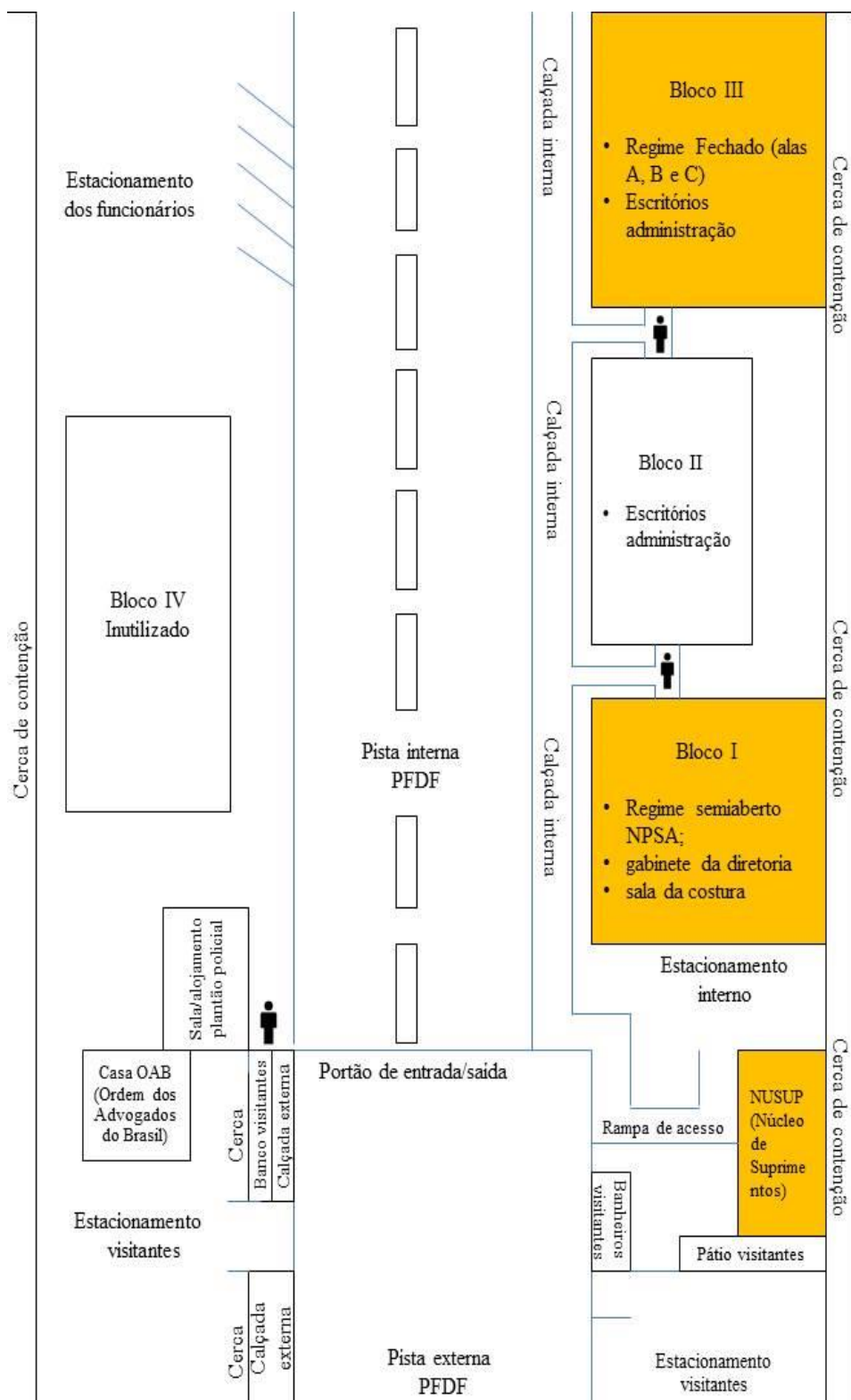
<sup>18</sup> A Copa das Confederações teve sua nona edição como torneio de futebol internacional em 2013. Teve duração de quinze dias e contou com a participação de oito equipes servindo como uma espécie de teste para a Copa do Mundo 2014.

<sup>19</sup>Consta em anexo no final do trabalho.

Algumas mulheres não tinham acesso aos outros espaços da penitenciária havia cerca de dois anos, o que imprimiu às entrevistas um caráter especial, circular pelos prédios próximos à entrada era algo improvável de ser vivido, incomum na rotina maçante e repetitiva, especialmente para as que não recebiam visitas. O deslocamento de um prédio para outro se expressava na dimensão do afeto, o acesso a elementos diferentes dos cotidianamente vividos como outras imagens, sensações, emoções e pensamentos e o contato com uma pessoa desconhecida, da comunidade externa. Arrisco-me a dizer que o confinamento total, exceto pelo banho de sol, frequentemente interrompido pelos tumultos no pátio, combinava um estado de fragilidade emocional e de necessidade de ajuda com uma dureza que o dia-a-dia daquela realidade intramuros tecia naquelas mulheres, o que também contribuía para que a entrevista se revelasse como um momento de liberação, de escape para outras fulgurações de realidade. Muitas se emocionaram, derramaram lágrimas, sorriram e gargalharam ao lembrar-se de histórias antigas e discorrer sobre temas que não conversavam com ninguém a muitos anos.

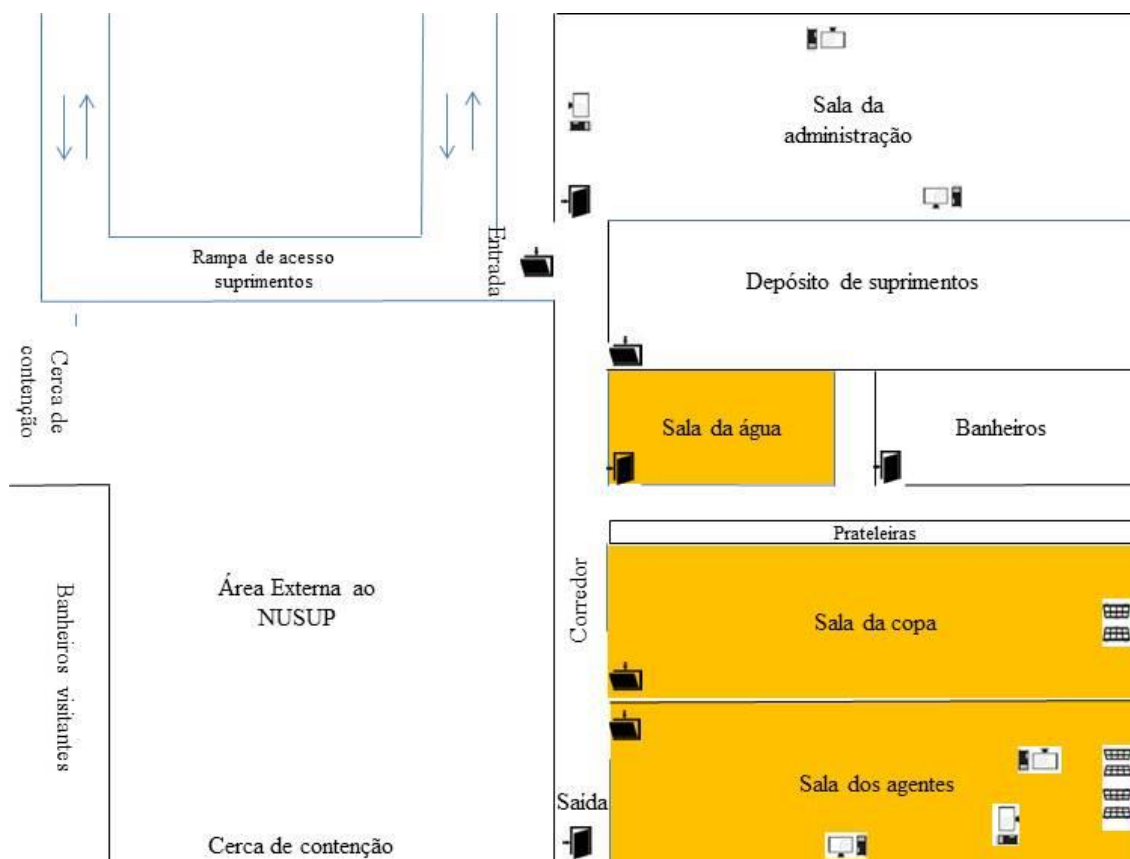
Aos poucos, percebi que a proximidade do NUSUP com o portão de entrada/saída era narrada como um local próximo à liberdade. Era possível, por alguns instantes, leva-las para longe dali. Tocar em assuntos do passado e presente, sobre os acontecimentos e memórias das suas vidas, faziam com que retornassem para a vida anterior ao cárcere, algo como um “tão perto, mas tão longe” estava presente na fala de algumas. Algumas poucas mulheres disseram esquecer que estavam ali presas por alguns momentos. O uso do banheiro do NUSUP também foi um elemento interessante, muitas não se olhavam no espelho havia tempo e estranhavam sua imagem, achavam-se gordas, feias, bonitas, com pele oleosa, cheia de espinhas, mas retomavam consciência do seu rosto. O uso do vaso sanitário as surpreendia, já que usavam o chamado ‘boi’, que é uma espécie de latrina rente ao chão, usado em posição de cócoras. Entrar em contato novamente com aqueles elementos comuns à realidade extramuros faziam algumas pensarem em como seria estar “de volta ao mundão”. O Mapa 1., abaixo mostra uma vista panorâmica da PFDF com destaque, em amarelo dos Blocos I e III e do NUSUP:

**Mapa 1. Mapa da Penitenciária Feminina do Distrito Federal**



Inicialmente, estabelecemos um acordo de que as entrevistas ocorreriam na sala da copa, o que nem sempre era possível, pois havia constantes interrupções pelo horário de almoço dos agentes e policiais ou para o depósito de alimentos que eram vendidos nas cantinas da PFDF. Portanto havia um revezamento com mais dois ambientes, a sala da água e a sala dos agentes, destacados em amarelo, no Mapa 2., que mostra o espaço interno do NUSUP:

**Mapa 2. – Mapa interno do Núcleo de Suprimentos da PFDF**



Gleides dividia comigo esses espaços, permanecia mais tempo na sala da água enquanto eu seguia com as entrevistas na sala da copa. Muitas vezes quando sentia que a entrevista pulsava ou algum frágil laço temporário de empatia parecia ser alcançado, alguém interrompia o trabalho e nos remanejavam para a sala dos agentes. Por mais que, raramente, o escritório dos agentes contasse com a presença dos funcionários do NUSUP, as entrevistadas não se mostravam tão à vontade quanto na sala da copa, não relaxavam o corpo na cadeira, não tocavam os objetos sobre a mesa. A mesa que nos dispunham era semelhante a que me

sentei frente a frente com Lupicínio, no primeiro dia de entrada na penitenciária. Ficávamos de frente uma para a outra como se aquilo fosse um interrogatório, as entrevistas ganhavam ares de atendimento, consulta ou algo semelhante. Quando havia presença dos agentes, algumas estratégias eram usadas para driblá-la. Procurava me aproximar do rosto das entrevistadas, junto com o gravador para que elas pudessem assim falar mais baixo ou desviava o foco da entrevista para perguntas que não eram tão centrais ao questionário e ao tema da pesquisa até que retornássemos novamente à sala da copa.

A copa era o local que mais disponibilizava conforto para ambas as partes. A sala era espaçosa, bem ventilada, tinha uma mesa redonda e cinco cadeiras, o que permitia que nos dispuséssemos em diversas posições. Por uma pequena janela uma iluminação natural invadia a sala por onde fluía por vezes pela manhã o canto de pássaros vindos do jardim do lado de fora. À medida que estreitei laços com Vicente e Lupicínio, passei a fechar a porta da sala para que pudéssemos ter mais privacidade, o que foi alvo de uma “brincadeira” escolar de um agente que me trancou dentro da sala com uma interna, já que eu “gostava tanto de estar ali”.

A sala da água já era livre da presença de agentes e de interrupções, já que o abastecimento de água não acontecia com tanta frequência como o de alimentos, mas o pequeno tamanho do espaço em que se concentrava apenas duas cadeiras cercadas de galões de água vazios e a ausência de janela imprimiam uma sensação de sufocamento. Era impossível para mim permanecer com a porta fechada por muito tempo. A ausência de mesa atrapalhava as anotações e a constante troca de posições na cadeira mostrava nosso desconforto e gerava ruídos nas gravações, tornando alguns trechos inaudíveis.

Acredito que a escolha do NUSUP como espaço das entrevistas foi um fator positivo. É importante frisar que a exposição das entrevistadas aos agentes penitenciários, policiais civis e demais funcionários não aconteceu de maneira integral, não constituindo uma condição de interferência sistêmica no trabalho de campo, mas apenas variável. Somente algumas entrevistas ocorreram na presença desses profissionais que muitas vezes se encontravam ocupados com as demandas da rotina do trabalho comum, frequentemente deixando a sala para pegar algum documento. Houve somente dois casos de interrupção de entrevistas, um deles para ajudar Amália que tentava calcular sua sentença e a outra interrupção ocorreu na entrevista de Danila em que um funcionário insinuou uma piada sexista e de mau gosto sobre os nomes que a interna pensava em colocar em um futuro grupo musical.

Esses foram os registros que dizem respeito ao trabalho de campo. Com eles, foi possível descrever a minha imersão no universo prisional como pesquisadora e como que o contato com diversos atores prisionais contribuiu para a concepção da pesquisa. Também foi possível entrar em contato com a realidade complexa desse pequeno número de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas ilícitas, conhecer um pouco das suas histórias de vida e perceber como que elas, como em qualquer outro grupo a ser investigado, não constituem uma realidade homogênea e estão enredadas em uma gama complexa de acontecimentos e estruturas sociais.

Como se pode observar, o objeto de pesquisa é constituído por no mínimo três pilares, o sociológico – que reflete a base analítica do estudo que busca, sob os eixos de estruturação social de gênero, raça, classe e localização como vetores sociais interseccionais evidenciar as trajetórias de vida e trajetórias sociais –, o histórico – que pretende localizá-las como moradoras de cidades-satélites suburbanizadas e planejadas no contexto de transferência da capital para o Planalto Central para abrigar famílias vindas de outras regiões do Brasil, no caso, seus parentes ascendentes (pais ou avós) – o etnográfico – que se constituiu nesse primeiro capítulo de modo a relatar como as condições ambientais do trabalho de campo surtiram em alguns direcionamentos da própria pesquisa – o antropológico, – que pretende discorrer sobre as categorias do “afeto” e do “exótico”, as que melhor falam da aproximação com os sujeitos de pesquisa – e, finalmente, o político – que versa sobre qual prisma político do feminismo pode-se entender a categoria política da diferença, encontrada como dimensão fundante do trabalho. Esses dois últimos pilares são trabalhados no tópico adiante que constitui em uma breve reflexão sobre a etnografia e simultaneamente, uma introdução para o segundo capítulo, que se constitui nos instrumentos conceituais e teóricos sobre os quais se pretende trabalhar e apresentar a análise e os resultados da pesquisa.

#### **1.4. Uma reflexão teórica, política e antropológica sobre a etnografia**

Pela breve etnografia sobre a imersão na Penitenciária Feminina do Distrito Federal foi possível capturar uma sorte de detalhes que percorrem um caminho complexo: o pedido de autorização da entrada, o contato com a diretoria, os policiais e as internas, a descrição dos trajetos que as participantes faziam até o local das entrevistas. Essas notas sintetizam uma dimensão fundante que se faz presente no trabalho: o contraste de realidades significados nas



relações sociais e de poder entre sujeitos de trajetórias pessoais e contextos históricos e sociais bem distintos. As/os leitoras/es perceberão daqui em diante que isso é constantemente problematizado em várias etapas do trabalho – na etnografia, - nas tensões que emergem no diálogo entre nós, no trabalho de campo - nos critérios de escolha das entrevistadas para delimitar as participantes, nos recortes do objeto de pesquisa e nas perguntas sobre a infância – e na análise de dados - nos termos da classificação da tabela de caracterização social, sobretudo, nos quesitos cor/classificação étnico-racial, situação de conjugalidade e orientação sexual. Portanto, as diferenças de relações sociais e de poder constituem o centro pivotante da pesquisa.

Com algum tempo, ao longo da dura rotina do trabalho de campo, o desgaste tomou conta do meu corpo, já não conseguia participar em outras atividades alheias e o ciclo de violência que enredava aquelas histórias me capturou. Em algum momento, uma das entrevistadas me disse que estava magra e pálida como suas colegas de cela e alertou-me quanto à energia pesada do ambiente prisional, referindo-se aos Eguns<sup>20</sup>. Considero importante resgatar perante essa constatação a dimensão do *afeto*, não no seu sentido amoroso e erótico e em oposição à razão, mas sim, enquanto noção etnográfica sobre a qual a antropóloga Favret-Saada (2005) discorre. Para essa autora, ocupar um lugar no sistema de feitiçaria na região francesa do Bocage lhe permitiu abrir um canal de comunicação específico com os nativos do local que ela define como “[...] involuntária e desprovida de intencionalidade [...]”. (FAVRET-SAADA, 2005, p. 159).

Velho (1978) também fala a respeito de uma comunicação ordinária e corriqueira quando traz à tona o fato de que a situação de entrevista também é uma interação entre dois indivíduos quaisquer, porém, o antropólogo e a autora falam de premissas distintas. Favret-Saada (2005, p. 159, grifo meu) explica: “Afirmo, ao contrário, que ocupar tal lugar no sistema de feitiçaria não me informa nada sobre os afetos do outro, ocupar tal lugar *afeta-me*, quer dizer, mobiliza ou modifica meu próprio estoque de imagens [...]”. Acredito que seja esse precisamente o caso que a interlocutora atestou - eu estava afetada por ocupar um lugar na rotina da penitenciária, muito embora não experimentasse diretamente as mesmas condições de permanência que elas.

---

<sup>20</sup> Egum: antepassado, espírito de morto, o mesmo que egumgum; alguns orixás são eguns divinizados. Referência: PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. 1ª ed. Cia das Letras. São Paulo, 2001.

O afeto como um conceito antropológico de interação entre pesquisadora/or e “nativo” trabalha com uma dimensão da interação que escapa a uma abordagem sociológica rígida, que considera as partes da pesquisa apenas enquanto sujeitos sociais, o que não implica certamente em excluir essa ótica, mas apenas inserir algo da ordem do sensível, que escapa ao cientificismo mais tradicional. Goldman (2005, p. 150), estudioso da antropóloga francesa explica o “ser afetado”: “Basta que os etnógrafos se deixem afetar pelas mesmas forças que afetam os demais para que um certo tipo de relação possa se estabelecer...”. Acredito que só foi possível capturar as minúcias relativas ao campo descritas na etnografia pela situação de contraste que se expressa entre minha condição de vida e a condição de encarceramento dessas mulheres, e por colocar-me, dessa maneira, sobre um conjunto de forças que atua também sobre elas.

Assim que inicio o campo, falo sobre o *bias* na ocasião da primeira entrevista (BECKER, 1993). Essa experiência deixa nítida como que ao revestirmo-nos enquanto pesquisadoras/es de leituras acerca do grupo social o qual se deseja conhecer como geralmente é recomendado nos manuais de ciências sociais (LENOIR, 1998; BECKER, 1993) se corre o risco de formar um imaginário rígido e homogêneo a respeito do grupo em questão. O *bias* pode ser lido como um “tomar para si” uma visão insistente já corroborada por diversas pesquisas a respeito de um dado objeto científico ou o perigo de incorrer em uma dimensão ideológica das teorias que Griffin (apud hooks, 1984, p. 50, tradução minha) define por:

Quando uma teoria se transforma em ideologia, começa a destruir a individualidade e a autoconsciência. Nascida em um princípio de sentimentos, pretende situar-se por cima dos sentimentos. Por cima das sensações. Organiza a experiência de acordo com ela mesma, sem chegar a ela. [...] A experiência deixa de surpreender, de atravessá-la, de transformá-la. Começou como uma forma de restaurar o sentido da realidade e agora trata de disciplinar à gente real, refazer os seres naturais a sua imagem. [...] constrói uma prisão para a mente.

Como a “teorização” excessiva de objetos de estudos muito exteriores à realidade mais familiar da/o pesquisadora/or pode ter tal efeito, acredito que deve ser levado em consideração que a lógica de pertencimento a uma categoria social, qualquer que seja, tem também uma dimensão fluida quando se insere uma análise do poder e da dominação que as entrecorta. Portanto, concordo com Velho (1978, p. 40) quando diz:

[...] sendo o pesquisador membro da sociedade, coloca-se inevitavelmente, a questão de seu lugar e de suas possibilidades de relativiza-lo ou transcende-lo e poder 'pôr-se no lugar do outro'. É preciso chamar atenção para o fato de que mesmo nas sociedades mais hierarquizadas há momentos, situações ou papéis sociais que permitem a crítica, a relativização ou até o rompimento da hierarquia.

É importante levar em conta essa explicação do antropólogo quando se trata, em especial, de trajetórias de vida, já que experiências pessoais e acontecimentos que fogem ao controle do sujeito dão matizes desordenados e singulares pelos quais fluem o esquema lógico de pertencimento a um determinado grupo social, fazendo com que o indivíduo questione, estranhe ou se familiarize aos lugares sociais já preparados pelo contexto histórico e social do *status quo*. Como diz Collins (2009, p. 5): “Dois indivíduos não ocupam o mesmo lugar no espaço social. [...] Os laços humanos podem ser libertadores e empoderadores [...] também podem ser confinantes e opressivos.”. Velho (1978, p. 40) também menciona o fato de que o tecido urbano nas sociedades pós-industriais é complexo o suficiente para apresentar: “[...] descontinuidades vigorosas entre o ‘mundo’ do pesquisador e outros mundos, fazendo com que ele [...] possa ter experiência de estranheza, não reconhecimento ou até choque cultural comparáveis a de viagens a sociedades e regiões ‘exóticas’.”

O mesmo argumento que o antropólogo coloca em favor da complexidade da noção de ‘familiar’ vale também para o ‘exótico’, mais apropriado ao contexto dessa pesquisa. No ambiente prisional foi possível encontrar nos relatos pontos semelhantes com a minha trajetória pessoal, detalhe importante para não cair na armadilha da estigmatização social e teórica e assim reforçar o contraste existente entre nossas realidades. Contudo, apesar da fluidez das categorias sociais e das lógicas de pertencimento, é necessário escrever sobre qual projeto político se inscreve a *diferença*, sem, contudo, entendê-la como Diferença (com d maiúsculo) ou A diferença (com artigo definido feminino maiúsculo). Para isso, é necessário fazer uma breve incursão nas teorias contemporâneas das ciências humanas e da filosofia.

Depois da década de cinquenta, a diferença tornou-se objeto de crítica em praticamente todas as disciplinas das ciências humanas, nas teorias feministas e nos estudos de gênero. Em geral, para as feministas, o principal problema com relação à diferença é o modelo pelo qual ela vem sendo tratada em projetos anteriores de ciência, como o projeto moderno. Ao longo dos séculos que atravessaram a modernidade, um modelo se sobressai aos outros, a dicotomia. Isso significa dizer que a diferença foi pensada ao longo dos séculos

sempre em termos de dois, em um sistema de positivo/ negativo. Por exemplo, o feminino, nos sistemas e esquemas das grandes teorias é pensado, via de regra, como o negativo do masculino. Isso se expressa, por exemplo, nas críticas e contribuições que feministas francesas realizaram as correntes da psicanálise cuja maneira de conceber a diferença sexual se funda nesse tipo de economia da diferença, nomeada por essas críticas como economia *falocêntrica* da linguagem (HIRATA et al., 2009).

Para Gabriel (2009), a psicanalista francesa Irigaray tem presença no hall das feministas que fazem essa crítica. A autora em questão faz uma leitura de Freud como uma teoria de lógica monossexual. Freud, ao propor o falo (que, nesse caso, coincide com o pênis) como significante central da sexualidade dos indivíduos, e usá-lo como referência também para falar sobre a sexualidade feminina na conhecida ideia de que a mulher forma sua sexualidade a partir da inveja ou da constatação da falta ou ausência do pênis, estaria entre os autores que propõe uma visão do feminino a partir do monismo sexual masculino. Lacan, seu crítico e parceiro, desloca o papel da anatomia para a linguagem ao colocar o falo como signo linguístico, também central para a sexuação (processo que diz respeito à sexualidade humana e à constituição subjetiva dos indivíduos em homens ou mulheres). Dessa forma, para Lacan, não basta ter o pênis para ter o falo, esse pênis é significado como fálico a partir do desejo do outro (no caso, da outra): “[...] é o desejo da outra que confirma (ou garante) que o homem possui o falo.” (GABRIEL, 2009, p. 42). Portanto, o desejo da mulher pelo falo ou pelo pênis é fundamental para que a constituição da subjetividade e formação da sexualidade masculina entre em ação, fazendo parte do processo de individuação dos homens. Eis a economia falocêntrica apontada por Irigaray. Teorias também um tanto heterossexistas, não?

Essa leitura crítica da tradição psicanalítica abre precedente para Irigaray questionar por que os caracteres sexuais femininos não podem ser o significante central que organiza a economia sexual, e assim, a autora sugere uma metáfora com os dois lábios como uma nova ótica/tato para a sexualidade feminina. Se as mulheres são dependentes da economia falocêntrica para tornarem-se indivíduos a partir da ausência do falo, Irigaray, a partir da sua proposta entende que “[...] a *mulheridade* (ou feminitude) estaria implicada num ser-duas.” (GABRIEL, 2009, p. 43, grifo da autora), em uma dividuação. Desse modo, para Irigaray, a sexuação poderia ser lida como uma espécie de dividuação, pois parte da sexualidade feminina escapa à economia falocêntrica da falta. A linguagem, igualmente, também é prescrita e funciona dentro dos limites dessa mesma economia, sendo que para Lacan, a mulher não é significada, mas o elemento que significa o indivíduo homem, lembrando que o

falo só é significado mediante o desejo da outra. Isso significa dizer que a mulher está excluída da linguagem, daí a origem da conhecida afirmação de Lacan de que a mulher não existe. Dessa maneira, Irigaray mostra que toda a linguagem e as ideias são regidas por uma economia *falogocêntrica*, ou seja, o próprio *logos* estaria assim também, contaminado por essas mesmas leis. É na brecha dessa leitura sobre Lacan que Irigaray sinaliza uma economia alternativa a essa, um projeto de “escritura feminina”, onde explora uma espécie de escrita táctil, em favor do sexo que não é um, indefinível. Em um debate com Lacan, o autor questiona Irigaray sobre a ausência de uma resposta para o gozo feminino, e a autora explica que a própria ausência de resposta já é em si, uma recusa de pertença à ordem discursiva da linguagem que insiste em se apropriar e dominar as coisas pela nomeação, submetendo-as a um regime de fixação, servil ao *falogocentrismo*.

Infelizmente, não há tempo e espaço hábeis para me debruçar sobre o projeto de Irigaray, além de não ser útil ao projeto. Quero apenas resgatar como nesse esboço grosseiro da sua teoria é presente o tal modelo dicotômico da diferença. Qual seria o problema com esse modelo? Grosz (2000, p. 47) afirma: “O pensamento dicotômico necessariamente hierarquiza e classifica os dois termos polarizados de modo que um deles se torna o termo privilegiado e o outro sua contrapartida suprimida, subordinada, negativa.”. Esse é o exato flagrante que Irigaray aponta nas teorias psicanalíticas - sua lógica unissexual - não há dois sexos, mas somente um, o “masculino” que é definido segundo uma negativa do feminino, ou pode-se dizer que o feminino é a falta, ausência de um objeto masculino, o pênis ou ainda, do seu signo linguístico significante, o falo. É conhecida a afirmação de Aristóteles para quem a mulher seria um homem invertido já que em sua anatomia é presente uma invaginação do pênis, sua forma vazia (GABRIEL, 2009), Freud parece ecoar essa fórmula ao dizer que a menina é um menino pequeno. Segundo Irigaray (apud Gabriel, p. 35): “A diferenciação em dois sexos deriva a suposição a priori do mesmo, uma vez que o pequeno homem que a menininha é deve tornar-se um homem menos certos atributos [...]. Um homem menos a possibilidade de (re)apresentar-se como homem = uma mulher normal.”. Por essas teorias, fica visível como o modelo dicotômico negativiza o feminino e torna o masculino positivo, polarizando esses dois termos como contrários um ao outro.

Tendo em vista essa problemática, faço uma pergunta que norteia a opção política pela qual o trabalho científico é conduzido: como poderíamos pensar um modelo de diferença que, compreendesse as pessoas e o mundo em suas respectivas autenticidades? E penso que quem pode nos auxiliar a compreender modelos não hierarquizantes da diferença é a poetisa, ativista

e intelectual Audre Lorde (1984). É válido lembrar, apenas a título da interdisciplinaridade que tanto Lorde (1984) quanto Irigaray bebem com Deleuze e Guattari a proposta de uma filosofia rizomática. Enquanto Irigaray se debruça sobre a psicanálise, Lorde (1984) se envereda pelos caminhos das relações sociais e de poder. A autora se volta a examinar como esse modelo da diferença funciona dentro da sociedade ocidental capitalista. Nesse *modus operandi* da diferença, a dicotomia, própria à filosofia dualista, não há um reconhecimento real da diferença, mas apenas uma recusa em conhecê-la.

Para Lorde (1984), nas sociedades capitalistas industriais, e, sobretudo, nos Estados Unidos, seu país de origem, o “bom” (enquanto valor ético e de consumo) é circunscrito em torno de marcadores sociais muito nítidos, via traços ontológicos, sociais - homem, branco, heterossexual, cristão, de classe média, magro e jovem – que reunidos constituem o que a autora chama de *norma mítica*. Quem não concentra, no jogo das relações sociais, uma boa parte desses traços, é remetido, automaticamente, à enorme massa excedente, o “mau”, um grande Outro, que tem seu expoente mais dramático em mulheres negras, lésbicas, pobres e gordas, extremo oposto da matriz social. Essa concepção da diferença que tem suas raízes em uma opressão sistemática que se arvora nas estruturas do racismo, sexismo, elitismo e ainda outros sistemismos, nada tem a ver com a diferença, apenas com uma distorção da mesma. A *norma mítica* é introjetada no curso dos nossos pensamentos por operações simbólicas e imagens de controle, entre outros dispositivos que reiteram essa economia de modo a facilitar que a relação entre pessoas marcadas por signos sociais em posições “contrárias” esteja sempre envolta em relações maniqueístas, entre o “bom” e o “mau” e suas variações. Nessa lógica, a matriz pode ser entendida como um processo de ‘mesmificação’ (LEVINAS, 2008), de modo que a recepção do outro é vista a partir do meu rosto, em termos identitários, como um monismo social. O ‘olhar o outro’ é dado por signos já pré-conceituados, premeditados por uma sociedade que predispõe de um verdadeiro arsenal de guerra de nomeações negativas para aquelas/es considerados como o desvio da norma. Assim, as/os “diferentes” não são apenas diferentes, mas são as/os marginalizadas/os, as/os criminalizadas/os, são a negação do que é codificado como “bom” e recebem nomes que o significam dessa forma. Acredito que seja possível falar, a partir de Lorde (1984) em uma metafísica da diferença que paira sobre as diferenças nas relações sociais contemporâneas. Como esse modelo pode reconhecer de fato a diferença se a/o diferente é sempre mesmificada/o (tanto no sentido da sua negativa quanto no desejo de mesmificação, como elementos inerentes a tal dinâmica)?

Por conseguinte, a chave política de Lorde (1984) é o seu conceito de ‘planificação realista’, um modelo igualitário de conceber a diferença. Esse modelo está mergulhado em uma perspectiva afrocentrada de pensamento, a qual a/o leitora/or há de conhecer melhor no segundo capítulo. Por enquanto, basta dizer que esse novo modelo não define mais o bom em termos de lucro e benefício, mas em função das necessidades humanas, que para Lorde (1984, p. 55) emanam “[...] daquela energia criativa fortalecida, cujo conhecimento e uso estamos agora retomando em nossa [das mulheres negras] linguagem, nossa história, nosso dançar, nosso amar, nosso trabalho, nossas vidas”. Para a maioria das intelectuais negras, os sistemas de dominação a que me referi acima, o sexismo, racismo e classismo, entre outros, trabalham em uníssono na intenção de criar mecanismos de supressão e desvalorização que destruam outros saberes, outros estilos de vida, de auto expressão individual e também de expressão cultural. Assim, para Lorde (1984), as necessidades humanas estariam em evocar suas raízes históricas e culturais, amá-las e propaga-las como um modo de afirmar a resistência contra essa matriz de dominação, e recusar essas negativas que operam por meio dessa economia avarenta da diferença. Para a autora, isso passa também por uma busca individual, uma vez que trabalha com a percepção do indivíduo negro e, em particular, das mulheres negras, com o que é imputado sobremaneira a ela mesma quanto ao legado das suas origens e raízes. Portanto, é também uma busca dentro de si mesma, por uma conexão erótica - como poder de fusão - entre o espiritual, o político e os sentimentos.

Interpreto o termo ‘planificação’ como um termo de duplo sentido, com uma primeira faceta no sentido de ação, realização de algo a ser executado, mas também no sentido deleuzeano de platô, de tornar-se plano, retilíneo e horizontal. A autora nos conduz a pensar as relações sociais em uma perspectiva terrena, da materialidade das relações em sua dimensão de retorno à realidade, em sua platitude, sem pré-conceitos, anteriores ao contato: “[...] diferença é aquela conexão crua e poderosa na qual nosso poder pessoal é forjado”<sup>21</sup> (LORDE, 1984, p. 112). Assim, novas alianças podem surgir quando a diferença não é acompanhada de medo, negação ou ignorância, mas apenas como diferente, cru. Para isso, é necessário que os contatos sejam repensados como um modelo de comunidade afrocentrado cujos valores caminham na direção das: “[...] conexões, cuidado e responsabilidade pessoal.” (COLLINS, 2009, p. 2). Esse último se comunica com a planificação realista de Lorde (1984)

---

<sup>21</sup>Penso a tradução da palavra ‘forged’ no mesmo sentido dos segredos da forja em que Ogum fazia ferramentas de ferro para fortalecer o trabalho do plantio de inhames para o povo de Elejigbô. Ver: PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. 1ª ed. Cia das Letras. São Paulo, 2001. Acredito que a ‘diferença’ seja como os segredos da forja, um lugar a partir do qual se produz os instrumentos de cultivo e de batalha.

no sentido de propor uma mudança política a partir do indivíduo em suas relações cotidianas e interpessoais: “[...] o verdadeiro foco da mudança revolucionária não é meramente as situações opressivas que buscamos escapar, mas aquele pedaço do opressor que está plantado no profundo de cada um de nós.” (LORDE apud COLLINS, 2009, p. 6).

Isso significa investir em novos meios de transmitir e receber as diferenças, eliminando as distorções da norma mítica engendradas pelos sistemas de dominação. Optei por esse viés não somente por uma questão teórica, que será explicada mais adiante na premissa de que as mulheres negras por estarem entrecruzadas por vários sistemas de dominação apresentam uma condição epistêmica prevalecente para realizar uma crítica radical – como uma busca profunda das raízes - aos sistemas sociais pelos quais são dominadas e aos quais resistem, mas ainda porque acredito que um feminismo antirracista possibilita um questionamento dos privilégios, de modo a proporcionar a negociação comigo mesma da minha parte opressora. E ainda, acredito que a proposta de Lorde (1984) pode ser generalizada para outras diferenças, além das raciais e de classe, mas para pensarmos as alianças entre mulheres diferentes entre si tanto nas relações pessoais, cotidianas e familiares, mas também em organizações e movimentos sociais. Repensar conexões e alianças que minem valores como a competitividade e a inveja, muito comuns, particularmente, entre mulheres brancas, face à ausência de questionamento de valores sobre a *branquitude* e o pertencimento à classe média ou classe alta como o individualismo, a privatização, a posse e o consumo. Esses valores não são somente da ordem da economia financeira, mas também da ordem das relações. É possível consumir, possuir pessoas, torna-las termos de posse.

Enfim, considero a proposta de Lorde (1984) adequada para a dissertação, uma vez que é nesse modelo político que penso o envolvimento e as relações de mulheres diferentes entre si. Isso significa não somente entender o contexto histórico, social e de origem dessas mulheres enquanto objeto de pesquisa, mas compreendê-las em suas experiências, desejos, afetos e saberes. Nessa direção, a técnica etnográfica permite a possibilidade narrativa mais, permitiu falar dessas mulheres enquanto indivíduos. O primeiro tópico do próximo capítulo se dedica a falar da metodologia de história de vida, usada como técnica para captar o material necessário para realizar as trajetórias de vida e trajetórias sociais, produto final dessa dissertação. E se dedica ainda a discutir como a história de vida suscitou um debate dentro da disciplina de sociologia e como que tanto sua concepção teórica quanto sua utilização enquanto método de coleta de dados nas ciências sociais se desdobraram em conceitos análogos como “trajetória de vida”, “trajetórias sociais”, “curso de vida”. À luz desse



primeiro tópico, o segundo capítulo se destina a desenvolver os conceitos que serão utilizados para a análise sociológica do objeto de pesquisa.

## **CAPÍTULO 2: Amarrações interdisciplinares: Instrumentos conceituais e categorias necessárias ao desenvolvimento da pesquisa científica**

### **2.1. A vida como conceito na sociologia e no campo: da “história de vida” à “trajetórias sociais” no debate sociológico e o objeto empírico do curso de vida lícito**

O conceito de trajetória de vida é relativamente recente em ciências sociais, ele surge como parte de uma discussão filosófica a respeito dos estudos sobre a história de vida, suas potencialidades e limitações. No caso do presente estudo, e em acordo com os preceitos políticos colocados no último tópico do capítulo anterior, a opção pela metodologia de ‘história de vida’ foi primal. O método tem um largo uso no início do século XX com a Escola de Chicago, nos Estados Unidos e se desenvolve a partir de um caráter histórico, local e fragmentário (BECKER, 1993) nos estudos sobre a delinquência juvenil e a vida marginal nos guetos das grandes cidades estadunidenses. Assim sendo, se torna uma opção interessante no caso do objeto em questão pela sua eficácia no trabalho com grupos socialmente marginalizados (DEBERT, 1997). Uma vez que o projeto científico se insere em uma relação de horizontalidade com seu objeto, a escolha mostra sua pertinência já que o método tem como finalidade integrar os pontos de vista desses sujeitos ao discurso oficial hegemônico.

A história de vida enquanto método, apesar do sucesso em seus anos iniciais nos Estados Unidos, caiu no esquecimento em detrimento da hipervalorização de teorias abstratas como o funcionalismo parsoniano e de pesquisas *survey*, um modelo científico de pesquisa de abordagem quantitativa, que ganhou espaço após a segunda guerra mundial, em função de possibilitar um conhecimento sobre as massas. O contexto dos anos cinquenta e sessenta de crítica ao paradigma anterior de ciência, novas noções de objetividade e a modificação da relação entre teoria e práxis, assunto que será mais bem contemplado no próximo tópico. preparou o contexto para que o método fosse novamente foco de discussão nas ciências sociais. Alguns acontecimentos, em geral, agrupados pelas teorias pós-modernas, como o desencantamento do mundo, a perda do espaço público de ação, o desenraizamento social com os espaços de origem como a família, a terra e a cidade dado pela facilidade de

mobilidade e pela tecnologia da informação, a impermanência de um *ethos* sinalizam a perda das estruturas coletivas e trazem ao debate sociológico, um retorno ao sujeito, que em seus métodos de análise é espelhado pela entrada da biografia nas arenas de discussão da disciplina.

O autor que oferece a proposta mais radical de aproximação entre teoria e praxis, a tônica sociológica do momento, é Bertaux (1999). O sociólogo propõe, a partir de outros autores, uma distinção entre história de vida e relatos de vida. O primeiro método se refere a um exame detalhado que não conta somente com a narrativa do sujeito, mas com outras classes de documentos como o testemunho de outras pessoas, registros institucionais, documentos históricos, testes psicológicos, o método seria nesse caso mais apropriado aos estudos de caso. Alguns estudiosos defendem a superioridade da história de vida (*life history*) frente ao relato de vida (*life story*) pelo fato dessa primeira modalidade ser edificada com base em outras fontes de conhecimento. Bertaux (1999) rebate esse tipo de argumento dizendo-o de orientação tecnocrática. A pedra de toque do seu contra-argumento é que há diferentes maneiras de se exercer um controle sobre a confiabilidade dos dados que não seja a convergência de fontes a um relato individual. Bertaux (1999) encontra no *life story*, método desprezado por esses autores por sua simplicidade, a galinha dos ovos de ouro no que diz respeito ao acesso que o método provém à informação *nativa* para um novo método que propõe: o enfoque biográfico.

A principal novidade desse método para o autor é conciliar a observação com a reflexão sociológica com a finalidade de chegar a um pensamento da práxis. Para isso, estabelece a existência de dois tipos de investigação: a socioestrutural, que se concentra na estrutura e nos processos objetivos: “As estruturas de produção, a formação de classes sociais, os modos de vida de meios sociais dados, constituem objetos de tipo socioestrutural.” (BERTAUX, 1999, p. 5, tradução minha) e as análises voltadas ao campo microssocial são aquelas que concentram sua atenção nos fenômenos simbólicos: “Através dos relatos de vida e das autobiografias considerando tanto suas formas como seus conteúdos [...], os investigadores se propõe determinar os complexos de valores e de representações que existem, primeiro no âmbito coletivo, antes de apropriarem-se mais ou menos totalmente da subjetividade” (Idem, ibidem, p. 6, tradução minha). O autor estabelece essa diferença para salientar, sem seguida, que ela é apenas uma divisão aparente. Sua diferença real é estabelecida pelos métodos de investigação de cada objeto, mas uma vez que ambas tratam do social, não há uma divisão entre objetos. Bertaux (1999) respondia, dessa maneira, a uma

discussão mais ampla no campo da sociologia que se referia à reconciliação entre o plano micro e macrossocial, como uma variação do dualismo mais permanentemente discutido na área: indivíduo e sociedade.

Consoante a essas premissas, defende como condição de objetividade do seu método, o enfoque biográfico, o que chama de ponto de saturação como meio de assegurar a validade dos dados. Para alcançar esse ponto, a/o pesquisadora/or deve estar certa/o de que sua amostra representa uma boa diversidade de informantes. Segundo Bertaux (1999, p. 8), o ponto de saturação refere-se ao alcance de uma representação social (por via dos dados) que a equipe constrói sobre seu objeto de estudo: “a ‘cultura’ de um grupo em sentido antropológico, o subconjunto de relações socioestruturais, de relações sociosimbólicas, etc.”. Bertaux (1999) alerta que a equipe deve estar atenta quanto à divergência de representações que se pode encontrar em uma mostra. Assim, se pode atribuir uma base sólida para a generalização, sem submissão da pesquisa aos conteúdos externos. É interessante salientar que outras proposições que surgiram nessa mesma época de métodos qualitativos e, simultaneamente, quantitativos na França e nos Estados Unidos como as de Mills, Becker (1998), com a proposta do mosaico científico, Merton e Bourdieu serviram para refletir sobre pesquisas com um alto grau de institucionalização, acompanhadas de uma equipe numerosa e com um patrocínio estimulado por fundações e instituições.

Além de ganhar espaço entre as/os estudiosas/os francesas/es, o método fez sucesso no Brasil, e é largamente usado em pesquisas qualitativas, talvez pelas condições em que se dão as pesquisas nas universidades brasileiras. Contudo, isso não é objeto de discussão desse trabalho. O método é dileto entre pesquisadoras/es brasileiras/os justamente por apresentar vantagens com relação a uma aproximação mais terrena com o objeto de pesquisa, o que cabe também nesse projeto científico. No caso dessa pesquisa, o método é especial por proporcionar um retorno vivo ao objeto de pesquisa, já que isso permite criar fissuras em teorias explicativas já existentes e abrir a possibilidade de romper com generalizações teóricas e mostrar suas inadequações. Tratando-se de um trabalho com sujeitos socialmente entrecruzados por muitos sistemas de dominação, entre eles, o encarceramento, cuja própria condição inibe ou dá pouca chance a uma “automanifestação” política do grupo com relação ao próprio grupo, a proposta do método sua interessante.

Becker (1993, p. 111) ao comentar as contribuições do trabalho *The Jack Roller* (1930), uma das obras de destaque na utilização do método, sublinha sua especial

contribuição à disciplina de sociologia: “[...] é difícil para um sociólogo (sem falar em outros cujo trabalho não os impele na direção deste conhecimento) compreender o que significa a vida de um *junkie* negro ou de um delinquente polonês”. Mediante essa afirmação, a “história de vida”, portanto, facilita o acesso da/o pesquisadora/or a e das/os leitoras/es a uma realidade radicalmente diferente, parecendo assim, ser um método mais passível de provocar uma sensibilização ao contexto de vida de segmentos da população que estão muito alheios àquilo que é mais familiar como realidade imediata. Essa característica se coaduna ainda com a proposta epistemológica do trabalho, o *standpoint feminist* baseado na teoria feminista negra estadunidense, assunto do próximo tópico.

Debert (1993, p. 142) ao considerar que a história de vida tem uma dimensão dialógica, nos alerta para a “[...] violência implícita ao procedimento que envolve a imposição aos informantes, de categorias que não lhes dizem respeito, vindos de uma teoria exterior a eles ou ao conjunto de valores próprios do pesquisador”. Como já dito no primeiro capítulo, esses efeitos podem ser observados nas reações que as entrevistadas tiveram a respeito da pergunta sobre infância, escola, família e trabalho. Não se deve esquecer que essas histórias de vida são narradas em um curto espaço de tempo para uma forasteira e que elas são orientadas segundo os interesses da pesquisadora sobre o que se pretende encontrar nos relatos como diz Becker (1993, p. 109, interpolação minha) que o método, ao: “se aproximar mais do terra-a-terra, se dedica mais às nossas propostas que as do autor [o entrevistado] [...]” revelando o outro lado do jogo de interesses. No caso do presente trabalho, perguntas-chave como - como as mulheres em questão inculcam os encadeamentos dos acontecimentos e ações na narrativa da sua própria trajetória frente aos acontecimentos que resultaram no envolvimento com o tráfico de drogas? Como estão presentes na produção de sentido os jogos das relações sociais e de poder nos acontecimentos diários com as instituições da família, do trabalho e da escola? – são condutoras na constituição das trajetórias.

Portanto, as *life stories* não se constituem, nesse trabalho como um fim em si mesmas, mas servem apenas como uma metodologia de pesquisa de campo com a finalidade de rastrear o material para a elaboração de trajetórias de vida e para as trajetórias sociais, que pretende uma interpretação científica segundo categorias e noções escolhidas, ou seja, há uma opção por um viés temático. Pese ainda ao fato que: “[...] o processo de conhecimento da vida social sempre implica um grau de subjetividade e que, portanto, tem um caráter aproximativo e não definitivo.” (VELHO, 2005, p. 129).

É interessante que os rumos que a história de vida tomou na discussão do seu papel e das suas possibilidades de produção científica na disciplina de sociologia nos encaminham para as críticas que Bourdieu (1996) realizou a Bertaux (1999) naquilo que o método tinha de mais encantador: a condição de objetividade contida nos próprios dados e a possibilidade de deixar falar os sujeitos sem silenciá-los frente ao peso dos procedimentos de pesquisa e das teorias. O debate abriu mão para uma discussão mais ampla sobre as potências epistemológicas da sociologia. Para Bourdieu (1989), a disciplina deveria ser reflexiva quanto a sua prática científica, como uma espécie de metaciência, consolidada a partir de teorias e esquemas conceituais parciais que serviriam mais a objetos específicos que à busca por uma sociologia de gabinete.

A primeira crítica que Bourdieu (1996) faz à Bertaux (1999) coloca a história de vida, quando contada como uma manifestação contínua do real é a falta de distinção entre a história de vida no senso comum e nas ciências sociais. Sequências de início, meio e fim são estabelecidas, há um pressuposto de ordenação em expressões temporais como “nunca”, “sempre”, “desde que”. Esse curso pressupõe uma coerência e alinhamento entre passado, presente e futuro, onde acontecimentos anteriores pressagiam etapas vindouras segundo uma lógica, uma ordem, cadeias de causas e efeitos. Há nisso observações a serem feitas. A primeira, de cunho mais filosófico é que a história de vida escapa à própria vida, ela fixa e funda uma unidade no tempo e espaço em que é contada e registrada (BOURDIEU, 1996). A outra é que o relato é mutável, é possível concatenar diferentes causas e efeitos em diferentes momentos das nossas vidas uma vez que as percepções são mutáveis. Portanto, a *life story* não pode ser nada mais além de uma ilusão biográfica, uma ilusão retórica, localizada dentro da tradição literária romanesca, em que esse tipo de narrativa é comum. Essa maneira de contar uma história surge a partir das necessidades humanas de apreensão do real, mas a história de vida concebida como uma narração do sujeito que a viveu não pode ser simplesmente transposta como ciência. Sobre a crítica de Bourdieu (1996), Montagner (2007, p. 250): “O conhecimento do vivido não significa necessariamente uma compreensão do real, dos determinantes fundamentais do universo social. Desta maneira, a abordagem através das histórias de vida deve precaver-se da ilusão de transparência do real.”.

Bourdieu (1996) defende que uma história de vida para ser tomada como proposta de construção de conhecimento científico não pode ser tomada sem referência ao contexto histórico e às relações sociais em que ela mesma se enreda. Sobre a não submissão dos dados às fontes externas, Bourdieu (1996) é sucinto: “[...] não podemos nos furtar à questão dos

mecanismos sociais que favorecem ou autorizam a experiência comum da vida como unidade e como totalidade.” (BOURDIEU, 1996, p. 185). Bourdieu (1996, p. 189/190) quer dizer que o sujeito não detém total autonomia sobre sua história de vida, há uma percepção passiva, de dentro, pois ele é o sujeito da própria vida, logo, não detém a consciência sobre como seu relato é pautado pelas forças sociais que o controlam. Daí a necessidade de contextualização no campo social e histórico:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um ‘sujeito’ cuja constância é certamente se não aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações.

Montagner (2007, p. 252) faz uma interessante metáfora sobre a incapacidade do sujeito frente a essa consciência do que torna suas experiências de vida uma experiência comum a um tecido social com a afirmação de Kafka (1969) no livro *Na Colônia Penal*:

[...] o corpo é o espaço de inscrição da nossa condenação ao *social* – inscrição das regras familiares e de classe, nossas limitações coletivas, nosso imaginário grupal – no corpo biológico. O corpo é o suporte de uma construção identitária realizada pela sociedade sobre o sujeito, construção da qual o próprio indivíduo não é sujeito: qual o condenado da colônia, a sentença a ser escrita sobre nossa pele não nos é dada a conhecer.

Frente a essa crítica, Bourdieu (1996) propõe um fragmento do seu célebre conceito de *habitus* que ele coloca como “[...] o princípio ativo, irreduzível às percepções passivas, unificação das práticas e das representações, (isto é, o equivalente, historicamente constituído e, portanto historicamente situado, desse eu [...])” (BOURDIEU, 1996, p. 186). Nessa formulação fica nítida não só a resposta ao enfoque biográfico de Bertaux (1999), mas a percepção de que os sujeitos estruturados pelas forças sociais não o são de forma passiva e vitimizadora, mas também de forma ativa, que é confirmada por sua afirmação sobre as origens dessa noção em outra obra:

[...] eu desejava reagir contra o estruturalismo e sua estranha filosofia da ação [...] com o seu agente – *Trager* – reduzido ao papel de suporte da estrutura; [...] eu desejava pôr em evidência as capacidades <<criadoras>> , activas, inventivas do

*habitus* [...] o *habitus*, a *hexis* indica a disposição incorporada, quase postural [...].”  
(Idem, 1989, p. 61)

O conceito de *habitus* do autor é complexo e é desenvolvido e discutido em praticamente todas as obras de sua autoria. Não pretendo trazer à luz a noção em sua inteireza, optei por traduzi-la no trabalho de uma maneira mais simples e ainda a usar outros conceitos do autor os quais Setton (2002) comenta em artigo que propõe uma revisão da definição de *habitus* e uma proposta contemporânea do conceito na área da educação. Para os fins desse projeto científico, basta entender *habitus* como Montagner (2007) o propõe: “[...] sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEUR, 1998 apud Montagner 2007). Essa afirmação torna mais palatável o *modus operandi* da relação entre estruturas sociais e indivíduo. Os sistemas de disposições são tanto imanentes aos esquemas mentais dos indivíduos quanto estruturam intrinsecamente o social.

Setton (2002), autora que trabalha com a noção de *habitus* em seu artigo, nos orienta quanto a outros conceitos como o de campo, estratégia e *illusio* que nos ajudam a visualizar melhor a dinâmica de como o *habitus* e o campo se retroalimentam. *Illusio* pode ser visto como uma motivação inerente a qualquer indivíduo que tenha um *habitus* em um determinado campo. O campo, apesar de circunscrito pelo próprio Bourdieu (1989) como algo muito mais complexo, para fins de análise nas ciências sociais, o conceito é simplesmente traduzido pela autora como uma conjectura de espaço e tempo que suscita investimentos indissolúveis do ponto de vista econômico e psicológico entre os próprios agentes. Logo, o campo é gerador de *illusio* e o *illusio* não existe sem o campo que lhe oferta as condições de seu funcionamento. Assim, “As estratégias surgem como ações práticas inspiradas pelos estímulos de uma determinada situação histórica [uma conjectura]. São inconscientes, pois tendem a se ajustar como um sentido prático às necessidades impostas por uma configuração social específica.” (SETTON, 2002, p. 64, interpolação minha). Estratégia, portanto, parece ser o que surge de espontâneo do agente mediado pelo seu próprio *habitus* frente a uma conjectura determinada, sob a reação a um estímulo vindo do campo.

Ter o *habitus* como instrumento para o projeto científico é vantajoso por se afinar com os instrumentos conceituais que serão expostos no último tópico, as noções dadas por Collins (1989, 2010), intelectual negra estadunidense que serve de norte teórico para o trabalho, no

que se refere ao esquema de análise das esferas da biografia pessoal – que leva em conta a identidade subjetiva - e a dimensão estrutural – sinônima às organizações e instituições sociais.

O agente é, portanto, visto como uma miríade de introjeções identitárias sociais que são práticas que percorrem suas ações, inscritas no seu corpo, em sua trajetória individual, e também em sua trajetória dentro de um grupo de agentes. Portanto, em lugar do ponto de saturação que chega à representatividade da mostra proposta por Bertaux (1999), Bourdieu (1996) propõe a objetivação do *habitus*:

Todo o aparato social de formação de uma identidade, ou de uma *persona*, entendida aqui como máscara social de formação de uma identidade, virá a se sedimentar sobre essa relação de tornar concreto um todo biográfico, que, na realidade, não existe: podemos acompanhar as mudanças sucessivas pelas quais um agente social passa durante seu movimento na sociedade e que acabam por sedimentar um *habitus* relacionado à história do indivíduo.

Na afirmação de que o todo biográfico não existe, encontramos a questão da ilusão retórica que é a história de vida. E também, a participação e responsabilidade da/o pesquisadora/or na construção dessas biografias de modo a achar a achar as marcas distintivas no percorrer histórico de um agente ou de um grupo de agentes que se pode definir por meio de traços comuns, dando assim origem às trajetórias comuns ou trajetórias sociais, “[...] feixes de percursos muito semelhantes, ou afinal, uma *trajetória*.” (MONTAGNER, 2007, p. 253). É nesse duplo sentido que gostaria de pensar o conceito operante de *trajetórias sociais* para o presente trabalho científico, em seu duplo sentido, trajetória de vida, no sentido da biografia individual e trajetórias sociais que revelam percursos sociais comuns como o resultado a que pretendo chegar pela objetivação do *habitus*. Daí a predileção pelo conceito de trajetórias sociais que pelo uso da história de vida enquanto produto final do trabalho.

Nesse caso, a história de vida foi apenas um método facilitador que me auxiliou no manuseio do que pretendo destacar desse material as trajetórias. Para isso, dentro da história de vida foi necessário priorizar o resgate da produção de sentido das mulheres com relação à sua própria trama de vida. Assim, pretendo apenas encontrar: “[...] as marcas distintivas das trajetórias dos grupos sociais e dos agentes. Essas marcas, pura projeção dos *habitus* e que evidenciam os símbolos distintivos dos mesmos, trarão à luz as estratégias e injunções sofridas pelos agentes [...]” (MONTAGNER, 2007, p. 254) e assim formular “[...] o resultado



construído de um sistema de **traços pertinentes** de uma biografia individual ou um grupo de biografias.” (Idem, ibidem, grifo do autor).

É necessário ainda colocar que há diferentes *habitus*. Há aqueles que fazem parte dos nossos esquemas mentais mais fundamentais, como por exemplo, a origem social que pode ser considerada como “[...] um holofote poderoso na elucidação dessas trajetórias, pois o *habitus primário*, devido ao ambiente familiar, é uma primeira e profunda impressão social sobre o indivíduo, que sofrerá outras sedimentações ao longo da vida.” (MONTAGNER, 2007, p. 257). No que se refere aos *habitus* individuais, uma série de instituições como escola, família, trabalho encaminham disposições de sistemas diferentes entre si que dialogam dialeticamente e que, mesmo apresentando variações, integram a unidade de uma *biografia sistemática* que:

[...] se organiza a partir da situação originária de classe, experimentada num tipo determinado de estrutura familiar. Desde que a história do indivíduo nunca é mais do que certa especificação da história coletiva de seu grupo ou de sua classe, podemos ver nos sistemas de disposições individuais variantes estruturais do *habitus* de grupo ou de classe [...] (BOURDIEU, 1983b, p. 80-81 apud SETTON, 2002, p. 65)

Na mesma linha desses cientistas sociais, estudos que trabalham com sociologia da geração e com dinâmicas sociais intergeracionais se utilizam de noções similares a de trajetórias sociais, como “trajetória de vida”, “ciclo de vida”, “curso de vida” e “trânsito” surgem dentro desse mesmo debate. Frequentemente, esses conceitos estão associados com as temáticas em torno da sociologia da geração, subárea que estuda fenômenos como o envelhecimento, juventude, infância, as relações intergeracionais, entre outros.

Pensar a vida enquanto processo dentro das ciências sociais exige que sejam determinados os feixes estruturais que a compõem. Por ser um tópico que invariavelmente apresenta um laço entre biologia e cultura/social, é de se esperar que as primeiras concepções girassem ao redor de imagens de ciclo, ordem, ou regularidade. Há a imagem biológica de nascimento, amadurecimento, reprodução, declínio e morte. Em paralelo a esse ciclo, é estabelecido pela psicologia do desenvolvimento uma releitura: a infância, juventude, vida adulta, meia idade e velhice. Contudo, vários estudos contestam a diacronia dessas etapas de diferentes formas e a própria existência de todas elas conforme os diferentes contextos culturais e sociais. Por exemplo, o historiador Philippe Àries, ao estudar sobre a infância, descobriu que ela é uma invenção do século XVII, que não existia como uma etapa da vida

ligada à inocência, diversão, aos cuidados especiais e à atenção (FEATHERSTONE, 1994). O autor fala ainda de outras etapas de vida que acabam sendo institucionalizadas, como a adolescência, a menopausa como marcador da meia-idade, mas que todas são na verdade, um problema social a ser investigado.

Desse modo, Featherstone (1994) sugere que Àries e Hall, esse último, estudioso do período da adolescência chegaram à conclusão que há uma espécie de “[...] colonização do curso de vida: um processo por meio do qual a duradoura fase da vida, depois que o tempo de bebê cessou, é crescentemente diferenciada e demarcada em fases com conjuntos específicos de problemas e soluções.” (Idem, *ibidem*, p. 57).

O que despertou o objeto do presente trabalho, já referido algumas vezes foi a percepção de que havia um processo semelhante de colonização de um curso de vida ao qual as entrevistadas do primeiro grupo (Rita, Roberta, Raquel e Estrela) - que chamarei grupo A - se referiam. Nas falas seguintes, fica nítido um discurso de *desvio* em contraste com um curso de vida integrado pela família, pelo trabalho e pelos estudos como um modo de afastá-las do crime<sup>22</sup>:

*Roberta: minha família... infelizmente, só eu que vim num lugar desse na hora errada. Eu: Então, seus pais moraram em Itamaraju... Roberta: Não, Medeiros Neto. Eu: os dois? Seu pai e sua mãe? Roberta: meu pai e minha mãe, eles vivem juntos até hoje, graças a deus eu venho de uma família estruturada, meus irmãos nunca separaram, sempre tiveram família, só eu que fui assim, parece que a ovelha negra, sabe? Justamente a que não era e até hoje eu não entendo sabe, porque tudo que foi contra os meus princípios, tudo que eu não gosto aconteceu comigo porque meu maior sonho foi ter uma família e viver minha vida toda.*

*Raquel: “é igual meu irmão falava, ele sempre falava, ‘eu vou ser alguém na vida, a gente vai ser alguém na vida’ porque a gente morava na... na Ceilândia... que assim... eu: isso na infância? Raquel: na infância, a gente cresceu vendo... ia na padaria de manhã, quando chegava lá tinha uma pessoa morta, na criminalidade, mas ninguém da minha família... eu: naquela época devia ser mais tenso, né? Ela: é, a gente nunca foi por esse lado, meu pai sempre puxou a gente pra um outro caminho, meu pai falava assim, hoje a pessoa tem que ter uma profissão e eu vou ensinar vocês a ter uma profissão, e realmente, ele ensinou [...] Então tipo assim, ele sempre ensinou pra gente o trabalho, a dignidade, a honestidade, eu: seu pai? Ela: meu pai, minha mãe também sempre foi muito honesta, trabalhadeira”*

*“Eu: e sua rotina era muito pesada? Raquel: era, eu acordava, cinco e meia eu tava de pé, sete horas no máximo eu tava na empresa, aí por vezes, eu almoçava na*

---

<sup>22</sup>Refiro-me ao tópico “1.2.2. Rita, Roberta, Raquel e Estrela, as *outras* entrevistadas e o recorte do objeto de pesquisa” em que falo sobre como foi percebida certa dicotomia com relação aos dois grupos de entrevistadas: as quatro primeiras, Rita, Roberta, Raquel e Estrela e a segunda de as *outras*. O título do tópico tem o intuito de mostrar como que o primeiro grupo cria discursivamente uma alteridade, em um processo de outrificação com relação ao segundo grupo.

*empresa mesmo, [...], aí sempre levava um lanche da tarde, quase não saía da empresa, seis horas chegava na academia, saía da academia vinte pras seis, malhava até sete horas, sete e meia eu ia pra faculdade, ficava até onze horas, dez e meia na faculdade, no sábado a gente não trabalha na empresa, então, a gente aproveitava os sábados e o domingo pra fazer trabalho, estudar, inclusive isso até tem na investigação porque eu me formei no meio do ano passado e eu ia muito pra faculdade ano passado, tudo isso tem na investigação, eles sabiam que eu estudava, que eu não andava... no sábado eu saía de manhã, só ia ver ele [o marido] a noite”*

Nessas falas acima, é nítido os valores que remetem a uma sexualidade monogâmica, heterossexual e institucionalizada pelo matrimônio como a única maneira permitida de exercê-la. Os valores da honestidade, dignidade, disciplina quanto aos estudos e ao trabalho como meio de levar uma vida “correta”, e de seguir um caminho bom, tecido a duras penas. Preceitos que dizem respeito a uma expectativa de comportamento cultural passados pela instituição da família nuclear estruturada, composta de pai, mãe e filhas/os. À parte do quadro pintado pelas mulheres do grupo A no que se refere ao universo do crime, já falado no primeiro capítulo, é reparável a contraposição discursiva entre a “família”, os “estudos” e o “trabalho” como três eixos institucionais que formam um meio de vida ideal, estável, regular, e, sobretudo, *lícito*, explicitamente positivado nas suas falas. As expressões como “o que aconteceu”, “por esse lado” desenham a ideia de um caminho a ser percorrido ao qual chamei de “curso de vida lícito” ou “curso de vida institucionalizado”, o que será investigado na análise. Os valores apontados por essas mulheres mostram a dimensão pré-fabricada desse curso de vida, afinal, esses três pilares de uma vida correta não são neutros e quaisquer.

Nos estudos iniciais sobre sociologia das gerações, costumava-se dividir o curso de vida em etapas como infância, adolescência, vida adulta e velhice. A descrição dessas etapas de vida era bem circunscrita, a infância, como descrita logo acima, era traduzida como um período de inocência, com atenção especial, livre de obrigações. De forma semelhante, a adolescência era descrita como um tempo entre a infância e a vida adulta, de uma sexualidade desenfreada, confusa, de oscilação emocional ainda não marcada por eventos que definem a passagem à vida adulta como ter filhas/os, um emprego estável e sair da casa dos pais. Featherstone (1994), sobre a colonização presente nessas definições aponta a importância de investigar o papel dos seus defensores: “Cruciais aqui são os especialistas da cultura, os educadores, acadêmicos, intelectuais, peritos e profissionais, muitos dos quais tendo suas origens na nova classe média, são capazes de influenciar promotores de políticas, políticos e utilizar a mídia” (Idem, *ibidem*, p. 57). Esse tipo de observação é comum nos estudos sobre gerações, muitas vezes a caracterização de uma etapa da vida está ligada à venda de produtos

comerciais para essa faixa etária, ou a interesses particulares nas políticas públicas, contudo o que destaca na fala de Featherstone (1994) é essa espécie de “colonização de classe” das etapas geracionais produzidas pelo discurso dos profissionais que se dedicaram a escrever sobre o assunto. Como se pode observar no parágrafo anterior, o imaginário das entrevistadas do grupo A (e também do grupo B), apesar das distintas intenções discursivas, também é colonizado com relação a gênero, classe e raça. Esse último é mais explícito com relação às entrevistadas do grupo A e pelo seu alinhamento com o discurso de classe. A seguir, no último tópico desse capítulo será mais bem explicada a aproximação entre esses dois eixos que é menos maleável quando da aproximação com o eixo de gênero.

Quanto às entrevistadas que efetivamente fazem parte da análise, àquelas que foram indicadas umas pelas outras, às quais chamo de grupo B, o curso de vida lícito também é uma regra, mas sua percepção se deu, sobretudo, pelas reações às perguntas que compunham o tema da infância. Exemplo disso foi Dora, que colocou a mão no queixo, cruzou as pernas e passou a encenar com trejeitos e expressões uma infância perfeita, feliz e em seguida me inquiriu: “O que mais que você quer ouvir?” e explodiu em gargalhadas, como se a pergunta soasse despropositada. Já Amanda como outras entrevistadas, se expressou pelo tom de choro ao falar das dificuldades:

*Amanda: ah, foi muito difícil né, porque assim minha mãe...ingual eu te falei, meu pai morreu, minha mãe tava...tava grávida do meu irmão, então assim, minha mãe ficou viúva muito nova né, então foi muito difícil, mesmo que ele deixou uma casa assim pra ela, mas foi muito difícil pra nós né... [silêncio, voz de choro] então assim, minha mãe sempre correu atrás sozinha pra manter nós três..., é, foi uma infância assim, não foi uma infância que a gente passou fome, essas coisas né, mas foi uma infância difícil, sem pai, minha mãe sozinha pra resolver tudo, então foi complicado, foi uma infância difícil, também cresci num lugar vendo muita coisa errada...*

Palmeirão contou sobre as brincadeiras e as memórias de infância depois que sublinhou a convivência inevitável com sua irmã, sete anos mais nova, já que tinha que cuidar sozinha dela e da casa enquanto a mãe trabalhava, o que a tornou precocemente “independente”:

*Eu: Bom, então voltando pra sua infância, você se lembra de coisas que vocês brincavam, tipo você e sua irmã? Palmeirão: lembro, lembro porque eu sempre cuidei da minha irmã, ela teve babá assim no primeiro ano de vida dela. Eu: aham,*

*era babá da casa das mães crecheiras? Ela: não, porque aí eu já ficava sozinha em casa né, já, já... era independente, assim, eu ia pro colégio e voltava e ficava, cuidava da casa... eu: Isso com sete anos, oito? Ela: É. A Cândida teve babá até completar um aninho [...]*

*Eu: e sua mãe? Como é que ela criou essas leoninas aí? Palmeirão: a base de muuuito trabalho... uma mulher incrível, guerreira pra caramba, honestíssima! jamais eu estaria por ela nesse mundo do crime, ela sempre trabalhou muito pra dar assim... de tudo, pra não deixar faltar nada em casa... só que... nem tudo é do jeito que a gente planeja ou quer né... a gente faz escolhas assim né... bem terríveis, assim que não tem nada a ver com a vida que a gente leva... Eu: entendi. Palmeirão: meio complicado...nossa, minha mãe! Pela minha mãe eu tinha terminado os estudos, feito a faculdade, seria bem diferente... seria bem diferente..."*

Jurema e outras entrevistadas repetiam diversas vezes que a infância havia sido boa, que tiveram boa educação, que não houve maus tratos, que tinha uma boa família, que teve tudo que queria, mas que elas mesmas haviam ido “para o outro lado”, “caçado o rumo errado”, um exemplo de discurso “autojustificador” (BECKER, 1993) comum no trabalho com populações de desvio:

*Eu: e... e... como é que foi sua infância? Tipo, você conviveu com a sua mãe, com seu pai? Jurema: a minha infância foi bem, com minha mãe, com meu pai, graças a deus foi bem, tive uma boa educação né, mas enfim, veio pra esse lado, mas graças a deus minha mãe educou a gente bem, sempre a gente teve o que a gente quis [tom de voz oscilante], o que ela podia dar mais meu pai pra gente...*

*[Sobre a família] Jurema: pelo menos a minha família graças a deus foi tudo bem. Eu num... hoje eu tô aqui, mas eles não teve culpa nenhuma porque eles educaram a gente da melhor forma possível, sempre tava investindo em nós, eu que cacei o outro rumo, mas eles educou a gente bem mesmo e a única da minha casa que é assim, que desandou mesmo foi eu e um irmão meu que é usuário de craque...*

Essa maneira de entender o curso da vida como pressuposto por etapas é própria a determinadas áreas como a psicologia do desenvolvimento, a biologia, mas também é própria à modernidade, como diz Featherstone (1994, p. 62): “O Estado moderno assumiu seu papel de padronizar e universalizar essas grades etárias – estendidas para todos os grupos que eram obrigados a aceitá-las como direitos e deveres dos cidadãos. Além disso, houve uma maior padronização e ordenação do curso de vida.” Embora o autor e autoras como Attias-Donfut (1991) e Muller (2009) apontem para fenômenos como uma maior descronologização dessas etapas mediante alguns fenômenos históricos como a diversidade de modelos na vida familiar, a mudança de valores nas sociedades contemporâneas, a perda da idade como um marcador central para a passagem das etapas à vida adulta, a atribuição de um sentido pessoal e emocional que aponta para uma personalidade na definição da passagem de uma etapa à outra, uma dissolução das fronteiras entre infância e maturidade, entre outros, no caso dessa

pesquisa, a ideia do “curso de vida lícito” se assemelha mais à maneira que a modernidade o descreve.

Em conformidade com esses achados de campo e com os estudos sobre geração presentes na sociologia, pretendo examinar, portanto, como ocorreu a relação dessas mulheres com as instituições da escola, do trabalho e da família vista na perspectiva do que chamei “curso de vida lícito” segundo uma análise sociológica que estuda as interconexões de raça, gênero e classe na matriz social de dominação (COLLINS, 2009) como uma maneira de compreender como a inserção na economia do tráfico de drogas é marcada por essa matriz. Para isso pretendo abordar o conceito de “curso de vida” no esforço de entendê-lo filosoficamente para a análise como Featherstone (1994, p. 59) o diz:

Esta sensibilidade em relação aos modos em que estágios particulares do curso de vida são socialmente construídos, num contexto cultural e histórico específico, poderia ser uma sugestão de que a vida humana é uma tábula rasa, uma página em branco sobre a qual a cultura está inscrita.

Embora não se pretenda fazer um estudo sobre as etapas de vida e geração, a idade torna-se um fio condutor da análise no sentido de organiza-la. Portanto, conceitualmente, pretendo entender a trajetória de vida no mesmo sentido que Goldani (1989, p. 61) o entende: “A perspectiva da trajetória de vida refere-se a percursos individuais (por estrutura de idade e sexo) através de cenários do nascimento à morte [...]”, substituindo “morte” por “até o momento presente” examinando como ponto crucial: “[...] o exame das sequências, habituais ou inusitadas, ou de ordem e desordem na trajetória de vida.” (Idem, *ibidem*).

Este tópico teve como fim explorar os conceitos metodológicos de trajetórias sociais, trajetória de vida, curso de vida e história de vida como instrumentos úteis a essa pesquisa, e ainda como noções que surtiram efeito no debate sociológico da década de sessenta ao momento atual. Foi ainda possível tornar explícito o objeto de pesquisa, já sinalizado no primeiro capítulo, e o próximo tópico segue com um mergulho nas teorias feministas e em opções epistemológicas que se afinam com o modelo igualitário de pensar a diferença na relação entre mulheres, e com os conceitos aqui apresentados, no sentido de permitir uma aproximação tête-à-tête com o objeto de pesquisa, mas com os cuidados teóricos necessários.

## **2.2. Da crítica feminista à ciência moderna para uma epistemologia feminista negra como novo modelo científico**

Faz-se necessário nesse tópico incorrer em uma breve exposição histórica da crítica feminista à ciência moderna e das suas diferentes propostas de conhecimento surgidas a partir dessa crítica com vista a familiarizar a/o leitora/or com uma ancoragem teórica distinta da maioria das pesquisas disciplinares, já que as opções teóricas escolhidas tem fundamentalmente sua origem na interdisciplinar, em suas categorias – gênero, raça e classe, capazes de entrecortar inúmeras áreas do conhecimento e variados objetos de pesquisa. Além de servir a esse fim, a história que segue também é necessária para entender a dimensão entre conhecimento científico e política, saber e poder.

Sem incorrer em uma discussão filosófica a respeito do que é epistemologia, pretendo simplesmente toma-la como vem sendo discutida na produção dos estudos de gênero onde os conceitos de teoria do conhecimento, epistemologia e metodologia, apesar de divergências teóricas, não apresentam uma fronteiras bem delimitadas. Julgo necessário para realizar esse retorno histórico às origens feministas, retornar ao que os estudos contemporâneos em ciências sociais chamam de pressupostos da ciência moderna - objetividade, neutralidade e universalidade - cujo gesto mais radical é reconhecido na corrente do positivismo científico. Segundo Abbagnano (2007), o positivismo tem seu pressuposto fundamental no paralelismo exato entre a exclusividade de um método científico de produção do conhecimento e a validade do conhecimento produzido por via desse método. Ou seja, o positivismo parece não deixa opção a teorias explicativas que usem outros recursos explicativos que não os seus.

Barbieri (1998), feminista mexicana, cita Seignobos, famoso historiador de igual nacionalidade do século XIX, que nos oferta uma das premissas científicas dessa corrente - o objeto de conhecimento escolhido pela/o investigadora/or não poderia ser da sua estima sob o perigo de contaminá-lo com sua visão pessoal. De sorte que, a/o cientista deveria manter uma visão neutra e objetiva. Levando essa afirmação a certa literalidade, isso pressupõe que a/o pesquisadora/or traga para as diferentes etapas da sua pesquisa, seu campo ou laboratório, sua análise se dados somente sua parte racional, deixando os sentimentos, emoções e sensações alheias à mesma.

É ponto pacífico para grande parte das teóricas feministas que a produção do conhecimento científico é de domínio masculino (BANDEIRA, 2008; HARDING, 1996).

Isso não significa dizer que as mulheres não faziam ciência, mas que a impossibilidade de adentrar o universo acadêmico durante séculos deixou não apenas a autoria dos manuscritos científicos basicamente aos homens, como imprimiu uma masculinidade historicamente específica como marca da produção do conhecimento. Inclusive, a justificativa para tal proibição se alicerçava na crença da incapacidade feminina sob a irremediável crença de que a diferença biológica legava às mulheres um lugar de inferioridade intelectual e predestinação a determinadas funções sociais. (BANDEIRA, 2008). Parte dessa crença e dessa destinação de papéis e funções era arraigada no argumento de que as mulheres seriam menos racionais por estarem mais próximas a um campo emocional, das sensações, ou do corpo. Ou seja, a forma neutra, objetiva e racional é referente a essa masculinidade.

Aos poucos, uma revisão crítica das correntes marxistas, da psicanálise e das teorias pós-modernas passou a questionar essa classificação e seleção por 'sexo' como algo dado e biologicamente inexorável, anterior às construções históricas, culturais e sociais. Paulatinamente, construíram-se nas teorias a percepção de que as mulheres experenciam a política, a organização dos papéis sociais, as expressões culturais e simbólicas de maneira distinta dos homens de modo que houve um acerto de contas com essas teorias explicativas que derrotou esse tipo de argumento produzido pelo que ficou conhecido pelas feministas como 'má ciência'. (HARDING, 1996; RAGO, 1998; BANDEIRA, 2008). Desses questionamentos iniciais, as teorias feministas passaram às elaborações conceituais e, já que havia necessidade de novos instrumentos para produzir novos sentidos, e assim se criou o sistema de sexo/gênero de Rubin (1975) onde 'gênero' pode ser entendido como termo analítico que opera como correlato cultural do sexo biológico.

Essa noção intenciona derrubar o uso da diferença biológica para fomentar desigualdades e proibições por meio de atribuições distorcidas ao sexo feminino, mostrando-o como um artifício enganoso e infundado. O que era imutável torna-se uma variante que necessita de investigação frente aos distintos momentos históricos e os diferentes contextos culturais, sociais. Ou seja, de um dado bruto, uma crença estúpida, torna-se objeto de investigação, ciência e assim se descobriu da década de setenta aos tempos atuais diferentes organizações sociais e culturais relativas aos papéis de gênero e ao sistema de crenças em torno da diferença sexual entre homens e mulheres.

Valendo-se de uma estratégia pós-moderna que: “[...] busca nos distanciar de crenças relacionadas à verdade, conhecimento, poder, o eu e a linguagem que são geralmente aceitas e



servem de legitimação para a cultura ocidental [...]” (FLAX, p. 221, 1992) Grosz (2000), entre outras teóricas feministas ilustra como existiu uma espécie de metanarrativa que trabalhava em favor de separar a razão e outros valores etéreos da emoção, sensação, corpo como meio de assegurar e validar as teorias científicas. Esse fio conduziu a trama do pensamento ocidental desde a Antiguidade até a modernidade tardia.

Segundo a autora, Platão herda da tradição órfica a ideia de que a substância do homem como aquilo que o constitui é incorpórea, espiritual e que é presa por um receptáculo a uma cela que é o corpo, cuja única função é abrigar, acolher. Em sua clássica teoria das formas, a matéria recebe predicções semelhantes com relação à forma, sendo apenas uma versão imperfeita da Idéia, uma cópia do original. Essa distinção entre corpo e espírito é retomada pela filosofia cristã como o duo corpo e alma. A alma é dada por Deus, o imortal. E a ela é destinada um caminho de purificação, meditação e outros rituais para alcance do reino dos imortais. A alma, portanto, deve livrar-se das tentações da carne, das sensações do corpo que atua sempre com relação a sua corrupção, à desordem, ao *desvio* dos caminhos projetados pela doutrina religiosa cristã. Já Descartes efetiva uma separação mais ampla, de efeitos mais trágicos, entre a alma e a natureza, mas que não escapa à oposição a valores etéreos e espirituais, e sim, o reifica. Em sua teoria do conhecimento, ele estabelece uma cisão entre a substância pensante, pertencente à alma, à razão e à consciência e a substância expandida, pertencente à natureza. A natureza - e dentro dela, o corpo, - é percebida como um objeto caótico, que sob investigação pela substância pensante, adquire ordem e sentido a partir da evidência das suas leis que tornam explícitas seus mecanismos de funcionamento. Isso equivale a dizer que a alma não tem lugar no mundo natural, ou, em suma, que a consciência está afastada do mundo.

Hall (2006), em um movimento semelhante ao de Grosz (2000) mostra como o mantra do dualismo cartesiano ecoa nas concepções da Ilustração como no conceito de indivíduo soberano de Locke definido como a própria extensão da sua racionalidade. Essa ótica viciada do pensamento ocidental chega até as teorias clássicas das leis, do direito, do governo, do Estado e da economia. No século XIX ganham uma nova força - a biologia e a teoria da evolução darwiniana - que se encaixa como sua base fisiológica (HALL, 2006). Desse modo, no século XVII e XIX, o dualismo é reforçado e incrementado por novos discursos científicos de áreas do conhecimento que o lançam como uma espécie de guia definitivo de todos os processos individuais e sociais. Suas leis rígidas e imutáveis pelas quais a natureza é dominada como recurso a favor da razão criou uma base fixa e “irreversível” para o dualismo

cartesiano. Nas ciências sociais, embora as teorias iniciais tenham situado o indivíduo como produto do plano social provocando a primeira ruptura com a soberania do racionalismo, permanecia no centro das teorias da socialização uma concepção psicologizante do sujeito que tem seu exemplo na corrente do interacionismo simbólico e que reproduz a mesma dicotomia.

Como se pode ver, o arcabouço conceitual da filosofia que guarda as concepções fundantes das ciências modernas, a prevalência de valores etéreos nasce em detrimento de um desprezo do corpo, e em sentido amplo, da natureza. O domínio masculino lega, portanto, um caráter obscurantista e caótico ao feminino, subrepresentado no pólo oposto dos valores gerais do conhecimento. Se o projeto moderno de ciência legou à razão o domínio sobre a natureza, ela serve como uma estrutura fundante da dominação do masculino sobre o feminino, ou a síntese sobre como o sexismo se conduz no fio condutor subjacente aos discursos científicos. À ininteligibilidade feminina alcunhada na tradição pelo sexismo se juntam as doutrinas racistas com base na teoria do evolucionismo de uma luta “natural” pela vida entre as raças com superioridade moral, intelectual, física da raça branca-europeia sobre as demais, produto da ideologia que justificou acontecimentos como o holocausto na segunda guerra mundial. A luta serviria, portanto, a um processo de normalização da raça humana já que raças inferiores como os povos africanos, responsáveis pela degeneração humana, morreriam (SCHUCMAN, 2010) ou seriam subjugadas à servidão e à animalidade. Levando em conta essas estruturas sociais presentes por trás das teorias, as mulheres negras estariam aproximadas de forma mais drástica com o status do inumano como diz hooks (1995, p. 468): “Desde a escravidão até hoje, o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo quintessencial de uma presença feminina ‘natural’, orgânica, mais próxima da natureza, animalística e primitiva.”.

Em conformidade com essas críticas, as teóricas perceberam que por trás da cortina de aparente neutralidade e objetividade do discurso científico revelava-se o sujeito social do projeto de conhecimento da modernidade: o homem branco ocidental (RAGO, 1998; SARDENBERG, 2001). A universalidade, terceiro pilar da ciência moderna, é a própria intenção de ocultar esse sujeito por trás do que o humanismo e o liberalismo chamaram de humanidade, que pode ser vista como uma representação coletiva do humano, porém, esvaziada de sentido histórico, social e cultural, portanto, indefinida e inexistente, mais um dos valores etéreos.

Os pressupostos científicos sobre como acontece uma operação de produção do conhecimento herdaram, em seu gesto, algo da filosofia cristã: um sujeito universal cognoscente

dotado de poderes racionais de dominação desvela uma essência guardada pelo objeto da natureza a ser conhecido. Esse tipo de relação foi identificado por Foucault como uma (apud Rago, 1998, p. 28) – pela “[...] coincidência entre o conceito e a coisa [...]”. Por isso que nas análises mais recentes e grosso modo, nas teorias pós-modernas para Rago (1998) um deslocamento da análise das coisas para a linguagem, pois essa relação não se mostrou mais possível. Não há um sujeito cognoscente Único e universal, mas vários sujeitos, tanto quanto pessoas que são produtos e agentes sociais e culturais e que vivem em um contexto histórico específico.

As críticas feministas à ciência moderna têm seu nó fundamental nessa relação asséptica entre sujeito e objeto de pesquisa. E é a partir de uma modificação dela que as epistemologias feministas se desdobram. Essa revisão teórica a que se propôs o feminismo e outras correntes pode ser identificada como uma luta por uma divisão justa da produção científica entre diferentes sujeitos com vista a provocar fissuras na hegemonia da perspectiva branca eurocêntrica. Isso diz respeito tanto a questões práticas como o financiamento de pesquisas com esses sujeitos e para esses sujeitos academicamente e socialmente marginalizados, criação de instituições e núcleos de estudos, criação de linhas de pesquisa nos departamentos de universidade, publicação e disseminação de novos saberes, questões teóricas e conceituais como a disputa e busca por novas significações, sentidos e verdades.

Frente a esse panorama, quais seriam as bases científicas para abordar de maneira mais adequada as experiências das mulheres<sup>23</sup>? Sob quais conjuntos de regras científicas e prismas de relações sociais e de poder se elaborariam as questões? Como se encaixaria na ciência um pensamento político sobre as relações sociais se um dos vetores da sua própria definição era o caráter não relacional, mas universal entre sujeito e objeto? Como se daria a interação entre ética, política e reflexão teórica perante a categoria relacional de gênero e os múltiplos eixos de estruturação social sendo que estes podem revelar ainda outros eixos coparticipantes e uma dinâmica variável conforme o contexto histórico, social e cultural?<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup>Com a constante atualização das teorias feministas e dos estudos das relações de gênero e com sua particular exigência entre manter uma relação diferente entre as teorias e os fenômenos sociais existentes na captura de diferentes temporalidades contextuais, sociais e culturais, as teorias feministas se colocam à disposição para um contínuo movimento crítico. Portanto, se o problema inicial das epistemologias era como abarcar as experiências das mulheres, posteriormente, a teoria feminista passou a ser incorporada por outros sujeitos como as mulheres negras, transexuais, homossexuais, transgêneros e transfeministas, entre outras/os.

<sup>24</sup>Três características tornam essas perguntas difíceis de serem respondidas: o caráter esparsos da produção sobre epistemologia feminista, a proliferação de produção de artigos sobre o assunto nos últimos anos e a

As respostas podem ser agrupadas em três correntes epistemológicas: empirismo feminista, epistemologia do ponto de vista feminista, originalmente conhecida por *feminist standpoint* ou epistemologia perspectivista feminista, e por último, as epistemologias feministas pós-modernas (HARDING, 1996). Não é necessário retomar todas elas. Abaixo, sigo um caminho teórico de modo a entender as primeiras contribuições dadas à corrente do *feminist standpoint* para assim tornar explícito à/ao leitora/or como foram as primeiras incursões do ponto de vista feminista na questão do trabalho dentro da teoria marxista para assim justificar minha predileção pela epistemologia feminista negra.

Optei por essa epistemologia porque ela tem como premissa fundamental o conhecimento situado, onde o sujeito que investiga se encarrega de uma reflexão sistemática sobre suas posições sociais – nesse caso, gênero, raça, classe e localização - no contexto histórico especificado, com consciência de que produz um conhecimento de dimensão relacional ao problematizar também as posições dos sujeitos que busca analisar enquanto objeto de pesquisa, criando um maior rigor e objetividade na pesquisa científica. A epistemologia negra feminista é predileta à epistemologia do *standpoint* porque se aproxima mais dos pressupostos dialógicos que o cerne político da pesquisa exige e das posições sociais dos sujeitos a serem investigados.

A epistemologia do ponto de vista feminista retoma a premissa marxista de que a integração do indivíduo em seus grupos de pertencimento social é corresponsável por certa materialidade das suas visões de mundo, o que impõe certos limites de entendimento. (SARDENBERG, 2001). Nesse sentido, essa epistemologia se utiliza da dialética do senhor e do escravo de Marx, também presente em Hegel, Engels e Lukács que concordam que a posição dominante do senhor produz um conhecimento enviesado, enquanto o escravo possui uma perspectiva de conhecimento do dominante e do dominado. Dessa maneira, Harding (1996) faz um passeio pelas primeiras elaborações teóricas acerca dessa epistemologia propondo questões interessantes para a fértil discussão do feminismo e da ciência que pretendo retomar com a finalidade de fazer algumas considerações sobre a relação entre as “experiências das mulheres” e os primeiros arranjos teóricos do *standpoint* feminista.

A primeira proposta analisada por Harding (1996) é a de Hillary Rose (1984). Para essa autora, os argumentos teóricos para uma epistemologia feminista do ponto de vista jazem

---

complexidade da sua sistematização dado o caráter pluralista enquanto um conhecimento não unidirecional e sua pouca idade, cerca de trinta anos.

em três bases distintas da experiência das mulheres: o trabalho doméstico e não remunerado, a experiência com menstruação, o aborto e o cuidado com a saúde. Rose (1984) coloca em questão o trabalho doméstico não remunerado, geralmente designado e naturalizado como um trabalho feminino. Segundo a autora, esse trabalho assistencial repercute nas práticas de cientistas mulheres de forma a desenhar outro *modus operandi* no trabalho científico, incorrendo em uma espécie de ciência artesã, onde o processo de conhecimento integra: “a atividade manual, mental e emocional (mão, cérebro e coração) característica do trabalho das mulheres em geral” (HARDING, 1996, p. 124). Por conseguinte, a autora impõe uma tarefa à ciência feminista de investigar a gênese dessa forma de exploração das mulheres via trabalho doméstico. Um segundo argumento de Rose (1984) de fundo biológico vem se somar ao primeiro como um saber adquirido a partir da vivência dos ciclos do corpo feminino, da experiência com o fluxo, dos cuidados com a saúde e do aborto criam para as mulheres um conhecimento específico sobre como manejar seus corpos. Da mesma forma que o trabalho assistencial marcado pela divisão desigual do trabalho entre homens e mulheres na produção capitalista romperia com a condução da produção de conhecimento como procedimento exclusivamente racional, esses saberes adquiridos a partir do corpo ensejaria também uma ciência que nasce da ruptura com o binarismo entre subjetivo e objetivo. Segundo Harding (1996, p. 126, tradução minha), para Rose (1984): “A crença que surge desta atividade unificada a serviço do conhecimento de si mesma é mais adequada que a derivada de uma atividade que se divide e se realiza com fins de benefício monopolístico e de controle social”.

Hartsock (1983), a segunda autora que Harding (1996) analisa, à semelhança de Rose (1984) também se envereda pelo domínio dos efeitos da divisão gendrificada do trabalho, mas explora com mais vigor uma espécie de materialismo diferenciado a que as mulheres estariam mais propensas devido a sua posição (*standpoint*) na estrutura do trabalho. Com base na inadequação da teoria marxista do trabalho sobre o conceito de ‘produção’ no que diz respeito ao aporte das atividades das mulheres, Hartsock (1983) afirma que as mulheres estariam intensamente mais próximas de uma materialidade do concreto, uma vez que suas atividades de produção se vinculam à manutenção da força de trabalho como cozinhar, lavar, passar, preparar alimentos e ainda da produção de seres humanos, do nascimento ao desenvolvimento. Com base na teoria feminista das relações objetais de Flax (1983) e Chorodow (1978), a autora se alicerça na premissa de que as atividades e os papéis sociais designados ao sexo “produzem” o sexo e o gênero. Em vista disso, as mulheres “se fazem” em tarefas e papéis que demandam aspectos relacionais e concretos com o outro, de maneira

mais próxima ao concreto e à natureza enquanto os homens vivem de maneira mais fundamentalmente abstrata, isolados das demais pessoas e da natureza (HARDING, 1996). Faço uma pausa, pois a/o leitora/or pode estar se fazendo a seguinte pergunta: mas não era exatamente esse mesmo pensamento que estava embutido na separação entre sujeito e objeto que atravessou os séculos, a proximidade das mulheres com a natureza e dos homens com os valores mais etéreos, abstratos que as teorias feministas buscavam romper? A resposta é negativa, pois Hartsock (1984) não produz um argumento de modo a circunscrever e limitar um universo feminino, em separado do masculino, onde os homens são inferiorizados por não estarem mais próximos ao concreto e relacional ou por não terem a experiência do aborto, da reprodução e do trabalho assistencial, pelo contrário, a intenção é generalizar esse *standpoint* das mulheres à universalidade:

Para que se possa formar uma oposição efetiva à vida política, à ciência e à epistemologia androcêntricas e burguesas, *devem-se generalizar-se as condições às quais contribuem as mulheres para a vida social de todos os humanos*. Desde o ponto de vista político, isto levará a uma sociedade não estruturada por oposições machistas, tanto em sua forma burguesa como na proletária; desde o ponto de vista epistemológico, conduzirá a uma ciência que dirija e seja dirigida pela luta política por essa sociedade. (HARDING, 1996, p. 129, tradução minha, grifo meu)

As exposições teóricas acima são exemplos sobre como a teoria feminista reveste a dialética do senhor e do escravo sob a ótica das relações de gênero. Nesse caso, a dupla visão pertence às mulheres que estão na extremidade mais acentuada da opressão dentro do esquema da produção capitalista, nesse caso, as mulheres proletárias.

Gostaria de chamar atenção sobre aquilo que é enunciado como “experiências das mulheres” enquanto aquilo que permite esse ponto de vista epistêmico privilegiado. As atividades indicadas pelas duas autoras desprezam as diferenças que os fatores raciais podem ter nessas mesmas experiências. E, tratando-se de uma epistemologia do ponto de vista, não há uma localização nítida quanto à posição sociorracial dessas autoras. A diferença do que pode ser cunhado como experiência de um grupo social entre mulheres brancas e mulheres negras se traduz em diferentes epistemologias.

Os Estados Unidos e o Brasil são países cujo passado histórico foi assombrado pelo sistema escravista de produção. Desprezo diferenças históricas entre esses dois países para falar de modo esquemático sobre como as mulheres brancas e as mulheres negras ocuparam

lugares distintos com relação aos papéis sociais e às atividades desempenhadas nesse sistema. O patriarca (senhor branco) exercia sobre ambos os grupos distintas formas de dominação. A principal forma de controle sobre as mulheres brancas era o monopólio da sua sexualidade pelos senhores brancos pelas práticas da virgindade e da castidade. Com vistas a reproduzir os herdeiros da terra do senhor branco e dar continuidade ao sistema econômico, um rigoroso controle era exercido sobre a virgindade das mulheres brancas anteriormente ao casamento para que não houvesse chance de “contaminar” a pureza da linhagem familiar a que pertencia. Nesse ponto, racismo e sexismo se cruzam como sistemas que permitem a continuidade das engrenagens do sistema econômico da escravidão, um sistema de classes. Já as mulheres negras, além de condenadas a executar jornadas exaustivas de trabalho forçado, sob o jugo da violência dos capatazes, a elas eram impostas a reprodução em larga escala dos seus descendentes para trabalhar, sob a mesma condição que ela, em campos e lavouras (COLLINS, 1989; DAVIS, 2004/5). Dado que a escravidão nesses dois países é um passado histórico recente, principalmente, no Brasil, e levando em consideração o racismo e o sexismo como estruturas sociais que cruzam as populações em um contexto transnacional, acredito que essas diferenças operam como um lastro histórico que reverbera nos papéis sociais contemporâneos dos dois grupos sociais em questão.

Davis (2004/5) observa que o único momento que as mulheres negras, na época da escravidão, nos Estados Unidos, podiam exercer seus traços humanos e sua feminilidade era quando voltavam para as campanas com seus maridos e filhas/os, longe do violento poder dos capatazes e dos senhores brancos sobre seus corpos. O caráter privado dos lares para as mulheres negras, nessa época, significava um local para reestabelecer-se da resistência que travava junto à sua família e à população negra contra um sistema de dominação que a afetava de distintas maneiras. Isso não significa que essas mulheres eram completamente livres em seus lares e viviam em harmonia com seus maridos, tampouco, que não havia uma divisão desigual nas tarefas domésticas, mas que o caráter da opressão que sofriam se dava primariamente pelas estruturas de desigualdade social e racial. De modo que elas dividiam um status ontológico, social e econômico de extrema subalternidade com a população negra enquanto as mulheres brancas dividiam privilégios com os senhores brancos fazendo parte do esquema de dominação.

Assim, o 'público/privado' é vivenciado de forma distinta por mulheres brancas e negras, e isso cria diferentes reverberações nas teorias e epistemologias. O primeiro princípio da epistemologia negra feminista de Collins (2000) se assemelha às ideias de Rose (1984) e

de Hartsock (1983), mas se diferencia quanto às experiências que levam a uma materialidade mais concreta e relacional. O processo de guetização da população afroamericana nos Estados Unidos permitiu que as mulheres negras criassem espaços de convivência e resistência próprios onde elas são elementos centrais de voz ativa como as *black churches* (igrejas negras), os espaços de cuidar dos cabelos (HOOKS, 2014), na família, na comunidade e na educação pela maternidade. Esse aspecto comunitário e gregário da cultura afroamericana tem seus antecedentes na tradição oral do pensamento e do uso do diálogo comuns à cultura africana. Dificilmente, o ato de conhecer se dá por via do isolamento e da separação com sua comunidade. Se por um lado, Hartsock (1983 apud Harding, 1996) concorda que a materialidade concreta do cotidiano gera o aspecto relacional e, por conseguinte, um privilégio epistêmico na aquisição do conhecimento, a experiência vivida das mulheres afroamericanas nos bairros negros e nesses nichos específicos enegrece esse pressuposto.

Ainda, a ausência de privilégios raciais e econômicos traz uma marca indelével na cultura negra nos laços de vizinhança, parceria e mutualidade que geram também uma cultura de resistência e de valores a serem cultivados, uma sabedoria, distinta do conhecimento. Esses atributos geram um conhecimento conectado ou a conectividade no processo de conhecimento pela força da empatia, mas de forma distinta das mulheres brancas. Isso faz com que Collins (2000, p. 260, tradução minha) crie uma suspeita:

Enquanto as mulheres brancas valorizam a experiência vivida, se comparável [às mulheres negras], é questionável o apoio das famílias brancas - particularmente das famílias de classe média, onde a privatização é tão altamente valorizada - e outras instituições sociais controladas por Brancos que promovem valores semelhantes.

Assim, essa sabedoria transmitida no sentido do empoderamento pessoal e do posicionamento de ser mulher negra, passado de mães para filhas e de mulheres para a comunidade: “[...] permitem a subjetividade entre a/o conhecedora/or e o conhecido que se apoiam nas próprias mulheres (não em autoridades maiores) e são experienciadas diretamente no mundo (não por abstrações)” (COLLINS, p. 259, 2000). A conectividade como crença intrínseca ao processo de aquisição do conhecimento nos remete ao segundo aspecto da epistemologia negra feminista: o uso do diálogo.

As interações e conexões que ocorrem pela integração com a comunidade se arranjam com uma cosmovisão harmônica de pertencimento, onde o meio de expressar-se pelas



emoções, o gestual corpóreo, a força com que se transmitem as ideias e a ênfase na singularidade de cada um ao utilizar-se desses elementos estão paramentadas com uma noção orgânica de verdade e validade do conhecimento. A noção de pessoa pouco tem a ver com a noção de indivíduo usado pela modernidade ocidental. Dixon (1976), economista afroamericana, citada por Harding (1996, p. 148) fala da diferença entre o eu e o outro na visão euronorteamericana nas teorias econômicas neoclássicas –

“O indivíduo se converte no centro do espaço social’ e, portanto, não existe uma posição do grupo como totalidade, exceto ao modo de coleção de indivíduos. Em consequência, ‘a responsabilidade do indivíduo com respeito à sociedade total e seu lugar nela se definem em termos de objetivos e funções que se estruturam como [elementos] autônomos”.

- e em uma visão africana: “Na busca do saber, o europeu se separa, em primeiro lugar, do que há de conhecer depois o categoriza e o mede de maneira imparcial e desapaixionada. Os africanos conhecem a realidade, predominantemente, mediante a interação do afeto e da estatuária simbólica.”<sup>25</sup> (Idem, p. 149). A construção linguística do *black english* é um bom exemplo para entender o quanto o pressuposto do diálogo, comum às culturas africanas, está arraigado como modo de aquisição do conhecimento. O *black english* não admite a construção da voz passiva de modo que não há sujeito oculto nas frases. Por exemplo, não se diz: “A população negra foi eliminada”, se diz: “As pessoas Brancas estão eliminando a população negra”. O diálogo e os aspectos da singularidade contidos na autoexpressão de cada uma das partes que o envolvem criam a vivacidade e o concreto como pré-requisito para alcançar o conhecimento. Essa construção que admite em toda sentença um sujeito que fala e outro que escuta evoca o terceiro e o quarto pressupostos da epistemologia negra feminista – a responsabilidade pessoal e a ética do cuidado (COLLINS, 2000).

---

<sup>25</sup>Mia Couto, em seu livro *E se Obama fosse Africano?* (2009) que reúne uma série de conferências e intervenções em palestras, eventos e espaços universitários no artigo *O planeta das Peúgas Rotas* fala sobre a diferença entre a noção de pessoa vinda do latim, do termo *persona*, o espaço entre a máscara e o rosto no teatro grego e a noção de pessoa vinda das línguas do sul da África: “Um linguista alemão notou no século XIX que muitas línguas africanas do Sul do Sahara diziam “pessoa” usando basicamente a mesma palavra: *muntu*, no singular, e *bantu*, no plural. [...]Na filosofia africana cada um é porque é os outros. Ou dito de outro modo: eu sou todos os outros. Chega-se a essa identidade colectiva por via da família. Referência: COUTO, Mia. O planeta das peúgas rotas. In: COUTO, Mia. **E se Obama fosse Africano?** E outras intervenções. Lisboa. Cia. das Letras. 2011.

O cuidado diz respeito, sobretudo, ao indivíduo em sua dimensão singular, única. Isso pressupõe vê-lo lado a lado, horizontalmente. Dentro da filosofia africana, isso significa vê-lo como peça única em meio às singularidades pelas quais a vida se expressa em cada rosto, de maneira holística. No caso da presente pesquisa, as singularidades são captadas pela expressão das emoções durante o relato. Collins (2000) fala sobre como isso está presente em aspectos da cultura africana – a polirritmia musical em que uma batida não subordina a outra e a mistura dos padrões de cores fortes usados nos tecidos africanos em que um padrão não reduz o outro, apenas coexiste lado-a-lado de forma diferente – de modo que, não há uma hierarquização necessária entre ‘mais’ e ‘menos’, o valor da vida individual se dá pelas expressões singulares e pessoais e pela unicidade do indivíduo no tecido da existência.

Quanto à ética da responsabilidade pessoal, dos princípios citados, ela parece ser a que congrega os três princípios anteriores. Esse traço epistemológico pode ser traduzido por uma avaliação dos posicionamentos que as pessoas adquirem mediante as situações que a vida lhe coloca. A experiência vivida é fundamental no sentido de agregar a sabedoria mediante os acontecimentos, o uso do diálogo e o cuidado são fundamentais na tomada de postura em determinadas situações. Collins (2000) ilustra essa quarta característica com a resposta das suas alunas ao perguntar para elas sobre a análise de um intelectual negro a respeito do *Black Feminism*, que resultou em inquirir detalhes da sua vida pessoal que o tangenciam como sujeito social como sua relação com o bairro em que ele havia crescido, com as mulheres negras, se era casado com alguma delas. Isso significa que sua análise teórica não está dissociada dos demais aspectos da sua vida, e que o conhecimento não chega por via da abstração, mas que antes de estudá-lo, saber quem ele é e se merece a devida atenção e respeito. Avaliar a teoria de um pensador implica em conhecer seus motivos éticos, seu caráter e seus valores. Como diz Kochman, (1981, p. 23 apud Collins 2000, p. 266):

Dentro dessa lógica, muitos afroamericanos rejeitam as crenças predominantes de que sondar o ponto de vista pessoal de um indivíduo está fora dos limites da discussão [científica]. Em vez disso, todas as visões e ações tomadas são pensadas como derivadas de um núcleo central de um conjunto de crenças que não pode ser outra coisa que não pessoal.

Por fim, para a epistemologia negra feminista não se separa ética, valores, emoções, expressões pessoais, conhecimento e conhecedoras/es. Em uma resenha de autoria desconhecida *Patricia Hill Collins: intersecting oppressions* [200-] sobre o livro de Collins

(2000) *Black Feminist Thought*, a autora propõe um esquema para pensarmos o esquema epistemológico de Collins (2000). Para entender esse princípio, podemos pensar na tríade: informação, verdade e conhecimento. Toda informação encontra sua verdade em um sistema de conhecimento pré-existente que serve simultaneamente como crença para que a verdade exista. Como há diferentes sistemas de conhecimento que asseguram informações distintas, programando verdades diferentes e até contraditórias, as verdades tornam-se múltiplas e o conhecimento fica incrementado pela parcialidade (e não pela universalidade colonizadora) e por uma objetividade mais rigorosa quando se sabe o sistema de crenças que o rege.

No Brasil, a população negra também foi guetificada nas favelas, mas não da mesma maneira que nos Estados Unidos onde a distinção territorial é mais contundente na formação de uma cultura de resistência negra e feminista. No Brasil, no que diz respeito a uma cultura de resistência de mulheres negras, os terreiros de candomblé em suas diferentes nações têm um papel especial, mas também são disponíveis às/aos brancas/os, diferentes de espaços culturais afroamericanos. Portanto, não se pode falar da existência de um povo afro-brasileiro, exceto o povo de Quilombo (SEGATO, 2005).

No Brasil, pode-se dizer que a crítica por parte das intelectuais negras brasileiras surge simultaneamente com os estudos de gênero no país. Sorj e Heilborn (1999, p. 3) dizem que em 1975 “[...] muitas das suas ativistas ou simpatizantes [do feminismo] já estavam inseridas e trabalhavam nas universidades.”. 1979 é o ano de publicação de *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* de Lélia Gonzáles, onde a autora usa conceitos freudianos para explicar como o emblema da nacionalidade brasileira relegou o papel das mulheres negras na história do país ao esquecimento. Em 1982, a mesma autora reclama em *O lugar da mulher negra na sociedade brasileira* a falta de consenso no reconhecimento das questões raciais em um dos primeiros encontros feministas ocorrido no Rio de Janeiro em 1979 (CALDWELL, 2000). Em 1995, Matilde Ribeiro, intelectual negra brasileira salienta o pouco volume de textos recebidos para montar a coletânea *Dossiê Mulheres Negras*. Entre as possíveis causas que a autora traz à reflexão está o irrisório número de mulheres negras ocupando o espaço acadêmico (Idem, 2010). Hoje em dia, vinte anos depois, com a implementação das políticas afirmativas, esse número aumentou. Apesar de já existirem nomes de referência nacional na produção de gênero e raça como Lélia Gonzáles, Sueli Carneiro, Matilde Ribeiro, Ângela Figueiredo, Luiza Bairros, Thereza Santos, Jurema Werneck, e outras, a integração dos estudos de gênero com os estudos raciais ainda é tímida e não se revelou como prioridade na agenda das feministas acadêmicas brasileiras.

O lugar de fala da produção científica feminista ainda é branco. E apesar de termos produções significativas do feminismo negro brasileiro que caminha na direção de um feminismo antirracista e mais plural e de uma crítica mais profunda às desigualdades sociais, as produtoras de conhecimento científico se posicionam de modo ambivalente em seus discursos quando se trata das produções de gênero. Por vezes, fazem um uso da brasilidade como uma identidade nacional tropical - inclusive, é questionável qual é o sentido que esse termo pretende evocar, e se esse uso não forjaria uma aproximação indevida com uma negritude folclorizada enquanto emblema nacional - que na maioria das vezes se traduz como país de terceiro mundo, país das desigualdades sociais extremas, país latino-americano colonizado onde as urgências materiais são muito fortes para haver espaço para a produção teórica, e, portanto, dependente da produção hegemônica internacional. Por outro lado, há um olhar que permanece colonizador e estrangeiro uma vez que não leva em conta e não usa como referencial teórico, a valiosa produção científica das intelectuais negras brasileiras, incorporando-as por meio de estratégias subinclusivas.

Por meio desse tópico foi possível expor às/aos leitoras/es a predileção pela epistemologia negra feminista, uma vez que os traços comuns fortalecidos pelas posições sociais orientam uma busca por uma compreensão das desigualdades sociais de maneira mais sólida. Isso é importante, tendo um objeto de pesquisa profundamente entrecortado por vários sistemas de dominação. O tópico que segue pretende falar sobre como acontece a dinâmica entre esses eixos de gênero, raça e classe na matriz de dominação das relações sociais e de poder por via do conceito de interseccionalidade que auxilia na análise sociológica das opressões. Intenciono mostrar ainda por uma exposição minha, a que mais combina com o objeto dessa pesquisa, como esses três eixos são intrincados entre si.

### **2.3. Conceituação dos instrumentos analíticos gênero, raça, classe e uma análise interseccional das opressões**

Na teoria feminista, o conceito de gênero nasceu a partir de Rubin (1975), como exposto no tópico anterior, que o extrapola da discussão feminista sobre a produção e reprodução social dentro da teoria marxista, afirmando sua condição conceitual independente, um campo analítico autônomo, cultural e social. ‘Gênero’, enquanto categoria analítica tem

uma natureza conceitual transversal a praticamente todas as áreas de conhecimento, podendo ser utilizado de maneiras muito diversas. Scott (1995) nos oferece um conceito de gênero para ser trabalhado na disciplina de história, muito utilizado em trabalhos acadêmicos recentes. Essa definição envolve um núcleo básico com duas dimensões - a social e a de poder. A primeira se divide em quatro partes: a simbólica e de representação, a normativa, a institucional e de organização social e, por último, a da identidade subjetiva. Segundo a autora, para ser trabalhado na disciplina referida, esses quatro aspectos característicos são fundamentais e devem estar inter-relacionados. A segunda parte da definição de gênero ligada ao poder é traduzida como: “[...] um campo primário no interior do qual ou por meio do qual o poder é articulado, o gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente [...]” (SCOTT, 1995, p.88). Essa forma de conceituar gênero faz jus à noção de poder de Foucault (1980) mencionado por Scott (1995, p. 86) enquanto: “[...] constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em ‘campos de força’ sociais.”.

Essa última parte da conceptualização da autora importa ao trabalho, pois permite pensá-lo enquanto um campo de disputa de forças e, ao mesmo tempo, não exclui outros campos sociais que se pretende discutir mais adiante. Safiotti (1992, p. 185), autora que também se utiliza da noção de Foucault sublinha suas vantagens por permitir análises tanto no campo micro quanto macrossocial, e sua especialidade para trabalhar gênero, já que “[...] os espaços de poder da mulher se inscrevem mais no plano micro [...]”. De fato, as contribuições de Foucault (1989) permitem enxergar o poder como algo descentralizado dos aparatos do Estado e dos governantes bem como da sua natureza economicista presente nas teorias dos séculos XVII e XVIII, enquanto termo de posse, troca, concessão e seção.

Esse caráter orgânico e flexível é interessante para exaltar mais uma característica comum ao campo social da categoria de ‘gênero’. “Efetivamente, a lógica que preside à operação das relações de gênero é dialética, ou seja, contraditória.” (SAFIOTTI, 1988). Assim, torna-se pertinente ao objeto de pesquisa em questão por permitir amarrar de maneira mais estreita as experiências do sujeito com a análise sociológica a que o trabalho se propõe e perceber o movimento entre as dinâmicas de poder que envolvem as relações sociais do grupo e dos indivíduos com o meio social.

A dissertação, como já aferido, se constitui em uma análise sociológica de abordagem qualitativa que busca explicitar pelo conceito de trajetórias sociais (BOURDIEU, 1996) como

se relacionam as interconexões de raça, gênero e classe na matriz social de dominação (COLLINS, 1989, 2000, 2009) com o que chamei de curso de vida lícito que tem seus três pilares fundamentais da vida nas instituições da escola, do trabalho e da família, de modo a compreender como que esse jogo diz da entrada desse grupo de mulheres no mercado ilícito de trabalho do tráfico de drogas. Tendo em vista examinar as relações sociais e de poder dessas mulheres com as respectivas instituições sociais, é necessário desvelar pelo seu curso de vida, os momentos de tregua e confronto com a escola, a família e o trabalho e as estratégias de ação e resistência que imprimem nessa relação. Dessa maneira, é possível mostrar pelo trabalho científico de que forma, as relações sociais normativas de gênero, raça e classe constroem no curso de vida determinadas séries de repetições na entrada para a economia do tráfico de drogas. E como o envolvimento no tráfico de drogas como ramo específico da criminalidade imprime configurações específicas às relações de gênero, raça e classe.

Uma vez que se pretende examinar as relações sociais e de poder dessas mulheres com as instituições, enquanto grupo e enquanto indivíduo, é pertinente *enegrecer* a noção de poder de Foucault a partir de Collins (2009). Nesse texto, a autora reconceitualiza várias noções acadêmicas inscritas na teorização das elites, de uma perspectiva branca e eurocêntrica para um *standpoint* afrocentrado. Collins (2009) fala de um poder enquanto força criativa com base nas experiências históricas e sociais das mulheres negras como líderes comunitárias, como mães, mães em comunidade de outras mães, educadoras, líderes religiosas, etc. A noção de poder se liga intimamente com a noção de comunidade e parece “[...] sugerir que o poder, enquanto força, pode ser fomentado por ações criativas de resistência.” (COLLINS, 2009, p. 2, tradução minha). Esse poder da resistência é imanente à configuração específica sobre como o sistema de dominação age com relação às mulheres negras, sobretudo, na sociedade estadunidense, o berço ocidental do capitalismo. Tendo em conta que esse grupo, marcado primariamente pelos eixos de raça, classe e gênero, representa uma das “[...] poucas vítimas puras [...]” (COLLINS, 2009, p. 3) da opressão, ele é simultaneamente um dos alvos principais dos poucos opressores que existem.

Para localizar o fenômeno do tráfico de drogas em um plano macrossocial, e tendo em vista essas mulheres como sujeitas ao encarceramento, é interessante fazer um acréscimo à noção de poder de Foucault pela ótica da *Microfísica do Poder* (1989). O autor, ao examinar as teorias contemporâneas sobre o poder e buscando fugir do viés economicista de análise, Foucault (1989) encontra a premissa de que o poder só existe em exercício (por ação) ou

como relação de força. Dispondo dessas teorias, ele formula a ‘hipótese de Reich’ e a ‘hipótese de Nietzsche’ como um esquema conceitual possível. Na primeira hipótese, o poder tem uma natureza essencialmente repressiva, com a função principal de reprimir desejo, instintos, classes e indivíduos. E na segunda, o poder tem sua face como uma relação de força contra essa repressão, uma boa análise deve deixar as estratégias de força, de resistência e as de coerção, repressão e opressão nítidas de modo a evidenciar o que pode ser nomeado como “guerra”. Esse esquema é interessante para o trabalho por ancorar a relação indivíduo-instituição, entendendo esse último polo da relação em diferentes organizações sociais, além das previstas pelo curso de vida lícito como a polícia, o Estado e a penitenciária. Uma possível interrogação norteadora é: como o Estado, a polícia e a penitenciária são responsáveis por imputar certa institucionalização de um sujeito abjeto nesse grupo de mulheres, entendendo esse papel como uma força repressora que tem ação direta sobre esses corpos? E simultaneamente: como esse grupo de mulheres organiza suas resistências e estratégias frente ao poder dessas instituições? Foucault (1989, p. 178) conclui: “[...] a base das relações de poder seria o confronto belicoso de forças.”.

Embora as autoras cite a importância em considerar outros campos sociais, nenhuma das duas conceitualiza ‘raça’. Saffioti (1992) sinaliza problemas que podem surgir ao trabalhar com ‘gênero’ de maneira unidirecional: “Ao lidar com as diferenças que separam os gêneros, é necessária muita cautela, a fim de não se contribuir para incrementar esta distância. O aumento das diferenças de gênero pode obscurecer as identidades de classe [...]” (SAFFIOTI, 1992, p. 191). A autora é precisa no motivo pelo qual não se deve optar somente pela escolha de um eixo único das relações sociais. Se há uma maximização excessiva das diferenças entre homens e mulheres ou entre masculino e feminino, sem a interconexão de outras matrizes como a de raça, entre pessoas negras e brancas, o próprio gênero se torna obscuro, uma vez que outros eixos da matriz social também refletem as diversas maneiras pelas quais o gênero se materializa nas relações sociais, assim como ‘gênero’ também interfere e materializa questões de classe e de raça, tornando-as, nesse caso também campos sociais obscuros se não considerados de forma simultânea. Assim, a análise de um único aspecto torna o próprio campo, no caso, de gênero, simplista, incompleto e infértil.

Nos anos setenta, as feministas socialistas e radicais contribuíram bastante com as correntes marxistas de pensamento e com a teoria feminista ao amadurecer as noções de patriarcado, capitalismo, produção econômica e reprodução biológica, e assim lançaram as primeiras sementes capazes de visibilizar a categoria de classe e sua relação com a categoria

de gênero. Essa categoria vem sendo largamente utilizada pelas ciências sociais como base de análise e se distingue da conceptualização marxista de classe, já que Marx previa, para além da perspectiva social, um sentido político de interesse comum entre os membros de uma mesma classe (SAFFIOTI, 1992). Uma abordagem mais contemporânea é exigida, pois a questão de ser ou não detentor dos meios de produção não é mais suficiente para esgotar a questão de classe. Com a expansão das classes menos favorecidas em direção à facilidade de acesso ao crédito e, portanto, ao consumo, no Brasil e a produção de mercados capitalistas excedentes no mundo, como o tráfico de drogas, entre outros fenômenos colocam a questão sobre certa permeabilidade entre fronteiras de classe, o que não é equivalente a dizer que as desigualdades socioeconômicas acabaram, mas sim que estão impressas em um cenário mais complexo de análise. Em ciências sociais, por exemplo, a perspectiva pós-moderna prioriza uma abordagem de classe pela apropriação/veiculação flutuante de símbolos culturais a partir da revolução tecnológica (MONTAGNER, 2007; KUMAR, 2006).

Para desenvolver a categoria de classe, Saffioti (1992) adota de Thompson (1981) e Bertaux (1977) a abordagem da produção antroponômica como meio de entender as formações de classe não somente pela produção econômica, mas pelas especificidades históricas das relações “[...] entre as mais diversas atividades (poder, consciência, sexo, cultura, normatização) [...]” (THOMPSON, 1981 apud Saffioti, p. 200, 1992). Para entender a abordagem antroponômica, Saffioti (1992) compara a noção de “determinação” entre Marx e Bertaux (1977). Segundo a autora, para Marx, a reprodução *stricto sensu* é pensada nos limites da instituição familiar como um processo separado e não determinante da produção *stricto sensu*. Contudo, a distribuição da reprodução *stricto sensu* (reprodução social e biológica) acontece em forma de gratificação-punição, e não em forma de remuneração. Isso quer dizer que criar um ser humano ou ainda realizar outras tarefas da reprodução social não é quantificável. Nessa direção, a autora tem duas considerações. A primeira é que reprodução social não pode ser pensada somente no limite da instituição familiar, mas antes em todas as relações que a prole é capaz de gerar para o seio familiar por meio das relações que mantém com outras instituições como a escola, a igreja e a previdência social. A forma da gratificação-punição possibilita pensar que nas relações sociais as pessoas não trocam somente mercadorias, mas sentimentos de rancor, solidariedade, raiva, amor, ódio, etc.

Portanto, considerar o ser humano somente pela ótica da força de trabalho não pode ser visto como único fator determinante do social, há outros fatores cunhados pelos processos de relações sociais que dosam limites e criam fronteiras no processo de reprodução social



tanto da produção *lato sensu* e *stricto sensu* quanto na reprodução. Apesar das contribuições de Engels sobre a reprodução, Safiotti (1992, p. 202) salienta: “Lamentavelmente, Marx e Engels, assim como a quase totalidade de seus seguidores, investiram muito no estudo do ser humano enquanto força de trabalho, descurando-o enquanto protagonista de outros papéis sociais.”.

Bertaux (1977), nas palavras da autora, contribui para um olhar mais refinado no que diz respeito à reprodução social na relação das pessoas com as instituições sociais. Para o autor, não basta dizer que a instituição familiar ou escolar determina a reprodução das relações de produção, mas analisar *como* a instituição familiar determina com grau de importância relativa e não de forma totalizadora em cada grupamento específico. O sociólogo acredita que alguns autores concebem o papel da família na reprodução social de maneira etnocêntrica de forma que essa relação é comumente expressa como a doação de um capital cultural a sua prole. Contudo, para Bertaux (1977), é necessário analisar como isso acontece nos distintos grupamentos. Uma família de camponeses que tem um investimento físico maciço da energia vital reproduz socialmente os valores e os atributos culturais de sua classe de maneira diferente que uma família de executivos o faz. Assim, para o autor a instituição da herança tem uma primazia mais contundente como fator determinante da reprodução social da relação capital-trabalho que a escola ou a família.

Portanto, Bertaux (1977, p. 50) pensa a distribuição antroponômica como a “[...] distribuição dos agentes nos lugares [sociais]”. O agente, nesse caso, deve ser concebido como um elemento de um grupo social e a distribuição antroponômica como um “[...] sistema de fluxos coletivos [...]” (Idem, p. 51). Se substituirmos “agente social” por “família”, podemos pensar o conceito de distribuição antroponômica como distribuição das famílias no fluxo das estruturas de classe, e devemos assim, considera-la de dois modos. O primeiro modo liga necessariamente, a instituição familiar à questão da herança e da propriedade, que para o autor, amarra os dois núcleos conceituais que formam o que ele identifica como abordagem antroponômica. E o segundo modo, aliamos a abordagem antroponômica ao esquema clássico de produção, amarrando de uma forma mais generosa que Marx, a relação entre produção *lato sensu* e reprodução *lato sensu* já que as relações de distribuição dos meios de produção fazem parte das relações de produção (SAFFIOTTI, 1992). Desse modo, estreita-se a relação entre produção econômica e produção antroponômica, o que mostra, no esquema clássico do marxismo que a reprodução social das relações de trabalho não está limitada à instituição familiar, ela é também parte da produção *stricto sensu*. Assim, para Saffiotti (1992),

o autor tanto torna os conceitos marxistas mais flexíveis e complexos quanto permite estender a análise das determinações sociais para além da perspectiva racional de forma a integrar a pessoa em uma “[...] abordagem do ser humano enquanto totalidade do pensar-sentir-agir.” (SAFFIOTI, 1992, p. 204).

E qual a importância que a abordagem antroponômica tem para a categoria de classe e como essa abordagem pode servir para amarrar as relações entre classe e gênero? Esse exame de Saffioti (1992) é vantajoso pelo menos em três sentidos. Em primeiro lugar, estabelece dentro do projeto científico as intersecções entre gênero e classe ao combinar com a epistemologia negra feminista escolhida para o trabalho científico no que se refere à dimensão integral do ser humano em uma abordagem da categoria de classe. Em segundo, a abordagem visibiliza o fato de que as mulheres e os homens estão presentes tanto na produção econômica quanto na antroponômica, mas que, a depender do país em questão, as mulheres têm mais chances de se filiarem à segunda que à primeira, como é comum nos países latino-americanos onde as desigualdades de gênero são predominantes. Em terceiro, a abordagem permite a interconexão entre gênero e classe que torna mais fácil a percepção de que as mulheres são mais passíveis de sofrer um acúmulo de funções produtivas que as colocam em uma posição mais exploratória na cadeia da estrutura produtiva, sobretudo, as mulheres pobres.

Conclui-se, portanto, que as relações de gênero estão presentes nos processos que determinam as classes sociais e a classe constitui também a expressão das relações de gênero. Saffioti (1992, p. 206) concorda com Segal que, portanto: “Não deveríamos buscar a primazia do sexo, da classe ou da raça, nem isolá-las como estruturas separadas, já que elas se fundiram historicamente.”. Salientada a importância desses três eixos sociais para a autora e tendo em conta que vivemos em uma sociedade capitalista que se utiliza de um sistema social classista, sexista e racista na exploração/opressão dos corpos para manter suas engrenagens em funcionamento, vale a pena perguntar: como tratar simultaneamente, em termos de análise, os eixos de gênero, classe e raça? Como um se interliga ao outro?

Nesse sentido, hooks (2000) dá uma importante contribuição sobre como o pertencimento local de classe organiza olhares sobre o racismo e as posições raciais. A autora, mulher negra e rica, moradora de um bairro nobre, introduz por uma narrativa de cunho pessoal, como seu *standpoint* social oferece um privilégio epistêmico das questões de classe. A realidade estadunidense é o tecido social sob o qual ela observa as intersecções. Por exemplo, para suas/seus vizinhas/os - casais brancos gays e heterossexuais – defensores da

diversidade, da justiça e de causas sociais e que se consideram “mente aberta”, quando lojas antigas de famílias pequenas fecham para dar lugar a estabelecimentos caros e de grife, essa mudança soa apenas como uma recompensa do progresso econômico, tornando-se somente uma questão de classe:

Elas/es não têm memórias dos dias em que a West Village [nome do bairro] era a casa da luta de artistas, musicistas, e poetas, um santuário para as/os sexualmente livres e transgressivos, um lugar de rebelião. Hoje em dia nós podemos ter as chaves para as grandes casas desde que entremos para limpar ou para cuidar de crianças. As/os vizinhas/os me dizem que a falta de diversidade não tem nada a ver com o racismo, é apenas uma questão de classe (HOOKS, 2000, p. 3, tradução minha).

Da mesma forma, quando hooks (2000) entra em uma loja desse mesmo bairro nobre e uma mulher branca, “educada” e “bem vestida” vem lhe perguntar por ajuda no atendimento, por mais que hooks esteja vestida em trajes semelhante e esteja conversando com alguém está vestido de maneira semelhante, a questão de classe já não parece importar tanto: “[As/os negras/os ricas/os] sabem que as pessoas brancas ao seu redor acreditam que todas as pessoas negras são pobres, mesmo que elas/es estejam usando uma camisa customizada, sobre medida, trajes finos, vestindo um relógio Rolex e carregando pastas de coró.” (HOOKS, 2000, p.4). Aos olhos dessas pessoas brancas, apesar de os dois casos apresentarem diferentes intercepções quanto às classificações raciais e de classe: “a pobreza, na mente branca, é sempre primariamente negra” (Idem, Ibidem). No primeiro caso, a posição classista dos vizinhos e as questões de classe se sobressaem de modo a invisibilizar o racismo existente, reforçando-o como uma questão de classe. No segundo caso, o racismo é explícito, e a postura classista da cliente que interage com a autora também reitera o racismo o que mostra que esses sistemas sociais são intrincados e se retroalimentam.

Isso mostra o peso que a classificação racial tem na questão de classe da mesma forma que a solidariedade racial faz com que “classe” se torne um eixo pouco visível. As pessoas brancas querem, por exemplo, convencer pessoas brancas pobres a se unirem a elas em função dos privilégios raciais, fazendo-as, por exemplo, acreditar que não alcançaram a riqueza porque ainda não colocaram em prática seus esforços pessoais. Por outro lado, pessoas negras que lutam em prol da solidariedade racial fazem outras pessoas negras/os acreditarem que raça importa mais que classe. Assim, de alguma maneira, a questão de classe confunde, em termos de posições sociais *where we stand* (onde estamos), título do livro da autora.

A análise de hooks (2000) é interessante tanto por ilustrar o uso do *standpoint*, em termos de como a experiência pessoal reflete questões sobre as estruturas e as desigualdades sociais como pela apresentação da intersecção dos eixos sociais enquanto dimensão local e global e ainda, relacional, o que quer dizer, em interlocução, no caso, com pessoas brancas do seu bairro. Essas características são íntimas ao próximo conceito em exame, a análise das opressões interseccionais, ilustrado no próximo tópico, dedicado à classificação étnico-racial das entrevistadas.

O esforço teórico de Saffioti (1992) em demonstrar as imbricações de gênero e classe amarrando essa série de conceitos aqui expostos pode ser visto como um movimento interseccional. A análise das opressões interseccionais se constitui enquanto um método de análise das desigualdades sociais, desenvolvido entre as teóricas feministas negras estadunidenses, o conceito é formulado como um termo da batalha teórica entre noções do feminismo negro estadunidense e noções mais gerais das elites acadêmicas brancas. Para chegar à reformulação desses conceitos, feministas negras reinvestiram essas noções pela perspectiva da afrocentricidade. Essa modalidade de análise desloca os modelos aditivos de análise da opressão e das desigualdades sociais – da lógica de que existem grupos sociais ou indivíduos mais ou menos oprimidas/os para analisar *como* essa opressão é experimentada, mediante um contexto histórico e cultural específico.

O poder descritivo que esse conceito destaca tem origem na noção afrocentrada de comunidade já explicitada no tópico anterior com base no *standpoint* das mulheres afroamericanas estadunidenses. Voltando rapidamente a esse ponto, a noção ocidental e eurocêntrica de comunidade “[...] implícita no modelo capitalista vê a comunidade como arbitrária, frágil e estruturada fundamentalmente pela dominação e competição.” (COLLINS, 2009, p. 2). É válido rememorar as noções ocidentais de grupo e indivíduo citada por Harding (1996) no tópico anterior em que o indivíduo se localiza primariamente como indivíduo com relações objetivas, funcionais e desapaixonadas com relação ao seu grupo, e não por uma visão integrada.

Negar o modelo eurocêntrico de análise das opressões evita a possibilidade de entender a opressão de qualquer grupo social, por via da competitividade: em termos de sofrer mais ou menos opressões ou dizer que um grupo é mais oprimido que outros grupos. Evita também afirmações de lógica individualista e “autocêntrica”, no sentido que explica Collins (1989, p.2): “Aderindo a uma instância que compara e classifica opressões – o proverbial: ‘Eu

sou mais oprimido que você’ – nos tranca em uma perigosa dança em que competimos por atenção, recursos e supremacia teórica.”. Centrar a análise em descrever como a opressão acontece por meio da conexão, do cuidado e da responsabilidade pessoal com o que está em exame permite visualizar a alocação de indivíduos e grupos na matriz de dominação de modo a perceber sua atuação de maneira mais complexa e refinada. Essa é a conclusão de Bairros (1995, p. 461) ao dizer que:

A aceitação, mais ou menos acrítica, de que existiriam grupos “mais” discriminados que outros, resultou da incapacidade de oferecer uma formulação que evidenciasse como somos, todas e todos, afetados pelo sexismo em suas diversas formas [...]. A percepção de que o homem deve ser, por exemplo, o principal provedor do sustento da família, o ocupante das posições mais valorizadas do mercado de trabalho, o atleta sexual, o iniciador das relações amorosas, o agressivo, não significa que a condição masculina seja de superioridade incontestável.

Pelo contrário, ocupar essas posições pode muitas vezes ser opressor para o homem, a depender do contexto em questão. Portanto, ela permite ver sexismo, racismo e classismo como estruturas sociais componentes de uma grande matriz de dominação social onde todos os indivíduos possuem tanto privilégios quanto sofrem também sanções sociais e as combinações dessa mistura acontece de diferentes formas. Portanto, muitos indivíduos e grupos são simultaneamente opressoras/es e oprimidas/os. Para Collins (1989, 2009) os eixos que melhor compreendem a situação das mulheres negras afroamericanas no contexto estadunidense são os de raça, gênero e classe, mas a depender da situação em análise, outros campos sociais podem entrar em jogo como idade, orientação sexual, sexualidade, religião. No caso da presente pesquisa, o eixo de localização entendido como local de pertencimento dentro do tecido urbano do Distrito Federal na relação centro/periferia também entra em análise e será mais bem explicado no terceiro capítulo que localiza historicamente o grupo de entrevistadas. Portanto, a matriz de dominação não é fixa, ela varia de acordo com cada contexto histórico e local, o que não significa desprezar uma dimensão estrutural dessas três formas de opressão em um contexto transnacional, onde lutas e coalisões ultrapassam as fronteiras locais e nacionais. Apesar de não serem intercambiáveis, pois cada um deles toca de maneira distinta e em níveis diferentes os seres humanos, não podem também ser tomados de forma isolada um do outro. A explicação para isso é simples e parece óbvia, mas durante muito tempo essa inocente percepção vigorou entre os paradigmas aditivos de avaliação da opressão: uma pessoa não pode isolar sua experiência de pertencimento a um grupo de outros pertencimentos que vive e experimenta. Em outras palavras, não se pode separar ‘ser índia’ da

experiência de ‘ser mulher’ e da experiência de ‘ser candomblecista’ ou ‘protestante luterana’, etc.

A matriz de dominação para Collins (2009) e hooks em sua forma mais genuína é a simples crença na dominação, e em noções de superioridade e inferioridade, componentes de separação e seleção que atravessam todos os sistemas que a formam. Essa matriz é a organização global do poder em uma sociedade e duas características principais a compõem: i) “[...] um arranjo particular de sistemas de opressão em intersecção. O ‘que’ esses sistemas trazem e ‘como’ eles trazem é historicamente e socialmente específico” (PATRICIA..., p. 8, [200-]) E ii) “Sistemas de opressão em intersecção são especificamente organizados por quatro domínios inter-relacionados de poder: estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal.” (Idem, *ibidem*).

Esse esquema de quatro domínios de Collins sobre a matriz social (2000) se aproxima do esquema que Scott (1992) estabelece para uma análise de gênero. O domínio estrutural refere-se mais ao econômico e político: às estruturas de governo, às políticas públicas, ao sistema jurídico, ao corpo das leis, como por exemplo, a falta de acesso da população negra, em especial das mulheres afroamericanas a postos de trabalho de melhor qualidade, a uma educação de qualidade, a uma moradia digna. Geralmente, marcado por uma escala muito longa de tempo, esse domínio é inalterável em curto prazo e, igualmente, muda-lo só é possível por meio de eventos de grande magnitude ou de ordem global como guerras, por exemplo. Nos tempos atuais, a busca por organizações nacionais de *advocacy* e de direito das mulheres negras e outras parcelas estigmatizadas pode ser considerada como uma estratégia contra o domínio estrutural das opressões.

O segundo domínio é baseado em uma noção foucaultiana de poder cujas ações tratam de regular, racionalizar e docilizar corpos, é o domínio disciplinar, um modo “positivo” de exercício do poder, por artifícios sutis. Trata-se de perguntar como ocorrem as práticas organizacionais – já que o domínio estrutural não é mais uma barreira - por trás de uma instituição que se mostra aparentemente democrática, como funciona esse tipo de poder não explícito e não imediatamente reconhecível como no caso do domínio estrutural. Essa segunda ordem tem suas origens na moderna burocracia enquanto forma de organização social. Por exemplo, como figuram as práticas de (sub)inclusão de mulheres negras nos antros acadêmicos estadunidenses? (COLLINS, 2000).

O terceiro domínio articula todos os outros e negocia com a ideologia, a cultura e a consciência. Ele intenciona justificar as práticas do primeiro, do segundo e do último domínio, das relações interpessoais, estabelecendo um sistema popular de senso comum por meio da disseminação de ideologias dominantes. Esse poder é rarefeito e encontra-se em múltiplas formas, em histórias de família, em ensinamentos religiosos e culturas comunitárias. Por exemplo, nas comunidades negras estadunidenses as mulheres negras são aconselhadas a serem “mais femininas” para que assim os homens negros recuperem sua “masculinidade”. Esse domínio de poder sobrevive pela manipulação de símbolos, imagens e ideologias capazes de moldar a consciência das pessoas.

O quarto e último domínio, o das relações interpessoais tem suas operações nas biografias pessoais e nas consciências individuais de cada um. Por isso o pensamento negro feminista enfatiza tanto a liberdade de consciência e o empoderamento pessoal como uma forma de resistência política. Esse domínio atua de modo a substituir caminhos e culturas específicas do modo de conhecer as coisas pelo conhecimento hegemônico especializado.

O domínio que Collins (2000) chama de hegemônico, se assemelha muito, em ideias, com o que Scott (1992) chama de simbólico, no sentido de explorar os símbolos culturalmente disponíveis que representam as mulheres e como eles são veiculados conforme a norma e estruturas dicotômicas de pensamento. É interessante que Scott (1992) sublinhe a ordem contraditória desses símbolos. Quanto ao domínio da identidade subjetiva, Collins (2000) sublinha mais o efeito biográfico que as experiências podem ter na trajetória do sujeito que é atravessado por múltiplos vetores sociais que Scott (1992), embora a autora fale das biografias, ela não menciona como essas experiências podem ser ou não determinantes na vida individual. Como já sublinhado anteriormente, pretendo deter a análise da matriz da dominação pelos meios da intersecção de gênero, raça e classe tanto no domínio das relações interpessoais na biografia pessoal do indivíduo quanto no domínio estrutural, das instituições sociais e organizações políticas.

Contudo, como Collins (2000) explica logo acima, esses quatro domínios estão inter-relacionados. Não há como se debruçar sobre a dimensão individual sem passar pelo terceiro domínio que fala do controle de imagens e ideologias, esse aspecto mais cultural também é formador da identidade subjetiva assim como as práticas de organizações sociais também reiteram o processo de construção identitária, como é o caso das instituições totais. Ao pretender uma abordagem qualitativa, o uso da modalidade é interessante uma vez que se

centra no *como*, na descrição sobre como os sistemas de opressão interagem e não no *porque* ou nas causas explicativas. São esses instrumentos que pretendo utilizar para a análise da interconexão dos sistemas de raça, classe e gênero na relação das mulheres com o curso de vida lícito.

Com esse tópico, encerro a abordagem teórica e conceitual do trabalho. O próximo capítulo destina-se a apresentar os dados e analisa-los. O primeiro tópico consiste em analisar os aspectos de influência na classificação étnico-racial. O tópico pretende discorrer sobre o debate em torno do método da história de vida dentro das ciências sociais e como isso abriu perspectiva para uma discussão mais profunda a respeito do campo epistemológico da sociologia. Tendo em conta as falas obtidas durante o trabalho de campo, pretendo ainda mostrar como descolei as categorias de família, escola e trabalho desse material empírico tendo como base uma discussão conceitual que envolve os estudos sobre a sociologia da geração e conceitos comuns a essa área como “curso de vida”, “trajetória de vida” e “trajetória social”.

### **CAPÍTULO 3: Trajetórias sociais, contexto histórico, análise se dados e perfil das entrevistadas**

Para iniciar esse capítulo, destaco um pouco das concepções identitárias de gênero e raça com a finalidade de destacar dessa maneira o que Dubar (1998, p. 1) chama de “trajetória subjetiva” das trajetórias sociais que: “[...] expressa em diversos relatos biográficos, por meio de categorias inerentes remetendo a ‘mundos sociais’ e condensável em formas identitárias



heterogêneas”. Destaco essa parte das posições objetivas das trajetórias sociais “[...] definida como sequência das posições sociais ocupadas durante a vida medida por categorias estatísticas e condensada numa tendência geral” que o capítulo pretende tratar adiante.

A condução dessa sessão do trabalho pelo viés de gênero não adota uma prioridade por essa categoria, apenas leva em consideração seu caráter mais maleável frente essa aos eixos de raça e classe que operam no nível das instituições e estrutura social. Como diz Collins (2009, p. 4): “[...] a opressão de gênero parece ser capaz de anexar o poder básico do erótico e intrometer-se em relações pessoais via dinâmica familiar e consciência individual.”. Tendo isso em vista, exponho abaixo as concepções das entrevistadas.

As entrevistadas apresentavam concepções de gênero muito variadas em que relacionavam os homens ao papel de provedor e as mulheres ao papel de cuidadora. Quando inquiridas sobre a relação com o marido e o que o transformava em um bom pai ou marido, as respostas pareciam ser uniformes e diziam que “nunca deixou faltar nada” e “botava tudo dentro de casa pros meninos”. Outras respostas como “nunca me bateu” conectavam frequentemente o sexo oposto ao perfil da violência. Contraditoriamente, outra entrevistada contava a briga com o irmão machista que nunca topava dividir o trabalho doméstico sobrecarregando-a. Outras opiniões falavam sobre o avanço do mercado de trabalho em uma análise sobre diferentes épocas: “naquela época o pessoal trabalhava muito assim de empregada doméstica não é ingual hoje que tem muitas profissões né”.

A imagem das mulheres apelava a uma forte intersecção entre gênero e raça colocando as mães como mulheres guerreiras e fortes sob o jugo de uma dura rotina de trabalho e divisão com os afazeres domésticos. Outra entrevistada falava da ligação entre a imagem feminina e responsabilidade em uma briga com a mãe em que ela repetia: “não foi assim que eu te ensinei a ser mulher”. Um perfil de autonomia também era indicado por outra entrevistada que disse que a primeira vez que ela se sentiu mulher foi quando começou a trabalhar e ter autonomia financeira e independência. Por outro lado, foram em conversas sobre religião que concepções heterossexistas sobre a sexualidade vieram à tona unidas também a percepções racistas sobre religiões afrodescendentes.

### **3.1. População carcerária feminina na PFDF, perfil das entrevistadas e uma breve história das prisões femininas no Brasil**

Esse tópico já constitui parte dos resultados do trabalho. Por meio dele, pretendo apresentar um pouco da história das prisões femininas no Brasil e da Penitenciária Feminina do Distrito Federal, única penitenciária destinada às mulheres do DF e a discorrer sobre a relação dos aspectos interseccionais de gênero, raça e classe com o desenvolvimento da instituição penitenciária no Brasil. Por meio dos dados brutos, o item visa uma análise comparativa entre dados prisionais de diferentes anos presentes em outros trabalhos já realizados na PFDF apresentar as especificidades do grupo e discorrer por um viés qualitativo e descritivo de exposição sobre os aspectos interseccionais. É necessário alertar a/o leitora/or de que a pesquisa direta com internas constroem dados enviesados sobre os estabelecimentos penitenciários. Dadas as condições de habitação do local, há uma intenção política de denúncia e uma ênfase nos aspectos negativos. Uma pesquisa com internas e agentes carcerários poderia prover um balanceamento dessas visões.

Para prosseguir aos objetivos do tópico, é necessário fazer uma breve imersão histórica no surgimento do espaço penitenciário no Brasil. Segundo Aguirre (2009), no início do século XX, particularmente a partir de 1830, entraria em voga no Brasil, à luz de ideias europeias e estadunidenses um debate sobre a reforma penitenciária. Contudo, no Brasil, ainda era presente uma realidade em que as cadeias coloniais perduravam ao lado de outras instalações informais que não constituíam alvo de preocupação para a Coroa como postos policiais e militares, casas religiosas para mulheres abandonadas e centros privados de detenção como fábricas e padarias, em que escravos e meliantes eram submetidos a trabalhos forçados. Sendo assim, as cadeias constituíam apenas quartos fechados, incrustados a edifícios públicos, espaços fétidos e sem nenhum tipo de assistência às condições de salubridade e existência sadia. Tal era sua desimportância que não havia registros realizados quanto ao número de detentas/os, natureza do delito, datas de entrada e saída, motins e fugas.

Em congruência com a realidade colonial ainda no século XIX sobre o regime da monarquia, as práticas punitivas eram aliadas ao regime da escravidão. Açoites, execuções públicas, trabalhos públicos forçados e desterro vigoraram até pouco tempo depois do Brasil tornar-se república, sendo a detenção, nesse contexto, apenas uma entre muitas alternativas. A reforma penitenciária surge em um contexto em que intelectuais e políticos já vinham

sinalizando a situação calamitosa das cadeias, até então, sem nenhum plano institucional diretivo. Com essas características, servia apenas como um depósito de resistentes ao regime monárquico, indisciplinadas/os e transgressoras/es da ordem e dos costumes, em sua maioria, pessoas negras/os e pobres. Os modelos emergentes nos Estados Unidos e Europa acreditavam, basicamente, que as/os delinquentes eram recuperáveis e que a sociedade tinha uma dívida para com ela/e da mesma forma, que ao renderem-se às atividades laborativas no interior da prisão e ao isolamento com intenção reflexiva, ela/e também pagaria pelo delito cometido. Essa filosofia penitenciária foi apropriada pelo Brasil na época de um regime político colonialista de modo que não se acreditava na recuperação das pessoas detidas, mas apenas em uma manutenção do sistema punitivo pré-moderno da escravidão (AGUIRRE, 2009). Embora esse tema necessite de estudo mais aprofundado e o argumento exposto acima não esgote o assunto sobre as origens da modernização das sanções punitivas no Brasil, tudo leva a crer que a reforma penitenciária no Brasil se desenvolve em acordo e continuidade com as punições historicamente perpetradas no período da escravidão contra segmentos socialmente excluídos da população, ou como uma forma de institucionalização ou legitimação dessa herança.

É nesse contexto que nasce a primeira penitenciária brasileira, a Casa de Correção da Corte inaugurada em 1850 na mesma época de outros países latino-americanos como Chile, Uruguai e Argentina. É sobre o material produzido a respeito das prisões do século XIX no Brasil que Soares e Ilgenfritz (2002) encontram nos documentos da Casa de 1870 os primeiros vestígios históricos a respeito de mulheres presas. A Casa de Correção recebia os escravos punidos por crimes de morte. Dez anos após sua inauguração no Morro do Castelo, no Rio de Janeiro, uniu-se a ela o Calabouço, espaço que passou a ter como função abrigar os escravos levados por seus senhores que determinavam o número de chibatadas e o tempo de reclusão. É no período entre 1869 e 1870 que se encontram registros de passagem de cento e oitenta e sete mulheres escravas pelo local. O número surpreende.

Em 1905, são retratadas as primeiras melhorias no barracão destinado às mulheres, construído com um caráter temporário, localizado junto à entrada da Casa de Correção da Corte que receberia assoalhos com tábuas de peroba. Em 1923, Lemos de Brito critica o modelo do que chama de “prisão navio” e aponta para a condição de miséria moral e física, que ficavam submetidas essas mulheres, já que se encontravam misturadas aos criminosos de

sexo masculino<sup>26</sup>. Convidado pelo Ministério da Justiça a elaborar um plano de reforma penitenciária, seu primeiro aporte foi um reformatório específico encerrado às mulheres, completamente isolado, não somente às condenadas, mas também às detidas. Em 1928, há um novo comentário a respeito das condições das mulheres e Candido Mendes, presidente do Conselho Penitenciário do DF indica a criação de um cadastro para avaliação da natureza das infrações, penas e número de reclusas. Sugere ainda a criação de uma penitenciária agrícola onde elas poderiam ser educadas em atividades de plantação e horticultura, próprias ao sexo.

Em 1890, entra em vigor o Código Penal que imputavam às mulheres penas por delitos de infanticídio, aborto e furto. Junto a essas, somavam-se as mulheres detidas por vadiagem e embriaguez<sup>27</sup> que segundo consta no relatório do Conselho Penitenciário de 1929 se misturavam “[...] com as processadas e as vagabundas e ébrias habituais [...]” (SOARES, ILGENFRITZ, 2002). O curioso é que apesar da mudança do Código que perduraria até 1942, não havia muita diferença quanto à natureza delituosa dos crimes praticados pelas portuguesas nos séculos XVII e XVIII condenadas ao degredo pelo crime de “barregãs” (amantes de clérigos ou outras pessoas), alcoviteiras (cafetinas ou donas de bordel) ou por fingir gravidez.

Todos esses crimes, exceto o de furto, remetem a três pontos fundamentais dos papéis sociais normativos de gênero: a maternidade, a sexualidade e a questão do espaço privado/público. No caso de prostitutas, alcoviteiras e amantes, nota-se uma transgressão à fronteira da monogamia que institui a sexualidade feminina como um termo de posse masculino. Nesses três crimes é notável que o a sexualidade das mulheres é desapropriada dos homens e vira um termo de negociação das mulheres ou entre mulheres. As contravenções de vadiagem e embriaguez ferem as normas de gênero no ponto da filiação feminina ao espaço privado e doméstico e o infanticídio e apropriação de gravidez alheia ou fingimento de gravidez ferem as normas de gênero quanto ao papel da maternidade, o qual a mulher deve incumbir-se. Tendo isso em vista, os crimes cometidos pelas mulheres infringiam diretamente e tão somente à moral e aos bons costumes. É dedutível, portanto, que o alvo da polícia de costumes (como era chamada a polícia da época) era primariamente mulheres negras, em

---

<sup>26</sup>Lemos de Brito, apesar de defender um espaço restrito para as mulheres e aludir às condições precárias em que viviam alude ao argumento de que as mulheres atrapalhavam os homens a cumprir tão dolorosa sentença instigando-os ao desejo (SOARES, ILGENFRITZ, 2002).

<sup>27</sup>Vale a pena mencionar o trecho do artigo 399 do Código Penal Republicano que criminaliza a prostituição citado por Soares e Ilgenfritz (2002, p. 54) como mulheres que mantinham a subsistência: “[...] por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestadamente ofensiva da moral e dos bons costumes.”.

seguida, homens negros e mulheres brancas. Aguirre (2009) comenta que na América Latina, em geral, era comum homens de classe média e alta levar irmãs, filhas e esposas para espaços penitenciários femininos como forma de castigo. É curioso lembrar como que o esquema de Davis (2004) e Collins (1989) que expus no capítulo anterior no que diz respeito aos papéis sociais de gênero e raça desempenhados à época da escravidão e que servem como metáfora para a contemporaneidade parece coerente com a instituição punitiva.

Outro detalhe comum aos espaços penitenciários femininos é seu caráter filantrópico onde esses espaços ficaram aos cuidados de congregações religiosas como é o caso das capitais de Santiago do Chile, Lima e Buenos Aires. Um fator que contribuiu para isso foi o descaso do Estado para com esses espaços uma vez que as mulheres não eram vistas como criminosas potenciais, mas apenas por ocasião devido a sua condição de debilidade moral já que eram mais dadas aos humores emocionais que a racionalidade, vítimas de si mesmas. Pese a esse viés sexista a pouca quantidade de mulheres detidas nesses espaços (AGUIRRE, 2009). No Brasil, isso se expressou pela presença do Patronato das Presas - cuja presidenta era mulher de Cândido Mendes, Condessa Cândido Mendes – que prestava auxílio ao Conselho Penitenciário e que tinha como carcereiras distintas senhorinhas de famílias abastadas.

Em 1942 é criada a primeira Penitenciária Feminina do antigo Distrito Federal, localizada em Bangu, no Rio de Janeiro, cuja administração ficava a cargo das freiras enquanto que os serviços de guarda, transporte, lavanderia e alimentação eram providos pela Penitenciária Central do Distrito Federal (PCDF). As freiras eram subordinadas por contrato à PCDF, incumbidas de restituir às mulheres condenadas os bons costumes e a vigiar seu comportamento sexual. Essa primeira missão era resolvida na oferta de atividades tipicamente femininas como cozinha, bordado, costura, cuidados de filhos, maridos e domésticos que fizessem com que voltassem a serem dóceis, pacíficas, recatadas e discretas como sonhava Lemos de Brito, assim, estariam prontas para retornar ao convívio social ou caso fossem solteiras, para o ofício religioso. Contudo, com o tempo as expectativas das freiras seriam limadas pela incapacidade de conter comportamentos rebeldes e violentos. Em 1952, o relatório da PCDF descreve um clima conturbado, depredações do estabelecimento e uma violência interna, a penitenciária contava com 2.409 mulheres presas. Em 1955, a Penitenciária Feminina saíria das mãos das irmãs do Bom Pastor e a PCDF retomaria sua administração. Em 1966, receberia o nome de Instituto Penal Talavera Bruce, hoje em dia, Penitenciária Talavera Bruce no Rio de Janeiro.

Essa é uma breve história que condensa superficialmente a origem da modernização das penas no Brasil, e conseqüentemente, do espaço penitenciário. É de se sublinhar o fato do espaço penitenciário da capital do Brasil só passar a ser gerenciado pelo Estado no meio da década de sessenta. Quanto ao espaço penitenciário do Distrito Federal de Brasília, pouco se sabe a respeito. Oliveira (2005), ao falar da construção da cidade cita que ainda à época da Cidade Livre havia um espaço de detenção. César (1995) estudante de serviço social da UnB que pesquisou o cotidiano de mulheres encarceradas ainda no Núcleo de Custódia de Brasília (NCB) afirma que a penitenciária de Brasília consistia em um velho barracão de madeira que se localizava no Núcleo Bandeirante, talvez o mesmo citado por Oliveira (2005) já que o autor sublinha que àquela época da construção todos os barracos eram de madeira por terem um caráter temporário de habitação. Vargas (2005), estudante de antropologia social, pesquisadora da população penitenciária feminina já na PFDF, aponta para a existência de um cárcere masculino na Candangolândia que abrigava também poucas mulheres delinquentes. Em 1979, haveria uma transferência para a região da Fazenda Papuda, próxima à cidade-satélite de São Sebastião, que apesar de oficializada somente em 1991 já contava com moradoras/es a esse tempo, a penitenciária viraria então o Núcleo de Custódia de Brasília. César (1995) conta que o nome se deve ao fato da dona da fazenda, uma estrangeira, provavelmente alemã, ter bócio que origina o aumento da glândula tireoide formando um papo. Segundo Vargas (2005), em 1988, devido ao grande número de mulheres que somavam 32, o NCB receberia um pavilhão separado dos homens para abrigar somente mulheres. Sete anos mais tarde, em 1995, este número subiria para 50. Em 1997, a ala feminina foi transferida para as antigas instalações da Comunidade de Espaço, Integração e Apoio que internava adolescentes infratoras/es, daí o apelido da PFDF até os dias de hoje, COMEIA, nome que algumas/ns confundem com colmeia. As/os adolescentes foram transferidas/os para a Casa de Atendimento Juvenil Especializado (CAJE), que se tornou Unidade de Internação do Plano Piloto (UIPP) pouco antes de ser extinta. Foram transferidas cerca de noventa internas junto a agentes penitenciárias com a intenção de reabilitar o espaço (VARGAS, 2005). Neide, detida nessa época no NCB participou dessa transferência, descreve o trabalho em remover cadeiras, computadores, beliches, liquidificadores industriais, painéis enormes e entulhos, as reformas realizadas junto aos internos e conta ainda que a transferência aconteceu por ocasião de um incêndio provocado por uma interna que prejudicou a saúde de um bebê. O novo diretor ordenou a transferência das internas para o espaço da COMEIA, privilegiando as que tinham filhas/os que na época eram apenas duas, essa moça e Neide que teve sua quinta filha que na época tinha seis meses.

A respeito da realidade carcerária feminina nacional, o primeiro ponto a ser colocado em evidência é que até 2006 praticamente não havia dados oficiais disponíveis a nível nacional sobre essa temática como aponta o Relatório de Mulheres Encarceradas no Brasil (2007)<sup>28</sup>. Os dados mais atuais sobre a população carcerária brasileira disponíveis no Sistema de Informação Penitenciário - INFOPEN são de 2012.

**Tabela II – Percentual de mulheres na população carcerária brasileira por ano no Sistema Prisional e na Polícia (2000-2012)**

População carcerária /ano	Homens	Mulheres	População carcerária total	Percentual de mulheres/população carcerária total
2000	222.643	10.112	232.755	4,34%
2005	277.151	17.086	294.237	5,8%
2010	417.517	28.188	445.705	6,32%
2012	512.964	35.039	548.003	6,39%

\*Sistema de Informação Penitenciário, INFOPEN, 2015.

Segundo a Tabela II, é possível inferir que a representatividade de mulheres com relação à população carcerária total é baixa com relação à masculina e se apresenta estável já que em doze anos, a variação é de apenas 2,05%. Contudo, é alarmista o índice de aumento da população carcerária feminina nos intervalos de cinco anos e de 2010 a 2012. Entre 2000 e 2005, os homens apresentam um aumento de 24,48% no índice masculino da população carcerária, enquanto as mulheres nessa mesma faixa de tempo apresentam um aumento de 68,96%, representando quase o triplo de aumento com relação à taxa masculina de crescimento. Se considerarmos o período entre 2000 e 2012, a taxa masculina de aumento corresponde a 230,39% e a feminina, a 346,5%. Embora a diferença entre a taxa masculina e a feminina seja maior no período entre 2000 e 2005, pode-se inferir que no período de doze anos a taxa de criminalidade feminina teve um aumento bem mais elevado que a masculina. Inúmeros estudos têm apontado que esse aumento corresponde à inserção feminina na

<sup>28</sup> As/os autoras/es desse relatório se espelharam em materiais de análise fragmentários como trabalhos e Censos Penitenciários realizados apenas nos estabelecimentos de São Paulo e Rio de Janeiro, adaptaram, portanto, dados do Departamento Penitenciário - DEPEN à realidade nacional. O primeiro documento produzido por órgãos oficiais e disponível para informação à população geral foi o Relatório Final Reorganização e Reformulação do Sistema Prisional Feminino (2007) e que apesar de apontar para a existência de cinquenta e cinco estabelecimentos prisionais femininos no Brasil, recolheu dados de apenas cinco, sendo duas penitenciárias do sudeste, uma do nordeste, uma do norte e a PFDF, do centro-oeste.

atividade do tráfico de drogas (SOARES, ILGENFRITZ, 2002; RAMOS, 2012; MOURA, 2012; BARCINSKI, 2009a, 2009b) por motivos diversos, o que pode ser confirmado na tabela a seguir:

**Tabela III – Incidência de mulheres no tráfico de entorpecentes por total de crimes tentados/consumados no Brasil**

	<b>Tráfico de entorpecentes tentados/consumados por mulheres</b>	<b>Total de crimes tentados/consumados por mulheres</b>	<b>Total de crimes tentados/consumados por homens</b>	<b>Total de crimes tentados/consumados população carcerária</b>
2005	4.228	8.590	220.541	229.131
2010	14.643	22.354	402.591	424.945
2012	14.984	24.347	515.614	538.961

Fonte: INFOPEN, 2015. \*Não foram incluídos crimes de Legislação Específica que correspondem ao ECA, crimes de tortura, pela maioria dos delitos desse grupo representarem taxas irrisórias no crime e porque o trabalho não abarca menores infratoras/es.

\*\*No relatório de 2000 não constam informações a respeito da quantidade de crimes tentados/consumados, por isso não foi incluído.

\*\*\*No relatório de 2005, o crime de estupro aparece como item não acessado nos Dados Carcerários do DF e nos Dados Carcerários Nacionais 2005 - Sintético. Ainda nos relatórios desse mesmo ano, há o item “outros crimes”, onde não consta especificação, diferente dos relatórios de 2010 e 2012.

Pelo apresentado acima se pode inferir que o crime de tráfico de drogas ocupa um lugar majoritário entre os crimes praticados por mulheres no Brasil. No ano de 2005, esse delito corresponde a 49,22% dos crimes tentados/consumados por mulheres no país, dividindo o ranking com o grupo de crimes contra o patrimônio (roubo, furto, latrocínio, extorsão, etc.) que corresponde a 23,25% das tentativas e atos. A categoria “outros crimes” ocupa o terceiro lugar tornando dificultosa a análise, já que não há especificação a que crimes seriam. Em 2010, a taxa percentual de tráfico de drogas é de 65,5% e em 2012, 61,5%. Igualmente a 2005, o grupo de crimes contra o patrimônio fica em segundo lugar mais ou menos com os mesmos percentuais, 22,82% em 2010 e 25,44% em 2012. Em terceiro lugar, o grupo de crimes contra as pessoas (homicídio e sequestro) com taxas respectivas de 6,78% em 2010 e 6,79% em 2012.

Quanto à realidade local do Distrito Federal, os dados parecem manter certa coerência com a realidade nacional tanto com relação ao crescimento da população carcerária feminina como se observa na Tabela IV quanto com relação ao tráfico de drogas ser o delito mais frequentemente tentado e consumado entre as mulheres como mostra a Tabela V:



**Tabela IV – Percentual de mulheres na população carcerária do Distrito Federal no Sistema Prisional (2005-2013)<sup>29</sup>**

População carcerária/ ano	Homens	Mulheres	População carcerária total	Percentual de mulheres/população carcerária total
2005	6.959	340	7.299	4,65%
2010	7.481	525	8.006	7,01%
2012	10.758	641	11.399	5,95%
07/2013	-	675	-	-

\*INFOPEN, 2015. Fonte direta, PFDF.

**Tabela V – Tipificação dos crimes tentados/consumados no Distrito Federal por sexo (2005-2013)**

Grupos de crimes/ano	2005		2010		2012		07/2013	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1.Crimes ligados aos Entorpecentes	1.763	229	2.325	424	4.314	501	-	524
2.Crimes contra o Patrimônio	7.084	115	9.319	291	23.314	451	-	514
3.Crimes contra a Pessoa	1.763	31	1.960	40	3.330	68	-	76
4.Crimes Estatuto do desarmamento	961	0	1.208	150	1.972	51	-	-
5.Crimes contra a paz pública	227	5	339	9	431	19	-	-
6.Crimes contra a fé pública	25	1	121	10	145	20	-	-
7.Crimes contra os costumes	192	1	550	5	1.261	13	-	19
8. Outros	209	0	45	2	47	0	-	1.133
<b>TOTAL</b>	<b>12.224</b>	<b>382</b>	<b>15.867</b>	<b>931</b>	<b>34.814</b>	<b>1.123</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

\*INFOPEN, 2015. Fonte direta, PFDF, 2013. <sup>30</sup>As definições de cada grupo de crimes (itens 1 a 7) se encontram em nota de rodapé abaixo.

Apesar de as taxas nacionais de incidência de mulheres no tráfico de drogas serem mais altas como aponta a Tabela V, se observa que há uma continuidade com o tráfico de drogas ocupando o primeiro lugar e os crimes contra patrimônio ocupando o segundo lugar. É notável que no primeiro semestre de 2013 as taxas entre esses dois grupos criminais são quase

<sup>29</sup> Estranhamente, o número total de mulheres no item “Quantidade de presos/internados” nas tabelas: Dados Carcerários do DF 2010 e Dados Carcerários Nacionais Sintéticos 2010 corresponde a 1.443, o que contradiz os dados obtidos na PFDF em junho de 2013 que define o número em 525.

<sup>30</sup> 1. Tráfico de entorpecentes e tráfico internacional de entorpecentes; 2. Furto simples, furto qualificado, roubo simples, roubo qualificado, latrocínio, extorsão, extorsão mediante sequestro, apropriação indébita, apropriação indébita previdenciária, estelionato, receptação, receptação qualificada; 3. Homicídio simples, homicídio qualificado, sequestro e cárcere privado; 4. Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, disparo de arma de fogo, porte ou posse de arma de fogo de uso restrito, comércio ilegal de arma de fogo e tráfico internacional de arma de fogo. 5. Quadrilha ou bando. 6. Moeda falsa, falsificação de documentos públicos, falsidade ideológica e uso de documento falso. 7. Estupro, atentado violento ao pudor, corrupção de menores, tráfico internacional de pessoas e tráfico interno de pessoas. 8. “Outros” se refere ao crime contra a administração pública e crime praticado por particular contra a administração pública que representam taxas irrisórias para o universo carcerário feminino.

equivalentes, com o tráfico de drogas representando 46,24% do total de crimes e os crimes contra patrimônio, 45,36%. Outra observação que resulta alarmante é relativa ao aumento dos crimes contra o patrimônio tanto para homens quanto para mulheres de 2010 para 2012. Enquanto para as mulheres, esse aumento se traduz em 185,5%, para os homens, o índice apresenta um aumento de duas vezes e meia o total de 2010 subindo de 9.319 atos/tentativas para 23.314.

Os dados obtidos por fonte direta<sup>31</sup>, se comparados aos de 2012, permite observar o consumo ou tentativa de crime em movimento. Logo, entre janeiro e julho de 2013, houve registro de 23 atos/tentativas de tráfico de drogas, 63 atos/tentativas de crimes contra o patrimônio, 8 crimes/tentativas contra a pessoa e 6 crimes/tentativas contra os costumes, no total, 100 atos/tentativas. Apesar de causar estranhamento que não haja registro quanto aos grupos 4, 5 e 6 nos dados de 2013, pode-se inferir que nesse ano registrou-se em média 16,66 crimes ou tentativas por mês. Pode-se constatar um aumento da criminalidade feminina no DF já que em todos os grupos criminais, as taxas se apresentam crescentes, exceto no grupo de crimes que corresponde ao estatuto do desarmamento. É relevante apontar que os crimes contra pessoa representam, como na realidade nacional (Tabela IV), o terceiro lugar de crimes mais tentados/cometidos por mulheres o que entra em desacordo com as explicações tradicionais das teorias criminológicas do início do século XX em que as mulheres teriam menos predisposição a atos violentos e agressivos já que são consideradas de natureza dócil, passiva e gentil (BARCINSKI, 2009a). Pese ao sexismo, o racismo dessas teorias que naturalizam e universalizam uma imagem da mulher branca já que as mulheres negras não reconhecem o mito da fragilidade feminina (CARNEIRO, 2001).

Com relação à incidência/reincidência criminal da população feminina da PFDF na tabela abaixo, não é possível obter conclusões com relação à população carcerária feminina da PFDF de 2013. Contudo, quanto à realidade do grupo pesquisado, causa espanto que as reincidentes componham 76% das entrevistadas, com dez mulheres e que as primárias sejam apenas três. É válido mencionar que dessas dez mulheres, seis tiveram passagem por instituições de medidas socioeducativas ou delegacias. Ou seja, das treze entrevistadas, seis iniciaram sua trajetória criminal no período da adolescência.

---

<sup>31</sup> Observações sobre os dados obtidos de forma direta: a primeira observação a ser feita é que as tabelas foram preenchidas no decorrer de três meses de trabalho de campo por núcleos internos distintos o que resultou em uma variação do número de internas que fica entre 664 e 667. Isso indica apenas que as atualizações devem ter ocorrido em momentos distintos.

**Tabela VI – Percentual de incidência/reincidência criminal das internas da PFDF segundo a variação de anos (2004-2013)**

	2004	2005	2010	2013 (grupo entrevistado)
<b>Não reincidentes</b>	86%	73,8%	86,5%	23%
<b>Com uma reincidência</b>	5%	13,3%	13,4% **	23%
<b>Mais de uma reincidência</b>	8%	13,3%	-	53%

\*Fonte: Respectivamente, Vargas (2005), INFOPEN, 2005. Ramos (2012). Fonte direta, PFDF, 2013. \*\*A pesquisa não informa quantas vezes reincidiram, apenas que reincidiram.

**Tabela VII – Tabela de anos de condenação das internas da PFDF segundo uma variação de anos (1993-2013)**

	1993	1994	2005	2012	2013
<b>Até 04 anos</b>	38,5%	27,9%	36,1%	16,8%	14,4%
<b>Mais de 04 até 08 anos</b>	35,9%	42,7%	17,3%	28,3%	29,9%
<b>Mais de 08 até 15 anos</b>	10,2%	18%	2,94%	16,4%	16,5%
<b>Mais de 15 até 20 anos</b>	7,7%	6,5%	1,7%	4,21%	3,61%
<b>Mais de 20 até 30 anos</b>	7,7%	4,9%	3,5%	2,8%	2,4%
<b>Mais de 30 até 50 anos</b>	-	-	0,58%	0,93%	0,75%
<b>Provisória</b>	25%	30,6%	35,8%	30,4%	31,4%

\*Fonte: Respectivamente: Cesar (1995); INFOPEN, 2015; Fonte direta, PFDF, 2013.

Quanto ao tempo de condenação, observa-se de 2005 para 2013 uma diminuição das penas até 04 anos e uma maior concentração progressiva de penas na faixa de 04 a 08 anos. O grupo de entrevistadas acompanha essa tendência já que dez mulheres foram condenadas a penas acima de quatro anos! Duas foram condenadas a penas acima de 08 anos e uma acima de quinze anos. Enquanto as outras faixas seguem mais ou menos estáveis, observa-se um aumento entre 1993 e 2013 na faixa que considera mais de 30 anos e menos de 50. As leis nas quais cumprem sentença variam conforme a incidência/reincidência e conforme os crimes. Crimes hediondos como o tráfico de drogas e homicídio são cumpridos em regime fechado na lei de 2/5 do total da pena se o réu for primário e 3/5, se for reincidente, isso significa que a pessoa sentenciada deve cumprir essas proporções da sentença antes de progredir para o regime semiaberto. Contudo, a determinação das sentenças parece depender mais da arbitrariedade dos juízes que a quantidade de drogas apreendidas ou a posição que a mulher

ocupa no tráfico de drogas. Enquanto uma interna reincidente pegou sentença de cinco anos e quatro meses com meio quilo de maconha, outra pegou de cinco anos e três meses com 44 centigramas de craque, quantidade que poderia ser enquadrada no artigo de usuário. Essas são mais ou menos as características do grupo de entrevistadas e do grupo pesquisado no que diz respeito aos dados prisionais.

Por ora, detenho-me em aproximar as/os leitoras/ores dos aspectos mais pessoais das internas da PFDF no ano de 2013. É válido mencionar a ausência de dados pessoais nos relatórios do INFOPEN como local de nascimento, local de moradia anterior ao cárcere, orientação sexual, última ocupação profissional, estado civil, nº de filhas/os, visitação, etc. A intenção ao expor os dados pessoais é localizar esse grupo seletivo de entrevistadas com relação à população carcerária feminina da PFDF e, posteriormente, falar dos aspectos qualitativos do cotidiano das mulheres presas.

## Dados pessoais

**Tabela VIII - Faixa etária das internas da PFDF (2013)**

Faixa etária	População geral PFDF	Grupo de entrevistadas
Entre 18 e 24 anos	165	2
Entre 25 e 29 anos	166	5
Entre 30 e 34 anos	143	4
Entre 35 e 45 anos	132	2
Entre 46 e 60 anos	53	0
Mais de 60 anos	02	0
Não informado	03	-
Total	664	13

\*Fonte direta, PFDF, 2013.

Com relação aos grupos de idade considerados, observa-se um equilíbrio relativo entre os quatro primeiros, apesar de a população jovem entre 18 e 29 anos corresponder a 49,84% das internas, a população adulta não fica tão distante, representando 41,41%. Esses índices, se comparados a outras pesquisas locais como a de Ramos (2012), a taxa do grupo jovem, embora predominante, parece decrescente já que em 2010, a faixa etária de 18 a 30 anos era de 60% e a de 2011, 55%. A predominância do grupo jovem na realidade local do DF é confirmada ainda nos anos de 1993, 1994 e 2004 pelas pesquisas de César (1995) e Vargas (2005) com percentuais respectivos de 51,9%, 45,4%<sup>32</sup> e 55,6% frente à população carcerária da PFDF. Quanto ao grupo de entrevistadas, é notório que mais de 2/3 do grupo das

<sup>32</sup> No ano de 1994, esse grupo de idade apresenta uma equivalência com o que com o que compreende a faixa de 30 a 41 anos com a porcentagem de 45,5%, percentual irrisório de 0,1% a mais.

entrevistadas estão no grupo de transição entre a juventude e a vida adulta, 25 e 34 anos. É válido dizer que apesar da nova classificação do Estatuto da Juventude (2013) que delimita uma faixa entre 15 e 29 anos para essa etapa da vida, a maioria das entrevistadas localizadas entre 25 e 34 anos, bem antes de completarem os 29, já haviam passado por marcos considerados de transição à vida adulta pela sociologia tradicional como ter filhas/os, assumir responsabilidades, independência econômica, etc.

**Tabela IX – Cor das internas da PFDF (2013)**

Cor	População geral PFDF	Grupo de entrevistadas
Negra*	121	-
Branca	105	1
Parda	422	-
Amarela	08	-
Indígena	-	-
Negra (pretas e pardas)	543	12
Outros	08	-
Total	664	-

\*Fonte direta, PFDF, 2013. O item Negra\* está contido nos dados fornecidos pela PFDF. Como os dados foram cópias dos arquivos do Núcleo de Arquivos (NUARQ), o funcionário não soube dizer se o quesito de cor foi preenchido pela autotranscrição ou pela heterotranscrição.

Com relação à cor, os dados se mostram complexos. O item “Negra (pretas e pardas)” foi inserido por mim e resulta da soma de mulheres pretas e pardas. O trabalho considera essa categoria já que se tem uma consciência do que Ramos (2010) chama de *racismo assimilacionista* que se mostra como uma tendência ao embranquecimento de todas/os já que a cor negra é comumente associada a algo ruim, negativo. Inclusive, Ramos (2010) salienta que à época da sua pesquisa a autodeterminação da cor não era respeitada pelas/os agentes prisionais. No que diz respeito aos dados de 2012 do DF, nota-se que a população da PFDF se divide entre 81,7% de mulheres negras, 15,81% de mulheres brancas, 1,8% de amarelas e 1,8% de categorias não especificadas. No caso do grupo pesquisado, o índice é absurdo uma vez que a quase totalidade das mulheres envolvidas na pesquisa são negras com apenas uma mulher branca. As pesquisas em consideração mostra um crescimento vertiginoso de mulheres negras na população penitenciária do DF, o que confirma a tese da seletividade penal (RAMOS, 2012) no que diz respeito à propensão do encarceramento das mulheres negras, frente a outros segmentos sociais. Para o ano de 1993 e 1994, observa-se, respectivamente a taxa de mulheres negras (pretas e pardas) em 38,5% e em 49,9% (CÉSAR, 1995). Em 2005, essa taxa dessa categoria sobe para 75% (VARGAS, 2005). Em 2010, para

80% e em 2011, para 81% (RAMOS, 2012). É notório o esquecimento da categoria “indígena” nessas três pesquisas e a lembrança da categoria “amarela” apenas por Vargas (2005). Esse esquecimento, contudo, espelha uma realidade nacional já que a categoria ficou 101 anos fora das pesquisas censitárias brasileiras, retornando apenas em 1991. Historicamente, essa classificação não faz parte do imaginário coletivo, não compondo muitas vezes o largo arsenal de categorias de autotranscrição<sup>33</sup>.

**Tabela X– Grau de escolaridade das internas da PFDF (2013)**

Grau de instrução	População geral PFDF	Grupo de entrevistadas
<b>Analfabeta</b>	15	-
<b>Ensino fundamental incompleto</b>	333	5
<b>Ensino fundamental completo</b>	35	1
<b>Ensino médio incompleto</b>	127	4
<b>Ensino médio completo</b>	115	3
<b>Grau superior incompleto</b>	27	-
<b>Grau superior completo</b>	06	-
<b>Grau superior com titulação</b>	-	-
<b>Não informado</b>	04	-
<b>Total</b>	662	13

\*Fonte direta, PFDF, 2013.

**Tabela XI – Grau percentual de escolaridade das internas da PFDF conforme variação dos anos (1993-2013)**

Grau de instrução	1993	1994	2005	2010	2013
<b>Analfabeta</b>	5,7%	6,8%	2%	-	2,26%
<b>E. fundamental incompleto</b>	73,2%	60,2%	54%	59%	50,3%
<b>E. fundamental completo</b>	5,7%	12,5%	19%	13,51%	5,28%
<b>E. médio incompleto</b>	1,9%	4,5%	8%	12,66%	19,18%
<b>E. médio completo</b>	13,5%	9,2%	8% **	11,1%	17,37%
<b>E. superior incompleto</b>	0	1,1%	8%	0,42%	4%
<b>E. superior completo</b>	0	0	1%	1,5%	0,9%

\*Fonte direta, PFDF, 2013.\*\*Esse item foi deduzido a partir do item subsequente, pois não constava nas informações.

Com relação às taxas de escolaridade, é notável um aumento no grau de escolarização das mulheres presas na PFDF tanto pela baixa da taxa de analfabetismo quanto pelo aumento do alcance do ensino médio e do ensino superior. Em 2013, é menos destoante os índices entre o ensino fundamental e o ensino médio. Nesse caso, o primeiro grupo corresponde a 55,58% e o segundo a 36,5%. Nos demais casos, os índices do ensino médio não alcançam

<sup>33</sup> Para maiores informações sobre como aconteceu o processo de classificação étnico-racial no presente trabalho, ver o item em anexo no final da dissertação: “Por trás das tabelas, de frente com as entrevistadas: gênero e raça na classificação étnico-racial”.

metade dos índices do ensino fundamental. O grupo de entrevistadas, nesse quesito, não espelha a realidade da PFDF, já que o grupo do ensino médio supera o grupo do ensino fundamental, o primeiro, com 7 internas e o segundo com 6.

**Tabela XII – Situação de conjugalidade das internas da PFDF (2013)**

Situação conjugal	População geral PFDF	Grupo de entrevistadas (classificação formal)
Solteira	448	9
Casada	43	4
União estável	129	-
Separada de fato	07	-
Separada de direito	14	-
Viúvas	13	-
Não informado	10	-
Total	664	13

\*Fonte direta. PFDF, 2013

**Tabela XIII – Situação conjugal das internas da PFDF conforme variação de anos (1993-2013)**

	1993	1994	2004	2010	2013
Solteira	69,3%	67%	77%	66,7%	67,4%
Casada	17,4%	12,5%	8%	5,26%	6,47%
União estável	-	-	7%	2%	19,4%
Separada de fato	-	-	1%	1,26%	1,05%
Separada de direito	5,7%	3,4%	3%	2,94%	2,1%
Viúva	3,8%	2,3%	5%	2,31%	1,95%
Amasiada	5,7%	5,7%	-	-	-
Não informado	-	-	-	1,47%	1,5%

\*Fonte: Respectivamente: Cesar (1995); Ramos (2005); Fonte direta. PFDF, 2013.

Com relação à situação de conjugalidade, nota-se que entre 1993 e 2013 nos anos analisados, há uma predominância de mulheres solteiras. Como aponta Moura (2012), o casamento formal não figura como forma de união conjugal mais frequente entre mulheres pobres e de periferia, isso acontece pela dificuldade do homem em permanecer no papel de mantenedor como nas famílias burguesas, pela falta de dinheiro e de propriedade privada e ainda porque algumas mulheres não têm interesse. No caso dos dados dessa pesquisa, as mulheres que se disseram casadas, tendo em vista a situação conjugal atual, se consideravam, na verdade “amigadas”, “juntadas”, o que é definido como uma união com uma/um companheira/o sob o mesmo teto em um dado período de tempo. Três delas estão com o marido na prisão e a última mora na mesma cela que a companheira. Ainda nesse grupo, Silveirinha já foi casada duas vezes e é viúva de um marido. Das nove mulheres que

declararam a situação conjugal atual como solteira, quatro já foram casadas e viúvas, outras quatro, apenas casadas. E Dora é a única que nunca se casou. A situação de conjugalidade é, portanto, uma categoria fluida quando se trata de uma pesquisa sobre trajetórias sociais. E a categoria “solteira” diz menos respeito à união afetiva e mais sobre a situação econômica, já que a maioria dessas mulheres solteiras se encontrava envolvidas em algum tipo de relacionamento antes de serem presas. “Solteira” significa não poder contar com a renda dos seus maridos ou ex-maridos, os pais das crianças que morreram, foram presos, são viciados em craque, têm outra família, criaram suspeita sobre a paternidade ou simplesmente não ajudam. Se assim for considerada a categoria de situação conjugal, onze das entrevistadas se encontram nesse grupo, exceto Palmeirão e Sebastiana que não têm filhas/os. Essa questão, contudo, será mais bem trabalhada no terceiro item e nas trajetórias sociais.

### **Aspectos interseccionais e análise qualitativa**

#### **Filhas/os e mães, mães e filhas/os**

Não foi possível obter o dado sobre o número de mulheres que têm filhas/os da população carcerária da PFDF. Contudo, pesquisas como a de Vargas (2005), em 2004, afirmam que 89% das internas eram mães. Embora fora da realidade local, Moura (2012) e Soares e Ilgenfritz (2002) apontam percentuais semelhantes em suas pesquisas. Do grupo de internas pesquisado, onze têm filhas/os, o que mostra uma congruência entre os dados. Apenas duas não têm, uma porque não pensa a maternidade como projeto de vida e outra porque não julga ter condições adequadas. Das onze entrevistadas com filhas/os, todas têm filhas/os dependentes, menores de idade, principalmente as mulheres mais novas entre 22 e 28 anos, o que se torna um complicador para o encarceramento feminino, já que são dependentes financeiramente e emocionalmente da mãe. No grupo, o número de filhas/os cresce mais ou menos conforme a faixa etária das mulheres de modo que, as mulheres acima de trinta anos têm mais filhas/os que as mais novas como é o caso de Estamira (6), Neide (6), Adélia (6) e Rosemélen (3), e conseqüentemente, filhas/os mais velhas/os. Nesse grupo mais velho, observa-se fatores intrincados entre as desigualdades de gênero, raça e classe em relação com crime e geração, fenômeno identificado por Moura (2012) como um encarceramento em família e que podemos também chamar criminalidade intergeracional. Uma vez que as/os filhas/os dessas mulheres já estão na adolescência, e têm maior contato com aspectos da rua, porém pouco discernimento, penetram mais facilmente na vida no crime, o que não acontece no grupo mais jovem dada a idade das/os filhas/os. Adélia não tem notícias das/os filhas/os



porque não recebe visitas e se encontra presa já há muitos anos. Os casos de Estamira (6), Neide (6) e Rosemélen (3) são emblemáticos dessa conjunção. No caso de Estamira, agrava-se ainda a facilidade de entrada das/os filhas/os no crime por fatores da sua trajetória individual, o vício em “tóxico”, o fato de nunca ter tido endereço fixo desde os 11 anos de idade e a extrema miséria. Identifica-se ainda o fator inverso, o agravamento da sua trajetória criminal após o envolvimento das/os filhas/os no crime. Estamira tornou-se moradora de rua e passou novamente a cometer pequenos furtos após o assassinato da sua filha de 14 anos pelo envolvimento na “guerra” do “marido” no tráfico, momento em que se entregou ao vício ao craque, segundo suas palavras. Neide teve seu filho também envolvido na “guerra” do tráfico assassinado pela polícia e uma filha morta em um acidente de carro em que um amigo do namorado levava um carregamento de drogas para outro estado, fatos que a levaram a tomar remédio controlado. É o caso de perguntar se as mulheres não fossem responsáveis diretas pela criação afetiva das/os filhas/os e houvesse uma divisão mais justa dessa incumbência com os homens, se esses fatores agravariam suas trajetórias e a das/os filhas/os dessa maneira.

### **Maternidade encarcerada**

Houve apenas três casos em que o período de gestação e amamentação coincidiu com o encarceramento. Essas etapas são narradas como um momento difícil devido à falta de apoio psicológico, de ajuda, da presença de pais e familiares e de outros aspectos ligados ao encarceramento. Por outro lado, a gravidez e a garantia do direito de estar com as/os filhas/os por seis meses possibilitou a essas mulheres um alívio das condições de cumprimento da sentença. Para além da possibilidade de exercerem o papel de mães, condição que o encarceramento lhes nega pela distância da prole, e contraditoriamente, lhes pune, por ter falhado em exercê-lo, a maternidade é tida como algo com que se ocupar e se distrair dentro de um universo de privações, em especial para uma interna cujo marido, pai da criança, havia morrido há alguns dias. A gravidez e a maternidade são narradas também como uma peça de negociação entre agentes e internas. No caso de Dora, apresentar a ecografia lhe deu o benefício de “puxar cadeia” na ala de gestantes, um direito que é narrado como uma regalia conquistada. Em todos os casos, as três narraram com mínimos detalhes as histórias sobre como conseguiram negociar a estadia das/os filhas/os para além dos seis meses. A maternidade pode ser identificada como um fator que autoriza o papel feminino de gênero e raça, uma vez que apela a uma imagem branqueada de pureza, bondade e sacralidade. A maternidade e o encarceramento foi um dos poucos temas que contemplou situações de diálogo entre agentes e internas. O relato das fragilidades sentidas ao deixar a/o filha/o após o

período de seis meses e ainda o enfrentamento de dificuldades psicológicas do período pós-parto sugere a necessidade de repensar o ambiente carcerário para as mulheres mães segundo uma perspectiva de gênero.

### **Cuidado das/os filhas/os pós-encarceramento**

Esse tópico que trata das redes femininas de cuidado com as/os filhas/os, muito frequente quando a mãe é encarcerada e ainda tem filhas/os dependentes já foi apontado como resultado comum em outras pesquisas como a de César (1995) e Moura (2012) e mostra como o encarceramento reforça as desigualdades de gênero e raça e se relacionam com aspectos de geração, e vice-versa. Apesar de Moura (2012) apontar que as/os filhas/os também ficam em casas abrigos, não constituiu caso na pesquisa. As/os filhas/os ficam na maioria das vezes com as avós maternas e paternas, em menor frequência com parentes como tia, irmã e sobrinha, houve apenas dois casos em que filhas/os ficam com vizinhas. Portanto, em 100% dos casos, as/os filhas/os ficam com mulheres. O dado mostra quão afiada é a divisão desigual de papéis sociais de gênero do homem provedor e da mulher cuidadora e como essa desigualdade se acentua no caso de pessoas envolvidas no tráfico de drogas já que os maridos estão mais expostos à letalidade, resultado de violentas “guerras” relacionadas tanto ao tráfico e aos territórios de venda quanto a filiação identitária em gangues.

O encarceramento feminino reforça ainda o acúmulo de funções na dupla ou tripla jornada das mulheres de periferia, em sua maioria, negras. Em especial, das avós, reforçando o papel das “mães guerreiras”, uma vez que têm que cuidar das/os netas/os, da casa e trabalhar, e em outros casos que não trabalhavam, voltar a trabalhar na velhice, com problemas de saúde como é o caso das mães de Guanaiara e Jussara. A rotina da avó pode ser ainda mais dura e cumulativa de funções nos dias de visita em que têm que se deslocar por longas distâncias, e pesam ainda mais se as internas tiverem outra/o parente presa/o, o que se mostrou no caso de Ialodê e Lígia.

### **Orientação sexual – o pente ralo**

A classificação e o tema de orientação sexual foi um dos mais controversos tanto por questões iminentes ao campo de pesquisa como uma incompreensão com relação às categorias ou pelo tabu em falar sobre sexo e, mais, sobre sexo com o mesmo sexo. As respostas apresentaram tanto a fragilidade quanto a força instituidoras das opções de classificação em heterossexual, bissexual e lésbica. Quando inquiridas sobre o tema, as

reações variavam desde um enfático “não” até gargalhadas nervosas e desvio de assunto. Nas pesquisas de César (1995), o tema não é abordado em profundidade por causa do constrangimento em falar sobre o assunto, e em Vargas (2004), por não fazer parte do foco da pesquisa. Quanto aos dados colhidos na presente pesquisa, das treze entrevistadas, dez já se envolveram sexualmente com mulheres dentro e/ou fora da penitenciária e três declararam nunca terem se envolvido. Quanto à classificação sexual, oito se declararam heterossexuais, três se declararam bissexuais e duas, lésbicas. Entre as heterossexuais, as práticas sexuais das seis que se envolveram com mulheres podem ser encaixadas no que Sebastiana definiu como “pente ralo”, “pega, mas não se apega” que revela o caráter estritamente sexual e momentâneo da prática, sem envolvimento afetivo. Por mais que algumas revelem a possibilidade de mudanças na relação com sua sexualidade no mundo extramuros, isso não é um fator suficiente para dissolver a heterossexualidade, o que mostra a força da sua instituição como prática normativa e autorizada da sexualidade, mas também suas fissuras já que há um escape das suas regras fundamentais de relacionamento estrito com o sexo oposto.

### **Visitação**

Esse tópico também conta como um dos dados não preenchidos pelos núcleos internos. Vargas (2005) aponta em sua pesquisa que em 2004, 62% das mulheres eram visitadas e 38% não o eram. Segundo Soares e Ilgenfritz (2002), nos dados relativos às prisões cariocas, um número maior de mulheres recebia visita, 70,3% e conseqüentemente, um menor, 17,5%, afirmavam nunca terem recebido. Frente a esses dados, o grupo de entrevistadas tem um alto percentual de visitas. Entre as três que não recebem visita foi mostrado um sentimento de vergonha frente ao abandono pela família. Tristemente, essa ausência coincide com as penas mais altas do grupo, as de Danila e Adélia. A visita tem um papel crucial para o cumprimento da pena, uma vez que demonstra a quebra do isolamento penitenciário pelo contato com a comunidade externa e as notícias do “mundão” sobre as/os filhas/os, familiares e amigas/os, a chegada de itens de higiene, comida, cigarro e dinheiro, fundamentais na rotina prisional. A comida e o dinheiro são essenciais para que as mulheres possam ter uma alternativa alimentar à “xepa”, comida que por vezes chega crua, estragada e sem tempero. Com o dinheiro, há possibilidade de comprar itens para o “melhorado”, prática que consiste em cozinhar novamente a xepa adicionando temperos e outros ingredientes comprados na cantina. Essa prática, apesar de proibida, e sujeita à punição, é comum nas prisões femininas. As mulheres não visitadas passam por um abandono afetivo que é revisitado todas às quintas-feiras já que não há uma atividade alternativa para essas mulheres.

Pode-se dizer que a ausência de visita reitera a penalização das mulheres e funciona como uma segunda punição, uma vez que elas entendem esse aspecto como um merecimento. É comum a prática de mendicância por itens que compõem a cota nas filas de visita já que essas mulheres recebem quantidades irrisórias de dinheiro ao se ofertar para limpar as celas ou lavar sandálias e roupas das internas. Segundo o comentário de uma interna, uma faxina na cela custa cerca de três reais. A ausência de visita estimula também a prática do tráfico de drogas intraprisional, já que essa prática traz uma maior quantia de dinheiro no pequeno comércio interno da prisão. Nenhuma das internas recebia visita íntima, portanto, não foi possível obter informações mais detalhadas sobre esse item.

**Tabela XIV – Religião das internas da PFDF (2013)**

Religiões	População geral PFDF	Grupo de entrevistadas
Católicas	324	2
Espírita	-	1
Doutrina do vale**	-	1
Evangélicas	133	4
Religiões afro-brasileiras	-	-
Outras	21	-
Não possui	142	5
Não informado	44	-
Total	664	13

\*Fonte direta. PFDF, 2013. \*\*Religião sincrética que passa pela doutrina espírita, por preceitos religiosos do Himalaia e de Jerusalém e cultua povos da mata de religiões afro-brasileiras.

Observa-se pela Tabela XIV um alto percentual de católicas, em seguida, de mulheres que não possuem religião e de evangélicas. Entre o grupo de entrevistadas, as mulheres que não possuem religião são maioria, com o segundo grupo de evangélicas e o terceiro de católicas. Apesar dessas diferenças, todas as mulheres acreditam em deus. A crença religiosa surge como “algo a se apegar” em meio ao pesado ambiente da prisão. Surgiu no relato de apenas duas internas, Danila e Zulmira, como um plano condutor da vida, especialmente no relato de Danila que atribuiu as mudanças radicais subjetivas da sua vida ao divino. Para Vargas (2005) que estudou em profundidade a religião no ambiente da PFDF, surge como um “mecanismo de adaptação-resistência” intramuros. No grupo estudado, três mulheres relataram já terem sido candomblecistas. Contudo, a filiação a essa religião surgiam nas respostas normalmente como “eu já frequentei centro também”. Quando aprofundado o assunto, os “centros” se revelavam como casas de candomblé. Portanto, causa estranhamento que essa categoria não tenha sido preenchida por nenhuma das internas nos dados colhidos da PFDF. Por outro lado, entende-se o ocultamento dessas práticas religiosas

devido ao racismo e à demonização das religiões de matriz africana. Com exceção das religiões católica e evangélica, não houve relato por parte das internas de outros cultos religiosos intraprisionais.

### **Cultura carcerária**

Antes de iniciar esse tópico, gostaria de retomar uma reflexão de Foucault (2005) que ao estudar a gênese da loucura remete ao seu trato medieval à condenação ao além-mar. As pessoas que infringissem as fronteiras da razão eram embarcadas em naus que lhes aportava em terras estrangeiras, encerradas/os no limiar da sua própria loucura, imersas/os na água, entre duas terras que não lhes pertenciam. O autor sublinha que anteriormente à figura do louco, as/os leprosas/os e doentes venéreos ocuparam esse espaço de exclusão nas sociedades modernas que é físico e concreto, mas que também opera como um *locus* no imaginário ocidental. Apesar da reflexão histórica e geograficamente distante de Foucault (2005) da época atual, a instituição penitenciária carrega certa semelhança com a nau dos loucos, encerrada em um espaço fechado, geralmente, distante dos centros urbanos, com um caráter total, que priva sua população do acesso ao funcionamento cotidiano de uma cidade, permitindo sua circulação em um espaço muito limitado. Além dessas semelhanças físicas, esse encerramento parece ser um mecanismo utilizado pelas internas frente às imposições da cultura carcerária para a sobrevivência sã dentro desse espaço.

Em um lugar de extrema privação onde não se tem direito a ter itens pessoais, fora alguns objetos de higiene pessoal, cigarros, livros e talvez pôsteres, santinhos e fotos, tudo sujeito à perda mediante um ato de punição por parte dos agentes prisionais, estimula-se um comportamento que orienta a quebra constante de vínculos afetivos nas relações sociais entre as internas. A privação é tamanha que a tentativa de garantir qualquer benefício delatando uma interna à polícia parece mais atrativo que formar vínculos em um ambiente onde a desconfiança é imperativa. Somam-se à desconfiança as tensões em viver em um espaço de doze metros quadrados por mais ou menos vinte e duas horas diárias onde um pequeno deslize como derramar um pouco de café em alguém que está deitada no chão pode gerar uma troca grave de agressões físicas. O estímulo da violência entre as internas pela cultura carcerária e a desconfiança mostram que a penitenciária jamais se revelou como um espaço que oferece o serviço de reinserção social às internas.

O caminho de ingresso no sistema prisional, cumprimento da pena e reinserção social mostra sua falácia na perda do sentido de punição gerado pelo violento comportamento das/os

agentes prisionais. No grupo pesquisado, todas as internas relataram que já sofreram violência física ou que já viram colegas de cela sofrerem. Houve relatos de chutes, tapas no rosto e uso de cassetetes para conter pequenas confusões e coerções sexuais em troca de benefícios. Gritos, xingamentos, humilhações verbais e ocorrência disciplinar por banalidades são frequentes, especialmente, no regime fechado e parecem já incorporados ao tratamento carcerário. Outras práticas como a recusa em consultar processos jurídicos e em dar remédios em caso de doença ou de dor também foram relatadas. Logo, a punição como uma forma de correção perde o efeito com a exacerbação da violência, pois esse tratamento gera um sentimento de baixa autoestima e revolta e multiplica a violência que pretende corrigir.

Desse modo, há uma espécie de isolamento interno, de solidão extrema que não raras vezes leva ao adoecimento psíquico, a desordens mentais, à depressão, ao autoflagelo (prática muito comum entre as internas), e em casos extremos, ao suicídio. A cultura carcerária parece, portanto, atuar para produzir a loucura por meio desse isolamento específico, daí sua semelhança com a leitura de Foucault (2005) sobre a prática do degredo de loucas/os. Pode-se concluir que a cultura carcerária contribui para reiterar de diferentes maneiras as desigualdades de gênero, raça e classe que tornam possíveis os sistemas interconectados de dominação. Pode-se dizer ainda que ela contribui como uma instituição genocida do povo preto brasileiro, em especial, das mulheres negras, já que pelos aspectos imanentes à cultura carcerária produz as condições de várias “mortes em vida” como na reflexão que June Jordan faz a respeito da instituição do trabalho e do suicídio da sua mãe (que era negra) e que Collins (2010, p. 275) utiliza para ilustrar experiência vivida como critério de validade para o conhecimento:

I think all of this is really about women and work. Certainly, this is all about me as a woman and my lifework. I mean, I'm not sure if my mother's suicide was something extraordinary. Perhaps most women deal with a similar inheritance, the legacy of a woman whose death you cannot pinpoint because she died so many many times and because even before she became your mother, the life of that woman was taken...

Esses são mais ou menos os aspectos interseccionais que localizam a população estudada em um panorama mais geral do encarceramento feminino brasileiro e do Distrito Federal. Segue adiante um pouco da história da construção da capital federal e da localização dessas mulheres como filhas ou netas de migrantes vindas de distintas regiões do Brasil, movidos pelo desejo de melhores condições de vida.

### **3.2. Contexto histórico das famílias migrantes e perfil das entrevistadas no contexto da transferência da capital federal para Brasília**

Apesar de a década de cinquenta, na qual Brasília foi construída, ser conhecida como “anos dourados” brasileiro, tendo como marcos significativos do epíteto, o prêmio de futebol no mundial, a expansão econômica e o crescimento da oferta de bens e serviços, a florescente produção musical da bossa nova, o sucesso do Cinema Novo, (OLIVEIRA, 2005), o país passava por um embate político quanto ao seu destino econômico. As correntes dividiam-se entre o fortalecimento da economia nacional pela industrialização interna ou abertura das suas portas ao investimento estrangeiro. O governo de Getúlio Vargas, embora desafiado a jogar com os diferentes setores da população, foi marcado pelo lançamento da Petrobrás e da Eletrobrás, duas estatais poderosas, e ainda pelo reajuste salarial, o que desagradou os setores da elite e os militares, interessados no capital estrangeiro e em um afrouxamento do laço entre Estado e economia. Com o suicídio de Vargas e uma forte comoção popular que o conclamou líder do povo, o ano de 1954, seria marcado, sob a gestão de Café Filho, pela tensão de um iminente golpe militar frente à convocação para as eleições democráticas em que Juscelino Kubitschek seria o presidenciável pelo PSD e Juarez Távora, seu principal opositor pela UDN.

Acreditava-se que o período de ouro da economia brasileira, manifesto desde o governo Dutra, responsável por pavimentar estradas e fomentar a indústria petrolífera dificilmente se repetiria. Essa realidade econômica contrastava com um Brasil ainda predominantemente agrícola, subindustrializado e sem muita infraestrutura, com fortes laços de dependência com os países “desenvolvidos”, um interior desocupado. Cidades que haviam outrora sido representantes de intensa exploração aurífera como Cuiabá e Goiás permaneciam esquecidas no grande sertão brasileiro (OLIVEIRA, 2005). Dentro desse contexto, o recém-eleito presidente dos “cinquenta anos em cinco” lançou como mote principal da sua campanha à presidência o Plano de Metas, uma versão ambiciosa do Plano SALTE – Saúde, Alimentação, Transporte e Energia de Dutra.

JK contemplaria ainda o setor das indústrias de base, não incluso no Plano Salte. O Plano de Metas contava com cinco divisões setoriais. Tal era a prioridade ao desenvolvimento da economia, que dos trinta tópicos elencados pelo presidente, apenas um era destinado à

educação, que contou com o investimento de apenas 3,4%. Durante seu mandato, JK obteve notável resultado para suas metas com destaque para a produção de energia elétrica, que alcançou 95% da meta estabelecida e para a produção de automóveis que ultrapassou em 17% o prometido. Outras áreas de produção também foram satisfatórias: o trigo, agropecuária, carvão mineral e petróleo, o Brasil crescia cerca de 8% ao ano durante o mandato. Fato interessante que não pode deixar de ser mencionado foi a receptividade de JK, em 1958, com os quinhentos mil flagelados da grande seca nordestina. Geralmente esquecido pelos governos federais como nos dias de hoje, o nordeste recebeu especial atenção do presidente com a criação da Sudene - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste que deslocou a região - ainda a mando de pequenas oligarquias rurais - para uma posição política e econômica dentro do cenário nacional. Pese ainda ao fato que JK promoveu três aumentos do salário mínimo entre 1960 e 1965, multiplicou as oferta de emprego, e por intermédio de João Goulart, ministro do trabalho, contribuiu para as negociações entre patrões e sindicalistas.

Com o alavanque da economia brasileira, já desacreditada por alguns setores da sociedade, uma política creditícia ao setor privado, e com a concessão de boa parte do orçamento federal aos militares, JK, agradou a gregos e troianos, armou o cenário político para a realização da meta-síntese: a construção de Brasília e a transferência da capital do Distrito Federal para o centro do país, empreitada que o lançaria como grande estadista e herói nacional. Esse era mais ou menos o contexto político e econômico à época da construção de Brasília<sup>34</sup>.

A ideia da transferência da capital para um território interiorano data pelo menos do final do século XVIII. Um primeiro episódio registrado remonta à Inconfidência Mineira em que as/os revoltosas/os cogitaram sua transferência para São João Del Rei, na intenção de fundar a capital de uma nova nação republicana. Não muito mais tarde, em 1808, Hipólito José da Costa, fundador do Correio Braziliense, teria defendido também a ideia com a intenção de erigir o Brasil da condição de colônia a nação monárquica, separando territorialmente o centro econômico (Rio de Janeiro) do centro político. Em 1821, José Bonifácio sugere a transferência em defesa da interiorização como meio da futura capital

---

<sup>34</sup> É importante colocar que embora JK tenha lapidado o contexto econômico e político às suas ações construtoras, houve, obviamente, uma reação da opinião pública quanto ao seu empreendimento. O projeto era visto como insensato. Desconfiavam da possibilidade de construir uma capital “no meio do nada”, duvidavam que ela ficaria pronta no mandato de JK, e que assim sendo, a cidade não terminada, ficaria abandonada pela gestão presidencial seguinte, e reclamavam ainda do custeamento de tamanho empreendimento sob pena do aumento da inflação (HOLSTON, 1993).



ligar-se às demais cidades do Brasil fora da costa litorânea. Responsável por criar o nome da nova cidade, Brasília, sugeriu também Petrópolis como alcunha. O local designado por Bonifácio para a construção da capital corresponde, hoje em dia, à cidade de Paracatu, onde haviam descoberto àquele tempo, uma mina de ouro. Francisco Adolfo Varnhagem, intelectual já citado em tópico anterior, responsável por difundir doutrinas racistas com base na eugenia é também responsável pelo livro *A questão da capital: marítima ou interior?* (ANO) no qual divulga ideias semelhantes as de Bonifácio, com um viés desenvolvimentista, defendendo um incremento do comércio, da prosperidade econômica e uma intenção de civilizar o sertão brasileiro. Visconde de Porto Seguro, como era conhecido, fez expedições pelo interior do país, onde constatou que havia localidades adequadas para receber a nova capital, entre elas, a cidade de Formosa, no Goiás. Em 1892, a ideia da transferência se tornou emenda constitucional no governo de Floriano Peixoto que fez um primeiro estudo da região com detalhamento de solo, hidrografia e com delimitação do terreno realizado pela Comissão de Exploração do Planalto Central do Brasil, essa demarcação seria o mesmo limite usado, mais de cinquenta anos depois, pelo governo JK (OLIVEIRA, 2005).

Durante a primeira metade do século XX a ideia da transferência se tornaria termo de disputa por diferentes parlamentares de diferentes partidos e regiões de modo a reivindicarem para o seu estado a construção da nova capital. Foram pivôs desse embate os estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás. A recapitulação dessas disputas por Oliveira (2005) deixa a entender que o interesse na construção da capital estava no que esse empreendimento, sem igual na história do país, movimentaria em termos de crescimento econômico ao estado que a abrigasse, saiu vitorioso desse embate o estado goiano<sup>35</sup>. Como pode ser visto por esse grosseiro esboço histórico, a construção da capital sempre foi referida com um intento fundador de um novo país, de novos tempos, de um novo regime político, de uma nova civilização, símbolo quintessencial de desenvolvimento, progresso, futuro. Brasília, antes mesmo de nascer, já era um mito. Como seria o rosto da nova capital do país?

JK, de posse do seu mandato realizou o concurso do Projeto do Plano Piloto. O modelo de arquitetura do Plano Piloto de Brasília foi inspirado na expressão nas vanguardas artísticas do século XX<sup>36</sup>. De forma a contestar os valores burgueses, a arquitetura moderna

---

<sup>35</sup> Curiosamente, JK junto a Israel Pinheiro, era contra o local escolhido devido ao apoio à bancada do PSD mineiro que pleiteava a transferência para o Triângulo Mineiro.

<sup>36</sup> Sua expressão artística nas vanguardas do século XX nas múltiplas inovações técnicas que oferecem as correntes do dadaísmo, construtivismo, futurismo e surrealismo visam questionar o que era tomado como real e o

de Brasília foi edificada nos resultados discutidos nos *Congrès Internatinaux d'Architecture Moderne* ou simplesmente CIAM. Congresso realizado entre 1928 e 1960, discutia as premissas da arquitetura e do urbanismo modernos como meios: “[...] para a criação de novas formas de associação coletiva, de hábitos pessoais e de vida cotidiana.” (HOLSTON, 1998, p. 37). Os arquitetos e urbanistas desse período buscavam um conjunto de soluções passível de resolver problemas emergentes em cidades europeias e norte-americanas, que já eram grandes centros urbanizados do início do século XX. A *Carta de Atenas*, escrita por Le Corbusier, manifesto da arquitetura moderna, condensava quatro princípios: habitação, trabalho, cultivo do espírito e do corpo (lazer) e circular (HOLSTON, 1993; OLIVEIRA, 2005). Esses princípios estavam associados à ideia de transformação social: “As cidades eram vistas como foco de tensões e problemas. O lema era: ‘*changer la ville pour changer la vie*’” (OLIVEIRA, 2005, p. 122), em português, “mudar a cidade para mudar a vida”. O Brasil foi representado nesses congressos pelo menos desde 1930, em muitas ocasiões, por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, arquitetos responsáveis pela construção de Brasília.

É digno de nota que esses congressos aconteciam com representantes de vários países com distintas aspirações políticas e sociais. Participavam nesses eventos fascistas italianos, tecnocratas, sindicalistas catalães, coletivistas de Moscou e outras vertentes reformistas. Embora não tivesse participação direta nos congressos, os líderes do modernismo soviético trabalhavam com os membros do CIAM. Em comum, partilhavam soluções urbanas para as sociedades industriais como a construção de habitações de massa, prédios de administração pública e parques e ainda posições políticas e sociais semelhantes baseadas em uma crítica radical da propriedade privada e das relações capitalistas. Assim como explica Holston (1993, p. 44):

“[...] o desenvolvimento de novos tipos de edificações, que os russos chamavam de ‘condensadores sociais’; a concepção da unidade de habitação como parte dos

---

natural pela sociedade burguesa ao denunciar essas evidências como princípios normativos, de forma a colocá-las como algo construído com base em determinados valores. Particularmente, no que diz respeito à corrente do surrealismo, determinadas técnicas de pintura como o estado profundo de sono com a finalidade de captar as imagens inconscientes participava de uma crítica filosófica mais ampla à razão como condutora principal das percepções glorificada pelo cientificismo, como símbolo de progresso da humanidade, valores comuns na *belle époque*. A ênfase ao sonho em oposição ao estado de vigília realizava um questionamento a tal progresso face aos acontecimentos da primeira guerra mundial (1914-1918). Para mais informações, ver: BRETON, André. **Manifesto del surrealismo**. 2ª edição. Buenos Aires. Argonauta. 2001.

reuniam concepções mais horizontais das relações sociais.

Esse modelo teve um impacto significativo entre os arquitetos brasileiros. Isso é visível nas intenções de Lúcio Costa ao construir a Praça dos Três Poderes, em forma de triângulo equilátero entre o poder Judiciário (Palácio da Justiça), Executivo (Palácio do Planalto) e Legislativo demonstrando o equilíbrio dos três poderes. Em um extremo do Eixo Monumental, responsável por abrigar a maquinaria pública do país, a praça significava para o arquiteto uma Versalhes do povo onde: “[...] o homem adquire dimensão coletiva; a expressão urbanística desse novo conceito de nobreza que não se opõe ao individual, mas o acrescenta e enriquece [...]” (COSTA, 1962 apud OLIVEIRA, 2005, p. 145). Por último, ao longo do Eixo, o Ministério da Educação localizava-se próximo à área destinada à cultura, onde há museus, o Teatro Nacional e a biblioteca. Esse último foi intencionalmente alocado próximo à Cidade Universitária (UnB) de modo diminuir a distância entre as/os estudantes, professoras/es e os políticos diretamente responsáveis pela educação no país. Quanto à escala residencial, o arquiteto pensou para cada Superquadra (conjunto habitacional) uma escola primária, e entre elas, um clube, uma igreja, um cinema e uma escola secundária, seriam as unidades de vizinhança onde “[...] as diferentes classes sociais devessem se relacionar de modo especial, contribuindo para a formação de um novo sentido de comunidade.” (OLIVEIRA, 2005, p. 149). Mediante a realidade social brasileira, o arquiteto não ambicionava um projeto socialista, mas defendia que a gradação social deveria ocorrer paulatinamente de modo que deveria haver um controle sobre o preço da terra urbana de uma superquadra para outra, assim, a proximidade entre as classes sociais era facilitada pelo modelo arquitetônico responsável por gerar novas sociabilidades.

Niemeyer, membro do Partido Comunista, e responsável por boa parte dos prédios monumentais da cidade, sonhava com uma maior participação popular. No plano original do Congresso Nacional desenhou um grande espaço para as assembleias populares, localizada entre as duas pistas do Eixo Monumental, em um terreno mais rebaixado, onde hoje existe um espelho d’água. Escondia-se por trás da descrição onírica dos arquitetos de uma sociedade mais justa, um gesto colonial, nas palavras de Lúcio Costa, a idéia não se resumia apenas a criar a urbes, mas a fundar uma *civitas*.

A utopia da cidade moderna erigida em um futuro que negava um passado brasileiro atrasado se edificava, literalmente, sob um gesto autoritário e colonial, como visto, capítulo frequente da historiografia brasileira<sup>37</sup>. A imagem de civilizar um sertão selvagem, trazer o avanço e o desenvolvimento para um interior inexplorado que abunda em recursos naturais, um cerrado ermo, onde antes “não havia nada”, apenas terra vermelha é sintomática da chegada dos portugueses ao Novo Mundo. Intento muito transparentemente expresso nas palavras do arquiteto Lúcio Costa (apud OLIVEIRA, 2005, p. 137): “Trata-se de um ato deliberado de posse, de um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial.”. Soma-se a essas intenções o pertinente e audacioso desejo de JK de construir a capital rapidamente, em apenas três anos e onze meses, proclamando-a um feito imperioso do seu mandato presidencial. Brasília enquanto meta dos cinquenta anos em cinco só poderia realmente nascer a mando de uma equipe muito bem estruturada técnica e estrategicamente sobre o enorme contingente de operários migrantes que viveram condições degradantes no imenso sítio de obras do Planalto Central.

A construção de Brasília é, portanto, de natureza contraditória, desde sua concepção no papel até sua edificação como resume Holston (1993, p. 46):

Brasília foi uma cidade planejada por um liberal de centro-esquerda, seus prédios foram desenhados por um comunista, sua construção foi feita por um regime desenvolvimentista, e a cidade consolidou-se sob uma ditadura burocrático-autoritária, cada qual reivindicando uma finalidade eletiva com a cidade.

Colocando os planos em prática, o presidente JK realizou sua campanha pela mídia televisiva, imprensa e rádio mediante a convocação da população brasileira por meio de um discurso de integração nacional com vistas a formar uma identidade nacional brasileira colocando como peça central desse jogo a grande massa anônima de nordestinos, mais conhecidos por “cabeça chata”, “pau-de-arara” e “baiano” que “[...] haviam sido excluídos

---

<sup>37</sup> O projeto de tradição colonial era tal que a nova cidade receberia como nome de batismo Vera Cruz, nome que os portugueses deram às terras brasileiras, sugerido também pelo Marechal Pessoa. Em 1956 com a apresentação do projeto de Lei nº 2.874 que versava sobre a mudança da capital e a criação da Novacap, um parlamentar Pereira da Silva (PSD-AM) sugeriu a mudança de nome para “Brasília”, sugerido anteriormente por José Bonifácio. Outros elementos são sintomáticos às intenções coloniais como o estabelecimento do Marco Zero na grande Encruzilhada que daria origem ao Eixo Monumental e residencial, o próprio corpo do avião e ainda a missa inaugural rezada em 03 de maio de 1957, mesma data da missa inaugural de Pedro Álvares Cabral no ano de 1500, no Brasil (HOLSTON, 1993; OLIVEIRA, 2005).

dos papéis principais no desenvolvimento brasileiro: os trabalhadores itinerantes, sem qualificação e sem instrução do interior; [...] os cultural e racialmente não-europeus [...]” (HOLSTON, 1993, p. 210), mesmo que fosse necessária o recrutamento de pessoas para outras funções como administrar e planejar o projeto do Plano Piloto e fornecer suprimentos para a capital.

Trabalhadoras/es de diferentes camadas sociais como empresárias/os, operários, engenheiras/os, funcionárias/os públicas/os, empreiteiras/os, professoras, parteiras, enfermeiras e as populações mais pobres que tinham como interesse fundamental, a melhoria das condições de vida migraram para ocupar Brasília. As diferentes origens sociais, territoriais e de classe eram o emblema marqueteiro, o mote político dessa nova democracia. Jargões futuristas que representavam a utopia moderna brasileira como ‘aqui começa um novo Brasil’, ‘a alvorada de uma nova era’, ‘marco decisivo do progresso nacional’ eram complementares a outras frases-modelo que traziam Brasília como um episódio da história brasileira de séculos atrás e que estava finalmente, em execução pelas mãos de JK: “o Brasil vê realizado o sonho dos Inconfidentes e o Ideal dos Republicanos” dizia a propaganda de uma empresa chamada Phillips Petroleum (HOLSTON, 1993, p. 208). Apesar desse chamado, os “bandeirantes do século XX” - outro epíteto que reforçava a entrega ao plano de construir uma cidade como um ato heroico de bravura e coragem – deveriam retornar às suas antigas terras!

Isso era algo já sedimentado no próprio plano diretor de Lúcio Costa que planejara a cidade apenas para 500.000 habitantes e quem dizia que um terço da massa humana que habitava Brasília à época da construção deveria ir embora após finalizar a obra. Esse é o ponto mais nodoso da história de Brasília e onde se incide uma polêmica entre os autores. Alguns costumam abordar a empreitada de JK como um grande empreendimento capitalista a poder do Estado já que a Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital funcionava basicamente – mantinha amplos poderes tanto sobre a terra quanto sobre o regime de trabalho (PAVIANI, 1991; 2010). Já Oliveira (2005, p. 244) defende um reparo nesse tipo de análise ao considerar que Niemeyer e Lúcio Costa apresentavam apenas “[...] difuso interesse com os futuros residentes da cidade”. Holston (1993) não esconde seu choque com a falta de sensibilidade do governo para com os operários. Discordo da visão de Oliveira (2005) por argumentos que ele próprio expõe: no edital do concurso público do Plano Piloto de Brasília em que Lúcio Costa saiu vencedor não havia cláusula que dispusesse sobre como as pessoas viveriam nesse novo local, nenhuma alusão a um projeto arquitetônico que também seria

político e social, o que pode ser interpretado como uma limitação de poder dos planejadores frente ao governo. Não é à toa que, segundo o próprio autor, a banca do concurso não fez sequer nenhum comentário a respeito das linhas que demonstram a preocupação política de Lúcio Costa com a urbe. Ainda que Lúcio Costa adotasse em certa medida os discursos de JK ao apoiar a industrialização como sinal de desenvolvimento e progresso, o arquiteto não esconde sua decepção ao ver Brasília já feita e a estratificação social entre bairros ricos e pobres, de modo que: “Reconhece o fracasso da proposta original e culpa a ‘mentalidade imobiliária’” por isso (Idem, *ibidem*, p. 153).

Concordo com Holston (1993), que ao examinar a história da construção, afirma que mesmo que os acampamentos fossem planejados como uma forma provisória de habitação, isso não exige a incorporação diferenciada sob a qual se deu o processo de ocupação do Plano Piloto, único local de moradia permanente e legal. A expectativa que os operários voltassem para casa após a inauguração era contraditória com a necessidade de angariar enorme número de trabalhadoras/es para construir tal empreendimento mítico, e não se tornou, em grande parte, um acontecimento. A despeito de todo o lastro histórico e mítico envolvidos na história de Brasília, a cidade apresentou como função primeira e única a organização do corpo de empregados do governo federal, alocados em um Distrito Federal, uma cidade com função administrativa.

Para planejar a habitação de Brasília, o governo de JK contava com dois órgãos, a Novacap que “[...] exerceu poder absoluto sobre uma população, governando uma ilha de atividade no Planalto Central” (HOLSTON, 1993, p. 202) e o Grupo de Trabalho de Brasília – GTB. Esse último contava com funcionários dos ministérios civis e militares, por gente do Legislativo, do Judiciário e da Novacap e era responsável por organizar a burocracia do funcionalismo público e incluiu “[...] uma *reforma constitucional* abrangendo todos os aspectos legais relativos à mudança da capital [...]” (HOLSTON, 1993, p. 202/203), as Leis Orgânicas de Brasília. Não é necessário adentrar essa Lei, basta entender que a questão do direito pleno à moradia no Plano Piloto tinha uma relação direta com as formas de empregabilidade. Da mesma forma que a Novacap contratava diferentes trabalhadoras/es da construção como engenheiras/os, calculistas e empresárias/os, o GTB também recrutava porteiros, contínuos e motoristas. Segundo Holston (1993, p. 206), apesar dessas diferenças de *status social* entre as/os diversas/os trabalhadoras/es angariadas/os pelos dois órgãos, o objetivo dos planejadores do GTB era a “[...] nivelção de diferenças de status anteriores, distribuindo os mesmos direitos à cidade a classes sociais diferentes;”.

Dois pontos são observáveis. Um deles é que aparentemente, as ideias de Lúcio Costa foram, de alguma forma, viabilizadas<sup>38</sup>. Não dispomos, contudo, de indícios suficientes para saber em que medida isso representa uma execução à risca do que o arquiteto pressupunha como ideal social. Os conflitos originados no espaço público das superquadras formaram alianças entre o grupo mais privilegiado do GTB e seus equivalentes sociais e levaram à consequente marginalidade das/os funcionárias/os de baixa renda. Outro ponto é que apesar dos diferentes status sociais que formavam esses dois grupos de recrutamento, havia outro nó de diferença que os bandeava: moradoras/es-funcionárias/os do governo federal *versus* habitantes temporários-trabalhadores da construção. Portanto, tendo essa última observação em conta, pode-se dizer que aquelas/es que são hoje, habitantes das cidades-satélites, periféricas ao centro de Brasília e seus descendentes (o grupo das participantes dessa pesquisa) não tiveram direito à cidade que construíram e que ajudam a construir até os dias de hoje. Isso se mostra tanto pela imensa distância entre as cidades satélites e o plano piloto, resultados da política remocionista de JK executadas antes mesmo de Brasília ser inaugurada, quanto pelas longas vias construídas entre essas cidades e o centro acessado por via de um transporte público deficitário ou pela posse de automóveis.

Em conformidade com a história que foi traçada, acredito que o eixo centro/periferia que chamei de marcador de localização constitui uma diferença relevante para o trabalho, de modo que quem mora nas cidades satélites carrega um estigma de não pertencimento ao Plano Piloto (centro) de maneira distinta do que ocorre na maioria das cidades brasileiras em que as periferias se incrustam de modo mais orgânico e menos planejado de forma razoavelmente próximas a bairros nobres como é o caso das cidades de Salvador e outras cidades brasileiras. Rio de Janeiro, centro político do Brasil no século XIX junto a Ouro Preto, cidade histórica do ciclo do ouro, cidades de influência cultural e comportamental para outras capitais brasileiras inspiram também seu traçado citadino que Holston (1993) identifica no contexto do urbanismo pré-industrial. O autor chama atenção para uma diferença fundamental entre essas cidades e Brasília inspirada pela arquitetura moderna: a existência de rua. Por rua se entende um elemento que concentra a vida pública urbana: locais de sociabilidade, pontos de encontro cotidianos. Construída no auge da indústria automobilística, Brasília é uma cidade planejada

---

<sup>38</sup> Os princípios de uma sociedade mais justa aparecem também nos depoimentos e experiências de pioneiras/os em documentários que experimentaram formas de solidariedade ímpares no espaço de uma cidade semiconstruída, em que dadas duras condições de privação, escassez e as necessidades de ocupação e formação, viveram frágeis laços temporários de camaradagem e ajuda recíproca que, todavia, findaram após sua inauguração.

para carro, símbolo da modernidade e do “milagre econômico”. A primeira coisa que chama atenção das/os visitantes ou da enorme massa humana que migrou para Brasília oriunda de outros estados é a ausência da rua, das praças e das esquinas. No recém-construído e árido Plano Piloto não eram comuns cenas sobre a vida pública que Holston (1993) busca analisar nas pinturas de Debret como as atividades comerciais, os hábitos das/os transeuntes, a vida das/os mendigas/os, vendedoras/es, lojistas, atos cerimoniais, entre outros. Lembremos ainda que os conflitos originados na ocupação do Plano Piloto de Brasília levaram à mortificação dos espaços de convivência pensados por Lúcio Costa, as praças, clubes, igrejas e cinemas. Pese ainda ao fato que esses espaços não foram levados a cabo de forma integral em todo o Plano Piloto.

Brasília carrega essas marcas até os dias de hoje. O fato de a fruição da vida pública ser um elemento histórico incomum ou ausente no Plano Piloto de Brasília me leva à reflexão que seus habitantes, de forma geral, carecem de um contato mais intenso com uma diversidade sociorracial que o espaço urbano de cidades tradicionais brasileiras oferta. Essa paisagem de isolamento de classes mais abastadas em bairros nobres não é obviamente, especificidade de Brasília, mas pelas condições geoespaciais em que se formaram as vilas, assentamentos e mais tarde, as cidades-satélites, Brasília parece escancarar o que nessas outras capitais é, grosso modo, mais oculto.

Numerosos acampamentos nasceram ordenados pela Novacap e de forma espontânea se espalhando nas encostas do avião de Lúcio Costa. Muitos homens eram necessários para que a cidade fosse construída a tempo da inauguração, três anos e oito meses era o prazo limite. Oliveira (2005) chama atenção para a expressão “ritmo de Brasília”, termo que se referia à dura rotina de trabalho a qual os operários estavam submetidos, dividindo-se em turnos que varavam madrugadas. Segundo Junior e Ikakami (1991), a construção das cidades satélites já era prevista no plano urbanístico de Brasília, mas apenas quando o Plano Piloto esgotasse sua capacidade de habitação, contudo, como disse anteriormente, as ações de remoção começaram antes da inauguração devido ao descontrole do governo quanto à política de migração e à ausência de experiência anterior em construir uma cidade nova. Um fator se fazia necessário, o suprimento de materiais de construção e algum equipamento urbano para usufruto da população recém-chegada de inúmeros locais do Brasil. O local que concentrou essas provisões foi a Cidade Livre que se tornou posteriormente, em 1961, a Região Administrativa do Núcleo Bandeirante (RA-VIII), conquista das/os moradoras/es face às pressões do governo para desocupação do território.



A Vila Paranoá, vizinha ao bairro nobre do Lago Norte, hoje em dia, RA-XVIII, alocada para a construção da barragem do Paranoá formou junto ao Núcleo símbolo de resistência política contra a remoção tornando-se posteriormente Paranoá (RA-VII), em 1964. Em 1980, a Vila constituía uma das maiores favelas do Distrito Federal. Resistindo às ameaças de remoção, marca do governo de José Aparecido (1985-1988) que derrubou em 1986 quatrocentos barracos (GOUVÊA, 1986) foi organizado um barracaço que se constituiu no levante de setecentos barracos de um dia para o outro. Contudo, em 1989, sob o governo de Joaquim Roriz (1988-1990) foi demarcada uma nova área para a cidade do Paranoá e a população foi removida do local de origem. A antiga Vila virou o Parque Vivencial do Paranoá ou Paranoá Velho, como é comumente referido por Adélia, uma das entrevistadas, nascida e criada nesse local<sup>39</sup>:

*Eu: e eles [os pais] moraram sempre ali no Paranoá? Ela: sempre no Paranoá, que naquele tempo era Paranoá Velho, agora que é o Paranoá novo que é aquele lá de cima que é uma cidade né, que não é mais tipo uma favela como era o Paranoá Velho [...] era, Vila Paranoá naquele tempo, eu até morei nesse tempo [...] o carro-pipa a gente pegava o tambor, enchia os tambor, tinha dia do carro-pipa vir fazer as entrega da água, aí depois do chafariz ficou tudo mais fácil e tal [...] só que era muita fila, muita gente, e tal [...] às vezes também chafariz acabava a água, tinha que esperar a água vim [...] era muito sofrimento aquele tempo, lavava roupa, ia lavar roupa no córrego no Lago Paranoá [...] não tinha muita estrutura não [...] ainda mais que lá em casa era nove comigo né*

Em 1958, chegaram em Brasília flageladas/os nordestinas/os que primeiramente acamparam na recém-construída estrada Brasília-Anápolis, espalhavam-se ao longo da pista em barracos de madeirite, de lata e comiam restos de marmitas trazidas da longa viagem a caminho do Planalto Central, em seguida formaram nas imediações da Cidade Livre, a Vila Sarah Kubitscheck. De posse da informação que JK visitaria Brasília para uma reunião de negócios cerca de cinco mil pessoas desse acampamento invadiram a Cidade Livre e exigiram ao presidente melhores habitações, fazendo com que JK antecipasse o que seriam as cidades-satélites na construção dos assentamentos em Taguatinga (RA III) - que serviria, inclusive, como modelo para outras cidades-satélites - localizada a vinte e cinco quilômetros de Brasília (PAVIANI, 1991). Na década de setenta, devido ao inchaço populacional seriam criadas mais cidades-satélites como Guará II e Ceilândia, embora ainda não oficializadas como Regiões Administrativas. Taguatinga receberia um incremento em seus setores QNA, B, C, D, E e

---

<sup>39</sup> Desse processo de resistência política da Vila Paranoá participou Lika, referida na introdução desse trabalho. Hoje em dia, Lika é cineasta e trabalha com produção de cinema.

ainda um novo setor, a QNL, conhecido posteriormente por Chaparral (GOUVÊA, 1991). Na QNC morou Neide desde seus quatro anos de idade e posteriormente, na QNL, onde receberia mais tarde um lote do governo. Abaixo, Neide descreve as condições de moradia dos respectivos locais:

*Neide: Onde eu morava [QNC] tinha muitas pessoas que roubava, eu: isso em Taguatinga eu: você morava em qual local de Taguatinga? Neide: eu morava na QNC 06, era uma invasão, [...] era invasão, aí foi loteado e a gente ganhou uma casinha na QNL que é de frente pra M Norte. Eu: que já era um lugar mais tranquilo? Ou não? Ela: não, tranquilo entre aspas né, todo lugar tem malandragem, tem bandidagem, mas é um lugar melhor, é casa, é asfaltado, antes não, era barraco, não tinha água potável, a gente tinha que ferver água pra tomar [...]*

A Vila Amaury se localizava próxima à Praça dos Três Poderes, no leito do Ribeirão do Bananal, atual lago Paranoá. As/os moradoras/es, conscientes de que o local poderia ser inundado, pediram a João Goulart uma solução. Tardando em atendê-las/os, a vila foi inundada e as/os moradoras/es transferidos para o recém-construído núcleo de moradia de Sobradinho e do Gama, ambos de 1960 (PAVIANI, 2010). A cidade se tornaria uma Região Administrativa oficialmente em 1964, tornando-se a quinta região administrativa de mesmo nome. Mais tarde, devido à superlotação da cidade de Sobradinho I nos anos noventa, foi criado um anexo, Sobradinho II, também sobre o mandato de Joaquim Roriz (1991-1995) que oficializou a cidade em 1991<sup>40</sup>, tornando-a a RA XXVI. Palmeirão descreve o início de Sobradinho II, onde passou sua infância e a mudança para Sobradinho I:

*Eu: e ela [a mãe] foi pra onde? Palmeirão: ficou em Sobradinho mesmo porque na época não existia o Sobradinho II, lá era um setor de chácara, de fazenda, só tinha muita fazenda lá, nós morávamos numa dessas, aí minha mãe foi morar em Sobradinho I aí ficou lá um bom tempo.*

O último caso que vale a pena ser mencionado por ser emblemático da política de erradicação é o caso da Vila IAPI que originou a cidade de Ceilândia, nome formado pela

---

<sup>40</sup> Há uma divergência de datas com relação à oficialização de Sobradinho. Enquanto Paviani (2010) cita o ano de 1991, o sítio eletrônico do Observatório da Secretaria de Turismo cita o ano de 2004. Disponível em: <<http://observatorio.setur.df.gov.br/index.php/brasil/distrito-federal/>> Optei por manter a data de Paviani (2010).

sigla CEI – Comissão de Erradicação de Invasões. A Vila IAPI, também próxima à Cidade Livre cresceu a partir da formação de várias invasões, Morro do Querosene, Vila Bernardo Saião, Vila Tenório e Vila Esperança. Em 1971, concentrava oitenta e dois mil habitantes (GOUVÊA, 1991). Segundo conta Paviani (1991), Médici, Presidente da República (1969-1974) estaria desgostoso com a vista do trajeto que fazia de carro até o Palácio do Planalto e deste para o sítio no Riacho Fundo pela presença do grande número de invasões, ordenou então ao coronel Hélio Prates, governador do Distrito Federal que tomasse providência. O governador instituiu a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) com a finalidade de cadastrar durante os anos de 1971 e 1972 os barracos que surgiram ao redor do Núcleo Bandeirante. A Vila do IAPI contava com sombras, era próxima ao trabalho das/os moradoras/es, no Núcleo Bandeirante e se localizava a dez quilômetros do Plano Piloto, o que facilitava as idas e vindas do trabalho de moradoras/es da região de bicicleta, à pé ou em comboios, já que o transporte era deficitário, e já contava com locais ambientação como feiras, pracinhas e outros espaços de convivência. Em poucos dias, toda a população foi transferida para a Ceilândia localizada a trinta e três quilômetros do Plano Piloto (OLIVEIRA, 2008). Essa remoção realizada em um ato pelo GDF teve grave repercussão para seus habitantes como o corte da renda familiar já que muitos deixaram de ir ao trabalho em função das dificuldades com o transporte, apesar de o GDF dispor de alguns ônibus para a população, não era suficiente para atender a todas/os. Muitas mulheres foram prejudicadas em seu trabalho, já que a maioria trabalhava como lavadeira, e em Ceilândia, não havia água. Gera impacto as palavras de uma administradora de Ceilândia (GDF, 1986 apud Oliveira 2008) sobre a transferência: “Amanhecer em um local onde não existia uma única árvore [...] erguer um barraco onde não havia uma única torneira d’água nem cisterna; relacionar-se com vizinhos até certo ponto estranhos, realmente eram atitudes sobre-humanas”. A família de Danila morou na Vila do IAPI, onde sua mãe e às/aos irmãs/ãos se ocupavam do tráfico de drogas e foram mais tarde transferidas/os para a Ceilândia onde Danila cresceu. Lígia também procede do mesmo local e na fala de ambas é presente uma descrição violenta sobre a região.

Havia ainda outras vilas como Sacolândia e Lonalândia, nomes que aludem aos materiais dos quais os barracos eram feitos: sacos de cimento ou lonas, restos do processo de construção de Brasília. Além de Taguatinga, Ceilândia, Sobradinho e Paranoá que concentram cinco das nossas entrevistadas, se encontram como local de habitação do restante das entrevistadas cidades que passaram por processos muito semelhantes de formação. São exemplos a cidade do Gama (RA II), fundada no mesmo ano de Sobradinho e cerca de

quarenta quilômetros distante de Brasília, Planaltina (RA VI) (antiga Vila Itamaracá), Santa Maria (RA XIII) (antigo Núcleo Rural do Gama) fundada em 1993 também sobre o governo de Joaquim Roriz, Varjão (RA XXIII), Recanto das Emas (RA XV) e Estrutural, vinculada à RA XXV, SCIA – Setor Complementar de Indústria e Automóvel, que abriga a Cidade do Automóvel, próxima à Taguatinga.

Pelo exposto e por elementos comuns às descrições dos bairros e cidades é praticamente desnecessário afirmar que o Distrito Federal se constituiu e se constitui até os dias de hoje com uma sólida na política remocionista. A intenção de preservar a imagem utópica da moderna cidade do futuro é executada por meio de atos autoritários e gestos coloniais que tem seu início nas capitais brasileiras pelo menos desde o início do século XX (MEIRELLES, ATAHYDE, 2014). Quanto às famílias das entrevistadas, todas vieram em busca de emprego, o que de maneira geral, significava melhores condições de vida. Somadas a essa busca, havia a procura por serviços hospitalares como aparece no relato de Rosemelen e Dora, por motivos religiosos, no caso de Silveirinha e por fuga da violência doméstica perpetrada pelo sogro como confirma o depoimento de Neide a respeito dos fatos que levaram a família a migrar.

Portanto, todas/os faziam parte da enorme massa de trabalhadoras/es marcadas/os pela ausência de direito à cidade construída e concentrados, a maioria das vezes, em serviços informais ou ilícitos e de baixo rendimento, o que mostra um perfil socioeconômico de baixos e instáveis rendimentos. Tanto entre os homens como entre as mulheres, foram comuns ocupações profissionais ligadas aos papéis de gênero. Mulheres em profissões que requer cuidado, delicadeza ou filiada ao doméstico. E homens, em profissões que exigem força física. Entre as avós e mães são comuns atividades como empregada doméstica, prestadoras de serviços de limpeza em hospitais e supermercados, cuidadora de pessoas doentes, copeira, merendeira, manicure, vendedora de produtos de beleza entre outros menos comuns: como curandeira, repentista, vendedora de churrasquinho, catadora de materiais recicláveis e atividades ligadas ao tráfico. Os trabalhos dos homens se ligavam majoritariamente à prestação de serviços para a construção ou manutenção: eram pedreiros, eletricitas, serralheiros, mestre de obras, porteiro e fabricante de feira, entre outros que fogem a esse perfil: motoristas de ônibus, DJ e atividades ligadas ao tráfico. Exceções à regra, profissões que proporcionavam uma renda pouco mais razoável também foram relatadas, no caso das mulheres, cozinheira de restaurante e funcionária da administração da cidade e dos homens: motorista de táxi e funcionário da Radiobrás. É o caso dos pais de Neide, sua mãe trabalhava

junto à madrinha em restaurante árabe e seu pai foi motorista de táxi e funcionário da Radiobrás. O casal chegou a ter propriedades em Taguatinga e no Plano Piloto, mas seu pai perdeu tudo em “jogatina, álcool e mulher” e ao morrer em um acidente, deixou a mãe com seis filhas/os morando de aluguel. No caso de Silveirinha, sua mãe só passou a ser funcionária pública do GDF depois que ela e as irmãs cresceram e a mãe pôde assim, concluir seus estudos e passar no concurso público. Esses fatores, comuns às respectivas trajetórias não são desprezíveis, mas também não são suficientes para localizar essas famílias em um perfil socioeconômico distinto da maioria das entrevistadas por fatores que remetem aos respectivos cursos individuais.

Essas famílias, portanto, além de ocuparem essas profissões informais e que garantiam um dinheiro pouco, desenvolverem seus percursos pessoais em locais carentes de itens básicos como água, e em alguns locais, escolas, postos de saúde, asfalto. O grupo de entrevistadas, em seus trajetos individuais que reproduziram mais ou menos as mesmas condições quanto à moradia e à ocupação profissional, a não ser pela possibilidade lucrativa no envolvimento com a venda ilegal de drogas como veremos no tópico a seguir, podem se encaixar no que Paviani (2010, p. 53) denomina como populações periféricas que vivem sob o jugo de um “inacesso relativo”: “[...] que se consubstancia em formas de opressão e iniquidade que desabam sobre largos segmentos da população urbana latino-americana e do Terceiro Mundo, em geral.”. Nesse estudo de Paviani (2010) sobre os processos de urbanização da América Latina, Brasília-DF está incluída entre as capitais latino-americanas onde o processo crescente de periferação ocorrido nos grandes centros urbanos “[...] correlacionam pobreza e falta de acesso aos bens de uso e de consumo, ao trabalho, à educação e, logicamente, à habitação condigna.” (Ibidem, p. 53). É válido mencionar que muitas das casas entregues pelo GDF que compõem essas cidades assentamentos foram construídas muito rápida e toscamente com a finalidade de cumprir promessas às vésperas da eleição e sugerir o merecimento do pleito ao candidato como ocorreu em 1986, no setor M de Taguatinga onde quinhentas casas de concreto foram erguidas em um dia, contudo, em épocas de calor, a temperatura do ambiente interno é maior que a do externo, tornando a condição de habitação insuportável (GOUVÊA, 1991).

Dado o déficit de desenvolvimento no setor de indústrias, Brasília é largamente dependente do setor terciário de serviços em alternância com as atividades da administração pública na esfera federal e do GDF. Contudo, o funcionalismo público com pagamento de altos salários que representa mais da metade da renda bruta do Distrito Federal constitui uma

atividade econômica central apenas nos bairros de Brasília, enquanto que às populações do entorno restam as prestações de serviços nas dependências do Plano Piloto (PAVIANI, 2010). Assim, apesar da discrepância entre o Plano Piloto e cidades como Recanto das Emas, Varjão, Planaltina ou Valparaíso, elas fazem parte de uma mesma metrópole e são profundamente inter-relacionadas e interdependentes. Taguatinga, na década de oitenta concentrava cerca de metade dos seus habitantes como trabalhadoras/es locais, já no caso de Ceilândia, esse contingente correspondia apenas a 20% nessa mesma década (PAVIANI, 2010). Dessa forma, as cidades-satélites ficam reduzidas apenas a núcleo-dormitórios e é justamente essa parte da população que carece de serviços a que mais gasta com o transporte público para irem aos seus locais de trabalho.

Para finalizar o tópico, acrescento apenas as observações que Holston (1993) e Oliveira (2005) fazem a respeito dos “bandeirantes do século XX” que, além dessa, receberam alcunhas diversas pelos seus feitos como o termo “pioneiro” que serviu para designar de forma geral, todas as pessoas que migraram de longe para edificar a cidade, mas acabou nomeando apenas as/os funcionárias/os da Novacap, as/os dignas/os de receber os louros pelo feito da construção. Outro nome que ficou conhecido à época e que é ainda usado como termo corrente para indicar as pessoas que vieram construir Brasília é “candango”. Embora, JK chamasse a todas/os àquelas/es de candango, cujo termo, de origem em África, etimologicamente designava “ [...] os portugueses que ali aportavam [em África]” (OLIVEIRA, 2005, p. 242), com o passar dos anos, indicava apenas a classe de operários que vinham construir a cidade, passando a ter um tom pejorativo: “Significava alguém sem qualidades, sem cultura, um ignorante sem eira nem beira da classe baixa” (HOLSTON, 1993, p. 209). Holston (1993) se aprofunda na análise do termo: a palavra é do Sudoeste de Angola da língua quimbundo e era usada para designar pejorativamente os colonizadores portugueses. O termo, tendo atravessado o Atlântico, passou a ser usado pelos africanos para designar os senhores de engenho das canas-de-açúcar, portugueses e depois, brasileiros. Porém, ao longo da história, a palavra sofreu uma espécie de reversão, e o tom depreciativo passou a designar misturas raciais brasileiras, primeiramente, o cafuso, mistura de índio e negro, e posteriormente, outras misturas.

Como grande parte da população sertaneja e nordestina se encontra entre as pessoas que representam racialmente essa composição, o termo passou a designar essas/es interioranas/os em oposição à população do litoral. Holston (1993) revela ainda que como no início a/o “candanga/o” foi equiparado ao herói da pátria brasileira nos anúncios de JK para a

construção da cidade, todas/os queriam ser “candangas/os”, o termo só se tornou negativo após a inauguração de Brasília, em que a maioria das/os “candangas/os” da construção foram deixados de lado pelo próprio governo quanto à promessa de lotes e terras para moradia, passando a própria população que ganhava dinheiro suficiente para mandar as suas famílias nos interiores do sertão brasileiro a se ver em condição de pobreza.

Em conformidade com o que foi retratado sobre a história de transferência da capital e sua construção, cabe uma questão apenas para reflexão: levando em consideração uma cidade construída, mediante um ato colonial de fundação, com a finalidade de alocar apenas as pessoas que trabalhavam na administração pública do Brasil (de status sociorracial privilegiado), e que não previu no seu plano construtor, locais de moradia permanente para seus próprios construtores, sociorracialmente identificados como pobres, pretas/os e nordestinos, tal projeto poderia ser considerado como produto dos sistemas racista e classista de dominação?

### **3.3 O tráfico de drogas como mercado ilícito de trabalho**

#### **Criminalidade e urbanização no contexto do Distrito Federal**

Como foi visto no tópico anterior, as famílias do grupo de entrevistadas moraram todas em localidades sem equipamento urbano, onde predominavam no início uma paisagem bastante homogênea com relação à descrição dos bairros: barracos de madeirite, lona, lotes fracionados que se transformaram em pequenas chácaras e que do dia para a noite, se transformaram em invasões e enormes favelas construídas em locais não asfaltados, sem rede de esgoto, sem água encanada. Embora haja um sentimento identitário e de pertencimento a esses locais como nas palavras de Palmeirão e Jussara na descrição dos lazeres em Sobradinho I, II e no Varjão e o apego à cidade do Gama descrito por Ialodê e Zulmira, é praticamente unânime a descrição desses locais como violentos, onde se amanhecia em meio aos homicídios cometidos nos tiroteios da noite anterior. É válido mencionar em uma conversa informal com Lika, o seu comentário de que as invasões são locais escolhidos pelas/os criminosas/os justamente por serem os mais distantes do poder público, uma “terra de ninguém”, onde várias pessoas de locais diferentes estão chegando e que permite,

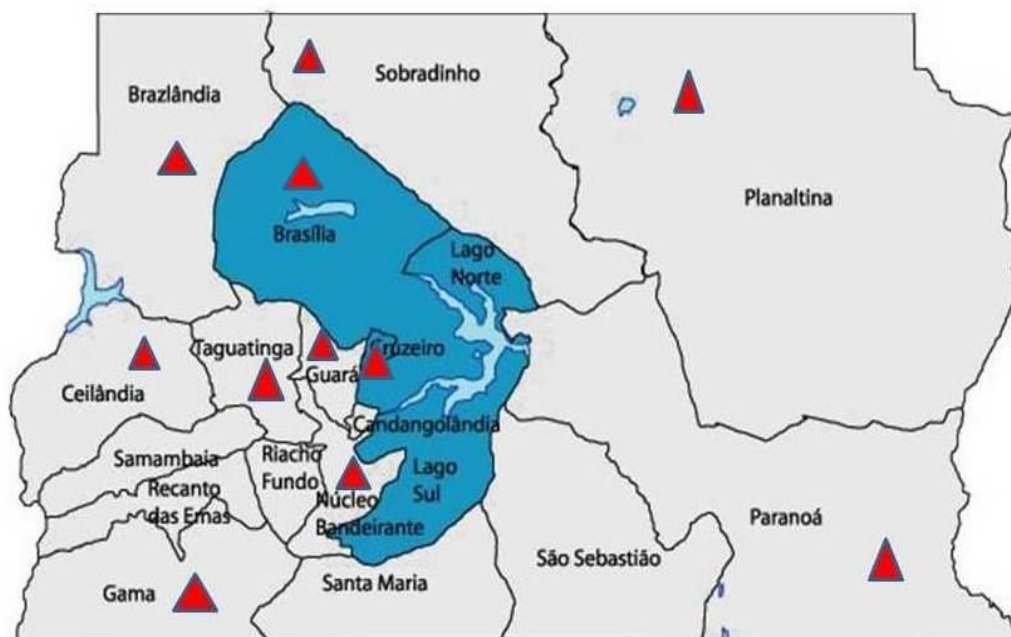
consequentemente, o anonimato. E mais, a instauração de territórios de poder, de pontos de venda de drogas e armas, etc.

Na América Latina, entre as décadas de sessenta e setenta, é possível identificar em todas as capitais o fenômeno do crescimento populacional dessas metrópoles. Segundo os estudos de urbanização latino-americanos, as/os migrantes decidem vir para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida mobilizados pela crença de que o tecido urbano tem capacidade de absorver população economicamente ativa, ofertar possibilidades de emprego, educação e recreação. Contudo, o inchaço populacional das metrópoles é acompanhado por um processo de urbanização cujos investimentos infraestruturais são acompanhados de uma realidade econômica subindustrial e subdesenvolvida. Em outras palavras, em muitas capitais latino-americanas - embora haja controvérsias, principalmente com relação ao Brasil - os cofres públicos não têm condições de oferecer serviços estatais descentes a esses novos habitantes. Soma-se a isso o problema de corrupção na gestão do orçamento público federal, estadual e municipal como um *modus operandi* endêmico à política latino-americana (PAVIANI, 2010).

Economicamente, as novas populações se alastram por uma periferia pobre em torno de um centro rico e a expansão em direção às margens das cidades é constante. O caso de Brasília e Distrito Federal são emblemático, pois, a relação centro-periferia é não só econômica, mas geoespacial. Até 1989, o Distrito Federal contava com apenas onze cidades-satélites oficializadas como Regiões Administrativas como mostra o Mapa III, nas regiões destacadas com um triângulo vermelho. Em azul, destaca-se a área conhecida como Plano Piloto:



**Mapa 3. Localização do Plano Piloto e Regiões Administrativas até 1989<sup>41</sup>**

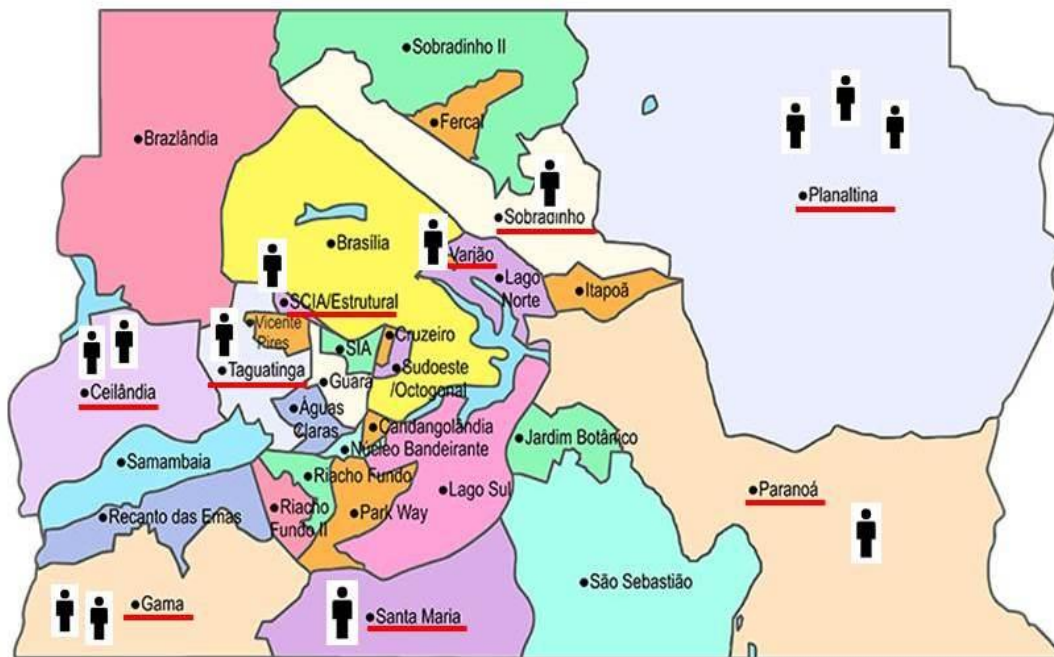


De 1989 até 2013, o número de Regiões Administrativas subiu de nove para trinta e uma como mostra o Mapa 4, logo abaixo. Isso mostra um movimento crescente de expansão urbana. Cidades-satélites mais antigas como Taguatinga, Guarã e Núcleo Bandeirante apresentam nos dias de hoje uma maior infraestrutura. Taguatinga concentra boa parte da população economicamente ativa do Distrito Federal. Essa cidade junto ao Guarã já são centros urbanos bem desenvolvidos e mantêm uma relativa independência econômica com relação ao Plano Piloto. Simultaneamente, como são mais próximas ao centro que várias outras, são alvos da iniciativa privada que visa construir habitações mais luxuosas destinadas a padrões socioeconômicos mais altos. Com o preço do imóvel em alta, marcam um processo de migração dos contingentes populacionais mais pobres para as margens tanto por iniciativa própria, uma vez que a moradia se torna insustentável ou pelas ações políticas de remoção que visam limpar a área para a construção desses empreendimentos. Ou seja, a expansão urbana acontece junto a um movimento progressivo de periferização da população para outras

<sup>41</sup>É válido mencionar que, embora não oficializadas, todas as regiões do mapa já existiam e já contavam com população numerosa em 1989. O Lago norte e o Lago Sul, apesar de hoje em dia, constituírem RAs independentes, culturalmente, são compreendidos como regiões do Plano Piloto. O mesmo acontece com o Cruzzeiro. Há divergências quanto à data de criação de Samambaia. Enquanto Paviani (1991) aponta para o ano de 1992, o Observatório da Secretaria de Turismo mostra o ano de 1989.

invasões, bairros, núcleos habitacionais ou cidades-satélites mais distantes. Portanto, a emancipação de novas áreas como RAs como se pode ver no Mapa IV marcam o investimento em equipamento urbano, e, simultaneamente, a segregação socioespacial dentro das próprias RAs:

**Mapa 4 . Mapa das Regiões Administrativas e dos locais de moradia das entrevistadas**



Como se pode observar no mapa abaixo, as cidades onde as entrevistadas cresceram ou passaram boa parte de suas vidas se encontram em RAs bem distantes do centro com exceção de Dora (Estrutural) e Neide (Taguatinga). Para quem mora nas cidades-satélites mais pobres que é o caso majoritário das entrevistadas, a migração é uma constante. Zulmira nasceu no Gama, morou em Santa Maria e retornou ao Gama. Dora nasceu em Taguatinga, morou em Ceilândia, Samambaia e posteriormente na Estrutural. Danila cresceu na Ceilândia e morou no Recanto das Emas. Ialodê nasceu no Gama, morou no Céu Azul (divisa com Luziânia) e retornou ao Gama. Rosemélen morou em Sobradinho, Planaltina, Brasilinha e Cabeceiras de Goiás, ultrapassando as fronteiras do DF. Jussara morou no Varjão, em São Sebastião e voltou para o Varjão. Os motivos da migração têm relação direta com a política urbana de Brasília-DF. Famílias migram porque se inscreveram em programas do governo e ganharam lotes em outras cidades-satélites, ou porque encontraram em invasões mais recentes, um barateamento da terra ou do aluguel e do custo de vida em geral. Outro fator

encontrado na migração é a intersecção entre as questões socioeconômicas e o crime. Por vezes, a migração acontece dentro da própria cidade-satélite como é o caso de Neide que conseguiu uma melhor moradia em Taguatinga. Outras vezes agregam-se fatores da trajetória criminal da entrevistada que não permite a permanência no mesmo local como é o caso de Rosemélen, Zulmira e Estamira, em função de ameaças ou fugas.

O crescimento populacional das capitais foi tal que a década de oitenta é marcada por vários conflitos socioespaciais nas capitais brasileiras como saques coletivos a lojas e supermercados, depredação de meios de transporte pelo atraso, “invasões” de terras públicas e privadas (PAVIANI, 2010). Pela abordagem dos estudos sobre urbanização na América Latina, é dentro desse contexto de privação das periferias urbanas nas capitais que a criminalidade se desenvolve de maneira mais contundente e ganha características especiais virando um foco de preocupação política dos governos latino-americanos. Moura (2012) mostra que esse é o momento em que o tráfico de drogas ganha contornos mais organizados, laços são estreitados entre máfias e organizações e o mercado se expande para além das fronteiras nacionais.

### **Tráfico de drogas no contexto latino-americano e como elemento de terrorismo**

Ramos (2012) aponta como uma das origens possíveis do crescimento do tráfico de drogas na América Latina na política internacional, como parte da negociação entre países do primeiro e terceiro mundo. Devido à crise do capitalismo industrial nas décadas de 70 e 80, os países latino-americanos subindustrializados tiveram que se submeter a restrições e controles impostos pela política internacional como a desvalorização das respectivas moedas, as baixas salariais e de investimento no consumo popular em função da dívida que haviam contraído com o Fundo Monetário Internacional. Esses acontecimentos marcaram um aumento geral da pobreza no continente, aumento da inflação e queda das economias regionais e locais. Com a fraqueza da economia interna e os índices de pauperização, as famílias camponesas e de pequenas/os agricultoras/es passaram a investir na produção de drogas ilícitas ou da matéria prima delas. Isso é especial no caso de países como a Colômbia, Bolívia e Brasil. No caso do Brasil, isso é nitidamente visto, em Pernambuco, no polígono da maconha.

Em detrimento desses acontecimentos, a década de oitenta é marcada por um incremento da economia subterrânea onde mercados ilícitos como a prostituição internacional,

o mercado de trabalho escravo de segmentos vulneráveis da América Latina em metrópoles como é o caso das/os bolivianas/os e peruanas/os em São Paulo que trabalham para a indústria da moda e o tráfico de drogas emergem. Esses exemplos constituem parte do fenômeno de uma internacionalização da divisão social sexual do trabalho, pois atingem, especialmente, as mulheres pobres, latinas ou negras. Há ainda outros exemplos como o tráfico de armas, o mercado negro de produtos maquiados, etc. Entre esses mercados, o tráfico de drogas é o que tem maior crescimento, movimentando mundialmente 400 bilhões de dólares por ano, taxa que corresponde a 8% do mercado internacional e que tira do primeiro lugar do ranking indústrias altamente lucrativas como a automobilística (FEFFERMANN, 2006).

O tráfico de drogas, além de servir como estimulador da economia interna dos países latino-americanos, cumprir com serviços que deveriam ser providos pelo Estado por meio das ações de organizações criminosas - de grandes facções a pequenas gangues – em comunidades serve ainda como uma peça de manobra no contexto da política internacional. É importante ressaltar que, embora, a preocupação dos governos em reprimir o tráfico por meio de aparato policial se mostre crescente e mais incisiva na década de oitenta, o tráfico de drogas não é um fenômeno atual, e no Brasil, já era uma realidade industrial na década de 70.

Entre essas apropriações políticas do tráfico de drogas, Feffermann (2006) conta como que esse mercado também é utilizado para a manutenção rígida da moralidade e dos costumes. Nos anos vinte nos Estados Unidos, foi proibido o consumo e produção de algumas substâncias, entre elas, o álcool. A proibição tinha como princípio taxar entre outros consumidores de marginais ou drogadictos os católicos, judeus e não brancos. Isso acontece em maior escala durante as ditaduras militares na América Latina em que as forças policial e militar, com apoio dos Estados Unidos, reprimiram uma série de grupos contrários ao regime criminalizando-os como terroristas no caso dos comunistas ou como *narcoterroristas* ou *narcoguerrilheiros* no caso das Forças Revolucionárias da Colômbia, dos Zapatistas, no México e do Sendero Luminoso no Peru. Vê-se nitidamente uma guerra ideológica que usa o tráfico de drogas para desqualificar reivindicações ou manifestações contra o governo. Feffermann (2006) aponta o arrocho da política repressiva de guerra às drogas nas últimas décadas como uma continuidade da presença militar estadunidense na América Latina.

Angela Davis<sup>42</sup> em entrevista ao jornal *Democracy Now* (2014)<sup>43</sup>, apresenta a ideia de Prison Industrial Complex (PIC), em português, complexo industrial prisional que pode ser traduzida por uma aglomeração de estabelecimentos prisionais de várias ordens como cadeias municipais, colônias agrícolas no interior do estado, prisões militares e prisões federais que concatena ações governamentais com vista a assegurar os privilégios da elite. Entre essas instituições, Davis aponta que a detenção de imigrantes é uma das organizações do PIC que mais têm crescido nos últimos tempos. O complexo prisional industrial para Davis, nessa entrevista, seria o conjunto de todas as instalações penais dos Estados Unidos que passaram, a partir de alguns acontecimentos da década de oitenta, a se revelar como uma instituição capaz de “resolver” a falência dos serviços sociais, das instituições que atendiam às pessoas com problemas emocionais e mentais, da ausência de investimento do estado nas instituições de trabalho e do ensino, entre outras. Essa política de imigração tem um alvo certo: latinas/os, asiáticas/os e não brancas/os, as/os que migram em busca de oportunidades, empregos.

O PIC não teria essa força não fosse o alto investimento na difusão ideológica produzida em diferentes esferas - em que a Grande Mídia tem um papel muito importante - de organizar e disseminar imagens de controle (COLLINS, 2010) que organizam estereótipos e conceitos desses segmentos majoritariamente atingidos pelas ações penais estadunidenses. Portanto, o cárcere parece ser a instituição concreta e legal, simultaneamente, mais explícita e mais camuflada que fala sobre como funciona a política dos sistemas de dominação interseccionados. Tendo em vista essa abordagem, se conclui que o Estado por meio do sistema penal e das instituições prisionais conflui junto a outros aparatos como a criação de

---

<sup>42</sup> Angela Davis, uma das maiores militantes de causas raciais e feministas nos Estados Unidos nas décadas de 60 e 70 e integrante do Partido Comunista dos Estados Unidos, dos Panteras Negras foi alvo de uma acusação do FBI por ter uma arma envolvida na fuga de três militantes presos registrada em seu nome. Em seguida a esse episódio, Angela Davis foi listada entre as dez *terroristas* mais procuradas pelo FBI. Angela Davis discorre sobre a colocação dela e de Assata Shakur, também militante e ex-presidiária, que recebeu asilo político e mora atualmente em Cuba na lista das dez pessoas mais perigosas procuradas pelo Federal Bureau of Investigation (FBI). Nos comentários de Davis, em entrevista à Universidade da Califórnia (UCLA) ela explica como que o FBI criou na figura dela um elemento de terror e conseguiu assim indiciar centenas de mulheres negras que simplesmente se pareciam com ela, e que se identificavam com a luta pela justiça e igualdade e questiona ainda qual é a necessidade de colocar Shakur, que atualmente vive fora do país e tem 68 anos na lista de terroristas mais perigosas/os do país. Davis acredita que isso serve como um sinal de desencorajamento à juventude atual que trabalha ou deseja trabalhar em prol da igualdade e justiça. Referência: UNIVERSIDADE DA CALIFÓRNIA (UCLA), 2013. Free Angela Davis and all political prisoners. Outubro/2013. In: **University of California Television (uctv)**. Sítio eletrônico com vídeos e entrevistas produzidos e disponibilizados pela UCTV. Acesso em 01 mai. 2015.

<sup>43</sup> Referência: GOODMAN, Amy; GONZÁLEZ, Júan; Angela Davis on prison Abolition, the War on drugs and Why Social Movemens shouldn't wait on Obama. Março/2014. In: **Democracy Now:** a daily independent global news hour. Mídia independente de notícias mundiais relacionadas a minorias. Disponível em: <[http://www.democracynow.org/2014/3/6/angela\\_davis\\_on\\_prison\\_abolition\\_the](http://www.democracynow.org/2014/3/6/angela_davis_on_prison_abolition_the)> Acesso em: 01.05.2015

elementos de terror e caos para a ação direta de criminalização de grupos, indivíduos e organizações sociais. Os crimes produzem as/os criminosas/os.

Nesse joguete político, o tráfico de drogas é um desses elementos de criminalidade que urde o tecido de produção do terrorismo. O curioso é que enquanto um mercado ilícito de trabalho, para garantir sua existência, deve borrar as fronteiras entre legalidade e ilegalidade. Isso acontece de vários modos: desde o pagamento de propinas aos policiais federais para a passagem de drogas entre fronteiras nacionais ou estaduais, pela participação da polícia militar no tráfico de armas a organizações rivais entre si até a criação de empresas e contas fantasmas no exterior para a lavagem de dinheiro do tráfico de drogas. Contudo, se sabe muito pouco sobre o papel das elites no tráfico de drogas que além da polícia, envolve o poder estatal, empresas, as/os traficantes de grande escala, pois essa parte do tráfico é, geralmente, realizada em caráter privado, que conta com grande proteção das leis, do sistema penal e jurídico e dos aparatos policiais.

### **Aspectos interseccionais de gênero, classe, raça, localização e o tráfico de drogas como mercado de trabalho ilícito**

Enquanto produto de uma economia subterrânea, o tráfico de drogas obedece às leis do mercado capitalista como a lei da oferta e da procura e as regras que regulam a troca de mercadoria por dinheiro. Como diz Krauthausen e Sarmiento (1991, p. 194) citados por Feffermann (2006, p. 25): “O mercado ilegal da cocaína não é a face oposta da racionalidade capitalista, é a forma mais desmascarada que podem adquirir estes valores [...], é a radicalização da lógica capitalista que não suporta contraditores ou oposições para a realização de seus fins.”. Dessa afirmação, pode-se dizer que as relações de exclusão perpetradas pelo capitalismo no mercado legal de trabalho são escancaradas no mercado ilegal do tráfico de drogas. Contudo, mesmo em sua base subalterna onde atuam majoritariamente, no caso brasileiro, mulheres e homens negros/os, ele propicia um lucro mais efetivo e um estilo de vida que no mercado legal de trabalho não são possíveis. Porém, às expensas exorbitantes da violência, do encarceramento e da morte. Simultaneamente, há que se levar em consideração, como diz César (1995, p. 19/20): “[...] que os excluídos do espaço público oficial da sociedade como um todo lutam e resistem, instaurando uma rede de comunicação através da qual falam, negociam bens e posições de poder e ainda significados relativos à própria vivência”.

Segundo informações das entrevistadas, entre as drogas procuradas no Distrito Federal, o craque está entre as mais rentáveis. Em uma ótica de mercado local no Distrito Federal, segundo informações das entrevistadas, um quilo de craque puro fornecido por uma distribuidora próxima custa entre R\$ 11.000 e R\$ 15.000 reais. Em um dia movimentado de vendas, um kilo de craque rende aproximadamente até R\$ 35.000 reais. Ou seja, com essa variação de preço do kilo, o lucro diário varia entre R\$ 20.000 e R\$ 25.000 reais. Se levarmos em consideração um ponto de venda que teve metade do mês com um movimento bom de clientes (R\$ 20.000, 00) e a outra metade com um movimento médio (R\$ 10.000,00), o lucro mensal gira entorno de R\$ 450.000, 00. Obviamente, os gastos com infraestrutura, segurança e pagamento de funcionários como em qualquer outro empreendimento, são altos. Todavia, o lucro mensal é muito superior à média salarial mensal das profissões mais bem pagas do mercado legal de trabalho como as de funcionárias/os públicos de alto escalão, empresárias/os médios, engenheiras/os e médicas/os.

Em termos micro, a relação de uma/um traficante e uma/um usuária/o é muito semelhante à relação de uma vendedora/or de um produto qualquer e uma/um cliente, mas ao invés da troca comercial ser regulada pela justiça e pelos direitos do consumidor, a violência cumpre com esse papel. É sabido que em caso de não pagamento por parte da/o cliente ao traficante, ele corre o risco de sofrer violência física ou morte, o que ocorre também com as/os traficantes menores que devem suas/seus fornecedoras/es e com fornecedoras/es que devem às/aos distribuidoras/es maiores e assim por diante. Dentro dessa lógica, os riscos que se corre de ser ferida/o, presa/o ou morta/o são agregados ao valor do produto, encarecendo-o. Da mesma forma que em outros comércios, há drogas mais caras e mais baratas, alguns produtos passam a ser rareados como é o caso da merla, substituída pelo craque, entre 2006 e 2007, de efeitos mais fortes e nocivos. A proibição da venda de drogas e a violência, principal mecanismo que leva a cabo o estrito código de ética no crime são também responsáveis pelo monopólio do produto, o que também reflete o preço alto das mercadorias.

Com relação aos valores que norteiam as condutas no crime, a violência serve como um artifício para garantir a reputação da/o traficante, nem sempre se trata de dinheiro, mas de respeito. Assim, a/o traficante que não exercer seu poder é tirado de “comédia”, de “frouxo” (SILVA, ?)<sup>44</sup>. Contudo, isso é um aspecto que reflete mais a inserção masculina no tráfico de

---

<sup>44</sup> Para mais informações a respeito da realidade local do tráfico de drogas na cidade de Ceilândia e seu funcionamento como um universo masculino, ver:

drogas que a feminina, mas comportamentos semelhantes são encontrados nas mulheres que alçaram posições incomuns na hierarquia do tráfico como Neide, Rosemélen e Jussara. Dentro do código estrito de ética no crime, o que faz a/o traficante crescer no caminho do tráfico é o “conceito” ou o “conhecimento” como dito nas entrevistas, o que significa basicamente o cumprimento desse código de ética em ações como pegar e pagar a droga nas datas corretas, assumir a posição se parceria com outros traficantes, assumir a droga em caso de “bacu”, em suma, “fazer sua palavra valer”, e não se entregar ao vício. A/O viciada/o raramente cresce no mundo do crime e é geralmente visto de forma deplorável pelas/os suas/seus parceiras/os, perde o “conceito” ao fazer tudo pela droga e se torna um elemento não confiável para o comércio.

Assim como no comércio formal, a localização da boca é fundamental para a rentabilidade da venda. Isso ocorre tanto do ponto de vista geográfico, a escolha de locais para fixação que permitem um esquema tático de proteção: um maior controle das/os funcionárias/os com relação às/aos consumidoras/es e à vigilância das ruas que orientam o tráfego em direção à boca, em caso da polícia chegar. A localização pode ser também importante para o consumo. Se as/os consumidoras/es forem de classe social abastada, dificilmente se arriscam a adentrar as favelas em busca da droga. Essas são mais ou menos as semelhanças que o tráfico de drogas divide com o comércio formal.

O fato de o universo da criminalidade e do tráfico de drogas serem regulados pela masculinidade e ainda o fato de todas as entrevistadas terem se envolvido com homens criminosos traz a necessidade de aprofundar-se nas relações de gênero, raça e classe envolvidas/os nessas situações. Como dito no preâmbulo do terceiro capítulo, as percepções subjetivas de gênero são dialéticas, mas se percebe um fio condutor normativo para a filiação dos homens ao papel da provisão econômica e das mulheres ao espaço doméstico. Quando falavam dos seus maridos, a resposta era certa de que eram bons maridos porque “colocava as coisas dentro de casa” ou me “ajudava muito”, “nunca deixava faltar nada pros meninos”, etc. Curiosamente, as trajetórias individuais e sociais mostram a insustentabilidade desses papéis.

As mulheres da periferia e negras ou não, raramente, têm a possibilidade de emancipação econômica que as mulheres brancas de classe média têm. O perfil socioeconômico em que as entrevistadas se localizam deve ser visto com complexidade – salários irrisórios, duplas ou triplas jornadas de trabalho, rotinas massacrantes de atividades, constantes demissões que ocasionam mudança de emprego e instabilidade de renda fixa,



instabilidades oriundas da oferta de outros serviços públicos de má qualidade como o transporte, os hospitais, as escolas, etc. – não lhes permite a possibilidade de emancipação de forma individualizada e individualista como na classe média. Não raro, elas dependem das mães, tias, vizinhas, maridos, ex-companheiros e de relações de vizinhança em seus bairros. A rara possibilidade de contratação de babás ou empregadas domésticas e a não disponibilidade de creches é um nó que ancora vários desses problemas. Houve registro de apenas dois casos de acesso momentâneo a esse recurso. No caso de Rosemélen, no período em que já havia se envolvido com as atividades do tráfico, ou seja, quando teve condições momentâneas de pagar por esse serviço. E a mãe de Palmeirão que a deixava com as mães crecheiras quando ela era mais nova e que contratou o serviço de babá de algumas moças para cuidar da sua irmã mais nova, mas que depois de alguns casos de maus tratos, os dispensou.

Essa percepção do homem como provedor muitas vezes não significava a imediata submissão dessas mulheres aos maridos em situações vividas na relação a dois. As entrevistadas, sobretudo, as mais velhas, narravam situações de resistência frente ao desejo de submissão dos maridos de que elas permanecessem passivas perante algumas situações como o seu encarceramento. Segundo as narrativas, alguns prometiam manter a família por medo das mulheres serem encarceradas e as/os filhas/os ficarem à revelia. Contudo, a preocupação se misturava muitas vezes aos ciúmes, a um protecionismo desmedido e à posse. Portanto, a preocupação também era de que elas levassem drogas para outros homens na penitenciária ou que passassem muito tempo na rua vendendo ou usando. Por parte dessas mulheres, ser mantida pelo marido tendo filhas/os para criar ou não nunca representou uma alternativa. Inevitavelmente, as mulheres voltavam a vender drogas ou a trabalhar para garantir sua sobrevivência e de seus familiares. Arrisco-me que uma hipótese explicativa para essa resistência é que a vida nas periferias que convivem com a criminalidade acentuam as estereótipias de gênero e os tornam mais nítidos. No contexto de classe média e alta que facilitam a escolarização e/ou a independência econômica de mulheres brancas, a discrepância entre os papéis de gênero na relação conjugal são mais camufladas e menos radicais (no sentido das raízes), já que há privilégios raciais e econômicos. Pese ainda ao fato que no caso das entrevistadas, muitas situações vividas por elas com relação à figura masculina, desde a ausência paterna até situações de ciúmes, violência doméstica, morte e encarceramento foram também vividas por suas mães.

Ainda com relação às percepções subjetivas dessas mulheres quanto à feminilidade, muitas transmitiam uma sensação de desvio com relação às normas racistas de gênero.

Frequentemente, isso aparecia nas falas em função de se identificarem com “brincadeiras de meninos”, passar a maior parte do tempo na rua e não pertencer aos ideais racistas de beleza como narrado por Palmeirão. Essas escolhas e comportamentos incomuns no meio em que vivem trajam essas mulheres - no universo do crime, onde a Masculinidade é uma peça de negociação altamente valorizada - em posições periféricas de gênero: “[...] são definidas como ‘sapatão’ ou ‘mulher feia’ [...]” (PEREIRA, 2008, p. 36) ou como as entrevistadas narraram “banda” que significa mulheres “do mundo”, “da vida”, de sexualidade mais livre ou que têm desenvoltura na esfera pública, as que se afastam do estereótipo racista de mulher para casar.

A rua é um elemento central da vida urbana. No trabalho de Silva (2008), as/os moradoras/es referem-se à Ceilândia como “cidade de gente” em contraste com a aridez do Plano Piloto, como já dito anteriormente, uma cidade sem ruas. A rua nas periferias do DF é um elemento identitário, que agrega pessoas, que converge noções de pertencimento local com biografias pessoais e histórias coletivas e que borra as fronteiras entre público e privado já que por ser o elemento principal da vida social, torna suas/seus moradoras/es conhecidas/os entre si sendo também o espaço do familiar e do doméstico. E mais que isso: “[...] uma categoria explicativa do mundo, implicando noções éticas e morais próprias [...]” (SILVA, 2008, p. 17). Assim sendo, é também um *locus* de aprendizagem, saberes e valores. No caso das entrevistadas, além das atitudes incomuns de desvio com relação às normas de gênero de frequentar a rua e atividades “masculinas”, a vida nas ruas é intensificada por outros fatores. São relatadas fugas pela frequente violência doméstica ou abuso sexual que sofriam em casa ou outros problemas de convivência familiar - dado o caráter orgânico com que a violência aparece intrincada às relações afetivas - que provocavam uma ânsia muito precoce ou não por “não depender de ninguém”. Entre outros motivos, conta ainda a dependência química ou simplesmente, a rua como um elemento sedutor de atração.

Todas as entrevistadas apresentam pelo menos um desses fatores em algum momento da sua trajetória pessoal. Contudo, a pré-adolescência e adolescência como período de formação de valores, a rua se mostra como determinante para o contato com elementos da violência urbana que sustentam a criminalidade como gangues femininas, meninos envolvidos nos crimes e “galeras” envolvidas com o uso de drogas. Isso acontece nas histórias de Palmeirão, Jussara, Dora, Estamira, Sebastiana, Adélia, Zulmira e Neide. No caso de Neide e Adélia, já adultas, há um “retorno à rua” por ocasião da violência doméstica que sofriam dentro de casa por parte dos maridos, momento em que retornam a uma vida migrante entre diferentes casas, bairros, e no caso de Neide, cidades e estados. Elas encontraram no tráfico de

drogas uma saída para uma subsistência econômica e, conseqüentemente, para a emancipação da situação de violência. Como se verá logo abaixo, um contato com a rua não significa uma inserção irrevogável no crime ou no tráfico de drogas. Isso é um aspecto variável que será mais bem explicado nas trajetórias sociais.

Enquanto a rua é um fator determinante na trajetória de algumas, na trajetória de outras, o primeiro contato com o crime se dá pela via doméstica como nos casos de Lígia e Danila. Nos dois casos, parentes de duas gerações anteriores já eram comprometidos com a atividade ilícita do tráfico. No caso de Danila a família tem uma maior imersão, por controlar a rede do tráfico de drogas na antiga IAPI, e posteriormente, na cidade de Ceilândia. No caso de outras entrevistadas, as estratégias que facilitam o acesso à rua nem sempre resultam em contato com o crime, como no caso de Ialodê.

No caso desse seletivo grupo de mulheres, a violência se apresentou como primeiro elemento descritivo dos bairros e cidades-satélites. Um tipo de violência específica da qual fazem parte antes de se envolverem com ações delituosas e que têm uma ancoragem muito nítida no universo masculino por dois motivos. O primeiro é que a inserção por parte de homens no universo do crime é totalmente distinta das mulheres. No caso dos homens, é imprescindível um ritual de passagem identitária, onde deve haver uma transformação subjetiva em que ele deve deixar de lado os valores familiares, e do trabalho já que a fronteira dos grupos criminosos com as/os coabitantes dos seus bairros é delimitada pela dicotomia “trabalhador *versus* criminoso” que tem suas ambigüidades. E em segundo, os motivos de inserção estão fortemente ligados a uma agência da Masculinidade (com M maiúsculo) já que se pretende com o tráfico conseguir dinheiro e mulher. Segundo Silva (2008) a relação dos traficantes com os playboys do Plano Piloto é ambígua. Por um lado, o tráfico proporciona uma maneira de ter tudo que os playboys do Plano têm. Como diz Silva (2008, p. 37): “[...] se eles quiserem ‘pousar de gatinhos’ pra dar uns ‘pegas’ e terem alguma vida sexual, eles têm que ter grana.”. Por outro lado, na condição de viciados, mostram a condição mais deplorável de miséria humana penhorando seus bens, o que mostra que os playboys “[...] não sabem nada da vida [...]” (Idem, *ibidem*). Pelo trabalho de Silva (2008), vê-se explicitamente como o tráfico funciona como agência do desejo e da masculinidade. Portanto, essa violência urbana é largamente provocada por homens, ou melhor, é provocada pela introjeção desses papéis normativos das estruturas racistas, sexistas e classistas, cujas vítimas, nesse caso específico, são os homens.

Em relação específica com o tráfico de droga, a violência é provocada pelas guerras do tráfico que Silva (2008, p.21) considera como “[...] a materialização local da violência”. As guerras são basicamente a disputa armada pelos territórios de venda, onde se delimita o domínio de quadras e ruas para o comércio da droga que não devem ser “invadidos” por outros traficantes. A/o traficante pode ou não ofertar algum tipo de serviço à comunidade em troca do usufruto do espaço, mas o fato é que são as guerras as que mais contribuem para a morte dos homens que se envolvem no tráfico de drogas. Aqui voltamos à questão da letalidade masculina. Nem todos os maridos morreram por ocasião da guerra, mas as mortes enredam-se na questão da violência e da criminalidade. Zulmira teve um marido assassinado pela polícia, Lígia teve um parceiro assassinado por causa de uma discussão em uma boate, Silveirinha teve um marido morto em latrocínio que ele cometeu, Jussara teve dois namorados mortos na adolescência por assassinato, Ialodê e Rosemélen têm ex-parceiros viciados, Adélia teve um parceiro morto no crime, Rosemélen teve dois ex-maridos mortos, uma por causa da guerra e outro assassinado por policial. Dez dessas mulheres tiveram ou têm parceiros encarcerados. Geralmente, os homens são mais atingidos pela violência pública que as mulheres.

Como se pode ver, os aspectos das relações sociais de gênero que filiam as mulheres ao privado e os homens ao público não contemplam as questões sociais postas pelas trajetórias das participantes da pesquisa, apenas tomam significados se vistos em intersecção com classe, raça e localização. É conhecida a afirmação de Carneiro (2001, p. 2) de que as mulheres negras não entenderam nada quando as feministas brancas disseram: “[...] que as mulheres deviam ganhar as ruas e trabalhar”. As mulheres negras e periféricas têm participações ativas na esfera pública tanto por trabalharem quanto por fazerem parte dos meios de sociabilidade em esquinas, igrejas e escolas, ainda por promoverem eventos e ações coletivas nos bairros, mas o ideal de feminilidade, beleza, e desejo masculinos se alicerça em uma percepção racista e sexista.

### **O tráfico de drogas e as mulheres entrevistadas**

Se por um lado, como diz Silva (2008) os homens estão em busca de dinheiro e mulher na relação com o tráfico de drogas, do que as mulheres estariam em busca quando se inserem nessa atividade? No caso das participantes desse projeto, os motivos soam menos unívocos dos que os apontados por Silva (2008) com relação ao universo masculino do crime. Os fatores são complexos. Algo importante a pontuar é que, se o crime no caso dos homens

passa por um ritual de iniciação que confirma seu pertencimento como apontado por Silva (2008), isso não acontece, de forma geral, no caso das mulheres. Pelo contrário, elas são mais julgadas e condenadas moralmente por se aproximarem do tráfico ou do crime (MOURA, 2012; RAMOS, 2012). A parceria, igualmente, não acontece como no universo masculino. Às mulheres, pela divisão desigual dos papéis sociais de gênero “não é permitido” abandonar os valores familiares em prol de outras filiações grupais, afinal, é ela a principal responsável pela criação afetiva das/os filhas/os, pela educação e não raro, como pretendo mostrar no próximo tópico, por sustentar.

No caso dessas mulheres, o motivo que estrutura a opção de ingresso no tráfico é a busca pelo sustento de si e dos seus dependentes dada a impossibilidade de contar com o marido ou pai da criança para dividir esse papel que, dada as desigualdades dos papéis sociais de gênero, não se vê como responsável pela criança, o que é agravado ainda por problemas próprios às intersecções da criminalidade com gênero, raça e classe já tratados aqui como a letalidade e o encarceramento. Apesar de os homens ocuparem uma posição central na criminalidade e muitas vezes tangenciarem o encarceramento feminino como aponta Ramos (2012, p. 90): “[...] seja aquele que pediu a ela que levasse a droga, seja porque o marido foi preso ou morto ou porque precisou ser sucedido na administração da ‘boca de fumo’ ou dos negócios” em várias situações, eles não são responsáveis diretos nem indiretos pelo ingresso das mulheres no tráfico. Concordo com Moura (2012) que aponta que os maridos, irmãos e companheiros são um eixo transversal à opção pelo envolvimento na atividade laboral do tráfico de drogas. Como aponta a pesquisa de Barcinski (2009, p. 585), embora as mulheres construam sua experiência no tráfico tanto como vítimas quanto como protagonistas, elas são “[...] agentes em suas decisões [...]”. Pelo que foi exposto até agora, os homens são apenas mais um elemento dentro de um universo complexo de desigualdades estruturantes que levam à “escolha” pelo delito frente às possibilidades escassas que esse painel social sustenta.

Quando inquiridas diretamente sobre os motivos de ingresso no tráfico de drogas, as respostas apontam majoritariamente para os maridos e para as necessidades econômicas. Contudo, esses dados não podem ser tomados como brutos. Trago uma hipótese sobre a frequência dessas respostas: a primeira delas está no que Becker (1993) chamou de discurso autojustificador em caso de trabalho com populações de desvio. Nesse caso, a entrevistada acha que a entrevistadora é apenas mais uma das instituições de julgamento e punição sobre sua vida. Assim, ela age como se estivesse perante um tribunal. Tanto é que segundo Ramos

(2012), argumentos que envolvem o marido são citados nos julgamentos como uma estratégia de absolvição.

Em função das desigualdades de gênero, a imersão das mulheres no tráfico de drogas é dividida com a função da maternidade e dos cuidados domésticos e com o trabalho. Tanto é que das treze entrevistadas, apenas Dora nunca teve trabalho remunerado. Tendo em vista os dados expostos aqui sobre a inserção das mulheres no tráfico de drogas e os problemas de gênero que contribuem para essa inserção, o objeto de pesquisa se voltou a examinar o “curso de vida lícito” com a intenção de investigar como acontece a relação dessas mulheres encarceradas por esse delito com a família, a escola e o trabalho. Julguei pertinente que a família entrasse na análise desse curso de vida por alguns motivos. O primeiro, em detrimento do papel que ela ocupa na rede de cuidado feminina, ou seja, é imanente às trajetórias dessas treze mulheres de modo que não há como descrever as relações dessas mulheres com a escola e o trabalho sem conciliá-los com a família.

Antes, contudo, de apresentar as trajetórias sociais como acontece a relação dessas mulheres com essas instituições, faço um breve parêntese sobre as posições que essas mulheres ocupam com relação à estrutura do tráfico de drogas. Em um estudo sobre trajetórias que pode ser considerado como um estudo “em movimento” o que se pôde verificar é que as mulheres majoritariamente permanecem em posições subalternas com relação aos homens, o que coincide com os estudos que usei para dialogar na presente dissertação como os de Ramos (2012), Moura (2012), Barcinski (2009) e Soares e Ilgenfritz (2002), entre outros. Entretanto, durante o curso de vida individual dessas entrevistadas, há determinados arranjos que resultam em maiores possibilidades de lucro que somente um mercado de trabalho informal permite.

Entre as entrevistadas, as situações são muito diversas. No caso de Dora, Zulmira e Silveirinha observa-se que a inserção no tráfico de drogas parece se interconectar com a etapa de vida da adolescência. Por exemplo, Zulmira antes dos 17 anos, momento em que se tornou mãe e seu marido foi preso, traficava raras vezes, apenas para conseguir coisas que seus pais não podiam pagar como em certa ocasião em que vendeu maconha para comprar o ingresso de um show. Contudo, depois que o marido morreu e tinha um filho, passou a levar drogas para o marido no presídio porque, segundo seu depoimento, era mais lucrativo que vender na rua. Dora sempre foi usuária, se envolveu com o delito por assumir uma “parada” que não era dela, mas de uma das meninas do seu grupo de amigas com quem fumava maconha e usava

outras drogas. Em uma passagem anterior, ainda na adolescência, foi presa junto a um namorado que roubou uma loja, ela e outras pessoas estavam presentes na hora do “baco”. As duas frequentavam círculos de amizade em que fumavam maconha e usavam outras drogas. Silveirinha entrou em contato com as drogas, aos 13 anos, ainda adolescente, recém-chegada de Cuiabá, se inseriu no “mundo do rap”, onde conheceu seu primeiro namorado. Em um momento que a mãe ficou doente e não pôde mais trabalhar, o irmão começou a vender drogas enquanto Silverinha trabalhava como manicure. Depois que ele foi preso e o marido também, Silveirinha, já com um filho, a mãe desempregada e o irmão preso, passou a vender drogas na rua e a levar para dentro do presídio.

Sebastiana, Adélia, Estamira e Palmeirão constituem um grupo que assumiu cedo, uma “independência precoce”, por volta dos 13 anos. Sebastiana era a única que tinha residência fixa, o tráfico e a prostituição entraram como possibilidade de pagar o aluguel e manter o vício em merla. Estamira, Adélia e Palmeirão ficavam, entre idas e vindas, nas casas de parentes, amigas/os, vizinhas/os. Conciliavam o tráfico de drogas com pequenos roubos e furtos, exceto por Palmeirão, que foi sempre fiel à atividade da venda. Estamira “desanda” por causa do vício em “química” e da violência doméstica perpetrada pela mãe e pelo padrasto, o que a leva a uma condição extrema de miséria. Mantém-se até a passagem atual por pequenos roubos, furtos e tráfico. Palmeirão, durante um bom período do seu curso de vida, concilia o tráfico de drogas com outras ocupações profissionais. Quando se junta com seu último marido, como Sebastiana, parecem apresentar uma maior possibilidade de renda que como solteiras. Embora digam que não participavam da venda, eram envolvidas e viviam dessa renda, embora nenhuma das duas tenha filha/o.

Adélia já conhecia todos os tipos de droga aos 12 anos, usava maconha e traficava apenas para bancar sua droga e ganhar uns trocados. Ainda na adolescência, já com um filho e uma filha, participava de uma espécie de cartel de tráfico, onde se instala um território de vendas, uma quadra ou uma rua, e os pedidos de usuárias/os são divididos de maneira igual entre as/os traficantes, o que possibilita um lucro igual para todas/os. Depois que o marido que a violentava foi preso, abriu uma boca e passou a ganhar dinheiro por conta própria. Já com quatro filhas/os, passou a realizar um tipo de microcomércio que vem sendo apontado recentemente em pesquisas sobre o delito do tráfico. Passou a fazer o chamado “bonde”. Gerenciava a venda de drogas, entre outras coisas, por meio de outras mulheres que não tinham vínculo afetivo com seus camaradas dentro do presídio masculino. Isso lhe permitia um lucro que era quase o triplo do que uma mulher ganha por semana com esse tipo de

comércio. Contudo, Adélia nunca quis “enricar”. Com seus/suas seis filhas/os, o dinheiro era suficiente para manter sua “independência”.

Jussara, Danila e Neide podem ser consideradas como casos diferentes, pois já apresentavam um contato incomum com a criminalidade quando adolescentes. Jussara, inserida em gangues, já tinha duas passagens no CAJE em que cumpriu medida socioeducativa por homicídio e porte de armas. Mãe de um menino e uma menina recebia ajuda dos pais e do marido que era um cinco sete. Depois que foram morar juntos, ele foi preso, e Jussara, já com três dependentes, passou a chefiar a boca que ele mantinha no bairro. Danila, depois de passar uma infância no interior do Goiás com sua avó, na pré-adolescência foi morar com a mãe na Ceilândia, em sua casa, que era uma boca de merla. Mãe pela primeira vez com 14 anos, aos 15, “já comandava uma quadra inteira na Ceilândia”. Danila, grávida do terceiro filho, levava drogas para a prisão masculina até ser presa com 19 anos. Neide, com 15 anos também já fazia parte de uma gangue feminina do bairro que roubava lojas. Nessa época, a atividade do tráfico era secundária, apenas para manter o vício em maconha. Por volta dos 23 anos, e já com quatro filhas/os, firmou-se no tráfico de drogas como atividade principal de remuneração, chegou a ter posses, mas aos poucos se desfez de tudo por conta do vício. Depois de uma passagem por porte de arma na PFDF, aprendeu a “virar” cocaína e também montou um esquema de cartel no bairro com amigas/os em que se revezavam para a venda.

Rosemélen e Ialodê representam exceções por terem se inserido tardiamente na atividade do tráfico, a primeira por volta dos 20 anos e a segunda, aos 28. Ambas ingressaram após serem demitidas. Ialodê, mãe de quatro filhas/os é réu primária, não tinha envolvimento nem com tráfico e nem com uso de drogas. No caso de Rosemélen, a demissão na época que tinha um filho pequeno e que estava grávida coincidiu com a prisão do marido, época em que permaneceu seis anos na atividade ilegal da venda até ser presa pela primeira vez. Entre as idas e vindas de ocupações profissionais, passou a fornecer drogas para o DF, e posteriormente, para outros estados brasileiros. Com isso, conseguiu matricular as/os filhas/os em colégios particulares e ter outras posses incomuns à sua trajetória em que, órfã, começou a trabalhar aos 12 anos.

Lígia também representa um caso incomum. Cresceu em um local muito violento da Ceilândia e teve boa parte dos seus parentes envolvidos no tráfico de drogas. Apesar desse contato inicial, só experimentou algumas drogas depois que conheceu seu marido, mesmo



andando com a “galera” mais “pra frente” do colégio. Quando Lígia estava grávida de sete meses usava o tráfico “para se virar”, quando o filho estava com dois anos e pouco, começou a traficar drogas para o marido dentro do presídio e foi presa por denúncia da cunhada. Depois que cumpriu a pena teve alguns empregos e abriu seu próprio negócio, mas se envolveu de novo com um rapaz que era traficante e tinha “guerra”. Como ele não podia frequentar locais públicos, Lígia se tornou um meio das pessoas encontra-lo. Acabou se envolvendo, pois sempre o acompanhava em atividades ligadas ao tráfico, pegava o dinheiro, virava a droga, fazia cobranças, etc.

Deve-se ainda ressaltar que ao longo do seu curso de vida, essas mulheres se envolveram em outras atividades criminais pelas quais não foram sentenciadas. Como se pode ver, uma série de fatores compõem diversamente as trajetórias de inserção no crime como os de geração: o contato com círculos sociais na adolescência, entre gangues e galeras, um adulecimento precoce, onde a saída de casa, a maternidade e o vício levam a uma posição de chefe de família ainda na adolescência. Fatores comuns às desigualdades de gênero, raça, classe e sua intersecção com o crime que provocam a necessidade da rede de cuidado familiar, a questão do planejamento familiar na renda – o fato de um dos cônjuges não trabalhar simultaneamente em função das/os filhas/os e ainda o fenômeno da “paternidade encarcerada”, dada a maior exposição dos homens à violência urbana.

Tendo em conta todos os fatores aqui expostos, apesar de os motivos do envolvimento ser apontados em frases como: “aquele vagabundo que tá preso”, ou “eu vim parar aqui depois que meu marido foi preso”, “depois que meu marido foi preso que eu comecei a traficar mesmo”, o “desespero”, “as necessidades”, “duvido que se alguém visse seus familiares passando fome, sem dinheiro pra comprar uma fruta, não ia pra rua vender droga”, quando lidos dentro de cursos de vida individuais são apenas fatores dispersos de um cenário estrutural complexo que supõe o ingresso no crime.

O fato de apontarem o marido ou a situação de necessidade de subsistência como “causa” obedece ao que Bourdieu (1986) explica como ilusão retórica e como necessidade de criar uma cadeia de causas e efeitos, uma resposta às necessidades das nossas faculdades mentais de inquirir, conhecer, da capacidade reflexiva. Contudo, quando se trabalha por um viés feminista antirracista tendo o *feminist standpoint* como opção metodológica e pelo arcabouço conceitual das trajetórias sociais, os depoimentos colhidos em sua inteireza permitem captar não só o sentido pessoal que cada entrevistada imprime à sua narrativa, como

ainda verificar como as estruturas sociais atuam enquanto peças vivas de negociação, enquanto estrutura coercitiva e esquemas mentais de percepção individual. Sigamos ao último tópico, as trajetórias sociais.

### **3.4. Uma análise do curso de vida lícito – escola, família e trabalho**

Esse tópico se encontra apartado do terceiro capítulo, pois, pretendia ser o resultado final do trabalho. Contudo, os resultados já vêm sendo explanados desde o primeiro tópico. Ao longo da escrita, a análise interseccional não se mostrou como um método que permitiu uma separação muito rígida entre os tópicos de modo que, como a/o leitora/or pode conferir, há alguns trechos repetitivos. Esse não será diferente, mas pretendo ser sucinta na exposição. Como já explicado anteriormente, pretendo reunir tanto as percepções subjetivas com relação ao trabalho, à família e à escola quanto os traços comuns que compõem essas instituições no curso individual de cada entrevistada.

Como se pôde ver no tópico anterior, as condições específicas da vida nas periferias narradas por Silva (2008), em seu trabalho etnográfico acerca da Ceilândia, como um sujeito de dentro, já que ele também é morador, se confirmam nas palavras das entrevistadas narradas nas falas de Palmeirão e Jussara no primeiro capítulo sobre os “lazers” em Sobradinho e no Varjão. Também são presentes nos mutirões de limpeza dos becos em que Neide fazia junto aos moradores das invasões de Taguatinga ou no apego que Zulmira relata à cidade do Gama e às amigadas ao mudar-se para Santa Maria com os pais. Essas falas condensam um sentimento de pertencimento e de identidade com o local. Dentro dessa perspectiva, surge nesses relatos uma descrição muito naturalizada dos fenômenos que sucedem nos bairros e cidades, entre eles a violência urbana. Curiosamente, essa palavra não foi mencionada para narrar nenhuma trama pessoal. A maneira tão apropriada de narrar acontecimentos dessa ordem revela a “violência” como uma perspectiva identitária.

Dentro dessa ordem de narrativa, a vida na rua é descrita como uma possibilidade ilimitada de liberdade. Uma liberdade de viver um dia após o outro, de acordar em diferentes cidades, de “ser independente”, de “viver intensamente como se o último dia fosse hoje”, de conhecer todas as ruas e bocadas na palma da mão, uma relação permitida pela venda de drogas e pelo conhecimento da rua e do ofício. Pois só vive assim quem sabe manejar a venda

e quem sabe manter relações de confiança com as/os parceiras/os de diferentes lugares. Tudo isso em contraste com o perigo, que, em certa medida, alimenta a ânsia pela liberdade. Como dizia Adélia e outras entrevistadas: “a vida no crime é essa, ou você morre ou você vem presa [...]”. Entre o contraste de uma liberdade extrema e da extrema privação de liberdade, há ainda outros extremos: a conquista de bens materiais e a perda deles para a polícia e para as/os advogadas/os e ainda o retorno a uma vida de privação material pós-cárcere, etc. Por trás do mundo público oficial, a vida na economia subterrânea do tráfico de drogas parece sedutora por agregar possibilidades de realização material, existencial, de sentimentos, de desejos e identitária.

Como já dito no primeiro tópico do segundo capítulo, respostas evasivas sobre escola e trabalho eram muito comuns. Esses não eram assuntos que fluíam naturalmente, não faziam parte do rico repertório de histórias. Uma hipótese que sugere explicação para isso é a própria condição de encarceramento e as conversas monolíticas sobre assuntos ligados ao crime já que esquecer os assuntos do mundo extramuros é praticamente uma ordem perante a impotência de não poder intervir na realidade. Para além da relação de poder entre entrevistada e entrevistadora, questão exaustivamente tratada, tocar nesse assunto induzia a um silêncio que sugere os próprios contornos da criminalidade em oposição ao trabalho.

O trabalhador da comunidade tem o respaldo das relações legais de trabalho que lhe atribuem a autoridade moral no valor da honestidade e do orgulho em vencer a batalha diária em empregos de baixo salário e relações abusivas, onde o dinheiro suado mantém os seus. Em oposição a essa figura está o vagabundo, o bandido ou criminoso que ganha o dinheiro fácil no tráfico e na criminalidade (PEREIRA, 2008; SILVA, 2008). Já o trabalhador é visto como otário pelo criminoso que não arrisca sua vida no crime e se humilha por um salário miserável, indigno. Esse conflito para as/os moradoras/es da periferia é cultural e pelos fatos já explicados, tanto a escola como o trabalho são instituições que rezam a missa oposta à trajetória do crime e, conseqüentemente, aos caminhos que a conduziram ao cárcere, pois são instituições de ingresso no mundo público oficial, diferente da economia subterrânea e dos jogos de agência subjetiva e material orientadas pelo tráfico. Dessa maneira, tocar nesses assuntos causava reflexões e questionamentos sobre a condução da própria vida. Por outro lado, essas reflexões mostravam um *standpoint* interessante sobre uma perspectiva interna ligada à rua e ao crime.

### **Família, escola, trabalho e aspectos interseccionais**

## Mulheres chefes de família em famílias monoparentais

Como apontam César (1995) e Moura (2012), as famílias das mulheres encarceradas não constituem o imaginário comum a respeito do que se entende por família. Tanto as famílias de origem quanto as que foram formadas pelas entrevistadas não se caracterizam por famílias nucleares compostas por pai, mãe e filhas/os, onde ambos têm papéis ativos com relação ao núcleo. Como já foi dito no tópico 3.2 sobre a situação de conjugalidade, há um predomínio de uniões informais. Como sinaliza César (1995), desde o final da década de oitenta até os dias atuais, a família, em contexto brasileiro vem sendo modificada por uma série de fenômenos como a redução de matrimônios e crianças nascidas fora de esquemas conjugais formais. Esses fenômenos resultam no aumento da chefia feminina nos lares. A autora aponta com base em referências do início da década de noventa que de 38 milhões de famílias brasileiras, 15% dos lares são chefiados por mulheres. Como a renda familiar não vem mais de dois cônjuges, as mulheres “descambariam para a pobreza” causando o fenômeno da *feminização da pobreza*. Macêdo (2008), estudiosa do tema de chefia feminina, contudo, aponta para uma maior complexidade desses dois fenômenos.

Segundo essa autora, a Síntese dos Indicadores Sociais – 2007 – *Uma análise das condições de Vida da População Brasileira* aponta que a chefia feminina apresenta um aumento de 79% entre os anos de 1996 e 2006. Se em meados da década de 90, a chefia feminina liderava 5,7 milhões de famílias como referido por César (1995), em 1996, esse percentual é de 10, 3 milhões e em 2006, de 18, 5 milhões. Acrescento ainda os números apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), *Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça* (2011) que se refere à escala de tempo entre 1995 e 2009. Esses dados apontam que nesse último ano, o número de lares chefiados por mulheres é de 21.7 milhões. Para os dois anos de referência, esse último documento aponta que esse fenômeno tem um maior percentual entre famílias monoparentais. Portanto, em 1995, 68,8% das mulheres chefes de família chefiavam lares compostos por ela e pelas/os filhas/os. Em 2009, esse percentual cai para 49,9%, o que sinaliza um aumento significativo para a chefia feminina na formação familiar por cônjuges, com ou sem filhas/os.

Macêdo (2008) sinaliza que segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)<sup>45</sup> realizada pelo IGBE em 2006, 30% das mulheres ocupadas compõem famílias monoparentais

---

<sup>45</sup> Essa pesquisa foi realizada somente em seis capitais metropolitanas onde prevalece a região sudeste: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

com ampla concentração nas regiões Nordeste e Sudeste onde 15% dessas mulheres sustentam sua(s)/seu(s) filha(s)/o(s) com apenas 1,8 salários mínimos. A mesma autora afirma o quanto o dado já é revelador por si mesmo:

Este dado *per si* já é bastante elucidativo dos efeitos do entrelace de uma série de desigualdades sociais, num contexto onde uma única pessoa precisa assumir, simultaneamente, as responsabilidades com os cuidados da reprodução, e assegurar as condições de permanência no mercado de trabalho como forma de garantir sua sobrevivência e a do grupo doméstico [...] (MACÊDO, 2008, p. 30)

Além dos dados brutos, Macêdo (2008) discorre por um prisma sociológico a nomenclatura do fenômeno *feminização da pobreza* onde sinaliza a necessidade de situar e delimitar o contexto histórico e social em que o fenômeno ocorre. Junto a essa recomendação analítica que empreende mais rigor à análise, as imbricações desse contexto com os aspectos interseccionais de gênero, raça/etnia, idade/geração e classe auxiliam a compor um mosaico com vistas a não tomar “gênero” como uma categoria sinônima a de “mulher” e, dessa maneira, responsabilizar essa população por suas lacunas históricas. Inclusive, aponta um termo mais justo para nomear o fenômeno da feminização da pobreza por “pauperização das mulheres”, que desprende o termo feminino, já desvalorizado do termo de igual valorização negativa “pobreza”. Ainda na literatura sobre chefia feminina, a autora aponta para estudiosos que decantam a feminização da pobreza e a sobre-representação das mulheres entre as décadas de oitenta e dois mil.

Independente do termo utilizado, esses últimos estudos apontam, assim como os primeiros, para fatores que interseccionam gênero. Os indicadores do Ipea (2011) fornecem os elementos de gênero e raça contidos no fenômeno da chefia feminina apontando uma vulnerabilidade das mulheres negras com relação aos homens brancos quanto à diferença de renda domiciliar per capita de R\$ 491,00 para a primeira categoria e R\$ 997, 00 para a segunda. Pesa-se ainda ao fato, que 69% das mulheres negras chefes de família vivem apenas com um salário mínimo, já com relação aos homens brancos chefes de família, esse percentual cai para 41%. Segundo o mesmo manual estatístico, é maior também o percentual de filhas/os acima de 15 anos entre essas duas populações apontando para 46% para as mulheres e 38% entre os homens. Apesar da pesquisa do Ipea (2011) não apresentar indicadores com relação à idade, as fontes utilizada por Macedo (2008) apontam para uma faixa etária de mulheres entre 30 e 50 anos.

Entre as entrevistadas, a chefia de família é uma realidade predominante, com exceção de Dora que mora com a mãe na Estrutural e a tem como referência de chefia, embora financeiramente não dependa inteiramente dela. Dentro do grupo, esse fenômeno tem início no período da adolescência, uma vez que todos os casos de chefia se iniciam no período de idade mínima de 12 até os 18 anos. São fenômenos determinantes desse período a saída da casa dos pais, a união com cônjuge, o primeiro filho e a morte ou encarceramento do marido. O número de dependentes varia de zero a seis. A chefia feminina no caso dessa pesquisa deve ser compreendida tanto dentro dos lares como dentro de trajetória errante. No caso das entrevistadas, deve-se ter em consideração o grupo de trajetória errante que compreende mais de 1/3 das entrevistadas, entre elas: Adélia, Palmeirão, Estamira, Neide e Rosemélen. Por trajetória errante deve-se entender desde a situação das primeiras três entrevistadas que apresentavam uma mobilidade de endereço praticamente diária onde Estamira é o caso mais dramático chegando a tornar-se moradora de rua. E também os casos de Neide e Rosemélen que tinham residência fixa, mas apresentavam uma grande mobilidade de endereço em função do crime. Essas mulheres, em condições não propícias de habitação, provinham renda às/aos filhas/os e familiares que ficavam com as mães ou avós.

**Tabela XV - Tabela de composição familiar da família de origem das entrevistadas**

	<b>Pai/outra referência</b>	<b>Mãe</b>	<b>Avó/outra referência</b>	<b>Nº membros na unidade familiar</b>
<b>Lígia</b>	Assassinado	Presente	-	4
<b>Estamira</b>	Assassinado	Presente	-	7
<b>Dora</b>	Ausente	Presente	-	5
<b>Danila</b>	Ausente	Presente	Presente	6
<b>Rosa Palmeirão</b>	Ausente	Presente	-	3
<b>Silveirinha</b>	Ausente	Presente	-	4
<b>Jussara</b>	Presente	Presente	-	6
<b>Sebastiana</b>	Presente	Presente	-	6
<b>Ialodê</b>	Ausente	Presente	-	7
<b>Adélia</b>	Ausente	Presente	Presente	9
<b>Neide</b>	Morto em acidente	Presente	-	6
<b>Rosemélen</b>	Não conheceu	Não conheceu	Mãe de criação	6
<b>Zulmira</b>	Presente	Presente	-	6

Como se pode identificar na Tabela XV, esse fenômeno da chefia de família e da família monoparental é intergeracional. Deve-se mencionar que no caso de Rosemélen, sua avó de criação morreu quando ela tinha apenas 11 anos. Danila foi criada até os 11 anos pela avó no interior do Goiás, e a partir dos 11 anos pela mãe. Adélia tem a referência de maternidade na avó materna que a criou até os 12 anos, depois viveu um curto período com a

mãe biológica que morava em uma boca. Também era comum nas famílias de formação a predominância de união informal de modo que muitas que tiveram o marido morto ou ausente amigaram com outros homens e tiveram outros filhas/os.

### Ocupações profissionais e relação com o trabalho

Com relação à ocupação profissional, as entrevistadas se localizam em empregos de baixa qualificação e de má remuneração. Infelizmente, não foi possível obter os dados com relação a esse item para a população penitenciária feminina da PFDF, mas é interessante observar a preponderância da profissão de empregada doméstica frente a outras opções nas pesquisas de César (1995) e Ramos (2012):

**Tabela XVI – Tabela de última ocupação profissional anterior à prisão (1993-2013)**

	1993	1994	2011	2013
<b>Empregada doméstica</b>	30,8%	27,3%	14,8%	-
<b>Serviços de beleza</b>	7,8%	11,5%	6,3%	15,3%
<b>Vendedora/balconista</b>	21,2%	14,8%	-	-
<b>Serviços gerais</b>	1,9%	-	-	23%
<b>Serviços de escritório</b>	3,8%	4,5%	-	-
<b>Do lar</b>	26,9%	23,8%	-	-
<b>Serviço público</b>	1,9%	4,5%	-	-
<b>Autônoma</b>	1,9%	4,6%	17%	7,6%
<b>Estudante</b>	-	-	2,1%	7,6%
<b>Não trabalhava</b>	-	-	-	30,7%
<b>Nunca trabalhou</b>				15,38%
<b>Desempregada</b>	-	-	42,5%	-
<b>Sem profissão definida</b>	-	4,5%	-	-
<b>Sem resposta</b>	3,8%	2,8%	17%	-

Fonte direta.

Algumas notas devem ser colocadas. A pesquisa de Cesar (1995) se refere a toda a população penitenciária feminina do NCB (núcleo misto, anterior a PFDF) nos anos de 1993 e 1994. A pesquisa de Ramos (2012) refere-se ao seu universo amostral de 47 detentas que corresponde a 10% da população penitenciária de 2011. E os dados de 2013 correspondem ao universo amostral da pequena pesquisa que é apenas 1,9% da população penitenciária feminina da PFDF em 2013.

Com relação a esse último universo amostral, esse item expressa três situações distintas: 1) concomitância entre as atividades do comércio de drogas e o emprego (Zulmira,

Lígia, Silveirinha), 2) dedicação exclusiva ao tráfico de droga por ocasião de demissão do emprego anterior (Rosemélem e Ialodê) e 3) dedicação exclusiva à venda de drogas em função de ter deixado o emprego anterior (Palmeirão). O item “não trabalhava” corresponde às entrevistadas que tiveram pelo menos uma profissão, mas que não procuram mais empregos se dedicando exclusivamente ao comércio ilegal de drogas e outros crimes (Jussara, Neide, Sebastiana, Estamira). E o item “nunca trabalhou” corresponde às mulheres que nunca trabalharam no mercado formal (Danila e Adélia). Antes de imergir na análise qualitativa e nos aspectos interseccionais do grupo participante dessa pesquisa, vale alguns comentários a respeito de dados sobre mercado de trabalho no DF que expressam aspectos interseccionais entre localização, classe e trabalho.

Os dados da Pesquisa Distrital de Amostra Domiciliar (PDAD) de 2011 mostram níveis alarmantes de desigualdade de concentração de renda média mensal e *per capita* entre as diferentes RAs do Distrito Federal. Nas RAs que abrangem o Plano Piloto, a renda média mensal bruta varia de um mínimo 12,07 salários mínimos (Jardim Botânico) a 34,77 salários mínimos (Lago Sul). Com relação às RAs das entrevistadas (em destaque no Mapa III) desse trabalho, o mesmo índice varia de 2,3 SM na região da Estrutural até 8,9 em Sobradinho II. Com relação à renda média mensal *per capita* bruta, as regiões que abrangem o Plano Piloto variam de 3,71 SM na região do Cruzeiro a 10,56 SM no Lago Sul. Com relação às mesmas RAs das entrevistadas esse índice varia de 0,56 SM na Estrutural até 2,44 em Sobradinho II. No caso do Plano Piloto, a variação *per capita* fica entre R\$ 6.580,00 a R\$ 18.950,00. No caso de permanência das entrevistadas, a renda média mensal *per capita* varia de R\$ 306,00 a R\$ 1.330,00. Esses índices refletem a relação entre concentração de renda e desigualdade socioespacial já abordado pelo viés histórico e pelos estudos de urbanização.

Com relação à prestação de serviços, os setores que abrigam ocupações que requerem uma maior qualificação se localizam em Brasília e Águas Claras. Os dados confirmam essa informação quando se vê a relação setor mais ocupado/RA. Ceilândia lidera as atividades de comércio, Brazlândia, o transporte, Itapoã na construção civil, Riacho Fundo II na indústria, etc. Há um contraste entre uma concentração massiva de serviços de administração pública federal no Plano Piloto com e a maioria de empregadas/os domésticas/os nas RAs. Principalmente, nas RAs de Varjão, Paranoá, Itapoã e São Sebastião.

O PDAD (2011) apresenta o item responsabilidade por domicílio que define como pessoa de referência para as/os demais membros da unidade domiciliar. Com relação a este



item, foi observado que as RAs que compõem o Plano Piloto, as mais ricas, a referência é predominantemente masculina, com índices que variam de 72% (Sudoeste) a 83.3% (Park Way). São cidades em que há também maior predomínio de pessoas brancas com índices superiores a 70%, exceto pela RA do Cruzeiro. Enquanto nas cidades-satélites do grupo em questão, a referência também é predominantemente masculina, mas o contraste entre homens e mulheres é menos dessemelhante. A chefia masculina representa uma variação percentual de 65,7% a 74% e a feminina de 25,9% e 34,2%. O maior índice de chefia feminina é nas cidades de Ceilândia e Taguatinga. Essas cidades apresentam também menor disparidade entre os índices de cor/etnia. O maior número de negras/os se concentra na Estrutural com 74,7% e o menor número em Taguatinga com 46,6%. A ausência de dados cruzados não nos permite afirmar muito, mas pelo visto, os índices de maior chefia feminina se concentram de modo geral nas cidades-satélites onde há também uma predominância de pessoas negras. Chama também atenção que a cidade-satélite que concentra o maior número de negras/os é a mesma que tem a menor renda mensal bruta e *per capita* do Distrito Federal, a Estrutural.

Tendo em vista esse painel socioeconômico do Distrito Federal, podemos voltar às observações da Tabela XVIII e à perspectiva qualitativa de análise. A predominância da ocupação profissional de empregada doméstica nas pesquisas que mantêm quase vinte anos de diferença é interessante se levarmos também em consideração o quesito de cor/etnia da população carcerária feminina da PFDF nesses anos com índices superiores a 80%. Isso esbarra em dois índices utilizados para análise de perfil socioeconômico, o uso de tempo e o mercado de trabalho. Segundo a pesquisa do Ipea (2011), as mulheres negras são as que estão entre as posições menos qualificadas com predominância para os serviços sociais, de saúde e serviços domésticos. Essas mulheres representam a maior taxa de desocupação – pessoas desempregadas procurando emprego e a menor taxa de pessoas com carteira assinada.

A esse perfil se soma o uso do tempo que significa a soma das horas de trabalho formal e das horas de trabalho doméstico. Segundo esse mesmo documento, a taxa de tempo ocupado pelas mulheres é maior que a dos homens e as diferenças se acentuam conforme se aumenta o número de filhas/os e eleva-se a idade dos grupos de idade. Esse dado implica em uma dimensão qualitativa da jornada de trabalho. Enquanto no grupo de homens (negros e brancos) o gasto semanal com atividades domésticas é de 10 horas semanais, entre as mulheres, esse gasto é de 25h. Com relação às diferenças entre mulheres, a renda é um fator que cria discrepâncias entre as taxas de tempo ocupado. No grupo de mulheres que ganham até um salário mínimo, 93% das atividades domésticas. Enquanto no grupo de mulheres que

ganha acima de 8 SM, essa taxa é de 76,7%. A diferença é ainda mais díspar quando se tem em conta os lares em que as empregadas domésticas são moradoras, onde apenas 57% das mulheres se dedicam ao trabalho doméstico. Nos lares sem empregadas domésticas, 89% das mulheres se ocupam com tal (IPEA, 2011). Portanto, em 43% dos lares em que a empregada doméstica mora, há uma sobrecarga com relação à ocupação pelas atividades domésticas já que ela dá conta sozinha desse serviço.

Qualitativamente falando, o emprego doméstico, entre os empregos formais pode ser considerado um dos mais precários. A atividade exige um enorme emprego de esforço físico, a privação da convivência no próprio lar em caso de moradia, e uma situação de não pertencimento na moradia de outrem já que geralmente há espaços muito bem delimitados para o trânsito dessa pessoa e a fruição de outras atividades. A profissão até pouco tempo atrás carecia de regulamentação, não sendo explícita uma definição de carga horária. O grau de hierarquia entre patroa/ão e empregada/o expõe ainda a/o trabalhadora/or a situações coercitivas.

### **Aspectos qualitativos do trabalho**

Sobre esses aspectos, Jussara, uma das mulheres do grupo que “não trabalha” da Tabela XVI relata sua primeira experiência de emprego como empregada doméstica na casa de três médicas no lago sul. Segundo seu depoimento, ao ser contratada como babá, no primeiro dia de emprego, sua patroa lhe empunhou uma trouxa de roupas para lavar e queria também que ela cozinhasse, saiu para o trabalho e deixou a geladeira com trancada no cadeado e uma marmita dentro do micro-ondas para o almoço de Jussara. A mãe de sua patroa, uma fumante que tentava largar o vício, fumava e escondia as guimbas de cigarro junto a pia da cozinha. No segundo dia, a patroa veio reclamar com Jussara do cheiro de cigarro. Jussara comentou que não era ela quem estava fumando, a patroa disse que se ela quisesse, ela deveria ir fumar na sua casa. Sobre isso Jussara comenta:

*“aí chegou eu com 14 anos, a mulher queria que eu fizesse comida, lavasse uma trouxa de roupa que lá era umas três médica nessa casa, fazer uma faxina daquelas lá no Lago Sul, eu falei, tu é doida, isso aqui é mó escravizão! [...] Imagina se eu fumasse! Eu ia fumar lá em casa só porque a mulher quer! [...] Eu falei, ‘mãe, não vou ficar aqui’, ela ‘você vai ficar aí sim que eu quero ver se você vai ficar com essas amizades com essas meninas que eu ia pro colégio, do colégio eu já começava né jogar bola, jogar vôlei, essas coisas tudinho’ aí a mulher [patroa] veio e eu falei ó, o negócio é o seguinte minha mãe me ligou dizendo que minha vó vai chegar hoje, eu tenho que ir lá na minha mãe buscar minha vó no aeroporto, não era nem na rodoferroviária. Risos. Aí ela ‘ah tá Janaina, você vai aí você volta amanhã’ eu fui peguei minha mala, minhas roupa tudinho nunca mais eu apareci na casa dessa*

*mulher! O que?? Eu tomei foi um trauma de trabalhar na casa dos outros, nunca mais eu fui”*

A profissão de empregada doméstica foi “opção” de pelo menos quatro entrevistadas. Rosemélen e Ialodê também relatam situação de maus tratos e demissão sem justa causa no trabalho. Rosemélen é um caso interessante para a análise porque mesmo alcançando posições na hierarquia do tráfico que lhe rendiam muito dinheiro, segundo sua trajetória, há sempre uma tentativa de voltar para uma vida lícita. Trabalhou de empregada doméstica pelo menos dos 12 aos 16 anos, posteriormente, trabalhou em uma confeitaria da qual foi demitida por estar grávida, mesma época em que inicia sua inserção laboral no comércio ilegal de drogas, posteriormente, trabalhou como caixa em uma casa de sinuca no Plano Piloto, profissão que ela deixou pelo trabalho de merendeira em que podia ter folgas aos finais de semana e que era mais próximo a sua casa em Planaltina e que a jornada semanal de trabalho era 40 horas e não de 60h semanais como no emprego anterior em que tinha folga apenas às segundas-feiras.

Ialodê começou a trabalhar apenas aos 18 anos depois que se separou do marido e já tinha duas/dois filhas/os. Seu primeiro emprego foi em um restaurante aos finais de semana sem carteira assinada no Pedregal, a uma hora de distância do Gama. Depois ficou seis meses em um motel como camareira, cuja jornada de trabalho não era muita, mas os horários não lhe beneficiavam. Trabalhava de segunda à quarta de 18 horas à meia-noite e de quinta a domingo, de meia-noite às 06 da manhã. Com direito a um domingo de folga por mês, nos dias em que o trabalho era no turno da madrugada passava o dia exausta e tinha que cuidar das/os filhas/os e não conseguia mais sair, não aguentou, deixou o emprego, mas se arrependeu. Seu melhor trabalho foi na construção civil, primeiro trabalho em que “se sentiu mulher de verdade”, responsável, dona de casa. A jornada de trabalho era de quarenta horas diárias, embora tivesse que sair de casa às cinco e meia da manhã, mas foi demitida porque seu filho ficou doente e ela não pôde ir. Como muita gente trabalhava na empresa, ela foi substituída. Em todos esses trabalhos ganhava um salário mínimo.

Lígia também só começou a trabalhar legalmente depois que foi presa pela primeira vez e o marido morreu. Ao sair da PFDF abriu um restaurante com a tia como sócia. A tia deixou o empreendimento, o trabalho ficou muito pesado para ela dar conta sozinha, fechou o restaurante e abriu uma loja de lingerie. Trabalhando junto ao marido no tráfico de drogas, começou a juntar dinheiro para abrir um salão de beleza em Goiânia, contudo foi presa antes que pudesse realizar esse plano. Zulmira e Guanaiara constituem casos análogos. Palmeirão

já trabalhou em muitas profissões. Já cuidou de idosas/os, já trabalhou como panfleteira, *stripper* de boate noturna, cafetina (ocupação que dividia com as atividades do tráfico), massagista, babá, empregada doméstica, entre outras. Diz que o tráfico de drogas entrava para tirar um dinheiro extra e para a curtidão, o frevo. Embora dessa última vez tenha largado o emprego no lava-jato e na lanchonete para ser “dona de casa” na boca de fumo.

Quanto a Danila e Adélia do grupo “nunca trabalhou”, é válido dizer que ambas tiveram seus primeiros empregos dentro da PFDF. Adélia é lotada como copeira no Ministério da Justiça pela FUNAP onde recebe um salário mínimo e Danila trabalha lavando celas, roupas e sandálias dentro da PFDF, além de apresentar seu programa de rádio na Rádio Atividade. À pedido da entrevistada, cito um breve resumo da história de vida de Danila que constitui um caso excepcional entre as trajetórias das demais mulheres pelos acontecimentos que determinaram seu curso de vida individual. Além dos fatos já mencionados da inserção familiar no tráfico de drogas e de com 15 anos estar em uma posição incomum na hierarquia do tráfico, com 19 anos perdeu a casa em um incêndio, começou a fumar merla e entrou em depressão. Com 20 anos foi presa e no primeiro “saidão” conheceu um namorado que era trabalhador que narra como sua primeira chance de uma vida legal, diferente. Os dois ficaram um tempo namorando mesmo com Danila presa. Quando foi presa pela segunda vez, Danila descobriu que estava grávida e o rapaz morreu em um acidente de trabalho. Hoje em dia, participando do projeto “crack, tô fora” ela se vê uma mulher transformada, diferente, cheia de sonhos a serem realizados.

### **Violência intrafamiliar e problemas de convivência**

Dentro desse tópico, além da violência intrafamiliar que se revelou como um fenômeno assustadoramente frequente consta ainda outros problemas de convivência familiar com predominância para os problemas com o alcoolismo e o vício em craque. Com relação às unidades familiares de formação, a Tabela XVIII mostra o grau de frequência desse fenômeno:

**Tabela XVIII – Tabela de caracterização de violência intrafamiliar na família de origem**

	Problemas com alcoolismo	Vício em craque	Violência 1			Violência 2			Violência 3			Abuso sexual
			Fis.	Psi.	Out	Fis.	Pis.	Out	Fis.	Psi.	Out	
<b>Lígia</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Estamira</b>	x	x	x	-	-	x	x	x	-	-	-	-
<b>Dora</b>	-	-	x	-	x	x	-	-	-	-	-	-
<b>Danila</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Palmeirão</b>	x	-	x	-	x	x	-	-	-	-	-	-

<b>Silveirinha</b>	x	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-
<b>Jussara</b>	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Sebastiana</b>	x	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-
<b>Ialodê</b>	x	x	-	-	-	x	x	-	-	-	-	x
<b>Adélia</b>	x	x	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-
<b>Neide</b>	x	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-
<b>Rosemélen</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Zulmira</b>	x	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-

Fonte direta. \*Violência 1: do pai/padrasto como agente e mãe como vítima. Violência 2: pais como agentes filhas/os como vítimas. Violência três: entre demais parentes.

Dentro do quadro da Violência 1 que caracteriza a violência do pai ou padrasto contra a mãe, cinco entrevistadas relatam situações de violência doméstica com expressão física, geralmente, em forma de espancamento. É observável em 100% dos casos essa violência é reproduzida nas/os filhas/os como mostra a coluna Violência 2. É válido mencionar que nos casos que constituem a segunda coluna há uma predominância da mãe como agente. Em apenas dois casos, a violência vem tanto do pai quanto da mãe. E em um caso, apenas do pai. À primeira vista, essa afirmação pode causar espanto. Contudo, como ressalta Saffioti (2001), a violência de gênero independe do aparato biológico do sujeito que a executa, se baseia no projeto de dominação-exploração que sobrevive na figura do patriarca, cujo papel pode ser desempenhado inclusive por uma mulher. As vítimas, igualmente, não precisam ser mulheres, podem ser crianças e adolescente de ambos os sexos.

Ainda nesse item, chama atenção o caso de Estamira que sofreu um grau extremo de violência por parte da mãe e do padrasto, mas principalmente da mãe por meio de espancamentos e tentativa de homicídio (física), humilhações verbais (psicológica) e expulsões de casa e da casa própria (patrimonial). Ialodê foi o único caso registrado de abuso sexual por parte do padrasto e violência psicológica por meio de humilhações verbais. Quanto às outras violências sofridas pelas mães de Palmeirão e Dora, a primeira sofreu violência patrimonial já que quando deixou a casa, não houve uma divisão justa dos bens. E a mãe de Dora teve o filho afastado do seu convívio pelo padrasto. A coluna Violência 3 caracteriza uma situação de violência do avô de Silveirinha contra um dos seus filhos e do avô paterno de Neide contra a mãe. É válido mencionar que Rosemélen que não apresenta nenhum dos casos tidos só conviveu com sua única parenta até os 11 anos.

**Tabela XIX – Tabela de caracterização da violência intrafamiliar na família de formação**

	Problemas com	Vício em	Violência 1			Violência 2		
			Fis.	Psi.	Out	Fis.	Pis.	Out

	alcoolismo	craque						
<b>Lígia</b>	-	-	X		X	-	-	-
<b>Estamira</b>	-	-	-	-	-	X	-	-
<b>Dora</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Danila</b>	-	-	X	-	-	-	-	-
<b>Palmeirão</b>	-	-	-	-	-	X	-	-
<b>Silveirinha</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Jussara</b>	-	-	-	-	-	X	-	-
<b>Sebastiana</b>	-	-	X	-	-	-	-	-
<b>Ialodê</b>	-	X	-	-	X	-	-	-
<b>Adélia</b>	-	X	X	X	-	X	-	-
<b>Neide</b>	-	-	X	X	-	-	-	-
<b>Rosemelen</b>	-	X	-	-	-	-	-	-
<b>Zulmira</b>	-	-	X	-	-	-	-	-

Na Tabela XIX, a Violência 1 refere-se a situações de violência em que o marido é agente e a entrevistada, vítima. E a Violência 2 em que a entrevistada é agente e as vítimas variam. Com relação aos problemas oriundos dos vícios, há uma diminuição. Suas mães eram mais afetadas por esse tipo de problema que as entrevistadas. Com relação à violência doméstica quase metade das entrevistadas já passaram por situação de violência. São relatados desde relacionamentos abusivos em que os homens são muito ciumentos e possessivos até espancamentos contínuos e ameaças de morte. Dada a delicadeza do assunto, talvez o índice seja ainda maior. Dois casos em que os parceiros trancam as mulheres dentro de casa para saírem e se divertir são relatados. Com relação ao quadro de Violência 2 se apresentaram situações em que as entrevistadas eram agentes. No caso de Estamira, ocorre espancamento contra as/os filhas/os, embora ela não relate violência por parte de nenhum parceiro. Palmeirão relata situações frequentes de briga perpetrada com outros em que ela é a agente. No caso de Jussara, ela é agente em uma briga de faca com uma mulher identificada como amante do marido e em que ela ameaça um menino da escola.

## **Escola**

A escolarização, nessa pesquisa, mantém sua relação com o mundo público oficial na medida em que somente com os títulos que ela outorga quando da formação da/o estudante é possível acessar ocupações profissionais de maior qualidade no mercado de trabalho, e conseqüentemente, maiores salários. A Tabela X tem mostrado uma maior inserção das mulheres encarceradas do DF no ensino médio apesar de predominar como faixa de instrução dessa população o ensino fundamental incompleto. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases

(LDB), o sistema formal de ensino é composto pela pré-escola (4 aos 6 anos de idade), o ensino fundamental que vai do 1º ao 9º ano (7 aos 14 anos) e o ensino médio, 1º ao 3º ano (15 aos 17 anos). Ou seja, para obter uma titulação de ensino médio completo, a pessoa deve passar 14 anos na escola.

Segundo os dados da PDAD (2011), entre a população do Distrito Federal há um predomínio dessa mesma faixa de modo que 33% (analfabetos, sabe ler e escrever, alfabetização de adultos) dessa população tem ensino fundamental incompleto o que contrasta com o percentual de 20,16% com ensino médio e 15,87% da população com grau superior completo. Em conformidade com o que já foi exposto, é de se esperar que a distribuição dessa população por Regiões Administrativas no Distrito Federal concentra no Plano Piloto a maior parte das pessoas com título superior.

Levando em consideração o índice de estudantes matriculadas/os em escolas públicas e particulares, a discrepância é enorme. Para as RAs que compõem o Plano Piloto, o índice de matrícula em escolas particulares corresponde a uma média entre 16,75% para o Cruzeiro e 20,68% para o Park Way. Entre as RAs em questão, o número varia de 1,44% na Estrutural para 13,45% em Taguatinga. O percentual máximo de matrículas nas escolas particulares não atinge o percentual mínimo das RAs que compõem o Plano.

Quanto à faixa de instrução escolar, as desigualdades se repetem. No Lago Norte, 63,2% das pessoas têm instrução superior completa. Enquanto nas cidades satélites, a que apresenta o índice mais alto não chega nem a 1/3 dessa taxa percentual com Taguatinga que mantém 17,11% da sua população matriculada nessa faixa de ensino. Em todas as RAs em consideração, tanto as do Plano quanto aos locais de permanência das entrevistadas não apresentam diferenças muito grandes com relação ao ensino fundamental incompleto e ensino fundamental completo apontando sempre para uma preponderância do primeiro com relação ao segundo. Entre as cidades-satélites das entrevistadas, curiosamente, Santa Maria apresenta o maior coeficiente de pessoas com ensino médio completo superando regiões mais desenvolvidas e urbanizadas como Taguatinga e Ceilândia. Na Estrutural, o número de pessoas com grau superior completo não chega nem a 0,55% da população. O PDAD (2011) apresenta apenas duas páginas com tabelas dedicadas ao tratamento da instrução escolar. Nas pesquisas sobre a realidade carcerária feminina, não se diz muito sobre os aspectos qualitativos.

Vejamos como os aspectos ambientais no que se refere aos lares e às características que compõem o ambiente familiar como a convivência familiar, o trabalho doméstico e o fenômeno da violência se entrelaçam com os aspectos qualitativos do processo de escolarização. Entre as entrevistadas, cinco (Estamira, Jussara, Sebastiana, Adélia e Rosemélen) estão no ensino fundamental incompleto e Ialodê é a única com ensino fundamental completo. No ensino médio quatro (Lígia, Dora, Palmeirão e Silveirinha) compõem o grupo do ensino médio incompleto e três (Danila, Neide e Zulmira) o ensino médio completo. Quando inquiridas a respeito do seu comportamento na escola, é frequente o perfil que correspondia a alunas inquietas, bagunceiras e “terríveis”, o que corresponde a um comportamento oposto ao do requerido pela disciplina escolar. Outro fenômeno observável é a mudança frequente de escola devido a problemas por brigas que ocasionaram expulsões subsequentes.

A começar pelo primeiro grupo, Estamira revela um abandono afetivo incomum pela mãe. Diversas vezes na entrevista chora ao comentar sobre o assunto. A entrevistada cursou a escola até a quinta série, mas seu envolvimento com a “química” não lhe permitiu falar muitos detalhes sobre sua vida escolar. Conta apenas que foi expulsa da escola com 12 anos porque era muito impulsiva. Essa idade coincide com o momento em que ela foi expulsa pela primeira vez de casa pela mãe e passa a não ter mais endereço fixo. Uma vez expulsa relata que sua mãe não procurou a escola para saber o que havia ocorrido.

Jussara fez a primeira parte do ensino básico (1ª a 4ª série) na Escola Classe Varjão. Na época, essa escola era uma escolinha de madeirite. O Varjão, dada as constantes remoções e a tentativa de apropriação da região pela RA nobre do Lago Norte como conta a entrevistada não oferecia opções para a continuidade do ensino fundamental de modo que todos que estudavam na escolinha eram automaticamente transferidos para o CELAN – Centro de Ensino do Lago Norte. Quando descreve a escola usa sempre termos em que nitidamente o Varjão surge como “categoria explicativa de mundo” como diz Silva (2008) referindo-se aos “filhinhos de papai” ou aos “playboys” do colégio. Fala dos meninas/os que iam embora de motorista e das/os faveladas/os do Varjão que pegavam o ônibus escolar. Ao matricular-se em uma escola pública da asa norte foi novamente expulsa por ser xingada de favelada por um menino que lhe deu um chute em cima da cicatriz como já descrito no primeiro capítulo. Ao levar uma arma para a escola e revelar o desejo de matar o menino Jussara simultaneamente quer dizer sobre a maneira que se resolvem conflitos de ordem simples em sua localidade.



Mais uma vez ela foi expulsa e esse momento se revela como decisivo na sua trajetória já que coincide com seu primeiro ingresso no CAJE.

Rosemélen diz que fez primeira a quarta série em uma escola bem simples no interior de Minas Gerais: “sabe aquelas escolinha assim que só tem três, quatro sala?”. Quando veio para Brasília e tendo começado a trabalhar aos 12 anos diz que não tem paciência para “ficar lá quatro horas esperando”. Segundo ela: “Eu não tenho paciência não, minhas coisa é tudo rápido [...] eu vou lavar minha roupa, eu lavo logo tudo. Eu vou fazer minha comida, é tudo ligeiro”. Diz que hoje em dia não tem cabeça pra isso e que não faz mais sentido, talvez faça para os filhos, mas para ela não. Adélia também foi expulsa por motivos semelhantes ao de Jussara. Brigou com um menino em uma escola na L2 Sul que “quase deu delegacia”. Sua mãe a matriculou em uma escola no Paranoá que ela não gostou porque as/os alunas/os cheiravam muita cola e fumavam muito. Sentia falta do grupo de autistas da escola da L2 Sul com quem costumava passar o recreio. Da sua última escola na W3 Sul não gostava “porque era todo mundo normal!”. Aos 12 anos, teve uma briga com a mãe que soube por um comentário da vizinha que ela havia cheirado cola. Depois de ser espancada, decidiu sair de casa e não voltou mais a estudar.

Ialodê, única que concluiu o ensino fundamental mostra o tipo de comportamento de uma menina “atentada”. Diz que fazia tudo que não prestava, colocava tachinha na cadeira da professora, ficava conversando, não deixava ninguém estudar. A entrevistada narra um dia em que a mãe lhe espancou deixando o corpo dela ferido. A professora intervém e conversa com a mãe. Ialodê diz que essa foi a última vez que a mãe bateu nela daquele jeito. Em seu caso, a interrupção dos estudos coincide com o primeiro casamento e primeiro filha/o. Este também é o caso de Lígia e Zulmira.

Neide, Dora e Lígia revelam um gosto pelos estudos, o que não é muito comum no grupo em questão. Dora, de todas as entrevistadas é a única que lembra conteúdos escolares, referencia temas da disciplina de história que gostava, professoras/es, etc. Neide interrompe os estudos por conta da violência doméstica que sofria por parte do marido. Tinha vergonha de comparecer ao estágio com os olhos roxos. Permaneceu cerca de dez anos casada com seu primeiro marido que só conseguiu separar depois que deu alguns tiros nele. Sebastiana apresenta um grau de vício extremo em cola, merla e craque, motivo pelo qual ela não permaneceu trabalhando de garçonne, pois foi expulsa pela dona depois de ser pega tomando

as bebidas no depósito e motivo também pelo qual largou a escola na quinta série. Diz que não se lembra de praticamente nada que foi ensinado na quinta série, seu último ano letivo.

Danila também interrompeu os estudos por conta da gravidez, mas conseguiu concluir o segundo grau na PFDF. Tanto ela como Palmeirão apresentam uma concepção de aprendizagem muito mais ligada ao diálogo e à observação direta que ao perfil tradicional de ensino que exige um alto rigor de disciplina, silêncio e quietude. Enquanto Palmeirão narra como aprendeu sobre outros países com as/os idosas/os que cuidava, segundo Danila:

*Danila: pra você vê, uma menina que não teve muito estudo como eu que só terminou o segundo aqui, eu tive tudo...eu: terminou o segundo grau? Danila: humrum. Aqui né! Também sete anos não é possível né mulher não fazer o segundo grau, eu queria matar. E aí eu vou procurando palavras, vou prestando muita atenção no que o povo tá conversando isso, aquilo e aquilo outro e isso é o que eu vou aprendendo vendo as pessoas conversando e eu vou sempre me imaginando direto*

Isso mostra que em ambos os casos, há uma orientação de aprendizagem que vem mais da convivência e da rua que de elementos da educação formal. Esse dado é ainda interessante já que a maioria das entrevistadas, ao serem perguntadas sobre as matérias que gostavam, não raro, respondiam a de educação física por envolver movimento, jogos de quadra, corrida, etc.

## **Conclusão e considerações finais**

Esse trabalho visou contribuir para o debate sobre as questões de gênero, criminalidade e encarceramento. Em conformidade com os resultados de pesquisas utilizadas como referência, o trabalho atesta que os fatores para inserção na atividade laboral do tráfico são muitos e que certamente, um motivo que estrutura a “opção” por se inserir nessa atividade tem sérias intersecções com as questões de gênero. Acredito que a principal contribuição do trabalho tenha sido compreender o tráfico de drogas a partir de uma abordagem micro e qualitativa que permite a ótica sobre a atividade como uma “opção” diária e comum de inserção laboral para as mulheres que habitam as periferias do Distrito Federal. A perspectiva do uso de um *feminist standpoint* baseado nos preceitos da epistemologia feminista negra com autoras como Patricia Hill Collins e Angela Davis e a inspiração em na proposta de modelo igualitário sobre as diferenças com Audre Lorde permitiu mostrar outra perspectiva de alguns núcleos duros conceituais como a violência, liberdade, legalidade e ilegalidade.

Por todas as instabilidades comuns ao universo desse pequeno grupo de mulheres onde se apresentam as intersecções de gênero, raça, classe e localização, acredito que suas trajetórias se encaixem no que Sueli Carneiro (2009, p. 1) chamou de “trajetórias erráticas” em seu texto *Mulheres Negras e poder: um ensaio sobre a ausência* em que examina o tratamento midiático e por parte da administração pública da saída de duas mulheres negras das instâncias federais de poder, Benedita da Silva e Matilde Ribeiro. Nesse texto, afirma:

Na realidade, nas poucas experiências que nós temos nessa relação da mulher negra como poder emerge, a meu ver, a força que essas determinações de raça e gênero têm sobre as mulheres negras, mesmo as poderosas, conduzindo-as a trajetórias erráticas e diferenciadas nas instâncias de poder a que lhes têm sido possível ascender.

A replicação dessa errância parece também se confirmar nas trajetórias individuais das entrevistadas na tentativa de acessar esferas menores de poder no mundo público como os trabalhos legais e formalizados e os ensinos infantil, fundamental e médio. Como se pôde verificar, o tráfico de drogas serve como uma espécie de agência que permite a essas mulheres escapar de relações violentas dentro dos seus lares mediante a autonomia financeira, mesmo que instável, que a atividade provém ou simplesmente, serem “independentes”. A opção pela economia alternativa e ilegal parece ser um meio ainda que inadequado, pois, se estrutura às custas de muita violência e morte de irromper com a força dessas estruturas sociais. Não quero com isso, apresentar uma justificativa para o crime, apenas compreendê-lo por meio da visão de quem o utiliza como recurso. No percorrer desse caminho que agrega escola, família

e trabalho são encontrados alguns traços comuns que apontam para uma (in)conclusão tardia dos estudos ou para uma inserção descontinuada do trabalho. Um primeiro traço comum é o extremo grau de violência a que essas mulheres estão expostas: a violência doméstica, dentro do reduto familiar, a violência urbana da criminalidade nas ruas de bairros “perigosos”, a violência institucionalizada por parte do Estado na privação de acesso aos bens e serviços públicos, a repetição da violência doméstica por parte dos seus maridos, o abandono e a violência policial na abordagem policial e na vida intraprisional. Um segundo traço comum que contribui para a irregularidade dos estudos e no trabalho aponta para uma precocidade da chefia feminina e da maternidade com um número alto de dependentes.

Perante a força dos eixos sociais em questão na pesquisa, e pese ainda a estes, a criminalidade que recrudesce o poder de coerção dessas estruturas, o trabalho mostra pelos dados de perfil socioeconômico como: uso do tempo, mercado de trabalho, local de moradia, salários, distribuição desigual de acesso à educação e outros o quão estreito é o painel de opções de emprego/ocupação de profissões formais para mulheres negras moradoras das periferias do DF. Vê-se que, apesar de trabalhos formais com carteira assinada terem uma predominância, a maioria das ocupações relatadas são informais. Por outro lado, examinar a relação dessas mulheres com essas instâncias de acesso ao mundo público oficial permitiu por via desse arcabouço conceitual mostrar a fragilidade entre as fronteiras da ilegalidade no mercado legal de trabalho já que nos relatos há várias práticas que extrapolam a Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT) como o direito de proteção à maternidade, a excedência da jornada de quarenta horas semanais, pagamento somente por comissão, sem salário mínimo fixado, etc.

A aproximação micro com esse objeto por instrumentos conceituais da sociologia como trajetórias sociais e curso de vida que visam diminuir a distância entre o objeto científico e o peso das teorias sociais, em diálogo, portanto, com os estudos feministas, permitiu verificar que as mulheres envolvidas nessas atividades não permanecem nas mesmas posições com relação à hierarquia do mercado ilegal de trabalho do tráfico durante o curso individual das suas vidas. E ainda que, mesmo dentro de posições subalternas, há outras hierarquias em vigência provocadas por arranjos que o tráfico de drogas permite. Portanto, foi possível apontar fissuras no perfil majoritário de subalternidade em que essas mulheres se encontram com relação aos homens nesse mercado de trabalho. Porém, o pequeno universo amostral apenas indica que esse é um tema que exige uma pesquisa mais rigorosa sinalizando questões a investigadas.

## **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Tatiane Daré. “Tucum” e “Bubu” fragmentos da vida no sistema prisional. pp. 229-260. In: LOURENÇO, L.C; GOMES, G.L.R.; (Org.). **Prisões e punição no Brasil Contemporâneo**. Salvador: EDUFBA. 2013. 411 p.

ATHAYDE, Celso. BILL, MV. **Falcão mulheres e o tráfico**. Ed. Objetiva. 2007. Rio de Janeiro.

ATTIAS-DONFUT, Claudine. Dynamique sócio-historique du cours de vie. In: \_\_\_\_\_. **Génération et âges de la vie**. France. Presses Universitaires de France, 1991, p. 81-95.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, SC, v. 16, n. 1, p. 207-230, jan./abr., 2008.

BARBIERI, Teresita. Acerca de las propuestas metodológicas feministas. In: Eli Bartra (org.) **Debates en torno a una metodología feminista**. México, DF. Disponível em: <  
[http://bidi.xoc.uam.mx/tabla\\_contenido\\_libro.php?id\\_libro=81](http://bidi.xoc.uam.mx/tabla_contenido_libro.php?id_libro=81)>. Acesso em: 07 jul. 2014.

BARCINSKI, Mariana. Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. 2009a. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. vol. 2. nº 14. pp.577-586. 2009.

BARROS, Alice Gabriel. **A casa da diferença: Feminismo e diferença sexual na filosofia de Luce Irigaray**. Brasília: UnB. 106 p. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em filosofia, Faculdade de filosofia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BARTRA, Eli. Reflexiones Metodológicas. In: Eli Bartra (org.). **Debates en torno a una metodología feminista**. México, DF. Disponível em: <  
[http://bidi.xoc.uam.mx/tabla\\_contenido\\_libro.php?id\\_libro=81](http://bidi.xoc.uam.mx/tabla_contenido_libro.php?id_libro=81)>. Acesso em: 07 jul. 2014.

BECKER, Howard Saul. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 1ª ed. São Paulo. Ed. Hucitec. 1993.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; SANTOS, Sales Augusto; SILVÉRIO, Valter Roberto. Relações raciais em perspectiva. **Revista sociedade e cultura**. Goiás Velho, GO. Vol. 12. nº 2. p. 215-222. 2009. Disponível em: <  
<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/9110>> Acesso em: 03 dez. 2014.

BERTAUX, Daniel. **Destinos pessoais e estruturas de classe: para uma crítica da antropologia política**. Rio de Janeiro. Ed. Zahar. 1977.

\_\_\_\_\_. EL ENFOQUE biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. **Revista Proposiciones 29**. Costa Rica. p. 1-16. 1999.

BOURDIEU, Pierre. 1989. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1989.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 1ª edição. Rio de Janeiro. Editora FGV. 1996. p.183-191.

\_\_\_\_\_. *Compreender*. In: BOURDIEU, Pierre. (coord.) **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo. 6ª edição. Perspectiva. 2005.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro**. Versão atualizada em tempo real. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm)> Acesso: 16 jul. 2014.

BRASIL. **Constituição 1988**. Edição atualizada em 1997. Brasília, 1997.

BRASIL. Associação brasileira de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. **Manual de Comunicação LGBT lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. 2009. 48 p. (manuais). Disponível em: <<http://www.abglt.org.br/docs/ManualdeComunicacaoLGBT.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

BRETON, André. **Manifesto del surrealismo**. 2ª edição. Buenos Aires. Argonauta. 2001.

BUTLER, Judith. Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Cadernos Pagu**. nº 11. p. 11-42. Campinas, SP. 1998.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008.

CALDWELL, Kia Lilly. Institucionalização dos estudos sobre a mulher negra: perspectivas dos Estados Unidos e do Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as**. Florianópolis, SC. Vol. 1. nº 1.p. 18-27. mar-jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Fronteiras da diferença. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, SC. Vol. 8. nº 2. p. 91-108. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922>>. Acesso em 03 dez. 2014.

CANTIA, Aline; BOLONI, Eduardo. Projeto Brasil Quilombola. **Revista Agoranet**. Covilhã, Portugal. 2003-2005. Disponível em: < <http://www.labcom.ubi.pt/files/agoranet/04.html>>. Acesso em 04 dez. 2014.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Durban, África do Sul. **Revista LOLA Press**. nº 16. Novembro, 2001.

\_\_\_\_\_. Gênero e Raça. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo. Editora 34/Fundação Carlos Chagas. 2002.

CAVALCANTI, V.R.S. Vivendo atrás das grades: mulheres, Direitos Humanos e políticas públicas. **Bahia Análise & Dados**. V.14. nº 1. p. 185-196. Junho/2014.

CENTRO PELA JUSTIÇA E PELO DIREITO INTERNACIONAL (Org.). **RELATÓRIO DE MULHERES ENCARCERADAS NO BRASIL** Brasil. 2007. 61 p.

CENTRO PELA JUSTIÇA E PELO DIREITO INTERNACIONAL (CEJIL) et. al. **RELATÓRIO SOBRE MULHERES ENCARCERADAS NO BRASIL**. 2007. Disponível em: <[http://www.asbrad.com.br/conte% C3% BAdo/relat% C3% B3rio\\_ oea.pdf](http://www.asbrad.com.br/conte% C3% BAdo/relat% C3% B3rio_ oea.pdf)> Acesso em: 13. mar. 2013. 61 p.

CESAR, Maria Auxiliadora. **Exílio da vida**: o cotidiano de mulheres presidiárias. Brasília, DF. 1995. Departamento de serviço social. UnB. 2005. 144 p. Dissertação (mestrado). Mestrado em Política Social. Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília. Brasília, 1995.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist Thought**: Knowledge, consciousness and the Politic of Empowerments. 10ª ed. Nova Iorque. Routededge. 2000.

\_\_\_\_\_. **Black Feminist Thought in the matrix of domination**. Londres, p. 1-11. 2009. Disponível em: <<http://www.turning-the-tide.org/node/420>>. Acesso: 03 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Toward a New Vision: Race, class and gender as categories of Analysis and Connection. **A publication for The Research Clearinghouse and Curriculum Integration Project**. Memphis, Tennessee, 1989.



COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa Distrital de Amostra de Domicílios/Distrito Federal**. PDAD/DF. Brasília,DF. CODEPLAN. 2011. 148 p.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Cartilha da Mulher Presa**. 2ª edição. 2012. 38 p. Disponível em: <[http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/temas\\_de\\_atuacao/sistema-prisional/saiba-mais/publicacoes-1/cartilha-da-mulher-presa-conselho-nacional-de-justica-cnj-2011](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/temas_de_atuacao/sistema-prisional/saiba-mais/publicacoes-1/cartilha-da-mulher-presa-conselho-nacional-de-justica-cnj-2011)>. Acesso em: 16 jul. 2014.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS. BRASIL. 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>

CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. **Cadenos Pagu**. Campinas, SP. n° 6-7. p. 09-34. 1996.

COSTA, Elaine Cristina Pimentel. **Amor bandido**: As teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas. 2ª edição. Maceió. EdUFAL. 2008.

COUTO, Mia. O planeta das peúgas rotas. In: COUTO, Mia. **E se Obama fosse Africano?** E outras intervenções. Lisboa. Cia. das Letras. 2011.

DAVIS, Angela. **Mujeres, raza y classe**. 2ª edição. Madrid, Espanha. 2004/5. Ediciones Akal. 2004/5.

DEBERT, Guita. Problemas relativos à utilização de história de vida e história oral. In: CARDOSO, R. C. L. (Org.). **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. 3ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1997.

DISTRITO FEDERAL (Distrito Federal). Decreto nº 16.247 de 29 de dezembro de 1994. Disponível em: <[http://www.vicentepires.df.gov.br/sobre-a-secretaria/regimento-interno/item/download/38\\_033d72208e8fd4144d3d4bfea9861368.html](http://www.vicentepires.df.gov.br/sobre-a-secretaria/regimento-interno/item/download/38_033d72208e8fd4144d3d4bfea9861368.html)> Acesso 14 jul. 2014.

DISTRITO FEDERAL (Distrito Federal). Decreto nº 19.040 de 18 de fevereiro de 1998. Disponível em: <<http://www.sedhab.df.gov.br/dossie-regioes-administrativas.html>> Acesso 14 jul. 2014.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Revista Educação & Sociedade**. Vol. 19. n°. 62. Campinas, 1998. Não paginado.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ESTATUTO DA JUVENTUDE**. Brasil. 1ª edição. Brasília. UNFPA. 134 p.

EXTRAMUROS. Direção: Rebeca Damian, Camilla Shinoda e Marina Watanabe. Faculdade de Comunicação da UnB. Brasília, 2008. 1 DVD (27 min.) son., color.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pós-modernismo e política**. 2ª edição. Rio de Janeiro Ed. Rocco. 1992.

FAVRET-SAADA, Jeane. **Revista cadernos de campo**. “Ser Afetado” de Jeanne Favret-Saada. São Paulo, SP. Vol. 13. nº 13. p. 155-161. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263/54376>> Acesso em: 06 jul. 2014.

FOULCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 2000. 15ª edição. Ed. Graal. Rio de Janeiro. 2000.

FEATHERSTONE, Mike. O curso de vida: corpo, cultura e o imaginário no processo de envelhecimento. In: (Org.) DEBERT, Guita. **Antropologia e Velhice**. São Paulo. Unicamp. 1994.

FEFFERMANN, Marisa. **Vidas arriscadas: o cotidiano de jovens trabalhadores do tráfico**. 1ª edição. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 8ª edição. Perspectiva. São Paulo, 2010.

GOLDANI, Ana Maria. Família, trajetórias individuais e mudança demográficas. In: VII encontro nacional de estudos populacionais. nº 7. **Volume I do Anais do VII encontro nacional de estudos populacionais**. 1990. p. 55-98.

GOLDMAN, Márcio. Favret, afeto e etnografia. **Revista cadernos de campo**. São Paulo, SP. Vol. 13. nº 13. p. 149-153. 2005. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/download/50262/54375](http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/download/50262/54375)> Acesso em 06 jul. 2014.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais hoje**. ANPOCS. p. 223-244. 1984.

GOODMAN, Amy; GONZÁLEZ, Juan; Angela Davis on prison Abolition, the War on drugs and Why Social Movements shouldn't wait on Obama. Março, 2014. In: **Democracy Now: a daily independent global news hour**. Mídia independente de notícias mundiais relacionadas a minorias. Disponível em:

<[http://www.democracynow.org/2014/3/6/angela\\_davis\\_on\\_prison\\_abolition\\_the](http://www.democracynow.org/2014/3/6/angela_davis_on_prison_abolition_the)> Acesso em: 01.05.2015

GOUVÊA, Luiz Alberto. A capital do controle e a segregação social. . In: PAVIANI, Aldo (Org.) **A conquista da cidade: movimentos Populares em Brasília**. 1ª edição. Brasília. Editora UnB. 1991.

GROSZ, Elisabeth. Corpos Reconfigurados. **Cadenos Pagu**. Campinas, SP. n° 14. p. 45-86. 2000. Disponível em: < <http://www.pagu.unicamp.br/node/60>>. Acesso em: 06 jul. 2014.

GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas ciências sociais. **Revista Campos**. Curitiba, PR. Vol. 12. n° 1. p. 9-29. 2011. Disponível em: < <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/view/28562>> Acesso em: 11 ago. 2014.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, SP. Vol. 29. n° 1. P. 93-107. jan-jul. 2003. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27901/29673>>. Acesso em: 03 dez. 2014.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. Capítulo VII: A história de vida. In: **Metodologias qualitativas na sociologia**. Ed. Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1987.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. DP & A editora. Rio de Janeiro. 2006.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. Ediciones Morata. 1ª edição. Madri, Espanha. 1996.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: **O que ler na ciência social brasileira (1975-1990)** ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221. Disponível em:

[http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/102\\_653\\_EstudosdeGeneroBrasill.pdf](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/102_653_EstudosdeGeneroBrasill.pdf). Acesso: 14 out. 2014.

HIRATA, Helene. et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. 1ª edição. Editora UNESP. São Paulo. 2009.

HOLSTON, James. **A cidade modernista**: Uma crítica de Brasília e sua utopia. 1ª edição. Cia. das Letras. São Paulo. 1993.

HOOKS, bell. Mujeres Negras: Dar forma a la teoria feminista. CURIEL, O. In: **Otras inapropiables**: Feminismos desde las fronteras. 1ª Ed. Madri, Espanha. Traficantes de sueños. 2004.

\_\_\_\_\_. Intelectuais negras. Florianópolis, SC. **Revista de Estudos Feministas**. Vol. 3. nº 2. p. 464-478. 2º semestre. 1995.

\_\_\_\_\_. Alisando nosso cabelo. **Revista Gazeta de Cuba** - Unión de escritores y artistas de Cuba. Jan/fev. 2005. Tradução de Lia Maria dos Santos. Disponível em: <[https://docs.google.com/file/d/0B2\\_ZK-qR9WEKMmRINjRkNjEtZWJkYy00MGRmLWlyZmQtODY2OTRmYjI2MjAx/edit?pli=1](https://docs.google.com/file/d/0B2_ZK-qR9WEKMmRINjRkNjEtZWJkYy00MGRmLWlyZmQtODY2OTRmYjI2MjAx/edit?pli=1)> Acesso 10 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: HOOKS, bell. **Where we stand**: class matters. Nova Iorque. Routledge. 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça no Brasil**. 4ª edição. Brasília, DF. Ipea. 39 p.

IWAKAMI, Luiza Naomi; JUNIOR, Luiz de Pinedo Quinto. O canteiro de obras da cidade planejada e o fator de aglomeração. In: PAVIANI, Aldo (Org.) **A conquista da cidade**: movimentos Populares em Brasília. 1ª edição. Brasília. Editora UnB. 1991.

KUMAR. Krishan. Capítulo 5: Modernidade e pós-modernidade II: a idéia da pós-modernidade. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 139-185.

LEI DE DIRETRIZES E BASES. BRASIL, 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)> Acesso em: 22 mai. 2015.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P (Org). **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis. São Paulo. 1998.

LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e Infinito**. Coleção Biblioteca de Filosofia Contemporânea. 1ª edição. Portugal. Ed. 70 Brasil. 2008.

LORDE, Audre. **Sister outsider**: essays and speeches. 1ª edição. Berkeley. The Crossing Press Feminist Series. 1984.

MASSARO, Camila Marcondes. Encarceramento, trabalho e ressocialização nos Centros de ressocialização femininos paulistas. pp. 207-228. In: LOURENÇO, L.C; GOMES, G.L.R.; (Org.). **Prisões e punição no Brasil Contemporâneo**. Salvador: EDUFBA. 2013. 411 p.

MONTAGNER, M. A. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Ano 9. nº 17. p. 240-264. Jan/jun. 2007.

MOURA, Maria Juruena. **Mulher, tráfico de drogas e prisão**. 1ª edição. Ceará. Edmeta/Uece. 2012.

MULLER, Elaine. Repensando a problemática da transição à adultez: contribuições para uma antropologia da idade. **Revista de ciências sociais POLÍTICA & TRABALHO**. Edição 31. João Pessoa, PB. p. 107/105. setembro 2009.

NASCIMENTO, Alessandra Santos; FONSECA, Dagoberto José. Classificações e identidades: mudanças e continuidades na definição de cor ou raça. In: PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia. (Org.). **Estudos & Análises. Informação demográfica e socioeconômica**. Vol. 2. Características étnico-raciais da população: classificações e identidades. Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Não paginado. 2013.

OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília: O mito na trajetória da nação**. 1ª edição. Brasília, Distrito Federal. Editora Paralelo 15. 2005.

OLIVEIRA, Rayane Noronha; DUQUE, Ana Paula.; WEYL, Luana Medeiros. Linguagem Inclusiv@: O que é e para que serve? In: SOUZA JUNIOR, J.G.; APOSTOLOVA, B. S.; DA FONSECA, L. G. D (Org.) **O direito achado na rua: Introdução crítica ao direito das mulheres**. Brasília, 2012. vol. 5. ISBN: 978-85-7804-049-9 Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/96022643/PromotorasLegais-PreviewPgSimples-versao-final-pdf>> Acesso em: 14 jul. 2014.

GOUVÊA, Luiz Alberto. A capital do controle e a segregação social. . In: PAVIANI, Aldo (Org.) **A conquista da cidade: movimentos Populares em Brasília**. 1ª edição. Brasília. Editora UnB. 1991.

OLIVEIRA, Tony Marcelo Gomes. Marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília pela ótica da erradicação. Brasília. **Revista Univ. Hum.** Vol. 5. nº 1/ 2, p. 49-76, janeiro 2008.

ORDOÑEZ, Laura. **Sobreviver numa penitenciária de mulheres: quando adaptar-se é resistir**. Brasília. DF. UnB. 2005. 91 p. Dissertação (mestrado). Instituto de Ciências Sociais. Programa de pós-graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

PATRICIA Hill Collins: *Intersecting Oppressions*. [200-] [S.l. : s.n] p. 2-11. Disponível em: <[http://www.sagepub.com/upm-data/13299\\_Chapter\\_16\\_Web\\_Byte\\_Patricia\\_Hill\\_Collins.pdf](http://www.sagepub.com/upm-data/13299_Chapter_16_Web_Byte_Patricia_Hill_Collins.pdf)> Acesso em: 09 Fev. 2015.

PAVIANI, Aldo. A construção injusta do espaço urbano. In: PAVIANI, Aldo (Org.) **A conquista da cidade: movimentos Populares em Brasília**. 1ª edição. Brasília. Editora UnB. 1991.

PAVIANI, Aldo. **Brasília - a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização**. 2ª edição. Brasília. Editora UnB. 2010.

PASTORAL CARCERÁRIA. et. al. **Relatório de Mulheres Presas**. Disponível em: <[http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/relatorio-mulherese-presas\\_versaofinal1.pdf](http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/relatorio-mulherese-presas_-versaofinal1.pdf)> Acesso em: 13 mar. 2014. 11 p.

PEREIRA, Sheila Venâncio de Jesus. **Trajetórias de vida de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas em Belo Horizonte**. Belo Horizonte, MG. PUC-MG 2008. 123 p. Dissertação (mestrado). Programa de graduação em ciências sociais. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

PISCITELLI, Adriana. Sexo tropical: comentários sobre gênero e “raça” em alguns textos da mídia brasileira. **Cadenos Pagu**. Campinas, SP. nº 6-7. p. 09-34. 1996.

PORTO ALEGRE. (Rio Grande do Sul). Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Dispõe do Código Penal Brasileiro. **Código Penal e Código de Processo Penal**, Porto Alegre, 6ª edição, p. 115, maio de 2013.

PETRUCCELLI, José Luiz. Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual. In: José Luis; SABOIA, Ana Lucia. (Org.) PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia. (Org.). **Estudos & Análises. Informação demográfica e socioeconômica**. Vol. 2. Características étnico-raciais da população: classificações e identidades. Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Não paginado. 2013.

\_\_\_\_\_. Autoidentificação, identidade étnico-racial e heteroclassificação. In: José Luis; SABOIA, Ana Lucia. (Org.) PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia. (Org.). **Estudos & Análises. Informação demográfica e socioeconômica**. Vol. 2. Características étnico-raciais da população: classificações e identidades. Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Não paginado. 2013.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. 1ª ed. Cia das Letras. São Paulo, 2001.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, Gênero e história. In: PEDRO, J.; GROSSI, M. P. (orgs.), **Masculino, Feminino e Plural**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998, p. 21-42.

RAMOS, Luciana de Souza. **Por amor ou pela dor? Um olhar feminista sobre o encarceramento de mulheres por tráfico de drogas**. Brasília, DF. UnB. 2012. 125 p. Dissertação (mestrado). Faculdade de Direito. Mestrado em Direito, Estado e Constituição. Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

RUBIN, Gayle. Tráfico de mulheres: notas sobre a economia política sobre do sexo. Edições S.O.S Corpo. 1993. In: **Repositório Institucional da UFSC**. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1919>> Acesso em: 22. Mai. 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (Org.). **Uma questão de gênero**. São Paulo. Ed. Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas. 1992.

\_\_\_\_\_. Contribuição feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos pagu**. nº Florianópolis, SC. nº 16. pp. 115-136. 2011.

SALLA, Fernando. A pesquisa na prisão: labirintos. pp. 7-27. In: LOURENÇO, L.C; GOMES, G.L.R.; (Org.). **Prisões e punição no Brasil Contemporâneo**. Salvador: EDUFBA. 2013. 411 p.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: ENCONTRO REDOR DE PESQUISA, 10., 2001, Salvador. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf>> Acesso: 02 jun. 2014.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SPM/PR) et. al. **RELATÓRIO FINAL REORGANIZAÇÃO E REFORMULAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL FEMININO**. Brasília, DF. 2007.

Disponível em:

<[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio\\_final\\_reorganizacao\\_prisional\\_feminino.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_final_reorganizacao_prisional_feminino.pdf)> Acesso em: 13.04.2013. 104 p.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, SC. v. 16, n. 1, p. 173-186, jan./abril. 2008.

SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org) **A escrita da História**. Novas Perspectivas. São Paulo. Unesp. 1992

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista E & R Educação & Realidade**. nº 20. Vol. 2. p. 71-99. jun/dez.1995 .

SCHUCMAN, Lia Vainer. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. **Revista Psicologia Política**. Belo Horizonte, MG. Vol. 10, nº 19, pp. 41-55, jan-jun. 2010.

SEGATO, Rita Laura. Raça é signo. **Série Antropologia**. Nº 372. Brasília. 2005. Disponível em: < <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie372empdf.pdf>> Acesso em: 03 dez. 2014.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**. nº 20. p. 60-70. Maio-agosto. 2002.

SILVA, Leonardo Leocádio. **Entre a guerra e o poder: Tráfico e Política na cidade de Ceilândia**. Brasília, DF. UnB. 2008. 132 p. Dissertação (mestrado). Programa de pós-graduação em antropologia social. Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SOARES, Musumeci Bárbara; ILGENFRITZ, Iara. Prisioneiras: vida e violência atrás das grades. 1ª edição. Garamond.. Rio de Janeiro, 2002.

UNIVERSIDADE DA CALIFÓRNIA (UCLA), 2013. Free Angela Davis and all political prisoners. Outubro/2013. In: **University of California Television (uctv)**. Sítio eletrônico com vídeos e entrevistas produzidos e disponibilizados pela UCTV. Acesso em 01 mai. 2015.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro. Zahar. 1978.



## GLOSSÁRIO DE PALAVRAS E EXPRESSÕES

Arrastão: tem o mesmo sentido de uso comum, mas foi usado para se referir a mutirões realizados pelas/os policiais para levar moradoras/es de rua, prostitutas e usuários de drogas presas/os.

Atrasar cadeia: aumento da sentença penal que geralmente ocorre por conflitos rotineiros entre as internas e que pode também envolver policiais e outros agentes prisionais.

Atribular: Expressão muito usada. Refere-se a perturbações. Por exemplo, uma “dona com a mente atribulada” designa uma mulher com a cabeça cheia de problemas devido às situações de vida ou da convivência prisional.

Bacu: revista policial.

Banda: expressão que designa comportamentos sociais incomuns. No caso de mulheres, designam aquelas que deixam de pertencer às expectativas culturais enquanto mulheres como grupos de meninas envolvidas com crime, gangues, drogas, ou que gostam de festa, etc.

Bater na lata: expressão utilizada quando alguma interna pede para as/os policiais para ir para o seguro, por vontade própria ou pelo uso da força.

Biba: o equivalente a ‘dola’. Pequena porção de drogas, geralmente, enrolada em um pedaço pequeno de saco plástico.

Boi: fosso sanitário geralmente construído rente ao chão, em que a pessoa deve ficar de cócoras para utilizá-lo;

Botar doído: fazer pressão ou impor pelo uso da força algo que se deseja. Por exemplo: “a gente bota doído nas dona” no sentido de submetê-las às regras da cela.

Cabrita: deladoras. Foi usado para as internas que delatam informações sobre a vida na cela para as/os policiais e para as/os traficantes. Também pode designar uma pessoa sobre a qual não se tem confiança na negociação.

Caguetagem: geralmente, acontece quando alguém que tem alguma ligação com a/o traficante presta informações à polícia.

Campana: operações realizadas pela polícia para prender criminosas/os que pode envolver ou não policiais à paisana

Casinha: designa armadilha, arapuca, tocaia. Armar uma situação para alguém ser pego em flagrante, geralmente, no lugar de outra pessoa.

Casinheira: alguém que arma “casinha”.

Cobal: Refere-se aos produtos levados às internas por visitantes como frutas, cigarros, biscoito, dinheiro, lençol, etc.

Corró: já foi citado como cela das provisórias ou a cela onde geralmente as internas aguardam para serem liberadas para ir ao hospital, ou ao enterro de algum parente, etc.

Dar derrame: “dar derrame” é dar prejuízo, dever algo a alguém.

Dar um teco: cheirar uma pequena quantidade de cocaína, e foi também referido como levar um tiro. Exemplo: fulano deu um teco em sicrano.

Dona: ‘dona’ é utilizado pra se referir a qualquer mulher;

Doze diárias: mulheres que são presas levando drogas para o presídio.

Encartuchar: embalar a droga ou dinheiro para levar dentro da vagina ou ânus.

Esparrar: o mesmo que “dar bandeira”. Quando alguém é indiscreto com relação a algo que não deveria ser.

Estourar: é utilizado para se referir ao momento que sai um mandato de prisão por um delito antigo. Por exemplo: “Aí estourou o 157 e ele voltou pro fechado”.

Guerra: termo utilizado para falar dos conflitos que podem levar à morte entre grupos concorrentes no tráfico de drogas ou conflitos de gangues de bairro por questões territoriais.

Inchar: cumprir uma pena muito alta.

Jega: designa a cama das triliches distribuídas nas celas.

Laranja: pessoa que assume um crime que não cometeu, pelo uso da força ou não.

Melhorado: designa a comida que é refeita em baldes com produtos comprados na cantina a partir da comida que é distribuída dentro das celas conhecida por xepa.

Mulher: expressão geralmente usada como aposto no início ou no final das frases da mesma maneira que outras gírias: ‘cara’, ‘velho’, ‘véi’, ‘nega’, etc. Pode ser interpretado como um sinal de intimidade.

Na tranca: designa alguém detida/o. Exemplo: fulano está na tranca.

Dar banho: ficar devendo ao traficante. É um termo pejorativo. Se a/o traficante leva banho de alguma/um devedora/or, ele fica sem honra em seu meio.

Máquina: arma de fogo.

Mocó: esconderijo feito para armazenar a droga. Pode designar tanto um quarto ou uma casa utilizado com essa finalidade como um buraco cavado na terra.

Massa: termo utilizado para designar a população carcerária em geral. Por exemplo: “O seguro tira visita separado da massa.”

Praia: designa um pequeno corredor que fica entre uma traliche e outra, dormitório de muitas internas dada a insuficiência de cama para todas.

Pururuca: aglomerado de cobertas usadas no parlatório para fazer uma espécie de apoio para o sexo durante a visita íntima na penitenciária masculina.

Puxar cadeia: cumprir pena.

Quadrada: arma de fogo.

Rinchar: cumprir pena.

Rodar: ser pega/o pela polícia.

Trepada: portar armas. Exemplo: “Quando eu ia sair à noite, eu só saía trepada”.

Xepa: comida distribuída na penitenciária.

Xerifar: expressão que designa “manter o controle” ou “liderar”. Pode ser usada para alguém que dá voz na cela, conduz as regras, ordens, estabelece horários, etc.

## **ANEXOS**

TABELA I - CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTADAS

Nome fictício	Cidade de origem	Idade	Classificação étnico-racial	Orientação sexual	Última ocupação profissional	Escolaridade	Local de moradia anterior	nº filhas/os	Origem ascendência	Situação conjugal	Tipo de regime	Tempo de sentença cumprida
Lígia	Ceilândia/DF	25	negra	heterossexual	comerciante	EMI	Ceilândia/DF	1	MG/avós	solteira	fechado	1 ano e 9 meses
Estanira	Caracol/PI	38/39**	negra	heterossexual	caseira	EFI	moradora de rua	5	PI/pais	solteira	fechado	1 ano e 3 meses
Dora	Taguatinga/DF	22	negra	bissexual	--	EMI	Estrutural/DF	1	GO/BA/mãe/avó	solteira	semi-aberto	3 anos e 4 meses
Daniela Dantas	NCB/DF*	27	negra	heterossexual	cantora	EMC	Recanto das Emas/DF	4	GO/pais	solteira	semi-aberto	6 anos e 10 meses
Rosa Palmeirão	Sobradinho/DF	32	negra	bissexual	lavadora de carro	EMI	Sobradinho/DF	0	RN/AL/pais	solteira	fechado	2 anos e 3 meses
Silvernilla	Cuiabá/MT	23	parda	bissexual	cabeleireira	EMI	Planaltina/DF	2	MS/mãe	casada	semi-aberto	1 ano e 2 meses
Cabocla Jussara	Ceilândia/DF	30	negra	heterossexual	empregada doméstica	EFI	Várzea/DF	3	MA/CE/pais	casada	fechado	3 anos e 2 meses
Sebastiana	Brasília/DF	25	não houve classificação***	lésbica	garçomete	EFI	Santa Maria/DF	0	CE/RJ/pais	casada	fechado	3 anos e 5 meses
Ialodé	Gama/DF	27	negra	heterossexual	construção civil	EFC	Gama/DF	4	CE/mãe	solteira	fechado	1 ano e 5 meses
Adélia	Brasília/DF	34	negra	lésbica	cofeira	EFI	Paranoá/DF	6	PE/pais	casada	fechado	7 anos e 7 meses
Neide	Taguatinga/DF	43	branca	heterossexual	auxiliar de comerciante	EMC	Taguatinga/DF	6	MG/GO/pais	solteira	fechado	2 anos e 4 meses
Rosemêlem	Arinos/MG	34	negra	heterossexual	merendeira	EFI	Foz do Iguaçu	4	MG/avó	solteira	fechado	1 ano
Zulmira	Gama/DF	28	parda	heterossexual	manicure	EMC	Santa Maria/DF	2	PB/RN/pais	solteira	fechado	4 meses

\*A sigla NCB significa Núcleo de Custódia de Brasília. Optei por preservar o relato de Daniela de que havia nascido dentro da prisão. A sigla refere-se à penitenciária antiga que abrigava às mulheres junto aos homens na Fazenda Papuda, onde hoje se localiza o Complexo Penitenciário da Papuda, exclusiva para homens.

\*\* Estanira não sabe a idade que tem, pois até ser presa nessa última passagem, não tinha documento de identidade.

\*\*\* Sebastiana recebeu alvará de soltura antes da segunda parte da entrevista, portanto, não foi possível saber sua classificação étnico-racial.

O item 'local de moradia anterior' corresponde à cidade que a entrevistada morava antes da última passagem pela PFDF.

O item 'Origem ascendência' designa o local de nascimento dos pais, o segundo, o local de nascimento do pai. O item 'local de moradia anterior' designa o local de nascimento da mãe, o segundo, o local de nascimento do pai.

No item 'Escolaridade' usei siglas de abreviação para uma melhor visualização: EM – Ensino Médio; EF – Ensino Fundamental; C – completo; I – Incompleto. Ex: EMI – Ensino Médio Incompleto

## ROTEIRO DE ENTREVISTA E ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DIRETA

### Roteiro de entrevista

#### **Infância/juventude:**

- Origem da entrevistada e da família; local de nascimento dela e dos pais; trabalho/emprego dos pais; renda média dos pais;
- Convivência com os pais; relação com os pais; relação entre os pais; convivência com irmãos/ãs; relação com os irmãos/irmãs; sentimentos; impressões;
- Violência doméstica (sexual, psicológica, patrimonial, moral, física); abuso ou coerção sexual; relação de agressor/a e vítima;
- Atividades de casa; divisão das atividades domésticas entre os membros da casa; relação com a divisão das atividades;
- Relação entre família e vizinhos/as; relação entre família e comunidade;
- Brincadeiras; brincadeiras de rua e jogos; diversão; tempo dentro de casa; tempo fora de casa; obrigações e tempo livre; lembranças de infância; possibilidade de trânsito pelas ruas do bairro/cidade;
- Relações afetivas fora da família; relação com drogas; impressões sobre as drogas; violência policial, violência nas ruas;
- Membros da família e drogas; condenação; crimes; violência;
- Cor/etnia; elaborações em relação à cor; sentimentos, impressões, autoimagem; associação de cor/etnia às experiências pessoais na história de vida;
- Trabalho extradoméstico; serviços/bicos/empregos/favores recorrentes;
- Escola; relação com estudos; relação com colegas; relação com professores/as e corpo escolar; ambiente escolar; atividades no intervalo entre as aulas e após ser liberada. Lembranças, impressões, ideias acerca de ensino/escola, sentido do ensino; preferência por disciplina; preferência por professor/a;

#### **Juventude/Aduldez:**

- Primeiras experiências sexuais; primeiro beijo; menstruação; primeira relação sexual; sentimentos; impressões, sensações; visão de mundo em relação à sexualidade, proibições e permissões femininas em relação à sexualidade;
- Gravidez; descoberta; sentimentos, impressões; acesso a atendimento médico; condição de liberdade/encarceramento na gravidez; desejo de ter o/a filho/a; desejo do pai de ter o/a filho/a; aborto;
- Gravidez e maternidade; percepções sobre maternidade; relação com o/a filho/a; relação da gravidez com o pai da criança; gravidez e família da mãe; gravidez e família do pai; sentimentos; impressões, representações;
- Elaborações acerca de educação e criação, encargos, responsabilidades;
- Situação financeira; contribuições de terceiros; provisão do pai;
- Rede de cuidado da/o filha/o; relações de vizinhança;

- Situação conjugal; satisfação afetiva/sexual; satisfação da entrevistada em relação à posição do marido/companheiro como homem;
- Possíveis elaborações acerca de autodeclaração de mãe solteira; sentimentos; mãe solteira e relação com a comunidade; mãe solteira e relação com vizinhos/as próximas/os; mãe solteira e relação com a família da entrevistada e do pai da criança;
- Religião; participação em cerimônias; fé religiosa; atividades relacionadas a isso; imagem de deus; representações; elaboração acerca do papel da religião/deus/fé na vida da entrevistada, impactos na história relatada;
- Último trabalho; outros trabalhos; regulamentação das jornadas; carteira assinada; funções desempenhadas; renda; rotina de trabalho; turnos; trabalho doméstico/público; regularidade no pagamento; uso do tempo;
- Passagens na adolescência; identificação dos artigos; primeira passagem na PFDF; incidência/reincidência; tipificação de regime; tempo de sentença cumprida/tempo de sentença; abordagem policial na passagem atual e em outras; relação com os agentes prisionais; condições de habitação nas celas; chegada na PFDF, impressões, sentimentos;
- Elaborações atuais acerca do tráfico de drogas; crime; percepções e sensações; representações; relação entre tráfico de drogas e condenação; tráfico de drogas como meio de ganhar a vida;
- Percepções em relação à individualização/coletivização do crime por tráfico de drogas; mulheres e tráfico de drogas; histórias semelhantes;

#### Roteiro de observação direta

- Conversas no portão; identificação de dia e hora;
- Observação de ações/reações do plantão policial com as visitas; observação do plantão policial e acontecimentos no interior da penitenciária, identificação de dia e hora;
- Conversas nos corredores do NUSUP; observação da relação entre agentes prisionais; observação da relação de agentes prisionais com as internas; identificação das internas, identificação de dia e hora;
- Entrevista:
- Observação da linguagem corporal; tensão e retração; identificação das vestimentas; identificação da reação inicial ao entrar na sala; identificação de dia, horário e local da entrevista; observação das condições ambientais;
- Identificação das emoções durante as entrevistas; sob quais temas surgem quais emoções; disposição de fala; expressões da entrevistada; reações emocionais; diferenças entre as entrevistadas, etc.;

## QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA

### Questionário de pesquisa:

- 1) Onde e quando você nasceu?
- 2) Como foi sua infância. Conte-me um pouco sobre ela?
- 3) Quais são suas primeiras lembranças?
- 4) Você conheceu seus pais? Conviveu com eles? Fale um pouco sobre eles.
- 5) Você tem irmãos/ãs? Fale-me um pouco sobre eles/as;
- 6) Tinha alguém fora da família por quem você tinha carinho/afeto?
- 7) Onde você morava? Como era, na sua casa, a divisão de tarefas?
- 8) Alguém trabalhava na sua casa? E você, já trabalhou?
- 9) Você já estudou? Quando e onde começou a estudar?
- 10) O que você fazia quando estava fora de casa? Como costumava se divertir?
- 11) Você costumava brincar? Como eram as brincadeiras? Brincava na companhia de alguém?
- 12) Qual foi a primeira vez que entrou em contato com drogas lícitas? E com drogas ilícitas? Como isso aconteceu?
- 13) Você já experimentou alguma droga ilícita? E lícita? Como isso aconteceu? Conte-me um pouco sobre isso.
- 14) Já passou por alguma instituição de menores? Quando? Como foi isso?
- 15) Como foi a primeira vez que se sentiu atraída por alguém? Conte-me um pouco sobre isso.
- 16) Quando você começou a se relacionar (namorar, ficar)?
- 17) Você têm filhos/as? Já engravidou alguma vez?
- 18) Você já se casou? Atualmente, é casada? Fale-me um pouco sobre isso.
- 19) Você recebe/recebeu ajuda de alguém para cuidar do/a filho/a?
- 20) Você trabalhava antes de vir para a PFDF? E estudava? Fale-me um pouco sobre isso.



- 21) O que você tinha que fazer no trabalho? Tinha horário para entrar e sair? Tinha carteira assinada?
- 22) Como você chegou até a PFDF? É a primeira vez que você passa por uma Unidade?
- 23) É a primeira vez que comete um ato infracional?
- 24) Fale-me um pouco sobre sua vida aqui.
- 25) Você faz parte do NUEN (Núcleo de Ensino)?
- 26) Já participou de algum curso/oficina profissionalizante?
- 27) Convive com muitas colegas na cela? Fale-me um pouco sobre elas.
- 28) Elas estão aqui por motivos semelhantes?
- 29) Como é o relacionamento com os/as funcionários/as?
- 30) O que você pensa em fazer quando sair daqui?

**Nome:**

Possui algum apelido entre as internas? Gostaria de dizê-lo?

Qual identificação gostaria de adotar para a pesquisa?



**Autos nº 00493566420118070015**  
(Processo antigo nº 20110112358413)

### DECISÃO

Interessada: **JULIANA GONÇALVES CACERES**

Juntem-se os documentos que se encontram acostados à contracapa dos autos.

Trata-se de novo pedido de autorização para entrada na PFDF para realização de pesquisa de cunho acadêmico.

Verifica-se que o ofício encaminhado pela SESIPE já adianta seu posicionamento favorável ao deferimento do requerimento.

Dessa forma, **ouça-se a direção da PFDF e o Ministério Público**.

Sem prejuízo, não havendo manifestação em contrário, **DEFIRO** desde logo o pedido de autorização apresentado, observando-se o disposto no item 04 da decisão de fl. 03.

Comunique-se.

Após, não havendo requerimentos, arquite-se, com as cautelas de praxe.

Distrito Federal, 8 de Maio de 2013.

  
**ADEMAR SILVA DE VASCONCELOS**  
JUIZ(A) DE DIREITO

# TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO

## **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Participação em Pesquisa**

**Título da Pesquisa:** Trajetórias sociais de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas no Distrito Federal (título provisório)

**Pesquisadora responsável:** Juliana Gonçalves Caceres, PPGNEIM.

**Objetivo da pesquisa:** Verificar como os eixos sociais estruturantes de raça, gênero, classe, local de moradia, entre outros, se estruturam em cada história de vida das mulheres envolvidas e detidas por tráfico de drogas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal.

**Participantes:** Mulheres em situação de cárcere na Penitenciária Feminina do Distrito Federal.

**Síntese dos Procedimentos:** Realização de entrevistas semiestruturada, a ser realizada nas dependências da Penitenciária Feminina do Distrito Federal.

### **Esclarecimentos:**

- a) em qualquer momento do projeto, as/os participantes e responsáveis terão direito a quaisquer esclarecimentos em relação ao projeto;
- b) o participante poderá se desligar do projeto, sem quaisquer constrangimento ou perda de direitos relacionados a sua participação na pesquisa;
- c) a identificação das/os participantes não será exposta nas conclusões ou publicações do trabalho;

Brasília, DF, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

## ASPECTOS DE GÊNERO, RAÇA E LOCALIZAÇÃO NA CLASSIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA PESQUISA

Nesse anexo, os fatores interseccionais de gênero, raça, classe e localização auxiliam a entender como se imbricaram os aspectos que surgiram na situação de entrevista e que comportam o processo de classificação étnico-racial. Pretendo fazer uma discussão sobre questões raciais por meio do espaço que surgiu entre as categorias nativas de autoclassificação das entrevistadas e a heteroclassificação realizada por mim segundo os termos oficiais do IBGE. Abrem-se questões para o debate sobre a complexidade desse processo de classificação racial enquanto uma categoria que se relaciona com o ambiente carcerário, com a entrevistadora e com demais aspectos próprios da pesquisa.

### Cor/etnia

Há no primeiro capítulo uma breve explicação da tabela de caracterização social das entrevistadas (Tabela I) e uma descrição etnográfica dos aspectos ambientais centrais ao trabalho de campo. No que diz respeito à classificação de cor/etnia como pode ser percebido, mantive as categorias de heteroclassificação que resultaram em doze participantes negras e uma branca. Optei por uma metodologia de entrevista semiestruturada com dois movimentos: o primeiro deles se caracteriza pelo sistema de autoclassificação aberta realizado durante a entrevista semiestruturada mediante a pergunta: Você se autodeclara de que *cor*?<sup>46</sup> A pergunta era feita sem alusão às classificações oficiais do IBGE. Assim, as entrevistadas respondiam conforme suas próprias referências. O segundo movimento se dedica à heteroclassificação fechada, ou seja, a pesquisadora as classifica segundo os termos oficiais de classificação étnico-racial do IBGE e em diálogo com os referenciais teóricos raciais e de gênero e as características peculiares à situação de pesquisa que são aspectos classificados segundo a frequência com que apareceram nas entrevistas – aspectos próprios à situação de

---

<sup>46</sup> Optei pelo termo ‘cor’ de acordo com Guimarães (p. 98, 2003) “‘Cor’ nunca é um conceito analítico, a não ser talvez na pintura, na estética, na fotografia [...] nas ciências sociais ele é sempre um conceito nativo, usado para classificar as pessoas nas mais diversas sociedades.”. E ainda porque o termo “[...] pode funcionar como nexos discursivos entre os conceitos de raça e cultura [...]” (FONSECA, NASCIMENTO, 2008, p. 54). Contudo, deve-se sublinhar que o termo não pode ser usado sem ter em conta que “[...] a classificação por cor é orientada pela ideia de raça, ou seja, que a classificação das pessoas por cor é orientada por um discurso sobre qualidades, atitudes e essências transmitidas por sangue, que remontam a uma origem ancestral comum numa das ‘subespecies humanas’.” (GUIMARÃES, 2003, p. 103).

encarceramento, aspecto relacional entrevistadora e entrevistada, índices de caracterização social do grupo conforme a Tabela I e aspectos ligados à trajetória de vida.

**TABELA XV – ASPECTOS RELACIONAIS DAS ENTREVISTAS E TERMOS DE AUTOCLASSIFICAÇÃO RACIAL**

O primeiro aspecto busca mostrar como que as identidades raciais são ou podem ser construídas a partir da dimensão do diálogo e das relações de poder entre as duas partes,

	Zulmira	Lígia	Estamira	Dora	Daniela	Palmeirão	Silverinha	Jussara	Ialodê	Adélia	Neide	Rosemelen
<b>Termos de autoclassificação étnico-racial</b>	parda	morena	morena	negra	sarará	negra	parda	negra	morena	morena	branca	negra
<b>1. Aspectos relacionais da entrevista</b>		X			X			X	X	X		X
<b>2. Trajetória de vida</b>			X		X	X						
<b>3. Índices da caracterização social</b>		X	X	X						X		
<b>4. Elementos do encarceramento</b>		X				X	X	X	X		X	

entrevistadora e entrevistada. Esse fator se expressou de distintas maneiras: pelo peso de uma pergunta realizada anteriormente à questão sobre cor/etnia, pela construção de fronteiras entre o universo da entrevistada e da pesquisadora ao longo da entrevista e pela variação de respostas sobre a autoclassificação étnico-racial mediante diferentes interlocutoras/es. O segundo aspecto evidencia a resposta das entrevistadas com a narração sobre suas trajetórias de vida relacionando a influência dos elementos que marcam os relatos de cada uma delas com a resposta dada. O terceiro aspecto mostra uma relação entre as respostas de autoclassificação racial com os itens da Tabela I como a origem dos parentes ascendentes, local de nascimento, etc. E o quarto fator ilustra como algumas participantes usaram aspectos inerentes à rotina prisional como o escurecimento ou amarelamento da pele para induzir suas respostas sobre cor/etnia.

Não cabe dizer como se deu especificamente o processo de autoclassificação de cada uma das entrevistadas. Infelizmente, não há espaço para discutir cada caso, mas verificar

como que seguiram alguns padrões de respostas conforme os itens selecionados. Segundo a Tabela XV, a primeira observação imediata é que não houve influência de nenhum dos aspectos estipulados para análise nas duas entrevistadas que se caracterizaram como pardas e na única que se caracterizou como branca. As respostas foram diretas. No caso de Silveirinha e Neide, embora uma se classificasse como branca e a outra como parda, ambas disseram que estavam branqueadas, fazendo um comentário jocoso sobre o fato de não tomarem sol devido ao tempo de encarceramento. Danila, a única que se declarou sarará e as demais que se declararam negras ou morenas contaram com mais de um aspecto relacional de influência. Nesse último grupo, o aspecto de número um, “aspectos relacionais da entrevista” teve maior relevância para a autoclassificação das entrevistadas.

Com Lígia, Ialodê e Adélia apareceu uma variação de cor segundo as/os diferentes interlocutoras/es que apareceram nas suas falas. Durante a entrevista, Lígia, em um breve momento de silêncio entre uma pergunta e outra relatou espontaneamente a composição étnico-racial da sua família dizendo que “tem preto, tem branco, tem de tudo”. Seu avô do norte, a parte branca e sua avó de Minas Gerais, a parte preta, deram origem a uma família misturada. Ela começa: “Minha mãe é morena né, aí tem, deixa eu ver mais quantos preto tem, tem minha mãe, e mais dois tio meu, aí as outras filhas, a maioria da mulheres, a única que é morena é minha mãe, as outras é assim da *sua cor* [...] puxei para minha mãe”. Diz que puxou para o lado da sua mãe, a única preta/morena. Depois que faço a pergunta referente à sua cor: “Lígia: eu? Acho que morena né, negra eu não sou porque negro é bem preto né, sou assim morena, que também é o sol, a gente também pega muito sol aqui, morena, o corpo da gente fica totalmente diferente aqui.” É notável que Lígia, depois da pergunta, clareia seu tom de morenice segundo sua interlocutora, a mãe, um grau mais escuro, e eu um grau mais claro. Adélia, igualmente, se diz morena quando pergunto qual é sua cor. Em seguida, me conta sobre um diálogo que teve com sua esposa na cela - “Adélia: Ela [a esposa] é tão neguinha assim, bem moreninha assim, ela não gosta da cor dela, ela é racista, você acredita? Eu falo [para a esposa] ‘moço, você preta desse jeito, e você é racista!? Ela ‘não, só não gosto de preto.’ Eu ‘então tu não gosta de mim não!’ Aí ela ‘mas você não é preta! Eu ‘ué, mas é lógico que eu sou!’” – em que ela se identifica como preta. Ialodê, da mesma maneira, me responde: - “eu acho que eu sou morena, não? [silêncio] mas eu tô queimada do sol viu Juliana! Risos. Morena, preta? Ué, eu me considero morena!” – mas em outro trecho da entrevista quando fala das diferenças de personalidade com a irmã, curiosamente, a primeira característica que a coloca como distinta é a cor branca: “[...] Ialodê: a gente é totalmente

diferente uma da outra. Eu: ela é como? Ialodê: ela é branquinha. Tudo ela fica com raiva, ela não tem amizade por ela ser muito nojenta, ela é bem diferente de mim. Eu não, onde eu chego eu já faço amizade, falo com todo mundo [...]”.

Segundo Segato (2005) e Schucman (2010) no Brasil, diferente dos Estados Unidos, a classificação racial acontece, sobretudo, pela identificação de marcas fenotípicas entre as quais o quesito cor é o mais presente. Por conseguinte, a produção do racismo - conquanto a categoria raça seja um equívoco do ponto de vista científico da biologia genética - acontece mediante a eleição de determinados atributos corporais considerados de origem africana. Além da cor preta, formato de boca, nariz e olhos, tipo e cor de cabelo, trejeitos corporais, sotaques, outros elementos figuram na lista de marcas determinantes (SCHUCMAN, 2010). As respectivas falas acima ilustram bem a centralidade da cor no processo de autoclassificação étnico-racial, utilizando-se de marcas de gradação cromática, e o tom amarelado ou escuro da pele frente ao tempo de encarceramento e presença no banho de sol. Outro fator curioso que evidencia a importância do espectro cromático na classificação étnico-racial foi o fato de algumas entrevistadas, ao escutar a pergunta sobre cor/etnia, olharem o próprio corpo como se estivessem procurando pela resposta. Esse processo de classificação pela gradação de cor da pele no processo de autoclassificação racial brasileiro pode ser visto como elemento sintomático do papel que a ideologia da mestiçagem ocupa na história da classificação racial no país pelo menos desde o século XIX (PETRUCCELLI, 2013a).

A Guerra do Paraguai (1865-1870) reacendeu as chamas do debate sobre a construção de uma identidade nacional à luz das doutrinas racistas europeias retornando o tema às preocupações políticas dos governantes. Quem era o brasileiro? Desde a independência do Brasil em 1822, a questão estava em pauta (PETRUCCELLI, 2013a). Essa ideia ganhou corpo com a proclamação da república, e, em discussão na sociedade pós-abolicionista, pois se ligava a um novo projeto de civilização<sup>47</sup> onde se pretendia esquecer o passado colonial brasileiro em detrimento da nova era da modernidade (OLIVEIRA, 2005). A ideologia da mestiçagem surge como pilar fundamental na criação da nova identidade brasileira uma vez

---

<sup>47</sup> É válido lembrar ao leitor para fins do projeto de dissertação que a ideia de uma nova civilização foi discutida juntamente à ideia de transferência da capital e do Distrito Federal do Rio de Janeiro para o interior do país. Inclusive, o historiador Francisco Adolfo Vernhagen sobre o qual discorri na próxima nota escreveu também em 1877 um livro intitulado *A questão da capital: Marítima ou interior?* onde defende abertamente a mudança da capital para o interior, com base no argumento de que a nova sede do governo se mostraria “[...] mais adequada a civilizar todo o sertão [...]” (VARNHAGEN, 1978, p. 32 apud OLIVEIRA, 2005, p. 88).

que anunciava a/o mestiça/o como filha/o das três raças, com um alicerce no passado histórico anterior à Independência, e uma imagem emblemática pela qual se reconhecia o legítimo cidadão de um novo Brasil-Nação. A figura da/o mestiça/o foi uma boa alternativa para o problema do “negro liberto” que não poderia ficar subsumido no Brasil indigenista do século XIX na figura do caboclo e que deveria ser incorporado ao povo brasileiro (GUIMARÃES, 2003). Forjava-se por trás da aparência democrática do mestiço como congregador das três raças o desaparecimento contínuo do negro e do índio diluído na miscigenação com as/os brancas/os da imigração seletiva de origem alemã, suíça, espanhola e italiana, presentes no Brasil desde a segunda metade do século XIX (PETRUCCELLI, 2013a).

Portanto, conforme se mostrasse o avanço das gerações nesse cruzamento: “[...] a raça negra, degenerada e inferior, iria contribuir com a construção de uma nova nação à medida que fosse assimilada, absorvida pela raça branca, caucasiana”.<sup>48</sup> (MOTA, 1998 apud PETRUCCELLI, p. ?, 2013a). Assim, a nova civilização brasileira que se anunciava no porvir do século XX, ideologicamente, continuava refém se não do racismo do século XIX, pelo menos da ideia de raça e das divisões baseadas em um extremo racismo entre negras/os e brancas/os, contudo, disfarçada em um mito antirracista urdido na figura do mestiço onde a cor era apenas um acidente e a raça não existia (GUIMARÃES, 2003). É observável que no segundo Recenseamento ocorrido no Brasil, em 1890, o termo ‘pardo’ é substituído por ‘mestiço’ corroborando com essas ideias. No século XX, nas décadas de dez, vinte e trinta não houve Censo, sendo retomado este trabalho na década de quarenta em que a classificação se ateve a branco, preto e incluiu-se amarelo para as/os imigrantes asiáticas/os. Nas décadas de cinquenta e sessenta a classificação parda retorna como caracterização de cor e pela primeira vez há referência à autoclassificação. Na década de setenta, a pergunta sobre autoclassificação é retirada. E na década de oitenta e no ano de 1991 mantêm-se o termo. Nesse mesmo ano, a classificação indígena é retomada após cento e um anos de omissão! Nos

---

<sup>48</sup> As ideias de uma democracia racial brasileira levada a cabo pela construção histórica da figura do mestiço e pela ideologia do branqueamento tem sua fundação em pelo menos duas publicações que tiveram grande impacto entre os intelectuais da época: *Como se deve escrever a história do Brasil* (1854) Karl Friedrich Phillip von Martius e *Historia geral do Brazil* (1854) de Francisco Adolfo de Vahrgen. A primeira, vencedora do concurso do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro cujo prêmio celebrava o autor que melhor tivesse uma proposta sobre como escrever a história do Brasil, preocupação da Coroa no período pós-independência brasileira. E a segunda, encomendada pela Coroa consagrou seu autor como historiador que alguns anos antes havia sido Primeiro- Secretário do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro criado em 1838. Ambos, em seus respectivos manuscritos incluíam ideias de degeneração da raça negra e uma série de adjetivações negativistas que contemplavam uma ideia de inferioridade dessa mesma população e a responsabilizavam pela degeneração da humanidade.



anos de 2000 e 2010 a classificação se mantém como a conhecemos hoje: preta, branca, amarela, parda e indígena (PETRUCCELLI, 2013a).

Mediante esses fatos históricos, uma série de nomeações mestiças antigas e novas orientam as linhas de cor no Brasil pautadas pela aparência ou visibilidade: “[...] o pardo, o moreno, o mulato, o crioulo, o cafuzo, o caboré, o cabra, o fula, o cabrocha, o sarará, o preto-açá, o guajiru, o saruê, o grauçá, o banda-forra, o carió [...]” (NASCIMENTO, FONSECA, 2013, p. ?). Entre essas denominações, encontramos dois termos comuns à pesquisa: ‘morena’ e ‘sarará’. Historicamente, portanto, ‘morena’ é uma terminologia imanente à ideologia da mestiçagem e que pode ser usada como subterfúgio para sobrepujar a identidade negra e/ou índia, representando-as de maneira latente e referenciando a identidade branca de forma explícita. Contudo, ‘morena’ é uma classificação tanto de cor/etnia quanto de gênero, e dado o contexto brasileiro, identificar-se como morena, frente à presença da figura feminina da mulata no imaginário nacional, é diferente de classificar-se como moreno ou mulato. (CORRÊA, 1996).

A ‘mulata’ é um imbricamento das intersecções de ‘gênero’ e ‘cor/etnia’ que se constitui em uma figura feminina muito específica de corpo gracioso, de cintura fina, com um rebolado no andar, um comportamento característico: “[...] cheirosa, gostosa, dengosa e sensual, em suma, **desejável**.” (CORRÊA, 1996, p. 39, grifo da autora). A mulata “[...] é a tal [...]” (CORRÊA, 1996, p. 48) - a mestiça porta-estandarte dentro da enorme lista de gradações de cor Brasil afora. Exaltada e glorificada pela sua sensualidade, a mulata é ainda categoria nativa, de sentido histórico atual e dadas essas particularidades tem uma localização muito própria no espectro cromático, pouco negociável (CORRÊA, 1996). Mais ou menos como o mestiço historicamente furta a identidade negra e índia: “[...] no âmbito das classificações de gênero, ao encarnar de maneira tão explícita o desejo Masculino Branco, a mulata também revela a rejeição que essa encarnação esconde: a rejeição da negra preta.” (CORRÊA, p. 50).

Uma atualização recorrente do mito da mulata é a venda de uma suposta sexualidade nacional, brasileira aos estrangeiros no contexto internacional do mercado de prostituição. Piscitelli (1996), em uma investigação a respeito da produção midiática sobre esse tema expõe a preferência dos gringos (homens brancos, com uma renda consideravelmente mais alta e de países europeus) pelas morenas, mulatas, mulheres jovens da pele escura. E igualmente à mulata da literatura do século XIX, atribui-se às morenas preferidas pelos estrangeiros determinados traços: “coxas largas [...] formas sinuosas, bundas arrebitadas [...]”

(PISCITELLI, 1996, p. 24/25). E ainda características comportamentais: “Alegria, sensualidade, juventude, afetuosidade, submissão, docilidade [...]” (Ibidem, p. 27, 1996) bem semelhantes às da mulata.

Então, o que significa praticamente um terço das entrevistadas terem se classificado enquanto morenas dentro do contexto prisional? As prisões, enquanto instituições totais, segundo Goffman (2011), procuram destituir os sujeitos dos aspectos subjetivos das suas identidades pessoais. Levando-se em consideração que o sujeito não tem inteligibilidade ontológica - e eu acrescentaria social - sem ser em sua forma gendrada binária (BUTLER, 1998) pode-se dizer que em uma penitenciária feminina, entre esses traços identitários está a feminilidade. Por diversas vezes em que estava aguardando o momento de entrar junto ao portão, vi tirarem das sacolas das/os visitantes itens como creme hidratante, calças coladas ao corpo, roupas transparentes, condicionador, absorventes, calcinhas, etc. Se utensílios de vestimenta e higiene não são bem-vindos, produtos considerados secundários ou desnecessários não são nem sequer cogitados nas falas das internas de regime fechado – batom, lixa de unha, esmalte, maquiagem e outros.

Levanto a possibilidade que classificar-se como ‘morena’ em reduto onde corpos femininos jazem ao abandono – inclusive, um abandono afetivo pelos seus maridos e companheiros - e são impossibilitados de exercerem os rituais que produzem essa feminilidade não é uma resposta inocente. Há uma identificação com uma figura feminina que dentro de uma escala estética e cromática (racial) é desejável, bonita, charmosa, doce e de formas sinuosas. Outra hipótese que figura na autoclassificação como morena é a interlocução com uma entrevistadora branca. É crível que embora haja uma tentativa de abrandar o desequilíbrio de poder na relação entre a entrevistadora e as entrevistadas, a ‘cor/etnia’ é um signo corpóreo (SEGATO, 2010). Visual e esteticamente, já impõe signos hegemônicos, hipervalorizados socialmente, e talvez de forma mais contrastante no contexto prisional.<sup>49</sup>.

Estamira que também se declarou morena já apresenta influências do segundo aspecto, a influência da trajetória de vida, e do terceiro - um índice de escolaridade de ensino fundamental incompleto, um dos itens de caracterização social. Entre as entrevistadas, Estamira apresenta uma trajetória de vida marcada por um grau extremo de violência doméstica e de gênero por parte da mãe e do padrasto. Os excessos do vício em craque e o

---

<sup>49</sup> Gostaria de agradecer à orientadora Márcia Macêdo pela reflexão construída em conjunto.

baixo índice de escolaridade imprimem ao seu depoimento marcas de esquecimento. Em determinado trecho ela comenta que não sabe contar direito sua história devido aos vinte e oito anos de química. Estamira, de fato, lembra menos que outras entrevistadas da ordem cronológica dos acontecimentos e dos nomes das instituições. Uma vida atravessada por uma violência intrínseca ao seu lar não permite que o processo de identificação étnico-racial se construa, por exemplo, como o de Lígia e Dora que exhibe na sua fala sua origem racial com apelo à matriz familiar e, no caso de Dora, ao local de nascimento dos seus ascendentes. Esses fatores se somam à hipótese anterior sobre as peculiaridades de gênero que se enovelam nas classificações raciais e no contexto prisional.

Já Danila, que se diz sarará, apela a uma categoria mais neutra do ponto de vista da classificação de gênero. Contudo, como sua resposta é emblemática à ideologia da mestiçagem, ela reflete na descrição palavras que a vinculam à morena ou à mulata: “eu: e você se declara de que cor? Cara, eu sou da raça sarará né? Meu pai é sarará, nós, é... eu sou nê... é, eu sou a verdadeira negra né, do olho claro, do cabelo afros, assim da pele mista né, não sou branca nem preta, é, eu me considero a verdadeira sarará com muito orgulho!”. Um aspecto narrativo da trajetória de Danila não deve deixar de ser mencionado com relação a sua resposta: ela se divide em duas Danilas diferentes. A primeira ligada a um passado do crime: “drogada”, “que todo mundo achava que ia morrer na cadeia, com um tiro no meio da cara” e a segunda, uma mulher reconstruída pelo fato de ter sido descoberta como cantora dentro da PFDF. São vários os marcadores que Danila traz para esse segundo momento da sua vida – “uma mulher que luta por uma causa importante [combate ao uso do craque]”, que tem uma profissão, que é uma artista, que tem desejo de construir, cheia de esperança, que descobriu o lado bom da vida. Esse último aspecto - “comer uma comida bem, ter uma coisa boa, conhecer lugares diferentes” - são ligados aos predicados que ela usa para se definir como “alguém que teve uma vida legal”, “que fez tudo direitinho”, “que teve afeto”. Em determinada parte da entrevista que comento que ela se parece muito com uma amiga minha, Danila responde: “espontânea, né? [...] Os outros fala que eu sou artista daqui mesmo, que eu interpreto, eu canto, eu danço, eu faço tudo”. Na primeira parte da entrevista fica nítido um interesse em divulgar seu material de produção: seus videotapes, seus vídeos nos canais eletrônicos, as reportagens escritas, seu programa de rádio, etc. Sua narrativa age como se estivesse sendo entrevistada por uma emissora televisiva, ou pelo meio artístico. No caminhar do seu depoimento, Danila reconstrói sua identidade subjetiva ao fundir elementos pessoais da sua trajetória e do desnudamento de um novo mundo que se abre à sua vida com predicados

que usa para qualificar meu *locus* social. O elemento racial, apesar de não ser diretamente mencionado, é indispensável a essa caracterização. Nesse caso, tornam-se solúveis o aspecto um - aspecto relacional da entrevista - e o segundo, sobre a trajetória de vida.

Quanto ao grupo autoidentificado como negro, a influência dos fatores foi mais dispersa. O quarto aspecto é usado com uma função descritiva e distintiva que separa o tom da pele da cor negra usada para a autotaxação. Palmeirão, para responder à pergunta - “Agora eu to amarela, mas eu sou negra [...]” - assim como Jussara - “ah, mulher, ultimamente eu tô mais preta do que tudo viu, mas eu devo ser negra né [...]”. Apesar de não se revelar um padrão de fatores, as mulheres desse grupo mostraram um ponto de vista mais bem delineado sobre pertencimento sociorracial em suas respostas e comentários. Palmeirão, em um trecho cujo assunto tratava sobre brincadeiras de infância dizia que se relacionava melhor com os meninos uma vez que: “porque sempre assim você tem muitas amiguinhas né, se você tiver o cabelo liso, se for bonitinha, se você for mais cheinha, agora quando você é estranha, tem piolho, é magrela, você é mais assim, excluída [...]”. A resposta de Palmeirão mostra uma faceta estética e afetiva da classificação racial concluindo como o padrão de normalidade da beleza se associa a traços fenotípicos brancos. Da mesma forma, Dora, neta de uma avó quilombola nascida em Cavalcante<sup>50</sup>, interior do Goiás, depois de relatar a composição racial das/os suas/seus parentes por parte de mãe, usa expressões que brincam com as terminologias que “abrandam” o tom de pele exibindo, em alto tom de voz, um orgulho pelo seu pertencimento étnico: “[...] negra, eu acho que eu sou negra, minha família todo mundo é preto, calungueiro do gogó desse tamanho aqui. Minha vó teve dez filhos, só três que é branco, o resto tudo é preto. *Preto mesmo, sem medo!* Não é moreno não, é negro, negro, negro, negro, negro. [...] Negro assim sem dó.” Ela fala rindo. Mesmo dizendo que tem um tom de pele moreno claro se comparado ao da sua mãe, que recicla lixo, e que, portanto, pega muito sol, se afirma negra.

---

<sup>50</sup>A história do quilombo Kalunga remete à época da mineração no Brasil, por volta de 1700. A leva de escravos/os para compor a mão-de-obra provocou um repovoamento na região durante o ciclo do ouro em território conhecido pelo nome de minas dos Goyazes. Esse último nome, alusão aos indígenas que habitavam a região na época. Com as primeiras fugas, logo se formaram os primeiros quilombos. O termo *kalunga* na língua banto significa: lugar sagrado de proteção. Hoje, a Comunidade Remanescente do Quilombo Kalunga possui um dos maiores territórios do Brasil compreendendo três municípios no interior goiano: Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás. Ver: CANTIA, Aline; BOLONI, Eduardo. Projeto Brasil Quilombola. **Revista Agoranet**. Covilhã, Portugal. 2003-2005. Disponível em: < <http://www.labcom.ubi.pt/files/agoranet/04.html> >. Acesso em 04 dez. 2014.

Jussara, pela sua passagem nos colégios públicos que ficavam em bairros nobres de Brasília (RA I) como asa norte e lago norte percebeu que poucos alunas/os se misturavam com os “favelados” do Varjão (RA XXIII), cidade-satélite localizada em periferia de bairro nobre. Isso é bem traduzido em sua fala no momento em que é expulsa de uma escola pública do bairro da asa norte por ter ameaçado um aluno com uma arma que a xingou de “favelada”. A perspectiva de pertencimento sociorracial se vincula ao eixo de localização, na díade centro-periferia. E Rosemélen, pelo aspecto relacional, ao apresentar sua infância vivida em Arinos, cidade do interior de Minas Gerais, criada por uma avó que era curandeira e repentista, me pergunta, à medida que vai contando sua história, se sei o que é uma casa de pico, o que é repente, o que é curandeira, e finalmente, o que é esmolar. A entrevistada exprime suas expectativas culturais com relação aos meus signos sociorraciais e sublinha, em tom de ironia, por meio das perguntas, a distância entre os nossos universos.

Embora Guimarães (2003) constate que o termo ‘negra/o’ não era ainda uma categoria nativa nas décadas de oitenta no sentido de fazer parte do vocabulário costumeiro e de ter um sentido histórico e afetivo, isso parece ter mudado na última década. Silvério, Santos e Bernardino-Costa (2009) assinalam algumas medidas que podem ter contribuído para isso no campo das políticas afirmativas: a adoção das cotas raciais para ingresso nas universidades e para acessos a cargos e empregos em alguns órgãos públicos, a Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância (2001) onde o Brasil se compromete a tomar medidas pelo combate ao racismo, a Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, etc. Tanto é que o termo ‘negra/o’ se mostra largamente mais utilizado que ‘preta/o’ em todas as unidades da federação presentes na Pesquisa das Características étnico-raciais da População – PCERP (2008) enquanto resposta espontânea na pesquisa de resposta múltipla (PETRUCCELLI, 2013b). A maioria da população entrevistada nessa mesma pesquisa concorda que o quesito ‘cor/etnia’ são fatores que influenciam a vida das pessoas. Fonseca e Nascimento (2013) concordam que o espaço conquistado na mídia e que a educação possam ter uma influência na mudança de comportamento com relação à classificação racial.

Esses fatos históricos podem ter contribuído na resposta das entrevistadas desse último grupo. Tratando-se ainda do mesmo grupo, é possível fazer uma ligação entre esse sentimento de pertencimento a um lugar sociorracial marginalizado que ocorre de maneira distinta durante as narrativas de cada entrevistada e o conceito de “ser negra/o” de Segato (2010, p. 4) que possui como significante portar traços “[...] que *lembram e remetem* à derrota histórica

dos povos africanos perante os exércitos coloniais e sua posterior escravização.”. É necessário investir esse conceito de um tónus político. Da década de 70 para cá, o Movimento Negro investiu no debate acerca do racismo, da volta do termo ‘negro’ e do termo ‘raça’ que até então era *tabu* em função do seu teor racista propalado pelas doutrinas pseudocientíficas do século XIX e da comprovação da sua inexistência do ponto de vista da biologia genética. Dessa maneira, ‘ser negro’ ganhou um significado politizado de consciência antirracista onde afirmar-se negra/o significa ter consciência histórica dos processos que levaram à negação estrutural de acesso aos direitos básicos como educação, saúde, emprego e moradia e reconstruir sua identidade de significações positivas a partir das matrizes culturais afro-brasileiras e africanas (GUIMARÃES, 2003; PETRUCCELLI, 2013b).

Tendo em conta os processos históricos e políticos dos séculos XIX e XX e a criação do mito da democracia racial como uma técnica de dominação, ‘negra/o’ passou a designar pretas/os e pardas/os (GUIMARÃES, 2003). Portanto, tendo em conta o exposto, considero pertinente identificar as mulheres que se classificaram como morenas e sararás como negras. Acredito que essa escolha respeita a autoclassificação no que diz respeito à identificação pela tonalidade da pele já que abrange pretas e pardas, e simultaneamente reconhece a identidade negra por trás do aspecto cromático. Portanto, o grupo entrevistado é composto de doze mulheres negras e uma branca. Destarte, isso significa reconhecer como a cor enquanto categoria nativa opera em um tecido social estrutural racializado. Embora o termo ‘raça’ não se apresente enquanto realidade biológica, a ideia de raça é produzida mediante o racismo que Schucman (2010, p. 44) define por:

“[...] qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos [...] a partir da naturalização e essencialização da ideia falaciosa de diferenças biológicas que, dentro da lógica brasileira, se manifesta pelo fenótipo e aparência dos indivíduos de diferentes grupos sociais.”

Uma última nota se faz necessária. Se ser morena ou mulata é diferente de ser moreno ou mulato implicando efeitos distintos para os sujeitos enredados na trama social, o mesmo vale para ser negro e *ser negra*. A consciente fala de Palmeirão que constata que para ser incluída no grupo das meninas é necessário ser ‘mais cheinha’, ‘ter o cabelo liso’ e ‘ser bonitinha’, tacitamente, remete ao que Davis (2004/5) constata sobre uma ausência significativa das diferenças de gênero quanto aos papéis desempenhados por homens e mulheres negras/os na escravidão estadunidense. Ambos eram submetidos igualmente aos

mesmos esforços, à mesma jornada massacrante de atividades, mesmo grávidas ou no período de amamentação. As diferenças de gênero apareciam sublinhadas nas práticas de tortura e punição como o estupro, o abuso e coerção sexual. De modo semelhante, no Brasil pode-se dizer que o ideal de nacionalidade está construído sobre a égide do estupro colonial de mulheres negras e índias. Como lastro histórico da escravidão, a mulher preta é signo de trabalho (CARNEIRO, 2002). Desse modo, o que Palmeirão e Davis (2004/5) afirmam é que ser negra inclui partilhar de um status subalterno de gênero, de uma feminilidade (com f minúsculo) sem os atributos hegemônicos da Feminilidade (com f maiúsculo) que compõe a beleza, a delicadeza e a panóplia de “virtudes femininas”, pois estas sempre foram, em uma matriz racista, qualidades brancas.

Um único aspecto digno de nota aconteceu na entrevista de Neide: “Eu: e você se declara de que cor? Neide: como assim? Eu: de que cor, se alguém perguntasse sua cor da pele? Ela: eu acho que eu sou branquela. Risos. Eu acho que eu sou bem branquela.”. A pergunta simplesmente não fez sentido. E nesse exemplo não há, como no caso de Estamira, o fator de escolaridade ou de trajetória de vida intercruzando a resposta. A pergunta não faz sentido porque a cor ‘branca’ não é nomeada, ela é autoevidente, neutra. E ocupando o lugar dos privilégios raciais, torna-se imperceptível aos sentidos, pois não constitui marca da diferença.

Concluindo, a composição étnico-racial das entrevistadas mostrou-se complexa, embora a entrevista fosse semiestruturada usando apenas uma única pergunta para abordagem do assunto. As respostas mostram a diversidade de fatores referentes ao recinto prisional e outros como o apelo às origens familiares (descendentes e ascendentes), traços fenotípicos como cabelo, cor de cabelo, cor e formato dos olhos, outras partes do corpo como sobancelhas, pomo de adão, características corpóreas de padrões estéticos, nacionalidade, identidade étnica e territorial, referências a situações de diálogo, embora nem todos tenham sido expostos, foram recursos utilizados pelas entrevistadas. Essa reflexão procurou mostrar o quanto o eixo racial é estruturalmente imanente às nossas vidas e como ele cria um diálogo entre o corpo e a sociedade no sentido de diferenciar experiências e relações com as instituições.